



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

RELATÓRIO DE **GESTÃO**

2021



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

RELATÓRIO DE **GESTÃO**

2021

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Rua Esteves Júnior, 68 - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88015-130
Fone: (48) 3251-3714
Site: www.tre-sc.jus.br

EQUIPE DE EDIÇÃO

Coordenação

Augusto César Campos

Conteúdo

Unidades do TRE-SC

Compilação e editoração

Daniel da Rosa Vargas
Jailson Laurentino
Sérgio Manoel Martins

Infográficos

Sylvia Weidemann
Ana Cristina Menezes

Diagramação e capa

Rodrigo Camargo Piva

SUMÁRIO

Palavra do Presidente, 4

Visão geral organizacional e ambiente externo, 12

Riscos, oportunidades e perspectivas, 26

Governança, estratégia e desempenho, 37

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis, 166

APRESENTAÇÃO



A instituição Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) é um órgão da Justiça Eleitoral brasileira (art. 118, inciso II, e art. 120, caput, da Constituição Federal de 1988) e tem como missão “garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia”.

Para cumprir sua missão institucional o órgão segue a Estratégia Nacional do Poder Judiciário estabelecida pela Resolução CNJ n. 325/2020, e executa, no âmbito de suas competências, o Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o período de 2021 a 2026, instituído pela Presidência por meio da Portaria TRE-SC n. 83/2021. Dessa forma, ainda que as dificuldades decorrentes da pandemia da Covid-19 tenham se

mantido ao longo de todo o período de abrangência da gestão do Desembargador Fernando Carioni, a estratégia de governança e gestão adotadas pelo TRE-SC e seu desdobramento em indicadores de desempenho organizacional, metas e iniciativas estratégicas para o biênio 2021-2022, tornaram possível a implementação das ações, programas e projetos com vistas à consecução dos objetivos institucionais.

Um dos desafios superado com pleno êxito em meio ao contexto pandêmico e de extrema relevância para o processo eleitoral foi a conclusão do planejamento das próximas eleições em Santa Catarina, ainda em 2021. O Projeto, desenvolvido integralmente pelo TRE-SC, orientou as ações de planejamento, organização e realização das Eleições Gerais 2022, em conformidade com a legislação vigente e a visão estratégica definida no Plano Estratégico do TRE-SC: “Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança”. Assim, restaram cumpridas todas as entregas previstas no cronograma, tais como a análise e consolidação da avaliação das Eleições 2020; a seleção das propostas de melhorias e inovações ao processo eleitoral; a elaboração das diretrizes estratégicas para as eleições; a revisão, atualização e evolução da Estrutura Analítica do Projeto das Eleições 2022 e seus desdobramentos (atividades, responsáveis e prazos); a definição da lista de planos auxiliares necessários ao Projeto; a consolidação do Planejamento operacional; e a elaboração dos Planos de Gerenciamento das Comunicações e de Contratação das Eleições.

Embora todas as entregas tenham relevância estratégica, ressalta-se a definição das diretrizes para as Eleições Gerais 2022 no âmbito da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, pois direcionam e orientam as atividades do planejamento e a execução do Projeto das Eleições. Nesse sentido, considerando o atual contexto e tendo em conta um prognóstico do cenário nas próximas eleições, inovou-se na aprovação de diretrizes que promovem a política institucional voltada à percepção da legitimidade das eleições e à defesa da imagem da Justiça Eleitoral, além de diretrizes para o enfrentamento à desinformação e a notícias falsas e para a segurança do processo eleitoral, incluindo a proteção das equipes e do patrimônio. As diretrizes também reforçam a valorização e a relevância dos serviços prestados pelas pessoas componentes das mesas receptoras de votos e justificativas, de modo que todas as decisões administrativas a elas relacionadas sejam estrategicamente orientadas.

Devido também às condições adversas decorrentes da situação de pandemia, foram mantidas as sessões plenárias virtuais e as estratégias de atendimento virtual do jurisdicionado como forma de garantir o pleno acesso aos serviços judiciais do Tribunal, no primeiro e segundo graus de jurisdição. De igual forma, o funcionamento das atividades administrativas relacionadas ao cadastro eleitoral, ainda que remotamente, por meio de recursos tecnológicos disponibilizados no site do TRE-SC e do TSE, possibilitou o pleno acesso do cidadão aos serviços eleitorais. Registra-se, em vista disso, que no ano de 2021 a Justiça Eleitoral de Santa Catarina recebeu 20.744 ligações via Disque-Eleitor, principalmente demandas relacionadas à emissão de título de eleitor (1º título, transferência e atualização de dados), emissão de certidão eleitoral, pagamento de multa, regularização do cadastro e justificativa por ausência às urnas. O Disque-Eleitor também serve de apoio ao canal de atendimento online do TRE-SC, por meio do qual é possível requerer diversos serviços eleitorais de forma rápida, fácil e sem custos.

No que se refere ao desempenho organizacional, consigna-se que, das três metas nacionais de 2021 fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a Justiça Eleitoral, referentes a prestação jurisdicional, o TRE-SC ultrapassou em mais de 100% três delas: “Julgar mais processos que os distribuídos” (Meta 1); “Julgar processos mais antigos” (Meta 2); e “Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais” (Meta 4). Os índices alcançados pelo TRE-SC correspondem a 100,43%, 109,44% e 189,47%, respectivamente. O bom desempenho se deve ao esforço interno e atuação conjunta do Pleno do Tribunal e Zonas Eleitorais, bem como ao monitoramento feito pela Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria Judiciária, Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições e pelo juiz gestor de metas.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Salienta-se, outrossim, a obtenção pelo TRE-SC do grau de excelência em tópicos de maturidade do Judiciário. Na avaliação do nível de maturidade de governança, gestão e infraestrutura em tecnologia da informação realizada anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o TRE-SC alcançou a classificação “Excelência” em três tópicos: Sistemas de Informação, Estruturas Organizacionais e Macroprocessos, e em Atendimento e Suporte ao Usuário. A análise contou com a participação de todos os 93 órgãos do Poder Judiciário brasileiro e foi elaborada a partir de informações enviadas por cada um. Enquanto a média nacional em Sistemas de Informação foi de 82,51 pontos, o Tribunal catarinense alcançou o índice máximo (100 pontos). O mesmo aconteceu nos temas Estruturas Organizacionais e Macroprocessos, e Atendimento e Suporte ao Usuário, cujas médias nacionais foram de 81,01 e 76,77 pontos, respectivamente.

O nível de maturidade de governança está diretamente relacionado à forma como o sistema de governança da Justiça Eleitoral catarinense está organicamente estruturado e ao modo como opera estrategicamente. Mantendo a tradição, no ano de 2021 foram realizadas eleições para compor o Conselho de Governança Corporativa (CGC), a Rede Interna de Governança e Gestão (RIGG) e o Comitê Permanente de Comunicação e Integração (CPCI) do TRE-SC. Estas instâncias de governança, incluindo o Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e as unidades orgânicas, constituem um sistema integrado e harmônico que propicia dirigir, monitorar e continuamente aperfeiçoar o processo de gestão do TRE-SC com o propósito último de alcançar os resultados esperados pela sociedade.

A instituição da Política de Gestão da Memória do TRE-SC foi outro importante marco do período. A iniciativa atende ao estabelecido pela Resolução nº 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e estabelece as diretrizes para o fomento e a implementação de ações voltadas à gestão, preservação e difusão, bem como na interlocução e cooperação entre as áreas de arquivo, Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes, biblioteca e gestão documental do TRE-SC.

Destaca-se, igualmente, a ação de cidadania promovida pelo TRE-SC, com o apoio da Delegacia da Alfândega da Receita Federal de Florianópolis e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC): “Meu primeiro título #BoraVotar”. O alistamento e o engajamento dos jovens de 16 e 17 anos no processo eleitoral são o foco dessa campanha, iniciada em 13 de setembro de 2021, que leva aos jovens catarinenses as informações e o incentivo necessários para que eles compreendam a importância do seu voto e da participação política. Em pouco mais de dois meses de execução, houve um aumento de 33% no número de eleitores menores de 18 anos inseridos no cadastro eleitoral, o que corresponde a 4.825 jovens eleitores. Para impulsionar a campanha, uma comitiva da Justiça Eleitoral visitou alguns municípios do Estado para promover o engajamento regional. A primeira etapa compreendeu ações realizadas junto a unidades

educacionais de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Chapecó, São Miguel do Oeste, Criciúma, Lages, Itajaí, Curitiba e São Joaquim.

Importante ressaltar, ademais, a realização de nova eleição no Município de Petrolândia em 13 de junho de 2021, decorrente do indeferimento dos registros de candidatura dos candidatos às eleições municipais ocorridas em 2020. Nesta nova eleição o TRE-SC inovou no processo de comprovação da transparência e da integridade da votação eletrônica, estudantes de 12 a 15 anos da cidade de Petrolândia (SC) puderam conhecer e participar do processo de auditoria da eleição suplementar. Além disso, a Missão das Organizações Não Governamentais (ONGs) e Transparência Eleitoral e Conferência Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (Caoeste), acompanhou a eleição e levantou dados que servirão para elaborar projetos de estudos voltados para especialistas em questões eleitorais, autoridades, pesquisadores e entidades de vários países, com o objetivo de favorecer a legitimidade do processo e garantir os direitos políticos de cidadãos e cidadãs em eleições transparentes e justas.

Na linha do já mencionado contexto pandêmico, agora com foco na relação institucional com o servidor-colaborador, e com profundo reflexo nos serviços prestados cita-se, ainda, três ações que se somaram ao complexo processo de gestão da pandemia e da retomada segura dos trabalhos presenciais: a criação e a instalação e funcionamento do Núcleo de Apoio aos Cartórios Eleitorais; a atualização do regimento e a ampliação do teletrabalho como forma de exercício laboral; e o diagnóstico situacional e a consequente adoção de providências voltadas aos novos servidores (aqueles que ingressaram na Justiça Eleitoral a partir de 2021), aos servidores em teletrabalho, aos portadores de necessidades especiais e àqueles que, por qualquer razão, mereçam atenção diferenciada para o melhor desenvolvimento das atividades laborais.

Registra-se também que no período em análise a Justiça Eleitoral deu início ao retorno à antiga sede do Tribunal na Rua São Francisco, com as providências para a instalação da Central de Atendimento ao Eleitor “Desembargador Wilson Eder Graf”, dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e da Escola Judiciária Eleitoral “Desembargador Irineu João da Silva”, em imóvel da União que passa a ser compartilhado entre o Tribunal de Contas da União, a Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina (SPU/SC) e o TRE-SC.

Destaca-se, por fim, a disponibilização de 103 urnas eletrônicas e o apoio técnico para as eleições do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), em Blumenau. Como a eleição teve segmentos, as urnas foram específicas para docentes, discentes e técnicos administrativos. As eleições para o Conselho do IFC contaram com 17.854 eleitores, um eleitorado maior do que muitos municípios do Estado.

PALAVRA DO PRESIDENTE

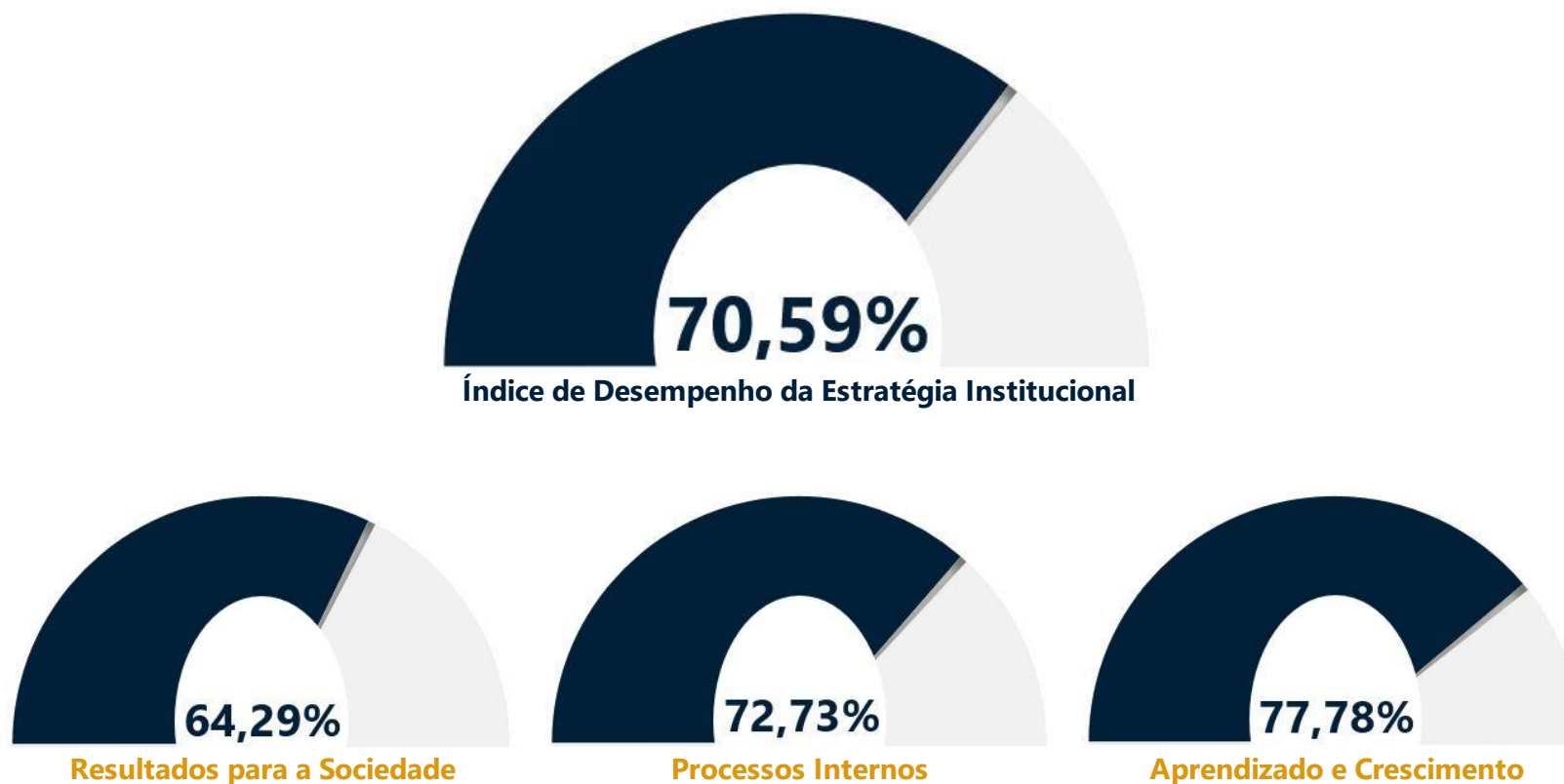
Considerando o ainda cenário de pandemia, o TRE-SC manteve especial atenção à saúde de servidores e magistrados em todas as instâncias administrativas, colocando em prática um cuidadoso Plano de Retomada das Atividades Presenciais na Justiça Eleitoral catarinense, de modo a garantir a segurança dos colaboradores e cidadãos e a eficiência na prestação do serviço público.

As informações consignadas neste relatório consubstanciam um esforço coletivo das unidades orgânicas deste Tribunal. Apresenta-se, com a devida diligência e acurácia, inclusive por meio de infográficos e tabelas simplificadas, informações que atendem em forma e conteúdo às orientações do Tribunal de Contas da União, como o objetivo de prestar regular e autêntica prestação de contas à sociedade.

Florianópolis, março de 2022.

Desembargador LEOPOLDO AUGUSTO BRÜGGEMANN
Presidente

PRINCIPAIS RESULTADOS - 2021



Resultados medidos conforme indicadores de desempenho selecionados para acompanhar a evolução do ciclo estratégico 2021-2026, instituído pela Portaria P n. 83/2021. As informações sobre os indicadores de desempenho selecionados para o exercício 2021 integram o Anexo I da Portaria DG n. 163/2021 e sua alteração posterior.

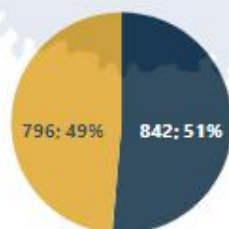
Saiba mais: o detalhamento e análise do desempenho obtido no exercício encontra-se na seção Governança, Estratégia e Desempenho, a partir da página 47 deste relatório.

TREC EM AÇÕES E NÚMEROS - 2021

VALOR PÚBLICO PARA SOCIEDADE: GARANTIA DA LEGITIMIDADE E LISURA DO PROCESSO ELEITORAL

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

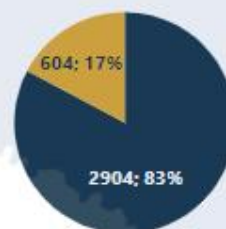
Casos Novos



1º Grau 2º Grau



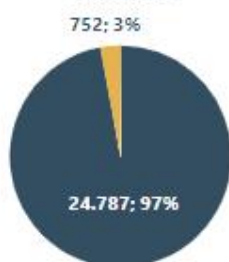
Pendentes



1º Grau 2º Grau



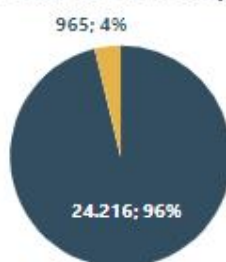
Baixados



1º Grau 2º Grau



Decisões e Sentenças



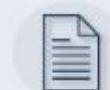
1º Grau 2º Grau



99

Sessões

(Jurisdicionais e solenes)



807

Acórdãos publicados



100,43%

Meta Nacional 1



109,44%

Meta Nacional 2



189,47%

Meta Nacional 4

TRESC EM AÇÕES E NÚMEROS - 2021

VALOR PÚBLICO PARA SOCIEDADE: FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: ORGANIZAÇÃO DE ELEIÇÕES

Petrolândia: Realização de nova eleição para os cargos de Prefeito (a) e Vice-Prefeito (a) em 13/06/2021.

**5.189**
Eleitorado apto**5**
Locais de votação**11**
Seções eleitorais**4.644** (89,50%)
Comparecimento**545** (10,50%)
Abstenção**6**
Candidaturas

Planejamento das Eleições Gerais 2022



- ✓ Elaboração e aprovação do Termo de Abertura do Projeto Eleições Gerais 2022
- ✓ Análise e consolidação da avaliação das Eleições 2020
- ✓ Seleção das propostas de melhorias e inovações ao processo eleitoral
- ✓ Elaboração e aprovação das diretrizes estratégicas
- ✓ Evolução da Estrutura Analítica do Projeto e seus desdobramentos
- ✓ Elaboração do cronograma e consolidação do planejamento operacional
- ✓ Elaboração do Plano de Gerenciamento das Comunicações
- ✓ Elaboração do Plano de Contratação das Eleições

**183**Pacotes de trabalho
Projeto - TRESC**39**Pacotes de trabalho
Projeto - Zonas Eleitorais**1396**Atividades planejadas
Projeto - TRESC**243**Atividades planejadas
Projeto - Zonas Eleitorais
(para cada ZE)

TRESC EM AÇÕES E NÚMEROS - 2021

VALOR PÚBLICO PARA SOCIEDADE: VOTO COM CONSCIÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Eleições comunitárias



- ✓ Indústria Tupy
- ✓ Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau
- ✓ Vereador Mirim – Balneário Camboriú
- ✓ Vereador Mirim – Videira

**35.000**
Eleitorado (aproximado)**20**
Municípios envolvidos

Capacitação

**14**
Ações de capacitação (EaD)**225h**
Treinamentos**930**
Participantes**770 (82,80%)**
Aprovados

Ações para promoção da cidadania

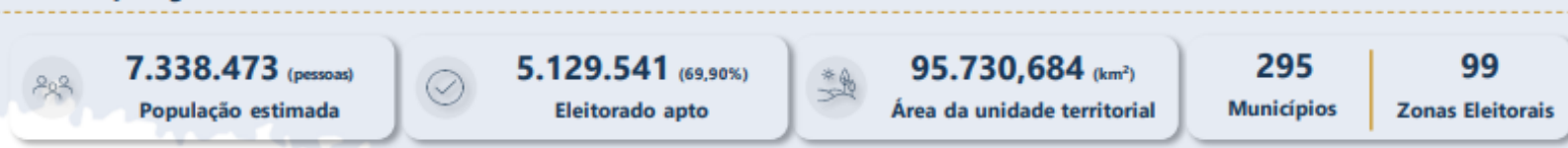
**+4.825** #BoraVotar
Jovens eleitores(as)**6**
Lives e palestras**93,50%**
Meta Nacional 9

TREC EM AÇÕES E NÚMEROS - 2021

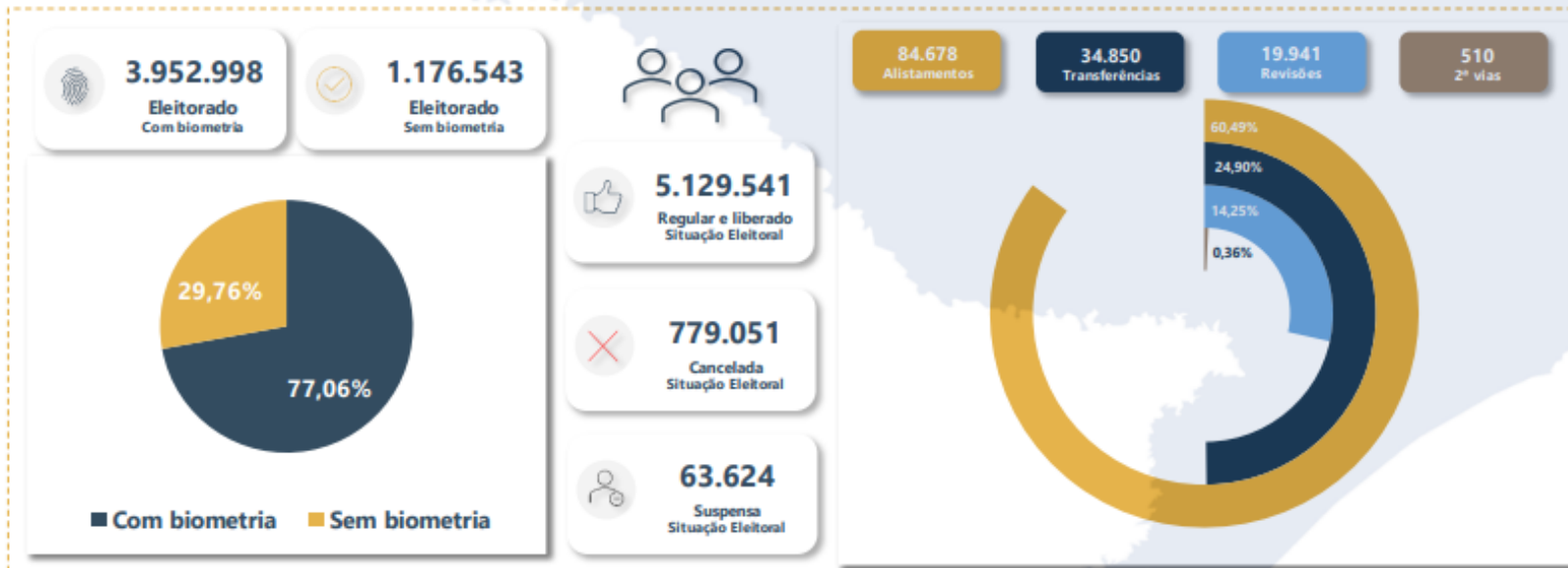
VALOR PÚBLICO PARA SOCIEDADE: GARANTIA DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: CADASTROS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Informações gerais



Cadastro eleitoral



QUEM SOMOS

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) é órgão da Justiça Eleitoral (art. 118, inciso II, e art. 120, caput, da Constituição Federal) ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado de Santa Catarina e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

As competências do TRE-SC estão fixadas nos artigos 29 e 30 da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nos artigos 20 e 21 de seu Regimento Interno (Resolução TRE-SC n. 7.847, de 12 de dezembro de 2011). Com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado de Santa Catarina, o edifício sede do TRE-SC está localizado na rua Esteves Júnior n. 68, Centro, Florianópolis, SC – CEP: 88.015-130.

Em matéria eleitoral, as principais normas direcionadoras da atuação do TRE-SC são: A Constituição Federal de 1988; a Lei n. 4.737/1965 (Código Eleitoral); a Lei Complementar n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); a Lei n. 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos); e a Lei n. 9.504/1997 (Lei das Eleições), Lei n. 13.831/2019 e Lei n. 13.877/2019. Em matéria administrativa, as principais normas direcionadoras da atuação do TRE-SC são: a Res. TRE-SC n. 7.847/2011 (Regimento Interno), a Res. TRE-SC n. 7.930/2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica), a Res. CNJ n. 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021/2026), e o Plano Estratégico Institucional (ciclo 2021-2026), instituído pela Portaria P n. 83/2021 e referendado pelo TRE-SC em sessão plenária realizada no dia 05.07.2021.

Saiba mais: <https://www.tre-sc.jus.br/legislacao>

MISSÃO INSTITUCIONAL

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

VISÃO

Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

VALORES

TRANSPARÊNCIA: diz respeito a permitir que a sociedade obtenha informações atualizadas sobre operações, estruturas, processos decisórios, resultados e desempenho. Consiste em disponibilizar, inclusive na forma de dados abertos, para as partes interessadas, as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Caracteriza-se pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, em uma linguagem cidadã

ÉTICA: atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade

IMPARCIALIDADE: diz respeito à isenção na realização da justiça, garantindo o exercício dos direitos e deveres dos jurisdicionados

RESPEITO: reconhecimento e aceitação das diferenças entre as pessoas

COMPROMETIMENTO: atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades

INOVAÇÃO: estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas

COERÊNCIA: alinhamento entre discurso e prática

COOPERAÇÃO: compartilhamento de experiências, conhecimentos e estímulo à colaboração participativa

INTEGRIDADE: diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e ao alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas comuns, para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Figura 1 apresentada a seguir corresponde à estrutura orgânica simplificada do TRE-SC. A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina abrange o conjunto de unidades que desempenham atividades estratégicas, técnicas e administrativas necessárias ao cumprimento da missão institucional. As competências de cada uma das unidades estão dispostas na Resolução TRE-SC n. 7.930/2015, que aprovou o Regulamento Interno da Estrutura Orgânica deste Tribunal.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/o-tre/estrutura-organica>

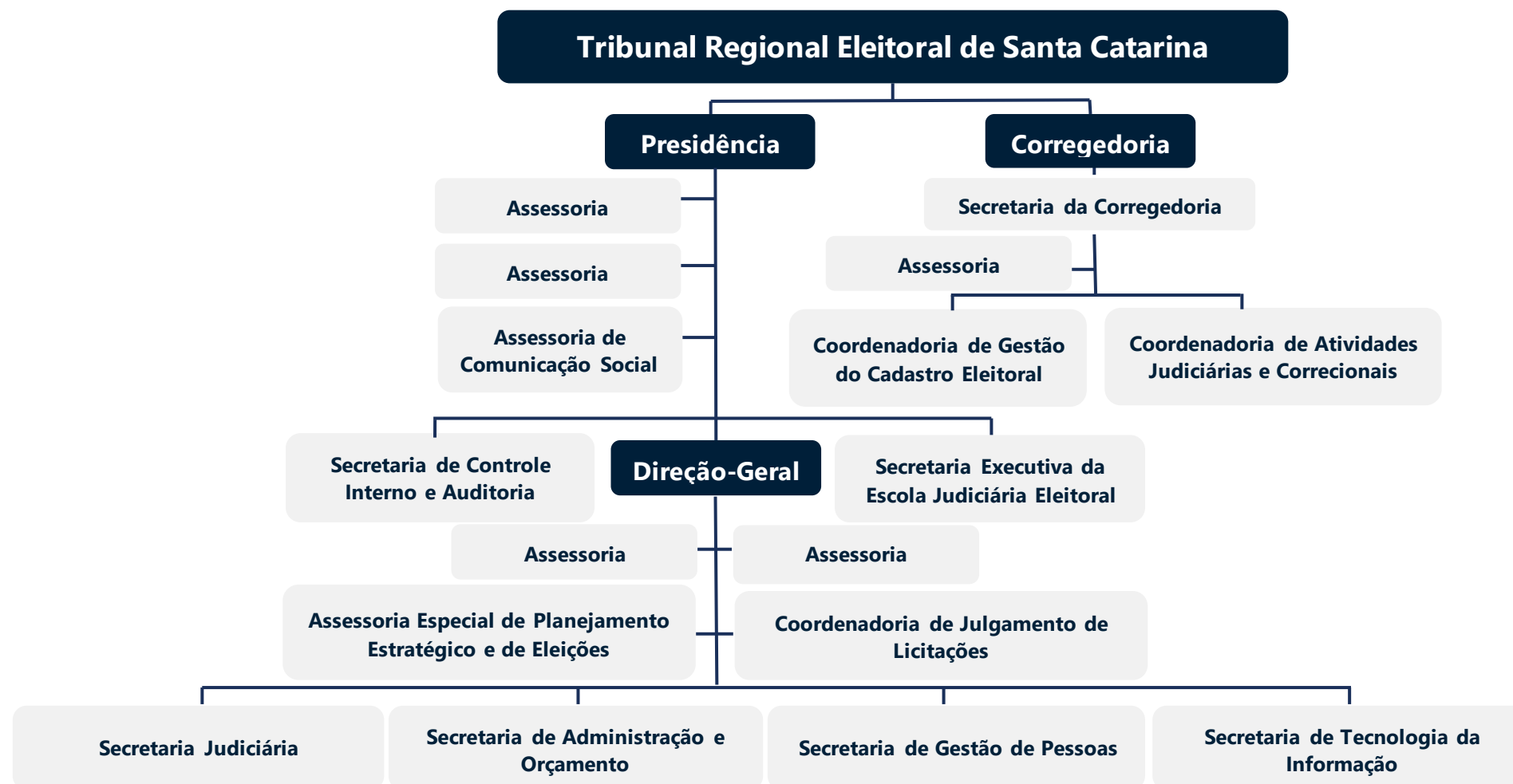


Figura 1 - Organograma

COMPOSIÇÃO DO TRE-SC

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é Órgão colegiado e suas decisões são tomadas pelo Plenário da Corte. É composto mediante eleição por voto secreto de dois Juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; de dois Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; de um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região; por nomeação, pelo Presidente da República, de dois Juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Os juízes substitutos são escolhidos pelo mesmo processo que os efetivos, em número igual ao de cada categoria.

Junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina atua o Ministério Público Eleitoral, como fiscal da lei.

Saiba mais: <https://www.tre-sc.jus.br/o-tre/composicao-do-pleno>



Figura 2 - Edifício Sede do TRE-SC

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Governança pública organizacional compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, dirigir e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. (Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU / Tribunal de Contas da União - 2020)



Figura 3 - Relação entre governança e gestão. Fonte TCU - 2020.

O TRE-SC aperfeiçoou por meio da Res. TRE-SC n. 7.975/2018 o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e instituiu o Conselho de Governança Corporativa (CGC) e suas estruturas de apoio: Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e Comitê Permanente de Comunicação e Integração (CPCI), definindo suas competências.

O modelo de governança, apoiado pela estrutura orgânica do Tribunal, reflete a maneira como os diversos papéis atuam, respaldados em suas competências, para direcionar estrategicamente a organização para o cumprimento da missão institucional, a consecução da visão de futuro e a promoção dos valores institucionais.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A figura abaixo representa o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina:

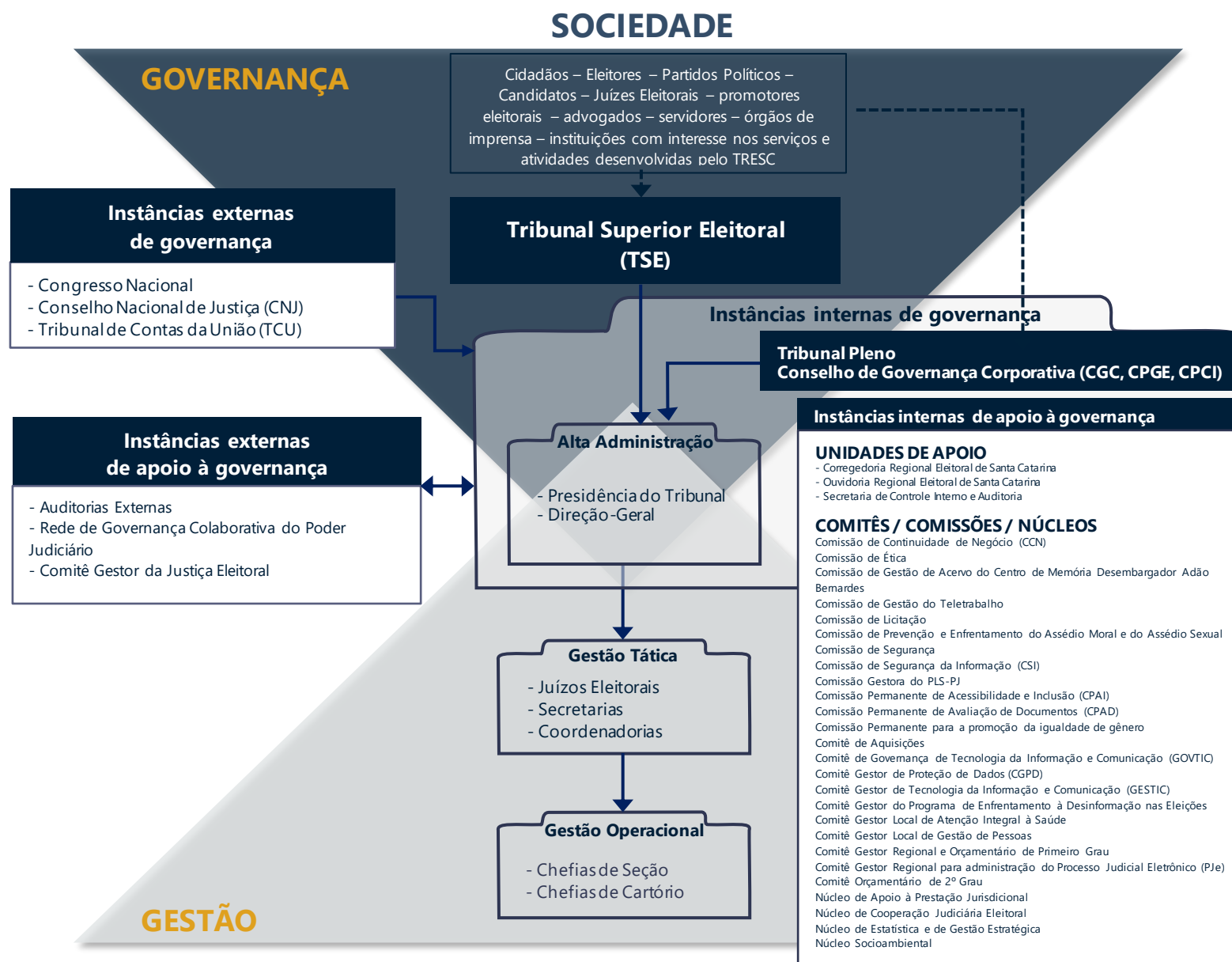


Figura 4 - Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina

INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA



Tribunal Pleno

Órgão colegiado de 2ª instância da Justiça Eleitoral catarinense, as atribuições do Tribunal estão previstas nos arts. 20 (incisos I a IV) e 21 (incisos I a XXVI) do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, destacando-se a disciplina dos atos referentes aos direitos políticos e ao processo eleitoral em todas as suas fases.

CF/1988 (art. 120, § 1º, incisos I, II e III) e Res. TRE-SC n. 7.847/2011 (Regimento Interno)



Presidência

Dirigente máximo da Instituição. As atribuições do Presidente estão elencadas no art. 22, incisos I a XLII, do Regimento Interno do TRE-SC, dentre essas, destacam-se: presidir as sessões, propondo e encaminhando as questões, e registrar os votos, proclamando o resultado dos julgamentos; despachar o expediente do Tribunal e editar atos, portarias e ordens de serviço; responsabilizar-se pelos atos de gestão fiscal, nos termos da lei.

Res. TRE-SC n. 7.847/2011 (Regimento Interno)



Conselho de Governança Corporativa (CGC) e estruturas de apoio

Instituído em 2018, o Órgão colegiado tem em sua estrutura o Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e o Comitê Permanente de Comunicação e Integração (CPCI). Possui como principais atribuições avaliar, orientar e propor sobre a governança, as diretrizes e as políticas institucionais; avaliar a estratégia da Instituição, monitorando seu desempenho e conformidade, podendo promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional; promover o alinhamento das estratégias, das diretrizes e das políticas ao interesse público; promover o envolvimento das partes interessadas; promover a comunicação e a integração entre as instâncias de governança e de apoio à governança; promover as boas práticas de governança pública, observando seus princípios.

Res. TRE-SC n. 7.975/2018 (Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina)



Direção-Geral

As atribuições da Direção-Geral estão elencadas no art. 36, incisos I a XXVIII, do Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRE-SC, dentre essas, destacam-se: planejar, dirigir, orientar, coordenar e supervisionar as atividades das unidades orgânicas do Tribunal, aprovando os respectivos planos de ação e programas de trabalho; incumbe também à Direção-Geral receber, transmitir, cumprir e fazer cumprir as decisões do Tribunal e da Presidência.

Res. TRE-SC n. 7.930/2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica)

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA DO TRE-SC

Corregedoria Regional Eleitoral

Res. TRE-SC n. 7.966/2017 (Regimento Interno da CRESC)

Órgão orientador, supervisor e fiscalizador dos Cartórios Eleitorais do Estado e dos respectivos serviços, as atribuições da Corregedoria Regional Eleitoral estão elencadas no art. 5º de seu Regimento Interno.

Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Res. TRE-SC n. 7.930/2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRE-SC)

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria tem como principais atribuições exercer o controle interno do Tribunal, zelando pelo cumprimento das normas legais que regem a administração contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, fiscalizando o cumprimento das normas do Tribunal Superior Eleitoral e das decisões do Tribunal de Contas da União (art. 20, incisos I à XVIII).

Ouvidoria

Resolução TRE-SC n. 7.989/2018 (Ouvidoria Regional Eleitoral de Santa Catarina)

A Ouvidoria Regional Eleitoral de Santa Catarina foi criada em cumprimento ao art. 9º da Resolução CNJ n. 103/2010, sendo atualmente regulamentada pela Resolução TRE-SC n. 7.989/2018, de acordo com a Lei n. 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos).

Possui como atribuições servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e a Justiça Eleitoral catarinense, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC)

Portaria P n. 87/2016

O Comitê possui como principais atribuições: definir os princípios e diretrizes que orientam a forma de utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação no TRE-SC; estabelecer objetivos de TIC, bem como deliberar e priorizar planos deles decorrentes; definir as prioridades de investimentos em TIC; e aprovar a alocação dos recursos orçamentários destinados à TIC.

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

Portaria P n. 138/2021

A Comissão possui como principais atribuições a elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) deste Tribunal.

Comitê de Aquisições

Portaria P n. 49/2016

Incumbe ao Comitê a responsabilidade de auxiliar a Administração nas decisões relativas às aquisições realizadas pelo Tribunal.

Comissão de Ética

Portaria P n. 80/2020

A Comissão possui como atribuição zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD)

Resolução TRE-SC n. 8.017/2020

Órgão colegiado consultivo-deliberativo, de caráter permanente, com responsabilidade de cunho estratégico. Possui como principais competências: avaliar os mecanismos de tratamento e proteção dos dados existentes e propor políticas, estratégias e metas para a conformidade às disposições da Lei n. 13.709/2018; formular princípios e diretrizes para a gestão de dados pessoais e propor sua regulamentação; supervisionar a execução dos planos, dos projetos e das ações aprovados para viabilizar a implantação das diretrizes previstas na LGPD; prestar orientações sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais de acordo com as diretrizes estabelecidas na LGPD, e nas normas internas.

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)

Portaria DG n. 323/2021

A comissão possui como principal atribuição: propor, orientar e acompanhar em nível estratégico as ações de acessibilidade e inclusão voltadas à eliminação de quaisquer formas de discriminação e à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços do órgão por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida conforme disposto na Res. CNJ n. 401/2021.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD)

Res. TRE-SC n. 7.964/2017 e Portaria P n. 121/2017

A Comissão possui como atribuições orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no Órgão, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor. Além disso, a Comissão é responsável pela definição dos procedimentos e normas de gestão documental no Órgão, inclusive pela atualização dos instrumentos de gestão documental.

Comitê Gestor Regional da Priorização do Primeiro Grau

Portaria P n. 24/2021

Fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculados à Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau.

Comitê Orçamentário de 2º Grau

Portaria P n. 54/2015

O Comitê possui como principais atribuições auxiliar na captação de necessidades ou demandas, auxiliar na elaboração da proposta orçamentária e acompanhar projetos, iniciativas e contratações.

Comitê Gestor do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições

Portaria P n. 66/2021

Ao Comitê, com auxílio do Grupo de Apoio Técnico (GAT), caberá realizar estudo de medidas necessárias à prevenção e ao combate à disseminação de desinformação relacionada ao processo eleitoral.

Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde

Portaria P n. 90/2019 e Portaria P n. 23/2021

O Comitê possui como principais atribuições: implementar e gerir a Política de Atenção Integral à Saúde no seu âmbito de atuação, em cooperação com a unidade de saúde e fomentar os programas, projetos e ações vinculados à Política, em conjunto com a unidade de saúde.

Comissão Permanente para a promoção da igualdade de gênero

Portaria DG n. 150/2021

A comissão possui como competências propor, promover e divulgar medidas voltadas a assegurar a igualdade de gênero no ambiente institucional da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, em especial quanto a mecanismos que orientem as unidades orgânicas a atuar

para incentivar a participação de mulheres nos cargos de chefia e assessoramento, em bancas de concurso e como expositoras e/ou instrutoras em eventos institucionais e ações de capacitação e também propor e acompanhar ações institucionais voltadas à observância da Res. CNJ n. 376/2021.

Núcleo de Apoio à Prestação Jurisdicional

Resolução TRE-SC n. 8.010/2020

Ao NAPJ compete prestar apoio aos juízes eleitorais de 1º e 2º graus no processamento de crimes eleitorais conexos a crimes de corrupção ativa e passiva, de evasão de divisas (Lei n. 7.492/1986), de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n. 9.613/1998), e os delitos praticados por organizações criminosas (Lei n. 12.850/2013), independentemente do caráter transnacional ou não das infrações, e os pedidos de colaboração premiada e de cooperação jurídica passiva em matéria penal, como também no processamento de demandas de alta complexidade ou de grande volume, assim como, eventualmente, no processamento de ações de investigação judicial eleitoral e de ações de impugnação de mandato eletivo, a critério da Presidência do Tribunal.

MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios do TRE-SC, representado no diagrama a seguir, é o sistema de transformação de seus insumos (força de trabalho, infraestrutura, TIC, orçamento e parcerias) que aplicados aos macroprocessos contribuem para cumprir nossos objetivos estratégicos e missão institucional, gerando valor público para a Sociedade.



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

CADEIA DE VALOR

A atual Cadeia de Valor do TRE-SC foi elaborada em 2015 e é composta por 3 grupos de macroprocessos: Estratégia e Gestão Institucional, Finalísticos e Viabilizadores. A seguir são apresentados os 4 agrupamentos de processos de trabalho finalísticos da Cadeia de Valor contendo descrição sucinta e o valor público gerado para a sociedade.

Saiba mais: https://www.tre-sc.jus.br/o-tre/arquivos_o_tre/planejamento-estrategico/cadeia-de-valor-do-TRE-SC

Macroprocessos finalísticos	Descrição	Valor Público*
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à garantia da legitimidade dos pleitos eleitorais mediante prestação jurisdiccional em relação às ações eleitorais, prestação de contas de campanhas eleitorais, propaganda eleitoral, funcionamento dos partidos políticos e direitos políticos	Processos julgados Consultas respondidas Legitimidade e lisura do processo eleitoral garantida
ORGANIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização do sufrágio universal, logística de votação e apuração, registro de candidaturas, convocação de auxiliares, preparação de locais críticos, preparação de urnas, acompanhamento da votação, totalização, divulgação de resultados, diplomação, procedimentos de auditoria e segurança do processo eleitoral	Candidaturas registradas Logística de votação realizada Eleições apuradas e totalizadas Resultados divulgados Eleições auditadas e seguras Candidatos eleitos e diplomados Eleitores representados Democracia fortalecida
CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à formação da cidadania, educação e capacitação, treinamento de auxiliares, orientação, instrução e realização de eleições na comunidade contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia e promovendo a conscientização política	Servidores e magistrados capacitados Agentes políticos qualificados Eleitores conscientizados Cidadania fortalecida
CADASTROS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização de operações de regularização de situação do eleitor, à administração e à manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, à revisão do eleitorado e à fiscalização dos partidos políticos, à execução da gestão documental e à segurança da informação	Eleitores alistados Eleitores revisados Eleitores transferidos Cadastros de eleitores e de órgãos partidários atualizados Situação do eleitor atualizada Exercício dos direitos políticos garantido

* Os principais impactos gerados para a sociedade estão representados nos infográficos “TRESC em ações e números – 2021” de cada macroprocesso finalístico, localizado na seção Palavra do Presidente.

MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES



A determinação da materialidade das informações do presente relatório de gestão foi proposta pela Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições e aprovada conforme deliberação do Comitê Permanente de Gestão Estratégica na Reunião de Análise da Estratégia ocorrida em 29/11/2021.

Tendo em vista a deliberação do CPGE, a análise de materialidade que selecionou os temas relevantes para inclusão neste relatório considerou os seguintes aspectos: percepção de relevância pela sociedade, impacto potencial ou material sobre a estratégia institucional e representatividade orçamentária.

AMBIENTE EXTERNO

Estamos sujeitos a variáveis externas que impactam o desempenho dos nossos objetivos e a forma como executamos nossos processos de trabalho para cumprir a missão institucional.

Quanto ao cenário de saúde pública, o avanço nos índices de vacinação da população traz novas perspectivas de retomada gradual das atividades presenciais e atendimento ao público externo, porém mantendo os cuidados e protocolos de saúde.

O cenário político atual requer atenção acentuada para a realização das Eleições Gerais que se avizinham, nesse sentido é de elevada importância a aplicação de política institucional voltada à dirimir quaisquer dúvidas sobre o funcionamento do processo eleitoral, o sistema eletrônico de votação brasileiro, seus mecanismos de segurança, auditorias e fiscalização, de modo que a imagem e a credibilidade da Justiça Eleitoral perante a sociedade não sejam abaladas por campanhas orquestradas de desinformação em nosso sistema, que é modelo de segurança, transparência e agilidade há mais de 25 anos.

Quanto ao ambiente econômico, os reflexos da Emenda Constitucional n.95/2016, que instituiu o regime fiscal continuam impactando o alcance dos resultados da Instituição frente aos desafios objetivos estratégicos recentemente instituídos e alinhados aos macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, principalmente quanto aos obstáculos à recomposição da força de trabalho — cada vez mais escassa — e que afeta direta e indiretamente a entrega do Valor Público esperado por toda sociedade.

Registram-se as oportunidades e as ameaças que estão em nosso horizonte e que alicerçaram a formulação da nova estratégia institucional, mais robusta e com foco em antecipar-se aos desafios desse novo ciclo estratégico que inicia.

Oportunidades

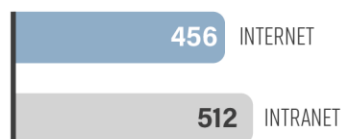
- Ampliação do conhecimento sobre processo eleitoral da sociedade, especialmente sobre mecanismos de segurança e auditoria existentes no sistema eletrônico de votação brasileiro
- Fomento a participação política de jovens entre dezesseis e dezessete anos
- Evolução dos meios e ferramentas para a prestação dos serviços à sociedade
- Aprimoramento dos processos e serviços da Cadeia de Valor prestados pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina à sociedade
- Aprimoramento da infraestrutura tecnológica para suportar a demanda crescente de sistemas que suportam os processos de trabalho
- Implantação de novas tecnologias
- Ampliação da acessibilidade
- Ampliação da transparência
- Flexibilização dos meios e locais para a prestação das atividades das equipes

Ameaças

- Baixo conhecimento da sociedade sobre o funcionamento do processo eleitoral, especialmente sobre mecanismos de segurança e auditoria existentes no sistema eletrônico de votação brasileiro
- Desinformação sobre o processo eleitoral, comprometendo a credibilidade e imagem da Justiça Eleitoral perante a sociedade
- Percepção do recrudescimento de conflitos com fundo ou motivação política
- Reforma administrativa prejudicial aos servidores públicos e ao aperfeiçoamento do serviço público
- Crise ambiental, ocasionando aumento de intempéries climáticas
- Pandemia de Covid-19
- Ataques cibernéticos
- Restrições orçamentárias para recomposição do quadro efetivo de pessoal;
- Desvalorização das carreiras do Poder Judiciário da União, com a ausência de recomposição das perdas salariais pela inflação e congelamento dos benefícios dos servidores

RELAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO E COM OS DESTINATÁRIOS dos bens e serviços produzidos pela organização

Notícias publicadas



Seguidores/Inscritos



Contatos cadastrados



Principais atividades em números



Destaques em engajamento

INSTAGRAM

POST - "COMPLETOU 16 ANOS?
#BORAVOTAR MEU PRIMEIRO TÍTULO"

113.268
PESSOAS ALCANÇADAS

INSTAGRAM

VÍDEO - "COMO FAÇO MEU 1º TÍTULO?"

90.522 **5.610**
PESSOAS ALCANÇADAS VISUALIZAÇÕES

FACEBOOK

POST "#BORAVOTAR - PARTICIPE DA ELEIÇÃO
SE VOCÊ QUER UM FUTURO MELHOR"

120.159 **206** **200**
PESSOAS ENGAJAMENTOS
ALCANÇADAS ORGÂNICOS CLIQUES DE
PUBLICAÇÕES

YOUTUBE

VÍDEO DE MAIOR VISUALIZAÇÃO
"Na urna eletrônica brasileira
você pode confiar"

12.384 VISUALIZAÇÕES

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina tem por missão servir de canal de comunicação direta com o cidadão, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal, além de ser responsável pela coordenação e execução do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, disponibilizado para o envio de pedidos de informações pessoais, em consonância com as balizas da novel Lei Geral de Proteção de Dados, e de informações públicas, nos termos da Lei de Acesso à Informação.

Em 2021, foram realizados 844 atendimentos via formulários de contato (Ouvidoria e SIC) disponíveis na página do Tribunal na internet, e 640 por mensagem eletrônica.

ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ELEITORAL

A interação com o cidadão é uma das atividades de maior relevância da Justiça Eleitoral que é responsável por assegurar o pleno exercício dos direitos políticos e a formação legítima do corpo eleitoral apto a participar das eleições.

Para tanto são expedidas orientações e promovidos controles acerca da correção dos procedimentos e prazos para atendimento ao eleitor, em alinhamento ao OE1 – Garantia dos direitos da cidadania.

Em 2021, foram expedidos 154.792 títulos eleitorais, em atenção a pedidos de alistamento, transferência e revisão de dados.

Além disso, foram registradas 140.344 ocorrências de atualização de situação eleitoral nos assentamentos do Cadastro Nacional de Eleitores.

ATENDIMENTO TELEFÔNICO AO ELEITOR

O atendimento ao público externo, notadamente de eleitores, opera-se também por meio do Disque-Eleitor (0800 647 3888), serviço telefônico gratuito.

Em anos eleitorais, esse serviço é uma das mais importantes forças-tarefa do período eleitoral. No entanto, com a necessidade de auxílio aos eleitores para realização de serviços on-line, percebeu-se que o volume de atendimento se manteve alto no ano de 2021.

Foram atendidas 20.744 ligações pelo Disque-Eleitor.

As principais demandas recebidas no ano passado correspondem à emissão de título de eleitor (1º título, transferência e atualização de dados), emissão de certidão eleitoral, pagamento de multa, regularização do cadastro e justificativa por ausência às urnas. Trata-se de serviço essencial ao cidadão, em alinhamento direto ao objetivo estratégico OE1 - Garantia dos direitos de cidadania.

GESTÃO DE RISCOS

Elevar o nível de maturidade em gestão de riscos é iniciativa estratégica de fundamental relevância para este Tribunal e esteve presente no ciclo estratégico que findou e continua presente no ciclo atual (2021-2026).

Em 2021, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina institucionalizou, por meio da Res. TRE-SC n. 8.028/2021, o Sistema de Gestão de Riscos e a Política de Gestão de Riscos. A gestão de riscos já vinha sendo aplicada em diversas áreas de gestão e em projetos estratégicos para a Instituição, de forma descentralizada e não padronizada.

A Política de Gestão de Riscos estabeleceu o propósito e os princípios da gestão de riscos, os objetivos, as diretrizes, estruturas e responsabilidades para gerir os riscos e as etapas do processo de gestão de riscos.

Já o Plano de Gestão de Riscos, instituído por meio da Portaria P n. 45/2021, é o instrumento complementar à Política de Gestão de Riscos que padronizou a metodologia a ser utilizada na instituição, definiu os limites de exposição a riscos e forneceu orientações e diretrizes aos gestores de riscos para tratamento em consonância com os níveis atribuídos.

O plano elaborado foi baseado em referenciais normativos apresentados pelo Tribunal de Contas da União para aperfeiçoar a Administração Pública, bem como na norma ABNT ISO 31000:2018 e também nas melhores práticas aplicadas no setor público, em especial no Poder Judiciário.

Na tabela a seguir estão elencadas as principais responsabilidades das unidades e instâncias do TRE-SC na gestão de riscos:

Instâncias	Principais responsabilidades
Pleno do TRESC	 APROVAR a Política de Gestão de Riscos
Presidência	 APROVAR o Plano de Gestão de Riscos
	 APROVAR Limites de Exposição a Riscos
Conselho de Governança Corporativa	 ASSEGURAR alocação de recursos necessários à gestão de riscos
	 PROMOVER o acompanhamento de riscos estratégicos
Comitê Permanente de Gestão Estratégica	 DELIBERAR sobre tratamento dos riscos
	 MONITORAR riscos estratégicos
	 AVALIAR a maturidade da organização em gestão de riscos
	 AVALIAR medidas de melhoria ao sistema de gestão de riscos
Direção-Geral	 PROPOR medidas de melhoria no sistema de gestão de riscos
	 MONITORAR riscos estratégicos
	 DISSEMINAR a cultura de gestão de riscos na Instituição
Gestores de riscos	 GERIR riscos no seu âmbito de atuação
Secretaria de Controle Interno e Auditoria	 AUDITAR a eficácia da gestão de riscos

LINHAS DE DEFESA

A figura a seguir demonstra o modelo de três linhas estruturado no TRE-SC para fortalecer os controles internos e contribuir para que a Instituição alcance seus objetivos estratégicos:



RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A figura 5 demonstra o limite de exposição a riscos do TRE-SC definido pela Portaria P n. 45/2021:

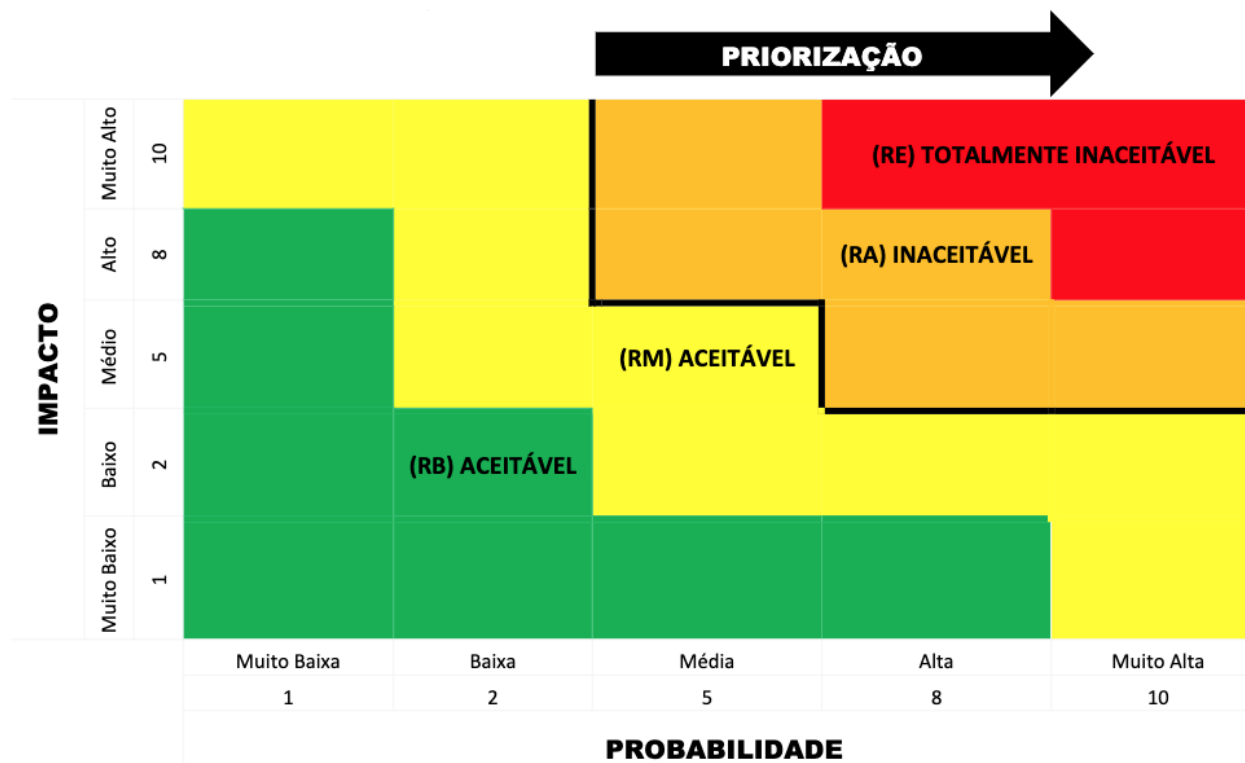


Figura 5 - Limite de exposição a riscos do TRE-SC definido pela Portaria P n. 45/2021.

PRINCIPAIS RISCOS ESPECÍFICOS IDENTIFICADOS QUE PODEM AFETAR A CAPACIDADE DE A UPC ALCANÇAR SEUS OBJETIVOS E COMO A UPC LIDA COM ESSAS QUESTÕES

No mais recente monitoramento realizado pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) em reunião de análise da estratégia realizada no dia 29 de novembro de 2021, 14 riscos-chave que podem impactar o desempenho da estratégia institucional foram analisados. Após processo de avaliação de riscos e da avaliação da eficácia dos controles internos existentes, 5 riscos permaneceram em nível residual alto e foram priorizados para adoção de medidas de tratamento por parte da Administração, a fim de mitigá-los. A Figura 6 apresenta o mapa de riscos residuais relacionados ao desempenho da estratégia institucional:

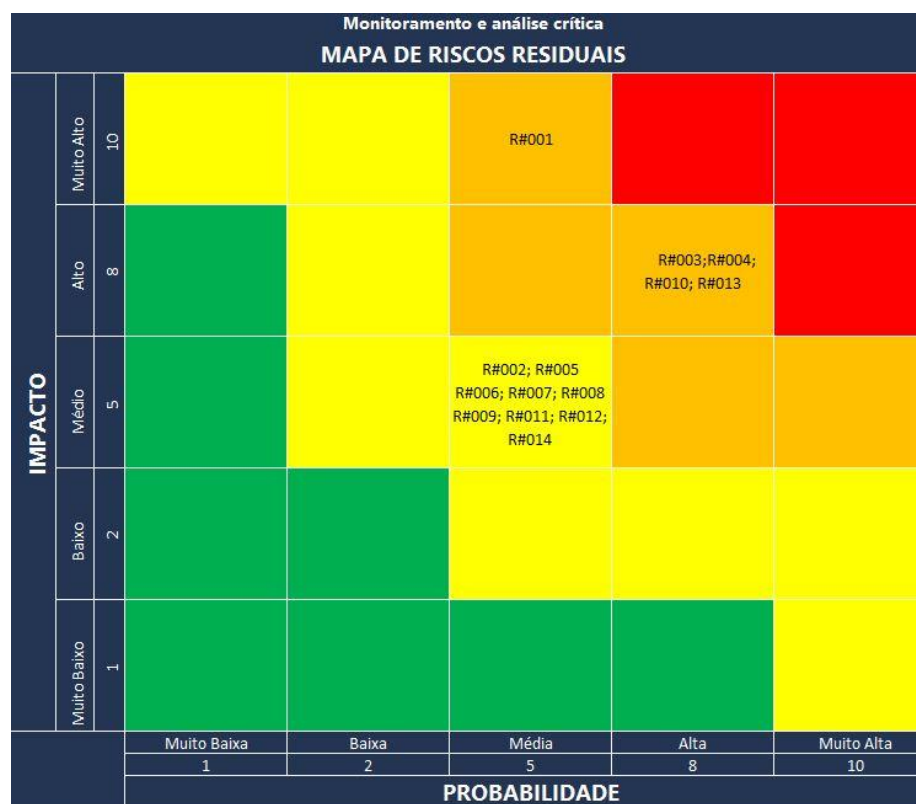


Figura 6 - Mapa de Riscos Residuais – TRE-SC – atualizado em 29.11.2021.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Na tabela a seguir estão relacionados os principais riscos residuais em nível alto e que podem impactar a estratégia institucional, respectivos controles internos e medidas de tratamento que foram adotadas pela Administração no presente exercício.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	FONTES DE RISCO	PRINCIPAIS RISCOS-CHAVE AO DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	PROBABILIDADE	IMPACTO	CONTROLES INTERNOS	MEDIDAS DE TRATAMENTO
 OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	Eventos externos	Baixa participação no processo eleitoral e desinteresse da população na eleição de seus representantes (R#001)	Média	Muito alto	- Índice do eleitorado entre os maiores de dezesesseis e menores de dezoito anos - Índice de participação eleitoral	- Realização da Campanha institucional “Meu primeiro título #BoraVotar”; - Realização de parcerias estratégicas com a Delegacia da Alfândega da Receita Federal de Florianópolis e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) para estímulo ao alistamento de jovens eleitores(as)
 OERS2 - Promoção da Ética, da Integridade e Enfrentamento aos Ilícitos Eleitorais	Processos	Morosidade no julgamento de processos relacionados a improbidade, corrupção e crimes eleitorais (R#003)	Alta	Alto	- Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais; - Índice de atendimento à demanda jurisdicional	- Acompanhamento da produtividade mensal - Persecução do alcance das Metas Nacionais do Poder Judiciário, especialmente as Metas Nacionais 1, 2 e 4
 OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	Eventos externos	Ataques à credibilidade da Justiça Eleitoral e disseminação em massa de notícias falsas sobre a segurança da urna eletrônica e o funcionamento do processo eleitoral (R#004)	Alta	Alto	- Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições - Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral	- Atualização do Programa de Enfrentamento à Desinformação das Eleições - Constituição do Comitê Gestor do Programa e do Grupo de Apoio Técnico - Acompanhamento da execução do projeto estratégico “Implementação do Programa Permanente de Enfrentamento à desinformação para as Eleições Gerais 2022 no âmbito do TRE-SC”
 OEAC1 - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Pessoas	Sobrecarga de trabalho e adoecimento de servidores e servidoras (#010)	Alta	Alto	Índice de desempenho da gestão de pessoas	- Estímulo à vacinação contra o vírus da Covid-19 como medida de enfrentamento à pandemia e ao retorno responsável e seguro às atividades presenciais - Realização de campanhas institucionais relacionadas aos cuidados com a saúde
 OEAC3 - Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	Sistemas	Ataques cibernéticos (#013)	Alta	Alto	- Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação - Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC – JUD (iGovTIC-JUD)	Instituição e execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

GESTÃO DE PESSOAS

Para minimizar os efeitos deletérios da crise gerada pelo novo coronavírus, um conjunto de ações foi implantado pela Administração no âmbito da Gestão de Pessoas. A partir do desenvolvimento de plano de riscos, cujo objetivo é fornecer o apoio necessário à Administração e às(os) servidoras(es) e seus familiares possivelmente impactados pela pandemia de COVID-19, uma série de medidas foram propostas como tratamento aos riscos, adicionalmente aos controles internos já existentes. Dentre essas medidas podem-se destacar:

- (I) Projeto Escuta do(a) Servidor(a), com a prestação de apoio emocional
- (II) Grupo Saúde e Qualidade de Vida, que consiste em um canal de comunicação específico do Programa Qualidade de Vida (PQV), via aplicativo WhatsApp, com compartilhamento de mensagens diárias contendo informações sobre bem-estar e saúde física, emocional e mental
- (III) Plano de retomada para as atividades presenciais, com a definição dos protocolos de segurança necessários para a retomada gradual e responsável das atividades presenciais, sendo o retorno planejado e realizado em 6 etapas
- (IV) Implantação do Núcleo de Apoio aos Cartórios Eleitorais – NACE (projeto piloto), que tem por objetivo prestar apoio remoto às zonas eleitorais que apresentem carência de pessoal e/ou grande volume acumulado de trabalho

Considerando a situação vivenciada, a Secretaria de Gestão de Pessoas se empenhou na prestação de auxílio aos Cartórios Eleitorais durante todo o exercício, com a designação de servidores(as) para auxiliar em atividades relacionadas à análise de prestação de contas de candidatos(as) e de partidos políticos, de forma presencial e remota, bem como por meio de forças-tarefa.

Além disso, foram realizados 5 (cinco) concursos de remoção, que resultaram na movimentação de 15 (quinze) técnicos e 7 (sete) analistas. Durante o exercício, o Tribunal preencheu 11 (onze) cargos efetivos, sendo 2 (dois) por meio de redistribuição e 9 (nove) por nomeação.

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

No ano de 2021, ante a continuidade da suspensão do atendimento presencial – retomado em novembro – o principal risco foi a dificuldade que os excluídos digitais tiveram para acessar serviços disponibilizados exclusivamente em meio virtual, configurando-se em um contingente significativo de pessoas sem atendimento e sem possibilidade de regularização de sua situação eleitoral, com impacto em diversas áreas da vida civil.

A adoção da linguagem cidadã foi uma das medidas adotadas para tornar mais intuitiva a experiência com os serviços eleitorais.

Identificou-se também que, embora a implementação de novas tecnologias e a disponibilização de serviços digitais seja desejável, ela traz impacto na Instituição uma vez que algumas tarefas exigem mais tempo e cuidado na sua execução.

O atendimento ao eleitor de maneira virtual traz inúmeros benefícios, mas torna o trabalho mais complexo na medida em que depende do correto uso dos sistemas pela população, podendo exigir o cumprimento de etapas antes inexistentes, como no caso do envio de documentos incompletos ou preenchimento de dados de maneira incorreta.

A constante atualização de orientações destinadas aos cartórios busca mantê-los atentos às dificuldades da população e à importância do cumprimento dos prazos fixados para as atividades inerentes a esse serviço.

Outro risco identificado foi a impossibilidade de controles do fluxo processual e da produtividade de cada cartório eleitoral no tratamento dos processos sob sua jurisdição com impacto direto no cumprimento de Metas impostas pelo CNJ.

PRINCIPAIS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS QUE PODEM AUMENTAR A CAPACIDADE DE A UPC ATINGIR SEUS OBJETIVOS E AS RESPECTIVAS AÇÕES PARA APROVEITÁ-LAS

As tabelas a seguir estão relacionadas às oportunidades — e perspectivas futuras — para a evolução do desempenho da estratégia institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Para facilitar o entendimento, foram separadas por perspectivas presentes no Plano Estratégico Institucional e respectivos objetivos estratégicos.

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OPORTUNIDADES	PERSPECTIVAS FUTURAS
 OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	 ✓ Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico ✓ Promoção de campanhas institucionais assertivas ✓ Estímulo à participação democrática no processo eleitoral ✓ Aprimoramento da acessibilidade	▪ Continuação da campanha institucional “Meu Primeiro Título #BoraVotar” ▪ Evolução dos indicadores de desempenho: “Índice de acessibilidade”; “Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos”; “Índice de participação eleitoral”; “Índice de participação de voluntários e voluntárias no processo eleitoral”
 OERS2 - Promoção da Ética, da Integridade e Enfrentamento aos Ilícitos Eleitorais	 ✓ Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico ✓ Promoção da cultura da ética e da integridade na instituição ✓ Implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna com custo-benefício favorável à Instituição	▪ Realização de curso de capacitação em ética ▪ Instituição do Programa de Integridade ▪ Evolução dos indicadores de desempenho: “Índice de promoção da cultura da ética e da integridade”; “Índice de implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna”
 OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	 ✓ Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico ✓ Adoção de estratégias assertivas na comunicação institucional para os diversos públicos ✓ Criação de campanhas institucionais para difusão de conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral e todas as etapas de auditoria existentes no processo ✓ Parcerias estratégicas com órgãos de controle externo e outras instituições públicas na fiscalização de todas as etapas de auditoria existentes no processo eleitoral ✓ Efetivação do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições ✓ Aprimoramento da transparência do processo eleitoral	▪ Continuidade do projeto estratégico: “Implementação do Programa Permanente de Enfrentamento à desinformação para as Eleições Gerais 2022 no âmbito do TRE-SC” ▪ Oferecimento de curso de capacitação sobre processo eleitoral, mecanismos de segurança, fiscalização e auditorias no sistema eletrônico de votação ▪ Evolução dos indicadores de desempenho: “Índice de reconhecimento por impressão digital na habilitação para o voto”; “Índice de realização das auditorias de funcionamento do processo eleitoral”; “Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições”; “Índice de fiscalização das audiências públicas do processo eleitoral pelas entidades convocadas ou convidadas”; “Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral”
 OERS4 - Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade	 ✓ Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico ✓ Aprimoramento da transparência e memória institucional ✓ Aproximação da Justiça Eleitoral da sociedade ✓ Realização de ações que promovam a cidadania e a consciência do eleitorado	▪ Continuidade na execução do Plano de Comunicação da Estratégia e seus desdobramentos ▪ Evolução dos indicadores de desempenho: “Índice de Transparência” e “Índice de ações de promoção de cidadania” ▪ Aprimoramento e evolução do indicador de desempenho: “Índice de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade” ▪ Atualização e aperfeiçoamento da Carta de Serviços

PROCESSOS INTERNOS		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OPORTUNIDADES	PERSPECTIVAS FUTURAS
 OEPI1 -Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	 ✓ Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico ✓ Aprimoramento da prestação jurisdicional e do processo judicial eletrônico	▪ Evolução dos indicadores de desempenho: “Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral”; “Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais” e “Índice de atendimento à demanda jurisdicional” ▪ Aprimoramento do PJe
 OEPI2 -Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional	 ✓ Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico ✓ Melhoria no desempenho da estratégia institucional, de forma colaborativa e participativa ✓ Aperfeiçoamento dos processos finalísticos da Cadeia de Valor ✓ Ampliação dos níveis de maturidade em governança e gestão ✓ Ampliação do nível de maturidade em gestão de riscos ✓ Ampliação do nível de maturidade em gestão documental	▪ Atualização da Cadeia de Valor do TRE-SC ▪ Evolução dos indicadores de desempenho: “Índice-Geral de Governança”; “Índice de desempenho dos processos da Cadeia de Valor”; “Índice de maturidade em gestão documental” e “Índice de desempenho da gestão de contratações”
 OEPI3 -Promoção da sustentabilidade	 ✓ Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico ✓ Promoção de contratações e aquisições sustentáveis ✓ Estímulo a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental ✓ Contribuição para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Agenda 2030) da ONU	▪ Evolução do indicador de desempenho: “Índice de desempenho de sustentabilidade”

APRENDIZADO E CRESCIMENTO		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OPORTUNIDADES	PERSPECTIVAS FUTURAS
 OEAC1 - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	 ✓ Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico ✓ Estímulo à capacitação de juízes eleitorais, gestores e servidores, especialmente em aspectos relacionados à Justiça Eleitoral ✓ Valorização e reconhecimento dos servidores ✓ Melhoria da qualidade de vida no trabalho ✓ Prevenção e proteção à saúde ✓ Melhoria do clima organizacional ✓ Incentivo ao Teletrabalho	▪ Evolução dos indicadores de desempenho: "Índice de desempenho da gestão de pessoas"; "Índice de capacitação de juízes eleitorais"; "Índice de capacitação dos gestores em competências gerenciais" e "Índice de capacitação de servidores" ▪ Alinhamento do instrumento estratégico setorial de Gestão de Pessoas ao novo Plano Estratégico ▪ Alinhamento do instrumento estratégico setorial da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina ao novo Plano Estratégico ▪ Aprimoramento da cultura organizacional, no que tange ao desenvolvimento e à capacitação ▪ Instituição da avaliação de desligamento ▪ Investimento em capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional, principalmente na forma on-line
 OEAC2 - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	 ✓ Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico ✓ Aderência da execução orçamentária ao planejamento orçamentário ✓ Execução do orçamento direcionado para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais previstas no plano estratégico ✓ Economia com a realização de pregões ✓ Suplementações orçamentárias	▪ Evolução do indicador de desempenho: "Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira"
 OEAC3 - Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	 ✓ Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhadas ao objetivo estratégico ✓ Apoio à transformação digital no Poder Judiciário ✓ Elevação do nível de maturidade em segurança da informação ✓ Elevação do nível de maturidade em proteção de dados pessoais ✓ Parcerias estratégicas com outras instituições públicas ✓ Aperfeiçoamento e ampliação dos serviços prestados em meio digital à Sociedade	▪ Continuidade do projeto estratégico: "Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do TRE-SC" ▪ Continuidade da execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) ▪ Evolução dos indicadores de desempenho: "Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC – JUD (iGovTIC-JUD)"; "Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação"; "Índice de maturidade em proteção de dados pessoais" e "Índice de serviços prestados em meio digital"

GESTÃO DE PESSOAS

Plano de retomada das atividades/pandemia da Covid-19

A continuidade da pandemia da Covid-19, em 2021, teve uma considerável repercussão na área de Gestão de Pessoas, exigindo uma amplificação de sua atuação, que foi realizada pelo monitoramento constante

- 1) da evolução da pandemia, com acompanhamento da situação no Estado de Santa Catarina para subsidiar tomadas de decisões
- 2) do início e progresso da vacinação contra a COVID-19, com a divulgação contínua dos benefícios da vacina com vistas a incentivar o ato de vacinar, e mapeamento dos(as) servidores(as)/colaboradores(as) vacinados(as) no âmbito do TRE-SC
- 3) do número de casos suspeitos e com diagnóstico positivo da doença entre servidores(as), colaboradores(as) e seus familiares. Além disso, a SGP participou ativamente da elaboração do Plano de Retomada das Atividades Presenciais no TRE-SC, nas seis etapas do retorno às atividades presenciais, e do Gabinete de Crise instituído pelo TRE-SC para traçar as ações estratégicas e os trabalhos em meio à pandemia

A divulgação de informações sobre a Covid-19, sua prevenção e os benefícios da vacinação foram objetivos prioritários também em 2021. Foram mantidas as duas páginas especiais no Portal Saúde na intranet com informações para o enfrentamento da pandemia: “Covid-19: Perto da Informação, Longe do Vírus”, com foco na doença e “Retomada Responsável”, visando fornecer informações para o retorno aos trabalhos presenciais. O grupo WhatsApp “PQV na Pandemia”, foi renomeado para “Saúde e Qualidade de Vida”, dando maior enfoque às campanhas mensais de saúde, a retomada aos trabalhos presenciais e à campanha de vacinação contra a Covid-19 “Vacina é Esperança”.

Em 2021, houve a continuação de divulgação, quase que diariamente, de recomendações para redução do contágio ao novo coronavírus, nas páginas especiais da Intranet e no grupo de WhatsApp citados acima, além de publicações nos grupos institucionais de WhatsApp “TRE Informa” da Secretaria do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais, assim como pelo envio de e-mails a todos(as) os(as) servidores(as).

O Plano de Retomada das Atividades Presenciais no TRE-SC foi realizado em seis etapas, de forma gradual e controlada, sendo cada etapa determinada pela Administração após manifestação técnica prévia da Seção de Saúde e deliberação do Gabinete de Crise. A primeira etapa ocorreu em 1º de junho e contou com o retorno de 25% dos(as) servidores(as) do Tribunal às atividades presenciais; a segunda etapa, em 2 de agosto, permitiu o retorno de no mínimo 25% e no máximo 50% dos(as) servidores(as) da Sede; a terceira etapa, em 1º de setembro, aumentou o percentual na Sede para no mínimo 50% dos(as) servidores(as); a quarta etapa, em 4 de outubro, previu o retorno de no mínimo 50% dos(as) servidores(as) dos Cartórios Eleitorais, equiparando o percentual de retorno da Sede e dos Cartórios; na quinta etapa, em 3 de novembro, houve o retorno de no mínimo 75% de todos os(as) servidores(as) do Tribunal. Finalmente, a última fase ocorreu a partir de 1º de dezembro, quando foi determinado o retorno de 100% dos(as) servidores(as) às atividades presenciais, a exceção das gestantes, que, amparadas pela Lei n. 14.151, de 12.5.2021, permaneceram em atividades remotas.

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Gestão do Cadastro Eleitoral

A manutenção do atendimento exclusivamente virtual permitiu que a população tivesse acesso aos serviços eleitorais sem os custos decorrentes do seu deslocamento a um cartório eleitoral.

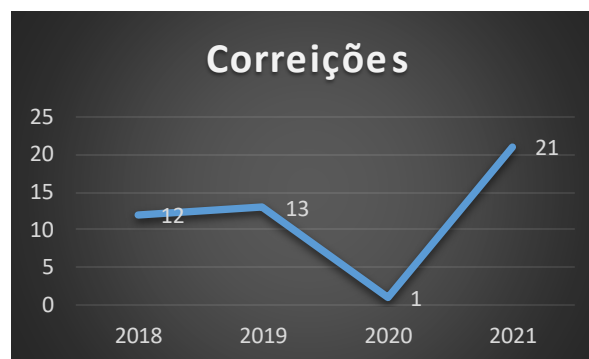
Além disso, foi possível apoiar os cartórios com excesso de demanda, de modo a assegurar-se a tempestividade no tratamento das demandas dos eleitores, sem custo adicional para a Instituição.

Título NET em 2021

TÍTULO NET RECEBIDOS EM 2021	
JANEIRO	14.577
FEVEREIRO	12.135
MARÇO	11.800
ABRIL	10.616
MAIO	12.174
JUNHO	12.431
JULHO	12.892
AGOSTO	14.135
SETEMBRO	15.908
OUTUBRO	16.180
NOVEMBRO	13.086
DEZEMBRO	8.858
TOTAL	154.792

Correições

A disponibilização de ferramentas de videoconferência e implantação da cultura de reuniões virtuais permitiu a revisão os modelos de correção anteriormente adotados, ampliando-se o número de cartórios submetidos ao procedimento com redução significativa de custo.



Reuniões Virtuais

A impossibilidade de realização de eventos presenciais aliada a disponibilidade de novas ferramentas tecnológicas configurou cenário propício para o estreitamento do contato com servidores dos cartórios por meio de reuniões virtuais amplas, para alinhamento relativamente a atividades específicas e, também, de maneira pontual, quando necessário.

Processo Judicial Eletrônico – PJe

A implantação do PJe em todas as zonas eleitorais permitiu um acompanhamento mais pormenorizado do acervo processual, com ganhos efetivos nos processos de controle e supervisão.

Ademais, a virtualização da atividade judiciária configurou-se em oportunidade de melhor gestão da força de trabalho, na medida em que foi possível alocar servidores – de maneira remota – para auxiliar cartórios deficitários ou com volume de trabalho incompatível com os recursos humanos disponíveis.

Dessa forma, Unidades sem demandas excessivas puderam auxiliar outras, em situação precária, sem afastamento de seus cartórios de origem.

Perspectivas

A completa virtualização dos serviços dos cartórios eleitorais permitirá a racionalização de recursos da instituição na medida em que favorecerá projetos que distribuam de maneira mais igualitária as demandas, tornando mais eficiente a prestação de serviços.

A possibilidade de aprimoramento de mecanismos de supervisão e controle também contribuirá para conferir maior qualidade ao produto apresentado à sociedade.

A disponibilidade de ferramentas de videoconferência aproximará a Unidade dos cartórios, melhorando a comunicação interna e permitindo identificar e solucionar as dificuldades com rapidez.

ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Em 2021 este Tribunal iniciou o processo de alinhamento de seu Plano Estratégico à nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída por meio da Res. CNJ n. 325/2020. Em 30 de junho de 2021 a Portaria da Presidência n. 83/2021 instituiu o Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o período de 2021 a 2026.

A formulação realizada no 1º semestre de 2021, seguiu o processo “Gerenciar a Estratégia Institucional” e identificou novas necessidades e desafios que resultaram em 10 objetivos estratégicos divididos em três perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

O Plano Estratégico foi referendado pelo Tribunal Pleno na sessão plenária realizada no dia 05 de julho de 2021.

Saiba mais: <https://www.tre-sc.jus.br/o-tre/gestao-estrategica>

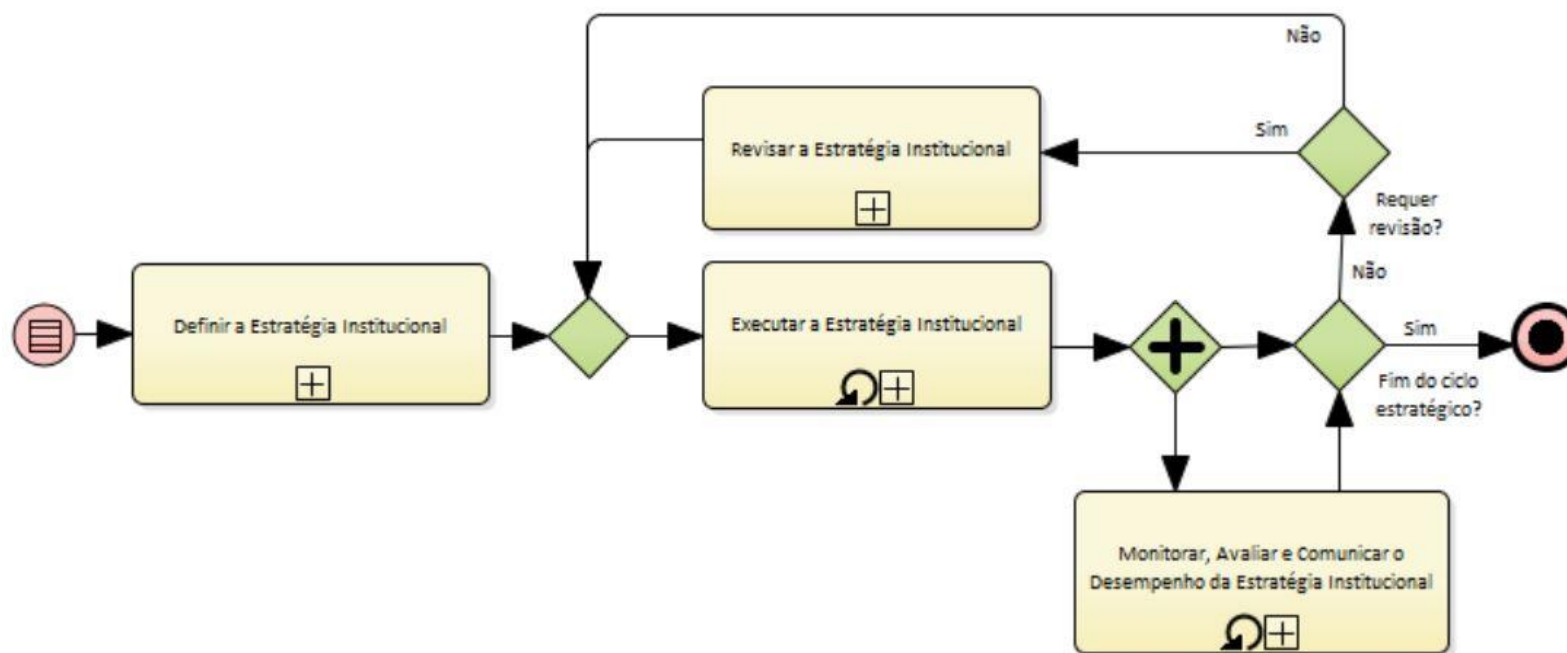


Figura 7 - Fluxograma do processo Gerenciar a Estratégia Institucional

O mapa estratégico a seguir traduz a representação visual do Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o ciclo 2021-2026:



Figura 8 - Mapa Estratégico do TRE-SC - Ciclo 2021-2026.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – CICLO 2021-2026

Os objetivos estratégicos contemplam o conteúdo temático presente nos macrodesafios do CNJ aplicáveis à Justiça Eleitoral, de modo a garantir o alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021- 2026.

Cada objetivo estratégico possui um ou mais indicadores de desempenho selecionados para acompanhamento da sua evolução durante o ciclo estratégico.

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE	
 OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, o exercício da soberania popular pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos fixados pela Constituição Federal e pelo Código Eleitoral. Em relação aos direitos fundamentais, refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF/88, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.
 OERS2 - Promoção da Ética, da Integridade e Enfrentamento aos Ilícitos Eleitorais	Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa, internamente e externamente, ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se promover a cultura da ética e da integridade bem como priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.
 OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	Refere-se ao desafio de garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança, transparência e credibilidade dos pleitos eleitorais e dos instrumentos que viabilizam a participação democrática, com a utilização de tecnologias e com a melhoria dos processos de trabalho relacionados.
 OERS4 - Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade	Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

PROCESSOS INTERNOS	
 OEPI1 -Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais.
 OEPI2 -Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional	Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, produzidas de forma colaborativa. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar os serviços prestados ao cidadão.
 OEPI3 -Promoção da sustentabilidade	Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	
 OEAC1 -Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da Instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força e trabalho.
 OEAC2 -Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.
 OEAC3 -Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Para viabilizar estratégica, tática e operacionalmente o alcance dos objetivos estratégicos priorizados pelo Tribunal foram desenvolvidos os seguintes instrumentos no exercício 2021:

INSTRUMENTOS		DESCRIÇÃO
	Lista de Iniciativas Estratégicas	Instrumento que elenca as iniciativas estratégicas delineadas para o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição, define a unidade responsável por implementá-las e dá origem a programas, projetos e ações institucionais relacionados.
	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	Instrumento elaborado bianualmente que institucionaliza objetivos, indicadores e iniciativas específicas para a área voltadas a aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação no TRE-SC durante a vigência do ciclo estratégico.
	Plano de Comunicação da Estratégia	Instrumento que orienta a comunicação institucional frente aos objetivos estabelecidos no plano estratégico e respectivas iniciativas definidas para alcançá-los.
	Plano de Logística Sustentável	O Plano de Logística Sustentável é o instrumento que estimula a reflexão e a mudança dos padrões de consumo, fomentando ações que incentivem o aperfeiçoamento do gasto público, o uso sustentável de recursos e a correta gestão de resíduos no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.
	Plano Anual de Aquisições	O Plano anual de Aquisições é o instrumento elaborado com objetivo de planejar as contratações, no âmbito do TRE-SC para cada exercício, definindo papéis e responsabilidades das áreas envolvidas.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

O TRE-SC instituiu o Escritório de Projetos Estratégicos (EPE) ao qual compete orientar e acompanhar o desdobramento e a execução da estratégia institucional, bem como fomentar a cultura de gerenciamento de projetos na Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

A tabela a seguir relaciona os principais programas, projetos e iniciativas relevantes para o cumprimento da missão Institucional do TRE-SC no exercício 2021 que foram selecionados pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica para acompanhamento pelo EPE:

PROJETO	Alinhamento Estratégico	Finalidade	Recursos Financeiros alocados no exercício	Resultados
Eleições Municipais 2020	Missão OERS1 -Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	Organização e realização das Eleições Municipais 2020 conforme Emenda Constitucional n. 107/2020, diretrizes nacionais e desafios decorrentes da pandemia de Covid-19	R\$ 301.128,36	Fase do projeto: Concluído Concluído o acompanhamento do projeto em maio, no exercício foi realizada a análise da prestação de contas de candidatos e candidatas não eleitos(as) e concluída a análise e consolidação da avaliação do projeto
Novas Eleições - Município de Petrolândia - 13/06/2021	Missão OERS1 -Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	Realização de novas eleições aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de Petrolândia (39ª Zona Eleitoral/Ituporanga)	R\$ 43.511,34	Fase do projeto: Concluído Projeto executado e concluído em 2021 conforme Calendário Eleitoral aprovado pela Res. TRE-SC n. 8.029/2021
Planejamento das Eleições Gerais 2022	Missão OERS1 -Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	Planejar a realização das Eleições Gerais 2022 no âmbito do Estado de Santa Catarina implementando as oportunidades de melhoria viáveis que foram identificadas em pleitos anteriores	Não houve recursos financeiros alocados no exercício.	Fase do projeto: Execução, monitoramento e controle Em 2021 foi concluída a seleção das propostas de melhorias e inovações ao processo eleitoral; a elaboração das diretrizes estratégicas para as eleições gerais 2022; a revisão, atualização e evolução da Estrutura Analítica do Projeto das Eleições 2022 e seus desdobramentos (atividades, responsáveis e prazos); a definição da lista de planos auxiliares necessários ao Projeto; a consolidação do Planejamento operacional; a elaboração dos Planos de Gerenciamento das Comunicações e de Contratação das Eleições

PROJETO	Alinhamento Estratégico	Finalidade	Recursos Financeiros alocados no exercício	Resultados
Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do TRE-SC	OEAC3 - Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e de Comunicação e de Proteção de Dados	Adequar os serviços da Justiça Eleitoral de Santa Catarina aos dispositivos da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD)	R\$ 42.000,00	Fase do projeto: Execução, monitoramento e controle O projeto permaneceu em execução em 2021. Neste exercício as principais atividades realizadas foram: realização do mapeamento de dados pessoais tratados pelas unidades do TRE-SC; elaboração de formulário para atendimento aos titulares de dados pessoais, elaboração do fluxo de atendimento aos titulares de dados pessoais; criação de site na internet com informações sobre proteção de dados pessoais; inclusão de indicador para monitoramento da evolução da maturidade de proteção de dados pessoais na Instituição, também foram realizadas ações de sensibilização e capacitação para servidores e servidoras
Formulação do Planejamento Estratégico Institucional - Ciclo 2021-2026	OEPI2 - Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional	Formular o novo ciclo estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário instituída pela Res. CNJ n. 325/2020	Não houve recursos financeiros alocados no exercício	Fase do projeto: Execução, monitoramento e controle O projeto teve início em 16/04/2021 e possui data de término prevista para 10/03/2022. Em 2021 marcos principais do projeto foram concluídos: TAP aprovado, Diagnóstico institucional realizado, Planejamento da Estratégia Institucional realizado e Plano Estratégico Instituído
Implementação do Programa Permanente de Enfrentamento à desinformação para as Eleições Gerais 2022 no âmbito do TRE-SC	OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	Implementar ações de enfrentamento à desinformação para as Eleições Gerais 2022 no âmbito do Programa instituído pela Portaria P. n. 66/2021	R\$ 39.000,00	Fase do projeto: Execução, monitoramento e controle Em 2021 foram designados os representantes do Comitê Gestor e do Grupo de Apoio Técnico ao Comitê Gestor do Programa; foi elaborada a página na intranet do Programa Permanente de Desinformação; elaborada e aplicada pesquisa sobre dúvidas no processo eletrônico de votação brasileiro para autoridades (juizes e promotores eleitorais); assinado convênio com Instituto ILD para obtenção de apoio técnico e intercâmbio de ações que visem o enfrentamento à desinformação. Foi iniciada a primeira capacitação de servidores e servidoras em estratégias de combate à desinformação. Foi elaborado fluxograma do processo de identificação, checagem e tratamento de desinformação/notícias falsas

PROJETO	Alinhamento Estratégico	Finalidade	Recursos Financeiros alocados no exercício	Resultados
Projeto Meu Primeiro Título - #BoraVotar Biênio 2021-2022	OERS4 - Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade	Ampliar o eleitorado jovem no Estado de Santa Catarina, fomentando o exercício da cidadania e a participação na vida política nacional	R\$ 117.860,66	Fase do projeto: Execução, monitoramento e controle Em pouco mais de dois meses de execução do projeto, houve um aumento de 33% no número de eleitores menores de 18 anos inseridos no cadastro eleitoral, o que corresponde a 4.825 jovens eleitores. A primeira etapa compreendeu ações realizadas junto a unidades educacionais de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Lages e Itajaí, entre outros

APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DO TRE-SC GERAR VALOR

O desempenho da estratégia institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é monitorado com base no alcance das metas de cada indicador de desempenho do Planejamento Estratégico Institucional. Os indicadores são mensurados anualmente e levam em consideração as peculiaridades existentes em anos eleitorais e não eleitorais.

Índice de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC

O indicador, instituído no novo ciclo estratégico e de frequência anual, mede o índice percentual resultante do alcance dos resultados pelos indicadores de desempenho selecionados para o alcance da estratégia institucional do TRE-SC nas perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento nos exercícios 2021 a 2026.

Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional (RDEI)

Relatório anual utilizado para monitoramento e avaliação da estratégia do TRE-SC durante o ciclo estratégico. O RDEI é produzido pela Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições (AEPE) e submetido à apreciação pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) nas reuniões de análise da estratégia realizadas no primeiro quadrimestre de cada ano. O relatório reúne as metas e os resultados alcançados no exercício, destaques do exercício e proposições de medidas de melhoria para o aprimoramento contínuo do desempenho institucional.

Reuniões de Análise da Estratégia

O CPGE, estrutura vinculada ao Conselho de Governança Corporativa, realizará, ao menos quadrimestralmente, Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs), para avaliação e monitoramento dos resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento contínuo do desempenho institucional.

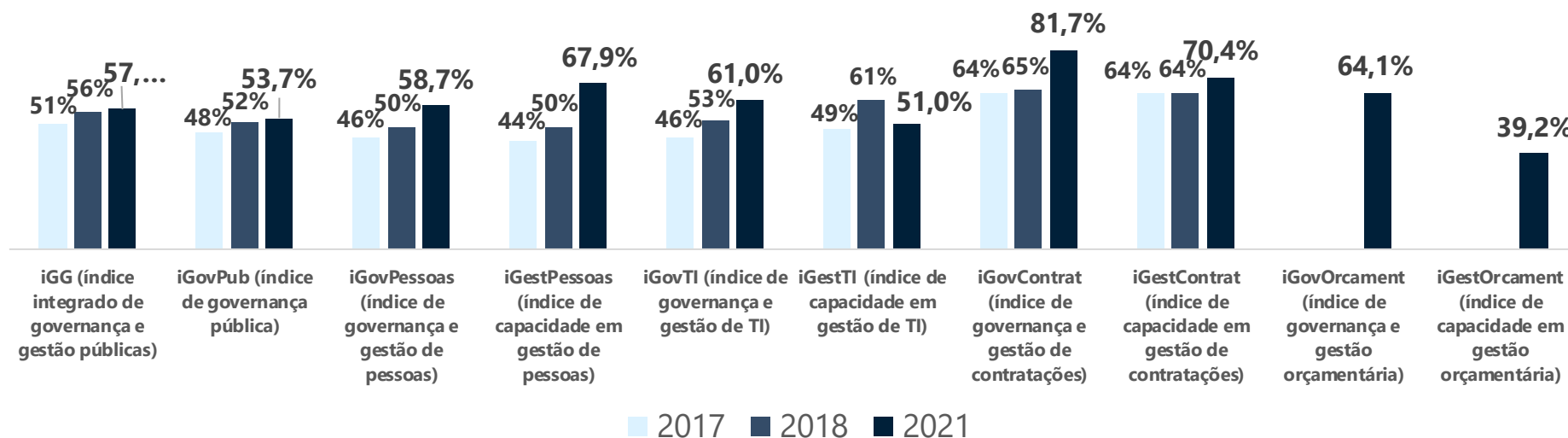
Em 17 de fevereiro de 2022, foi realizada a Reunião de Análise da Estratégia pelo CPGE que, à unanimidade, aprovou o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional (RDEI – 2021), cujos resultados e avaliações constam nos itens apropriados deste relato integrado.

A Instituição monitora também o cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário e as Metas Específicas aplicáveis ao segmento Justiça Eleitoral que são aprovadas nos Encontros Nacionais do Poder Judiciário, evento promovido anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os índices de governança e gestão medidos periodicamente pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

Como boa prática, a estrutura de Governança do TRE-SC institucionalizou no Plano Estratégico Institucional indicadores que possibilitam acompanhar a evolução da Instituição nos índices presentes no levantamento integrado de Governança e Gestão Públicas.

A seguir, estão os resultados que o TRE-SC obteve nos últimos levantamentos realizados pelo TCU que permitem constatar evolução na ampla maioria dos índices monitorados pela Instituição:

Evolução do levantamento de governança e gestão públicas - TCU



O indicador iGestTI é derivado de outros indicadores. São eles: PlanejamentoTI, PessoasTI e ProcessosTI. Abaixo temos um comparativo dos indicadores dos levantamentos de 2018 e 2021.

Indicador	2018	2021
iGestTI	0,606901	0,510359
PlanejamentoTI	1	0,361389
PessoasTI	0,15869	0,519544
ProcessosTI	0,614064	0,59585

Nota-se que o decréscimo do iGestTI se deve a queda no valor registrado para o indicador PlanejamentoTI que passou de 1 (100%) para 0,361389 (36%). Essa queda foi resultante de alterações no domínio, abrangência e exigência das questões 4211 e 4212, que tratam respectivamente do processo de planejamento de TI e plano estratégico de TI vigente, ou seja, foram incluídos novos itens nas respectivas questões. Para 2022, serão incluídas no planejamento de TIC as ações de melhoria a fim de atender às novas exigências.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Os indicadores de desempenho e as metas para os exercícios 2021 e 2022 foram instituídos pela Portaria da Direção-Geral n. 163/2021 e sua alteração posterior (Portaria DG n. 346/2021), decorrente de melhorias sugeridas pelas unidades e submetidas ao Comitê Permanente de Gestão Estratégica. Além das metas, a ficha de cada indicador contempla informações importantes: o que mede, para que mede, quem mede, quando mede, como mede, onde mede e sua evolução ideal.

A medição dos indicadores de desempenho é realizada anualmente e considera o período 01/01 a 31/12 de cada exercício em referência. As metas para os exercícios subsequentes serão fixadas oportunamente, após análise das medidas de melhoria propostas.

Os gráficos dos resultados mostrados neste relatório apresentam contorno em cores distintas para identificar os indicadores de desempenho que cumpriram ou superaram a meta fixada para o exercício (**em cor azul**), não cumpriram a meta no exercício (**em cor vermelha**), que não são mensuráveis ou tiveram a medição suspensa no exercício de referência – e, portanto, não contabilizam para o desempenho do presente exercício (**em cor cinza**) e que tiveram a medição prejudicada no exercício ou interrompida no ciclo estratégico (**contorno em cor preta**).



OERS1 – Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos



Análise: o indicador não alcançou a meta fixada para o exercício. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta foi de -23,26%. A meta variável demonstrou-se superdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021. Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos: 0,33% (<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-deeleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>). A meta era igualar ou superar o percentual nacional de alistamento de jovens de 16 e 17 anos em 2021, que foi de 0,43%. Em setembro de 2021, o TRE-SC lançou a campanha "Meu primeiro título #BoraVotar", coordenada pela EJESC, órgão responsável pela promoção do cumprimento da meta, com a iniciativa de aproximar os jovens de 15 a 17 anos do processo eleitoral, além de incentivar o alistamento do eleitorado dessa faixa etária para o exercício do voto nas Eleições de 2022. Desde o início da campanha, o índice aumentou (de 0,31% para 0,33%), contudo não houve tempo hábil para alcançar a meta estabelecida. Ademais, pode-se citar como fatores de contribuição para o resultado aquém do esperado o engajamento/alistamento depender do interesse do eleitor e o momento atual de pandemia de coronavírus que estamos vivenciando.

Índice de participação eleitoral



Obs.: indicador de desempenho não medido em anos não eleitorais.

Índice do eleitorado com biometria cadastrada



Obs.: indicador de desempenho com medição suspensa nos exercícios 2021 e 2022 em razão da pandemia de Covid-19.

Índice de participação de voluntários e voluntárias no processo eleitoral



Obs.: indicador de desempenho não medido em anos não eleitorais.

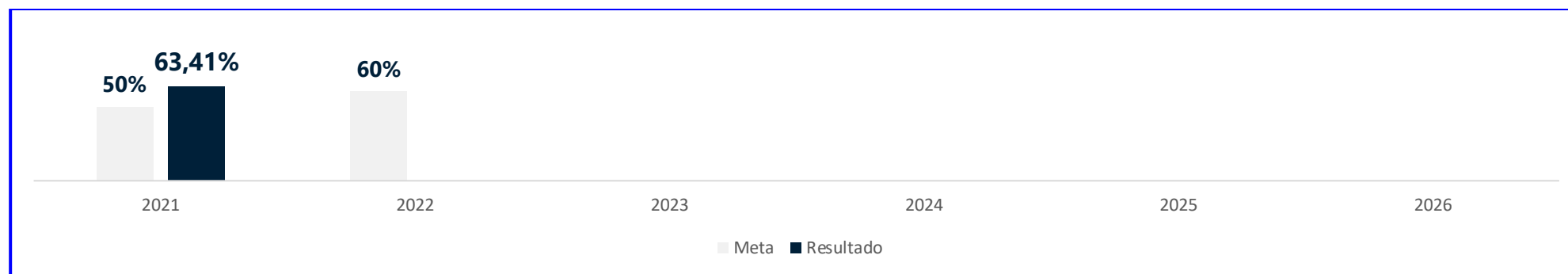
Índice de acessibilidade



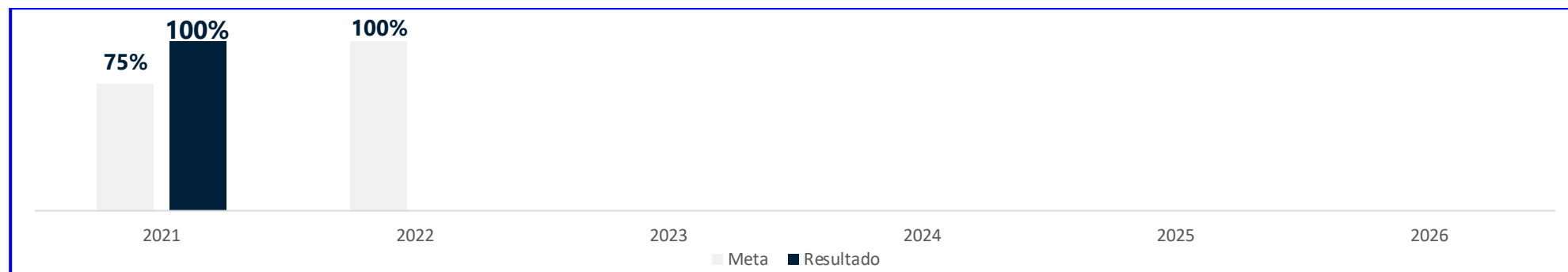
Análise: o indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de -10,98%. Não foi possível atingir a meta (82%) porque em ano não eleitoral não são realizadas campanhas institucionais sobre a importância do voto destinada ao eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida. Estuda-se a alteração do indicador para abranger campanha sobre os serviços que são oferecidos para facilitar o voto das pessoas com deficiência.

**OERS2 – Promoção da Ética, da Integridade e Enfrentamento aos Ilícitos Eleitorais**

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de promoção da cultura da ética e da integridade

Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 26,82%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de execução do plano anual de auditoria

Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 33,33%. A meta demonstrou-se subdimensionada, entretanto, para o exercício 2022 a meta fixada demonstra-se desafiadora.

Índice de implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna

Análise: o indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de -20%. A meta demonstrou-se superdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de atendimento aos princípios constitucionais por titulares de cargos e funções conforme Res. CNJ n. 156/2012

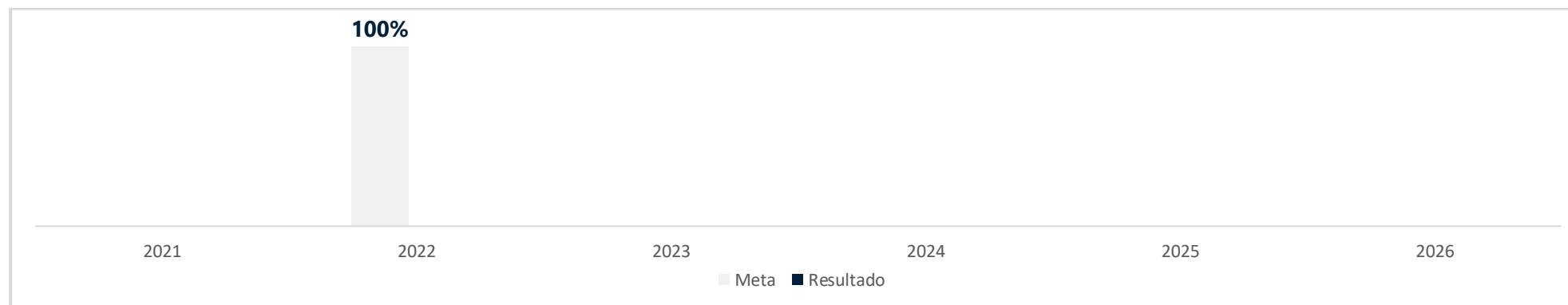
Análise: o indicador alcançou a meta fixada para 2021.

**OERS3 – Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral**

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

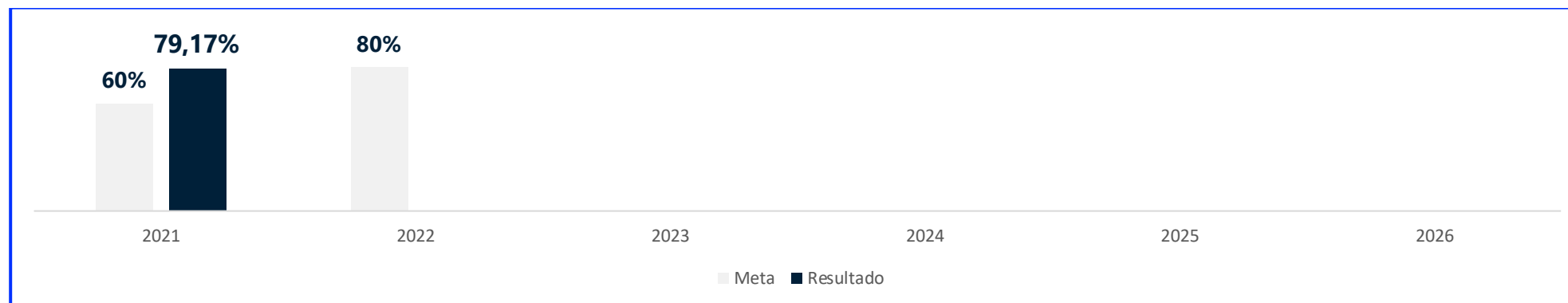
Índice de reconhecimento por impressão digital na habilitação para o voto

Obs.: indicador de desempenho não medido em anos não eleitorais.

Índice de realização das auditorias de funcionamento do processo eleitoral

Obs.: indicador de desempenho não medido em anos não eleitorais.

Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições



Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 31,95%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de fiscalização das audiências públicas do processo eleitoral pelas entidades convocadas ou convidadas



Obs.: indicador de desempenho não medido em anos não eleitorais.

Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral



Análise: o indicador alcançou a meta fixada para 2021.

**OERS4 – Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade**

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de Transparência



Análise: O índice de transparência mede o percentual obtido no Ranking de Transparência do Poder Judiciário. O resultado obtido em 2021, de 86,60%, ficou abaixo do previsto no Planejamento Estratégico – 90%. O não cumprimento se deve ao fato de que algumas unidades ainda não realizaram todas as adequações necessárias para o cumprimento dos quesitos avaliados pelo CNJ. Ressalta-se que, no período, houve a interposição de recursos ao CNJ de 5 quesitos. O cumprimento ou a elaboração de um cronograma para a implementação está sendo estudado no âmbito das unidades orgânicas.

Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo

Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 11,11%.

Índice de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade

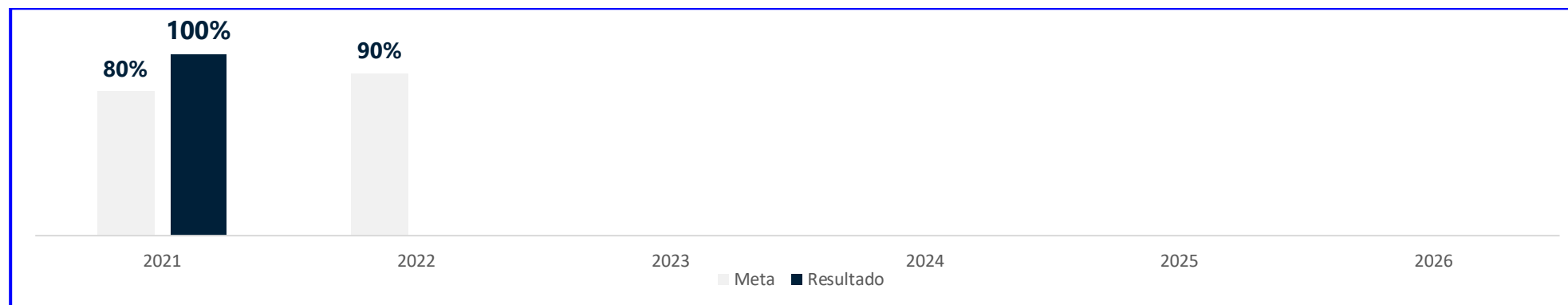
Análise: indicador de desempenho teve medição prejudicada no exercício 2021 em razão da pandemia de Covid-19, pois não houve preenchimento de formulários nas centrais de atendimento ao eleitor no ano de 2021, em razão de não ter havido atendimento presencial, mesmo assim o indicador foi contabilizado para medição do Índice de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC neste exercício.

Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo



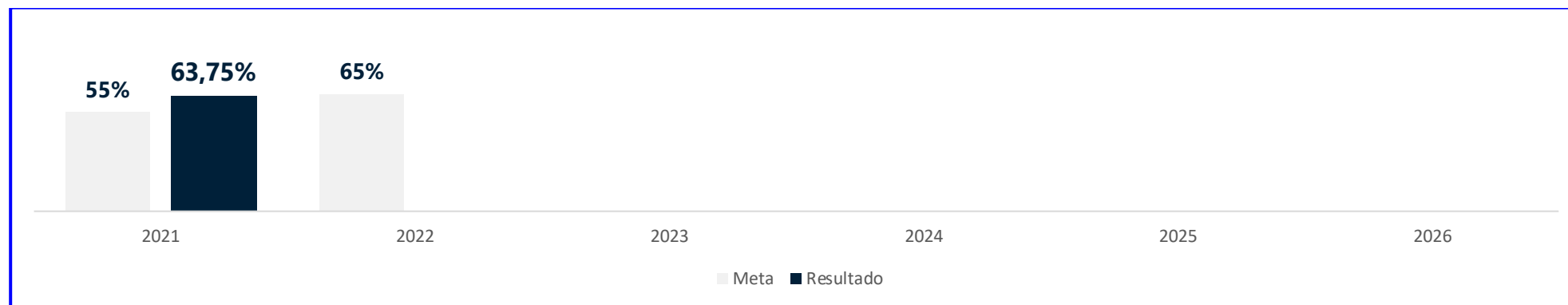
Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 0,55%.

Índice de ações de promoção de cidadania



Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 0,55%.

Índice de maturidade em gestão da memória institucional

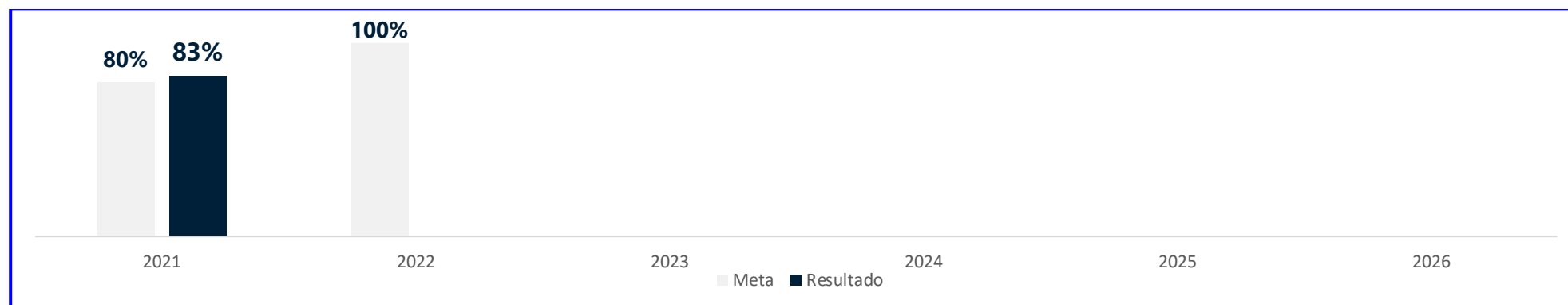


Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 15,9 1%.

**OEPI1 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional**

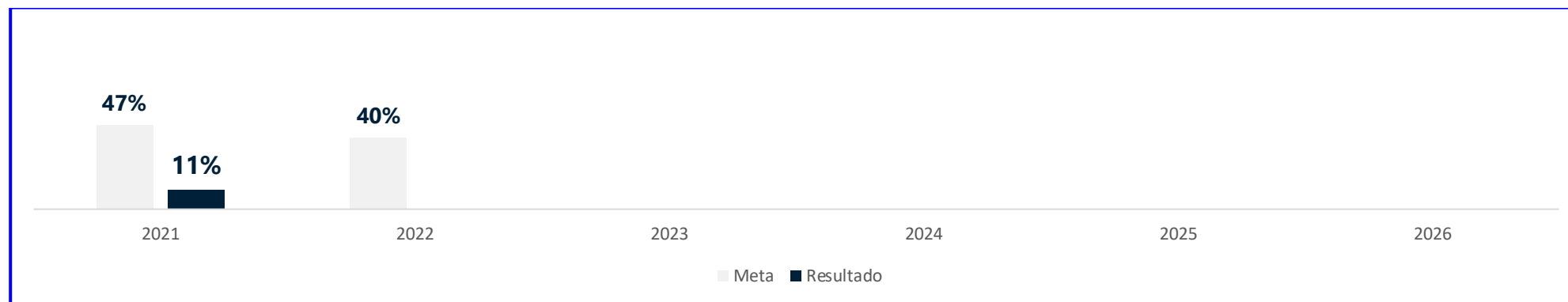
Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral



Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 3,75%.

Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais



Análise: o indicador possui polaridade invertida, ou seja, a evolução ideal é “quanto menor, melhor”. Indicador superou a meta fixada para 2021. O resultado obtido no exercício foi 76,60% menor que o valor da meta fixada. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

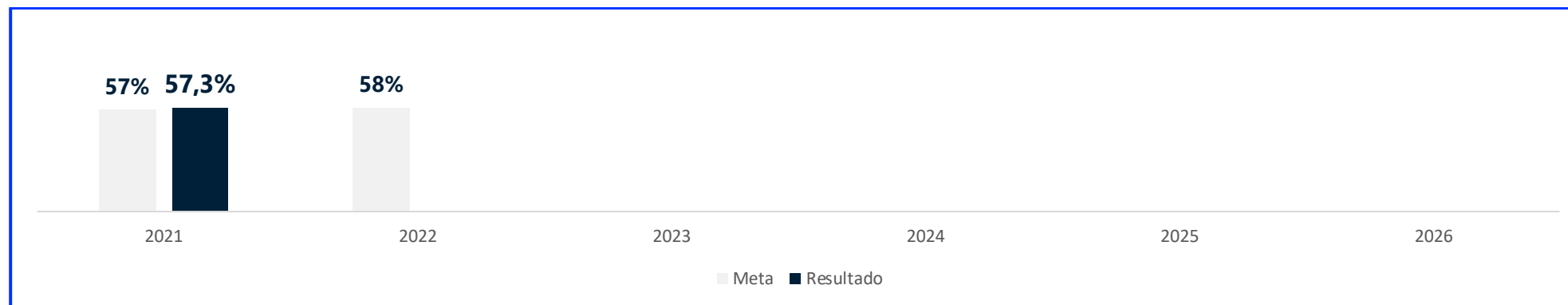
Índice de atendimento à demanda jurisdicional



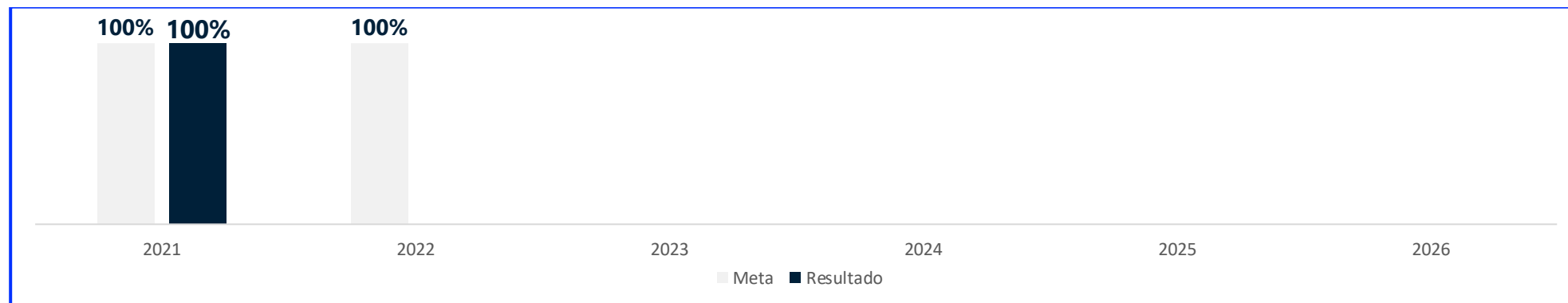
Análise: O indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixa da foi de -25,76%. Em 2021, o TRE-SC atingiu o percentual de 1559%, que, apesar de inferior à meta estabelecida, reforça o êxito da gestão quanto aos compromissos fixados para a atividade jurisdicional. Tal fato se justifica porque em 2021, não obstante tenha sido um ano pós-eleição municipal, tramitavam nos cartórios eleitorais muitas ações com rito especial decorrente do processo eleitoral e, especialmente, uma grande demanda de prestação de contas da campanha eleitoral. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

**OEPI2 – Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional**

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

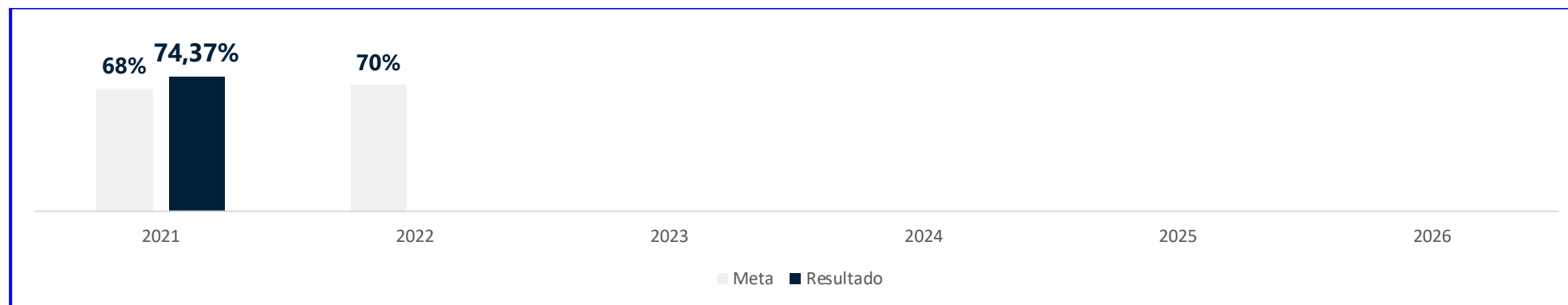
Índice-Geral de Governança

Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 0,53 %.

Índice de monitoramento e avaliação do desempenho da estratégia institucional

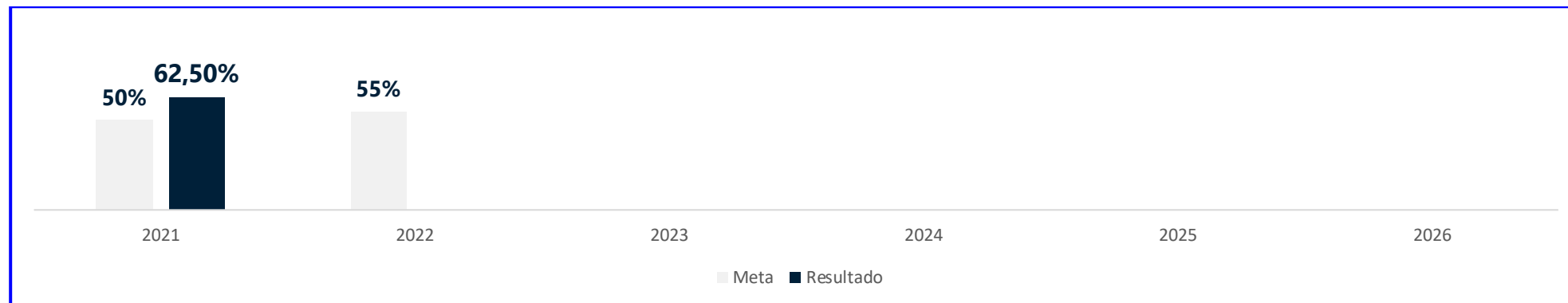
Análise: O indicador alcançou a meta fixada para 2021.

Índice de maturidade em gestão de riscos



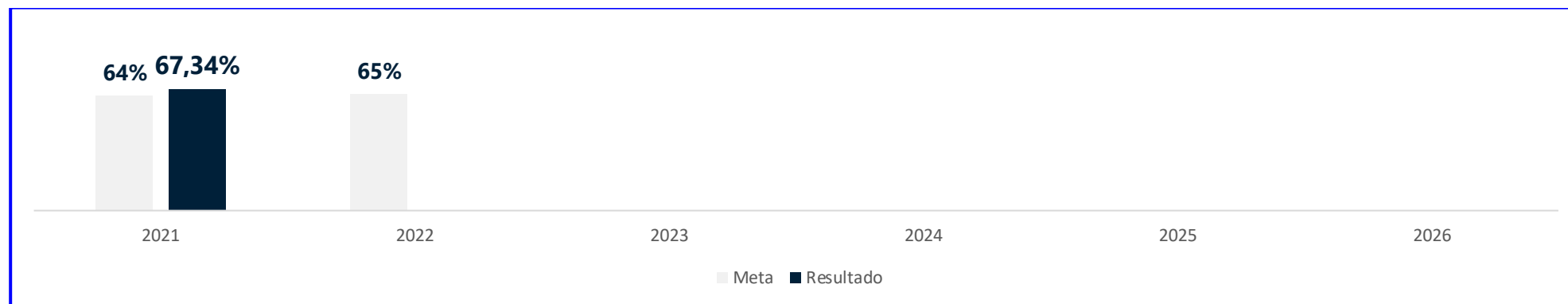
Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 9,37%.

Índice de desempenho dos processos da Cadeia de Valor



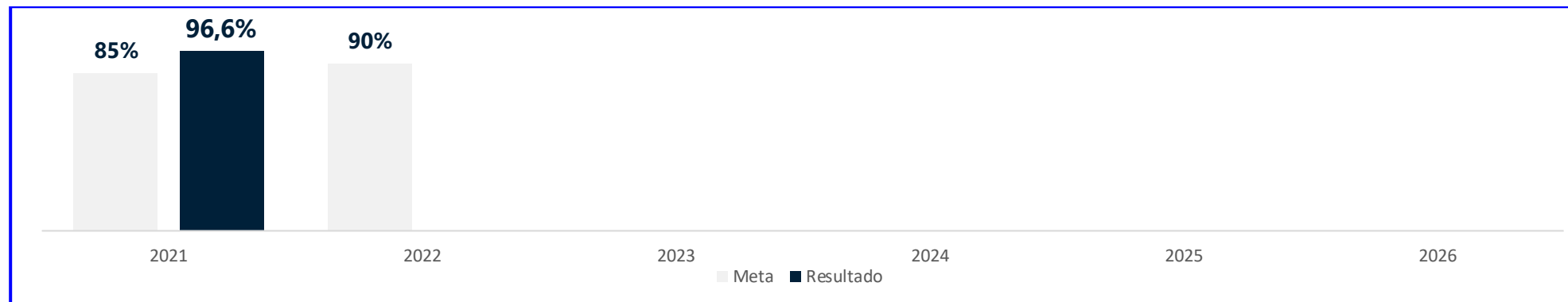
Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 25%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de maturidade em gestão documental



Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 5,22%.

Índice de qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna



Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 13,65%.

Índice de desempenho da gestão de contratações



Análise: O indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixa da foi de -42,86%. O índice não foi atingido em razão do não atingimento da meta dos seguintes indicadores: Conformidade aos Prazos Previstos no Planejamento de Contratações: Em razão de suplementação orçamentária de investimentos, a qual foi liberada no mês de setembro, diversos pedidos foram formulados fora do prazo previsto no Plano de Aquisições de 2021. Licitações Desertas ou Fracassadas: Percebeu-se ao longo do ano de 2021 que a Pandemia mudou diversos mercados, gerou escassez e incertezas, além de causar o encarecimento de diversos produtos e serviços, o que contribuiu significativamente para o aumento das licitações desertas e fracassadas. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.



OEPI3 – Promoção da Sustentabilidade

O indicador de desempenho relacionado ao objetivo estratégico será a seguir analisado:

Índice de desempenho de sustentabilidade



Obs.: Resultado divulgado pelo CNJ em 2021, referente ao Ano-Base 2020, por meio do 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário.

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Análise: único indicador de desempenho relacionado ao objetivo estratégico que não alcançou a meta fixada para 2021. O Conselho Nacional de Justiça estabeleceu o Índice de Desempenho de Sustentabilidade - IDS, cujo objetivo consiste em criar um indicador sintético que seja capaz de avaliar, em uma única dimensão, o resultado combinado de vários indicadores distintos, permitindo assim, comparação objetiva entre os tribunais. O 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, o último publicado, foi em 2021, quando foi editada a nova Resolução CNJ 400/2021. O referido Índice de Desempenho de Sustentabilidade tem por parâmetros apenas determinadas medições, como o consumo de energia por metro quadrado, consumo de água por metro quadrado, número de usuários por veículo, copos descartáveis per capita, consumo de papel per capita, etc. São mensurações que foram fortemente influenciadas pela Pandemia do Covid-19, e pela adoção crescente do regime de teletrabalho. Além disso, o CNJ não ofereceu ferramenta destinada a que os Tribunais possam efetuar uma prévia do referido IDS, corrigindo eventuais resultados, no sentido de se obter melhor desempenho. O TRE-SC se vinculou ao referido índice ao adotá-lo por meio da Portaria DG 163/2021. Espera-se que nos próximos anos sejam disponibilizadas ferramentas pelo CNJ e que haja tempo para direcionamento de esforços concretos, visando alcançar pontuações mais elevadas, neste índice que está sofrendo os primeiros ajustes, adaptações recentes e adequações à realidade pós Covid-19. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

**OEAC1 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas**

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de desempenho da gestão de pessoas

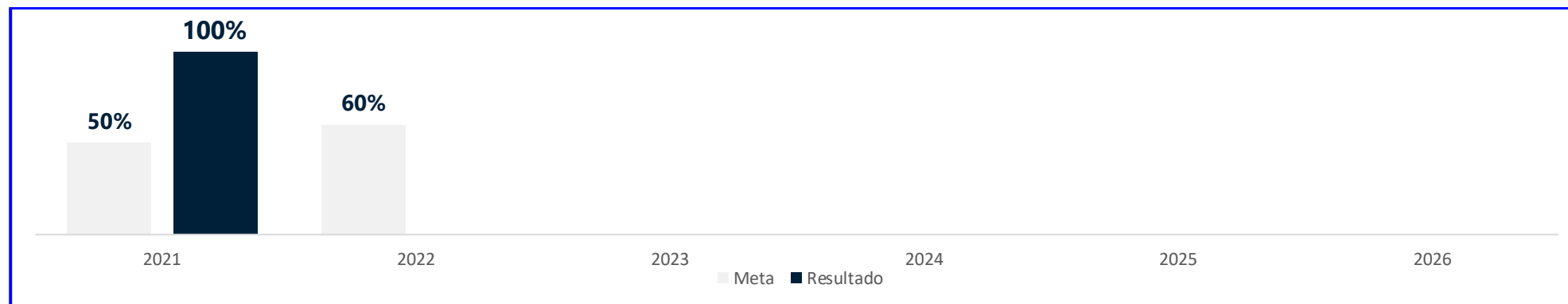
Análise: o indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de -10%. Dos 20 indicadores táticos selecionados para medição do indicador, 2 não alcançaram as metas: Índice de iniciativas estratégicas implementadas em gestão de pessoas (IE 1.2) e Índice de proteção à saúde do servidor (IE 3.3). Das 22 (vinte e duas) Iniciativas Estratégicas (IE) previstas no Programa Desenvolve, 16 (dezessete) foram realizadas. Em 2021, foram realizados os Exames Médicos Periódicos e houve intensa campanha para vacinação da COVID-19. De 486 (quatrocentos e oitenta e seis) servidores(as), 59% concluíram os exames.

Índice de capacitação de juízes eleitorais



Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 203%. A meta demonstrou-se subdimensionada e possibilita oportunidade para contínua evolução durante o ciclo estratégico. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de capacitação dos gestores em competências gerenciais



Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 100%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de capacitação de servidores

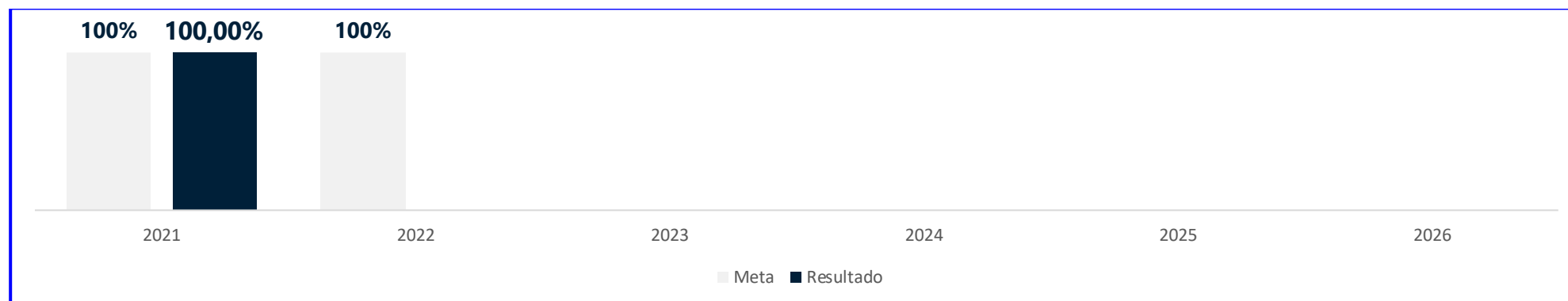


Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido em relação à meta fixada foi de 16,93%.

**OEAC2 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira**

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira



Análise: O indicador alcançou a meta fixada para 2021.



OEAC3 – Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC –JUD (iGovTIC-JUD)

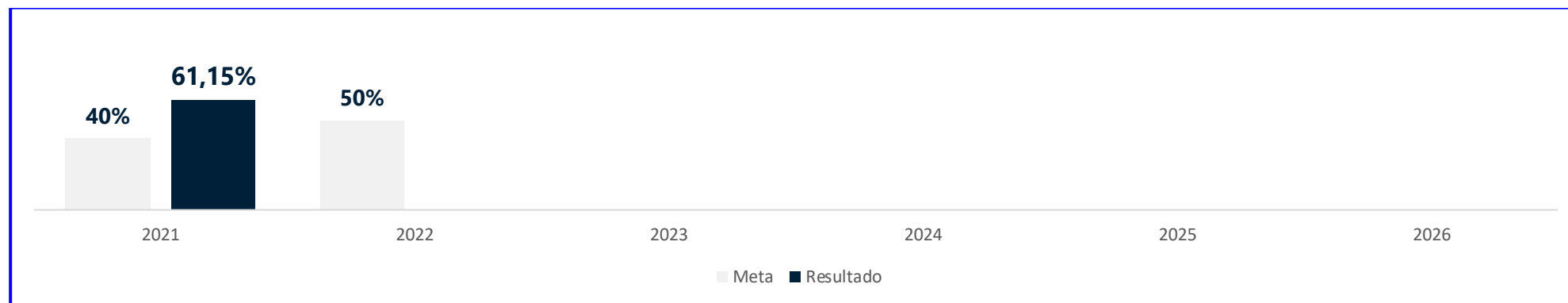


Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido em relação à meta fixada foi de 10%.

Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação



Análise: O indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de -42,50%. Justificativa: (1) Solicitações recorrentes não atendidas pelo CNJ para criação de usuário a fim de publicar artefatos no portal Connect-Jus; (2) Contratações / Aquisições planejadas e não contratadas ou contratadas em valor muito acima do planejado (por exemplo: impressora, notebook, solução para teletrabalho e Monitoramento, detecção e investigação digital). Outros fatores: variação do câmbio; escassez mundial de eletrônicos (ocasionada pela pandemia, elevou o preço de alguns equipamentos); a não aquisição de impressoras, devido a estudos que verificaram a orientação do Ministério do Planejamento no sentido de que se dê preferência a contratação de serviços de impressão (outsourcing); e aquisição de notebooks a fim de facilitar o transporte/mobilidade de equipamentos pelos usuários, tendo em vista o aumento da procura pelo teletrabalho; (3) Inexistência de unidade técnica de segurança cibernética para implementação da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) considerando sua abrangência e complexidade; (4) Não disponibilidade de servidores com dedicação exclusiva à segurança cibernética; (5) O cumprimento do acordo de níveis de serviço (ANS) praticamente atingiu a meta (valor = 97,72% e meta 98%) mas não foi considerado. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de maturidade em proteção de dados pessoais

Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 52,88%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de serviços prestados em meio digital

Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 78,38%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

PLANOS DE CURTO PRAZO DA ORGANIZAÇÃO COM A INDICAÇÃO DOS OBJETIVOS ANUAIS, DAS MEDIDAS, INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS NECESSÁRIOS AO SEU ALCANCE, DOS PRAZOS, DOS RESPONSÁVEIS, DAS METAS PARA O PERÍODO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, E OS RESULTADOS ALCANÇADOS COMPARANDO-OS COM AS METAS E OS OBJETIVOS PACTUADOS

As ações, iniciativas, projetos e programas para o alcance dos objetivos estratégicos para o ano de 2021 fazem parte do Plano Diretor de TIC (PDTIC). O alcance dos objetivos é dado pelo desempenho dos respectivos resultados-chave (KRs) descritos na seção “Indicadores”. Dentre as ações planejadas no PDTIC para 2021 podemos destacar:

Objetivo Estratégico de TIC	Ação / Iniciativa (PDTIC)	Responsável	Prazo	Situação
Buscar a Inovação de Forma Colaborativa	AE01 - Fomentar o uso do Connect Jus, publicando ações realizadas pelo tribunal para disseminar a cultura e valor da área de TIC no órgão, divulgando as boas práticas de TIC e mostrando as principais entregas, avanços e realizações da área de TIC	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Aguardando disponibilidade de equipe
	AE02 - Participar do Desenvolvimento Colaborativo da Justiça Eleitoral	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Concluído. Participação nos projetos Justifica, QrUEL e Patrimônio
Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	AE03 - Melhorar os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD) – Identificação	Carlos José Schmidt Cardoso	30/09/2021	Aguardando disponibilidade de equipe
	AE04 - Melhorar os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD) – Implementação	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Aguardando disponibilidade de equipe
	AE05 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Análise	Carlos José Schmidt Cardoso	30/09/2021	Em andamento. Foi feito um levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética
	AE06 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Proposição	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Em andamento. Foi feito um levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética
	AE07 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Coordenação	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Em andamento. Foi feito um levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

AE08 - Compor o seu quadro permanente com servidores que exercerão atividades voltadas exclusivamente para a área de TIC sempre em quantidade compatível com a demanda e sob orientação do referencial mínimo estabelecido – Avaliação	Eron Domingues	31/10/2021	Aguardando disponibilidade de equipe
AE09 - Compor o seu quadro permanente com servidores que exercerão atividades voltadas exclusivamente para a área de TIC sempre em quantidade compatível com a demanda e sob orientação do referencial mínimo estabelecido – Proposição	Eron Domingues	31/10/2021	Aguardando disponibilidade de equipe
AE10 - Realizar análise de rotatividade com objetivo de avaliar a eficácia dos instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TIC	Eron Domingues	17/12/2021	Em razão das diversas e novas atividades atribuídas à Seção de Desenvolvimento Organizacional e do aumento substancial de acompanhamento de servidores (Projeto Escuta), não foi possível realizar a análise de rotatividade com o objetivo de avaliar a eficácia dos instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TIC
AE11 - Alinhar o Planos Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)	Carlos José Schmidt Cardoso	31/07/2021	Concluído
AE12 - Elaborar Plano de Trabalho da ENTICJud	Carlos José Schmidt Cardoso	31/07/2021	Concluído
AE13 - Encaminhar ao CNJ os planos que constituem os produtos de Gestão do Judiciário previstos na ENTICJUD, de forma periódica	Carlos José Schmidt Cardoso	31/07/2021	Concluído
AE14 - Elaborar propostas orçamentárias alinhadas ao PDTIC	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Aguardando disponibilidade de equipe para adequação e revisão do processo de gestão orçamentária
AE15 - Constituir Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação multidisciplinar – Revisão	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Em andamento
AE16 - Constituir Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – Revisão	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Em andamento
AE17 - Estruturar Escritório de Projetos de TIC	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Aguardando disponibilidade de equipe
IN06 - Implantar Sistema de Gestão Orçamentária	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Concluído
IN12 - Gerenciar Desenvolvimento de Software Externo (Fábrica de Software)	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Em andamento
IN14 - Implantar Sistema AudiTSE	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Concluído
IN25 - Contratar serviço de servicedesk	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Concluído
IN32 - Incrementar serviços de TI na nuvem	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Em andamento o planejamento da contratação de ferramentas de colaboração
IN33 - Avaliar tecnologias para aumentar a disponibilidade e capacidade da rede dos cartórios	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Concluído
IN39 - Gerenciar Projetos de TIC	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Em andamento

Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	AE18 - Implementar a Gestão de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	<i>Em andamento. Aguardando definição dos cenários e processos críticos de negócios (aquele que não podem ser interrompidos) pela Comissão de Continuidade de Negócios.</i>
	AE19 - Manter o plano de Gestão de Riscos de Segurança de TIC	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	<i>Concluído</i>
	AE20 - Implementar controles de segurança voltados à proteção de dados pessoais – Avaliação	Eron Domingues	31/08/2021	<i>Em andamento. Foi feito levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética</i>
	AE21 - Implementar controles de segurança voltados à proteção de dados pessoais – Implementação	Eron Domingues	17/12/2021	<i>Em andamento. Foi feito levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética</i>
	AE22 - Aperfeiçoar as estruturas de segurança da informação	Eron Domingues	17/12/2021	<i>Em andamento. Foi feito levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética</i>
	AE23 - Aperfeiçoar as estruturas de proteção de dados pessoais	Eron Domingues	17/12/2021	<i>Em andamento. Foi feito levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética</i>
	IN02 - Desenvolver melhorias no sistema e-Voto (Eleições da comunidade)	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	<i>Em fase final de implementação</i>
	IN03 - Integrar o Serviço de Autenticação com a plataforma gov.br	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	<i>Implementação em andamento no sistema e-Voto</i>
	IN04 - Desenvolver Solução Tecnológica para o Repositório Digital	Alcir Alexandre da Silva	17/12/2021	<i>Desenvolvimento concluído. Em fase de homologação</i>
	IN07 - Configurar VM de Desenvolvimento para Fábrica de Software	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	<i>Concluído</i>
	IN14 - Implantar Sistema AuditSE	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	<i>Aguardando disponibilidade de equipe</i>

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

	IN15 - Implantar Sistema de Cadastro de Autoridades (CORAU)	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Aguardando disponibilidade de equipe
	IN16 - Avaliar nova ferramenta de Business Intelligence	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Concluído
	IN17 - Reestruturar a arquitetura da informação do Portal Intranet	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Aguardando definição da migração para plataforma na nuvem, pois impactará diretamente o direcionamento a ser dado
	IN26 - Incrementar a estrutura de acesso remoto	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Concluído
	IN27 - Avaliar tecnologias para incrementar a segurança da informação	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Concluído
	IN30 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Em andamento. Foi realizado o incremento dos links de comunicação com os cartórios e a ampliação do uso da tecnologia DOCKER
	IN35 - Implementar as ações de segurança da informação previstos na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Em andamento. Foi feito levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética
	IN36 - Revisar as Políticas e Normas de Segurança da Informação em consonância com a Política de Segurança da Informação (PSI) da Justiça Eleitoral (Resolução TSE n. 23.644/2021)	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Não iniciado
	AE25 - Disponibilizar junto ao repositório nacional artefatos de contratações	Eron Domingues	31/07/2021	Aguardando criação de conta de usuário pelo CNJ para acesso ao Connect-Jus
	IN18 - Desenvolver Sistema de Execução Financeira	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Concluída a etapa inicial do projeto
Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	IN34 - Planejar contratações de infraestrutura de TI	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Concluído
	IN01 - Desenvolver melhorias nos Sistemas Eleitorais (Auge, Sigma, Rotas, Monitoramento de Locais, Diplomas, Portal do Mesário)	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Em andamento o desenvolvimento de melhorias no sistema AUGE. Foi iniciado ainda o levantamento de requisitos do sistema Convoc e Portal do Mesário
	IN02 - Desenvolver melhorias no sistema e-Voto (Eleições da comunidade)	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Em fase final de implementação
	IN05 - Implantar Diário da Justiça Eletrônico (TSE)	Alcir Alexandre da Silva	17/12/2021	Concluído
	IN06 - Implantar Sistema de Gestão Orçamentária	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Concluído
	IN08 - Implantar Diário da Justiça Eletrônico Nacional (CNJ)	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Aguardando cronograma do TSE
	IN09 - Implantar Sistema Serviço de Atendimento ao Cidadão (Ouvidoria)	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Em homologação
	IN10 - Desenvolver melhorias no aplicativo de Patrimônio	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Concluído
	IN11 - Implantar Balcão Virtual para atendimento aos advogados	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Concluído
	IN12 - Gerenciar Desenvolvimento de Software Externo (Fábrica de Software)	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Em andamento
	IN13 - Implantar Sistema e-social	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Concluído

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

	IN18 - Desenvolver Sistema de Execução Financeira	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Concluída a etapa inicial do projeto
	IN21 – Desenvolver formulários eletrônicos e automatizar processos de trabalho	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Em andamento. Concluídos a Averbação de Certificados, Averbação de Certificados em Lote, Assinatura digital de Documento e Pagamento de Fornecedores (em homologação)
	IN22 - Prover infraestrutura de TI para teletrabalho (Contratar SaaS)	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Em andamento o planejamento da contratação de ferramentas de colaboração
	IN24 - Readequar infraestrutura de comunicação de dados da Sede e Cartórios	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Aguardando disponibilidade de equipe
	IN28 - Atualizar o software da central de serviços de TI	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Em andamento a avaliação sobre a conveniência de migração considerando a longevidade da solução ZNUNY
	IN29 - Manter link de dados adequados às demandas dos cartórios	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Em andamento. Foi ampliado o link de grande parte dos cartórios para 4 Megabytes e iniciou-se a instalação dos links de internet
	IN31 - Manter parque tecnológico atualizado	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Em andamento. Aquisição de notebooks e equipamentos de rede concluída
	IN33 - Avaliar tecnologias para aumentar a disponibilidade e capacidade da rede dos cartórios	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Concluído
	IN39 - Gerenciar Projetos de TIC	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Em andamento
Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	IN42 - Difundir conhecimento em TIC	Eron Domingues	17/12/2021	Em andamento
Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário	IN01 - Desenvolver melhorias nos Sistemas Eleitorais (Auge, Sigma, Rotas, Monitoramento de Locais, Diplomas, Portal do Mesário)	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Em andamento o desenvolvimento de melhorias no sistema AUGE. Foi iniciado ainda o levantamento de requisitos do sistema Convoc e Portal do Mesário
	IN02 - Desenvolver melhorias no sistema e-Voto (Eleições da comunidade)	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Em fase final de implementação
	IN05 - Implantar Diário da Justiça Eletrônico (TSE)	Alcir Alexandre da Silva	17/12/2021	Concluído
	IN06 - Implantar Sistema de Gestão Orçamentária	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Concluído
	IN08 - Implantar Diário da Justiça Eletrônico Nacional (CNJ)	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Aguardando cronograma do TSE
	IN09 - Implantar Sistema Serviço de Atendimento ao Cidadão (Ouvidoria)	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Em homologação
	IN11 - Implantar Balcão Virtual para atendimento aos advogados	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Concluído
	IN17 - Reestruturar a arquitetura da informação do Portal Intranet	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Aguardando definição da migração para plataforma na nuvem, pois impactará diretamente o direcionamento a ser dado
	IN21 – Desenvolver formulários eletrônicos e automatizar processos de trabalho	Samuel Fernandes Ribeiro	17/12/2021	Em andamento. Concluídos a Averbação de Certificados, Averbação de Certificados em

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

				Lote, Assinatura digital de Documento e Pagamento de Fornecedores (em homologação)
	IN22 - Prover infraestrutura de TI para teletrabalho (Contratar SaaS)	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Em andamento o planejamento da contratação de ferramentas de colaboração
	IN23 - Implantar backbone redundante para os Cartórios Eleitorais	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Contratação concluída. Em fase de implantação
	IN26 - Incrementar a estrutura de acesso remoto	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Concluído
	IN29 - Manter link de dados adequados às demandas dos cartórios	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Em andamento. Foi ampliado o link de grande parte dos cartórios para 4 Megabytes e iniciou-se a instalação dos links de internet
	IN30 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Em andamento. Foi realizado o incremento dos links de comunicação com os cartórios e a ampliação do uso da tecnologia DOCKER
	IN31 - Manter parque tecnológico atualizado	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Em andamento. Aquisição de notebooks e equipamentos de rede concluída
	IN33 - Avaliar tecnologias para aumentar a disponibilidade e capacidade da rede dos cartórios	Álvaro Sampaio Corrêa Neto	17/12/2021	Concluído
	IN39 - Gerenciar Projetos de TIC	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Em andamento
Promover Transformação Digital	IN02 - Desenvolver melhorias no sistema e-Voto (Eleições da comunidade)	Carlos José Schmidt Cardoso	17/12/2021	Em fase final de implementação

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Instância de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVITC)

O Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, cujos membros foram designados pela Portaria P n. 87/2016, ao qual incumbe, dentre outras, aprovar as ações e investimentos de TI, realizou 12 (doze) reuniões em 2021, tendo uma delas sido realizada em conjunto com o Comitê de Aquisições (Portaria P n. 49/2016). Dentre as principais ações do Comitê estão:

- Avaliação de Desempenho e Conformidade de TIC;
- Acompanhamentos dos indicadores estratégicos de TIC;
- Gestão das contratações e orçamento de TIC de 2021;
- Elaboração da estratégia de TIC para o sexênio 2021 – 2026;
- Melhoria e revisão do processo de planejamento estratégico de TIC para adequação à nova ENTIC-JUD;
- Aprovação do Plano Diretor de TIC para o biênio 2021 e 2022;
- Levantamento e definição das necessidades de capacitação de TIC;
- Participação no levantamento de governança e gestão de TIC do Poder Judiciário;
- Planejamento das Contratações de TIC para 2022;
- Revisão dos riscos de TIC e suas ações de tratamento.

As reuniões do GOVITC visando alterações no Plano de Contratações 2021 buscaram a readequação à disponibilidade orçamentária, excluindo-se itens que deixaram de ser necessários, alterando valores ou incluindo novas demandas. Merecem destaque:

- i. Aquisição de mais switches e notebooks, tendo em vista o acréscimo orçamentário de R\$ 1.054.000,00 para a TI; e
- ii. Aprovação de proposta de uso de outsourcing na sede e nos cartórios.

Instância de Apoio à Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (GESTIC)

O GESTIC foi instituído pela Portaria P n. 88/2016 e é composto pelos titulares da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Coordenadoria de Soluções Corporativas, da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica e da Seção de Governança e Planejamento de TI. No ano de 2021, foram realizadas 20 (vinte) reuniões do referido Comitê e dentre as atividades realizadas podemos destacar:

- Avaliação de desempenho e conformidade de TIC
- Desenvolvimento dos planos de ações para a implementação dos protocolos de investigação de ilícitos cibernéticos, prevenção a incidentes cibernéticos e gerenciamento de crises cibernéticas
- Gestão e planejamento das contratações e do orçamento de TIC
- Para os ativos de TIC, foram aprovadas melhorias no respectivo processo de gestão e controle, reforço na classificação da criticidade dos ativos, desfazimento dos itens inservíveis ou ociosos e disponibilização de ferramenta de consulta à criticidade
- Participação e encaminhamento de informações ao CNJ, com fins ao Levantamento de Governança e Gestão de TIC do Poder Judiciário
- Levantamento das necessidades de capacitação de TIC
- Adequações decorrentes da nova estratégia de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- Elaboração da nova estratégia de TIC para sexênio 2021 – 2026
- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação para o biênio 2021 e 2022
- Análise e encaminhamento de informações sobre Segurança Cibernética ao TCU
- Reanálise da priorização dos macroprocessos de TI, conforme critérios definidos pela unidade de auditoria
- Revisão do Plano de riscos de TI e do seu plano de tratamento;
- Acompanhamento das ações de TIC
- Levantamento das necessidades de serviços e de infraestrutura de TIC, a partir da base estratégica de TI vigente

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE TIC

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

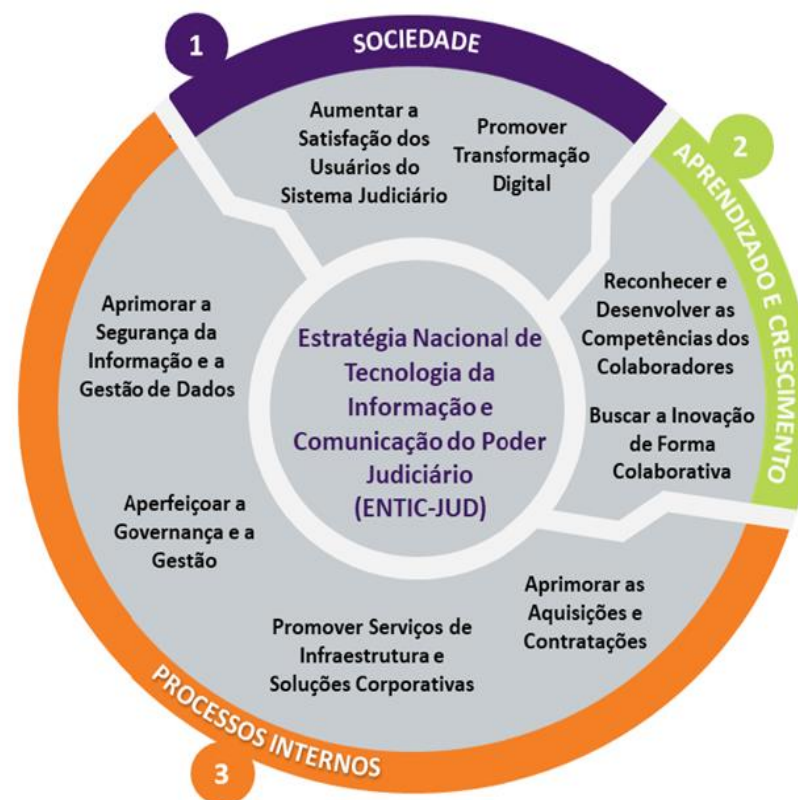
Até início de 2021, o TRE-SC utilizava dois instrumentos de planejamento e gestão estratégica de TIC: o Plano Estratégico de TIC (PETIC) e os Planos Diretores de TIC (PDTICs) referentes ao ciclo estratégico. Contudo, com a publicação da Resolução CNJ nº 370/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período de 2021 a 2026, o TRE-SC estabeleceu o PDTIC como direcionador da estratégia de TI alinhado e fazendo referência direta ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e à ENTIC-JUD. Desta forma, o PETIC e o Plano Diretor de TIC foram consolidados em um único documento – o próprio PDTIC.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2021 e 2022

O PDTIC detalha a estratégia de tecnologia da informação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), que compreende um conjunto de ações táticas e operacionais para o alcance dos objetivos estratégicos e metas estabelecidos para os anos de 2021 e 2022 e que permite à Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-SC direcionar os esforços para realizá-las.

Considerando os macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021- 2026, em especial o que trata do “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados”, e a necessidade de assegurar a convergência dos recursos humanos, administrativos e financeiros no que concerne à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), foi elaborado o mapa estratégico da ENTIC-JUD, cujo objetivo é constituir o principal instrumento de promoção da governança ágil e da transformação digital por meio de serviços e soluções digitais inovadoras que impulsionem a evolução tecnológica do Poder Judiciário:

MAPA ESTRATÉGICO DE TIC DO PODER JUDICIÁRIO



Alinhamento entre os objetivos de TIC e os objetivos estratégicos institucionais do TRE-SC:

Perspectiva	Objetivo Estratégico de TI (PETIC)	Objetivo Estratégico Institucional (PEI)
Sociedade	Aumentar a satisfação dos usuários do Poder Judiciário	▪ Garantia dos direitos políticos e fundamentais ▪ Fortalecimento da relação institucional com a sociedade ▪ Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional ▪ Aperfeiçoamento da governança e gestão institucional ▪ Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira ▪ Fortalecimento da estratégia de tecnologia da informação e comunicação e de proteção de dados
	Promover transformação digital	▪ Fortalecimento da relação institucional com a sociedade ▪ Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional ▪ Fortalecimento da estratégia de tecnologia da informação e comunicação e de proteção de dados
Aprendizado e Crescimento	Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores	▪ Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional ▪ Aperfeiçoamento da governança e gestão institucional ▪ Aperfeiçoamento da gestão de pessoas ▪ Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira ▪ Fortalecimento da estratégia de tecnologia da informação e comunicação e de proteção de dados
	Buscar a inovação de forma colaborativa	▪ Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional ▪ Aperfeiçoamento da governança e gestão institucional ▪ Fortalecimento da estratégia de tecnologia da informação e comunicação e de proteção de dados
Processos Internos	Aprimorar as aquisições e contratações	▪ Aperfeiçoamento da governança e gestão institucional ▪ Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira ▪ Fortalecimento da estratégia de tecnologia da informação e comunicação e de proteção de dados
	Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas	▪ Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional ▪ Aperfeiçoamento da governança e gestão institucional ▪ Aperfeiçoamento da gestão de pessoas ▪ Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira ▪ Fortalecimento da estratégia de tecnologia da informação e comunicação e de proteção de dados
	Aperfeiçoar a governança e a gestão	▪ Fortalecimento da relação institucional com a sociedade ▪ Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional ▪ Aperfeiçoamento da governança e gestão institucional ▪ Aperfeiçoamento da gestão de pessoas ▪ Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira ▪ Fortalecimento da estratégia de tecnologia da informação e comunicação e de proteção de dados
	Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados	▪ Garantia dos direitos políticos e fundamentais ▪ Fortalecimento da segurança, transparência e credibilidade do processo eleitoral ▪ Fortalecimento da relação institucional com a sociedade ▪ Aperfeiçoamento da governança e gestão institucional ▪ Fortalecimento da estratégia de tecnologia da informação e comunicação e de proteção de dados

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Ação / Iniciativa (PDTIC)	Objetivo Estratégico de TIC	Situação
GESTÃO DE SISTEMAS E ATIVOS ELEITORAIS		
IN01 - Desenvolver melhorias nos Sistemas Eleitorais (Auge, Sigma, Rotas, Monitoramento de Locais, Diplomas, Portal do Mesário)	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Em andamento
IN02 - Desenvolver melhorias no sistema e-Voto (Eleições da comunidade)	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Transformação Digital ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas ▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Em fase final de implementação
SOLUÇÕES E TECNOLOGIA		
IN05 - Implantar Diário da Justiça Eletrônico (TSE)	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Concluído
IN06 - Implantar Sistema de Gestão Orçamentária	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas ▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	Concluído
IN07 - Configurar VM de Desenvolvimento para Fábrica de Software	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Concluído
IN08 - Implantar Diário da Justiça Eletrônico Nacional (CNJ)	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Aguardando cronograma do TSE
IN09 - Implantar Sistema Serviço de Atendimento ao Cidadão (Ouvidoria)	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Em homologação
IN10 - Desenvolver melhorias no aplicativo de Patrimônio	▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Concluído
IN11 - Implantar Balcão Virtual para atendimento aos advogados	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Concluído
IN12 - Gerenciar Desenvolvimento de Software Externo (Fábrica de Software)	▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas ▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	Em andamento
IN13 - Implantar Sistema e-social	▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Concluído
IN14 - Implantar Sistema AudiTSE	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão ▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Aguardando disponibilidade de equipe
IN15 - Implantar Sistema de Cadastro de Autoridades (CORAU)	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Aguardando disponibilidade de equipe
IN18 - Desenvolver Sistema de Execução Financeira	▪ Aprimorar as Aquisições e Contratações ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Implementação concluída. Em fase de testes pela contratada
IN21 - Desenvolver formulários eletrônicos e automatizar processos de trabalho	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Em andamento
GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI		
IN25 - Contratar serviço de servicedesk	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	Concluído
IN28 - Atualizar o software da central de serviços de TI	▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Em andamento a avaliação sobre a conveniência de migração considerando a longevidade da solução ZNUNY

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA		
AE29 - Adoção de arquitetura e plataforma de serviços em nuvem	▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	<i>Em andamento o planejamento da contratação de ferramentas de colaboração</i>
IN22 - Prover infraestrutura de TI para teletrabalho (Contratar SaaS)	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	<i>Em andamento o planejamento da contratação de ferramentas de colaboração</i>
IN23 - Implantar backbone redundante para os Cartórios Eleitorais	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	<i>Contratação concluída. Em fase de implantação</i>
IN24 - Readequar infraestrutura de comunicação de dados da Sede e Cartórios	▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	<i>Aguardando disponibilidade de equipe</i>
IN26 - Incrementar a estrutura de acesso remoto	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	<i>Concluído</i>
IN27 - Avaliar tecnologias para incrementar a segurança da informação	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	<i>Concluído</i>
IN28 - Atualizar o software da central de serviços de TI	▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	<i>Em andamento a avaliação sobre a conveniência de migração considerando a longevidade da solução ZNUNY</i>
IN29 - Manter link de dados adequados às demandas dos cartórios	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	<i>Em andamento. Foi ampliado o link de grande parte dos cartórios para 4 Megabytes e iniciou-se a instalação dos links de internet</i>
IN30 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	<i>Em andamento. Foi realizado o incremento dos links de comunicação com os cartórios e a ampliação do uso da tecnologia DOCKER</i>
IN31 - Manter parque tecnológico atualizado	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	<i>Em andamento. Aquisição de notebooks e equipamentos de rede concluída</i>
IN32 - Incrementar serviços de TI na nuvem	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Em andamento o planejamento da contratação de ferramentas de colaboração</i>
IN33 - Avaliar tecnologias para aumentar a disponibilidade e capacidade da rede dos cartórios	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas ▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Concluído</i>
IN34 - Planejar contratações de infraestrutura de TI	▪ Aprimorar as Aquisições e Contratações	<i>Concluído</i>
GESTÃO DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA		
AE18 - Implementar a Gestão de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	<i>Em andamento. Aguardando definição dos cenários e processos críticos de negócios (aquele que não podem ser interrompidos) pela Comissão de Continuidade de Negócios.</i>
AE19 - Manter o plano de Gestão de Riscos de Segurança de TIC	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	<i>Concluído</i>
AE20 - Implementar controles de segurança voltados à proteção de dados pessoais – Avaliação	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	<i>Em andamento. Foi feito levantamento baseado na normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética</i>

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

AE21 - Implementar controles de segurança voltados à proteção de dados pessoais – Implementação	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	<i>Em andamento. Foi feito levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética</i>
AE22 - Aperfeiçoar as estruturas de segurança da informação	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	<i>Em andamento. Foi feito levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética</i>
AE23 - Aperfeiçoar as estruturas de proteção de dados pessoais	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	<i>Em andamento. Foi feito levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética</i>
IN03 - Integrar o Serviço de Autenticação com a plataforma gov.br	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Implementação em andamento no sistema e-Voto
IN04 - Desenvolver Solução Tecnológica para o Repositório Digital	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Desenvolvimento concluído. Em fase de homologação
IN16 - Avaliar nova ferramenta de Business Intelligence	▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Concluído
IN17 - Reestruturar a arquitetura da informação do Portal Intranet	▪ Aumentar a Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário ▪ Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	<i>Em andamento</i>
GOVERNANÇA DE TI		
AE03 - Melhorar os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD) – Identificação	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Aguardando disponibilidade de equipe</i>
AE04 - Melhorar os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD) – Implementação	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Aguardando disponibilidade de equipe</i>
AE05 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Análise	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Em andamento. Foi feito um levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética</i>
AE06 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Proposição	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Em andamento. Foi feito um levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética</i>

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

AE07 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Coordenação	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Em andamento. Foi feito um levantamento baseado nas normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TS, tendo sido apresentado à administração para sua implementação contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética</i>
AE08 - Compor o seu quadro permanente com servidores que exercerão atividades voltadas exclusivamente para a área de TIC sempre em quantidade compatível com a demanda e sob orientação do referencial mínimo estabelecido – Avaliação	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Aguardando disponibilidade de equipe</i>
AE09 - Compor o seu quadro permanente com servidores que exercerão atividades voltadas exclusivamente para a área de TIC sempre em quantidade compatível com a demanda e sob orientação do referencial mínimo estabelecido – Proposição	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Aguardando disponibilidade de equipe</i>
AE10 - Realizar análise de rotatividade com objetivo de avaliar a eficácia dos instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TIC	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Em razão das diversas e novas atividades atribuídas à Seção de Desenvolvimento Organizacional e do aumento substancial de acompanhamento de servidores (Projeto Escuta), não foi possível realizar a análise de rotatividade com o objetivo de avaliar a eficácia dos instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TIC</i>
AE11 - Alinhar o Planos Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Concluído</i>
AE12 - Elaborar Plano de Trabalho da ENTICJud	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Concluído</i>
AE13 - Encaminhar ao CNJ os planos que constituem os produtos de Gestão do Judiciário previstos na ENTICJUD, de forma periódica	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Concluído</i>
AE14 - Elaborar propostas orçamentárias alinhadas ao PDTIC	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Aguardando disponibilidade de equipe para adequação e revisão do processo de gestão orçamentária</i>
AE15 - Constituir Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação multidisciplinar – Revisão	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Em andamento</i>
AE16 - Constituir Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – Revisão	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Em andamento</i>
AE17 - Estruturar Escritório de Projetos de TIC	▪ Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	<i>Aguardando disponibilidade de equipe</i>
AE24 - Fomentar a aderência dos processos de aquisições de bens e contratação de serviços de TIC às determinações do CNJ	▪ Aprimorar as Aquisições e Contratações	<i>Aguardando disponibilidade de equipe</i>
AE25 - Disponibilizar junto ao repositório nacional artefatos de contratações	▪ Aprimorar as Aquisições e Contratações	<i>Aguardando criação de conta de usuário pelo CNJ para acesso ao Connect-Jus</i>

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS		
AE41 - Promover a Gestão por Competências nas áreas de TIC	▪ Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	<i>O TRE-SC utiliza o processo de Gestão por Competências em todas as unidades do Tribunal, inclusive na Secretaria de Tecnologia da Informação. Para tanto, sempre que necessário, são utilizadas as ferramentas de Dimensionamento de Força de Trabalho, Matriz de versatilidade (ocupações críticas), perfil do(a) servidor(a), perfil da unidade e sinergia dual (compatibilidade entre o(a) servidor(a) indicado(a) e a chefia imediata)</i>
IN42 - Difundir conhecimento em TIC	▪ Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	<i>Em andamento</i>

OUTRAS REALIZAÇÕES DE TIC REALIZADAS EM 2021 POR MACROPROCESSO DA CADEIA DE VALOR

Governança de TI

1. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) tendo como referencial básico a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)
2. Avaliação de desempenho e conformidade de TIC
3. Monitoramento, revisão e tratamento dos riscos de TIC
4. Acompanhamento das iniciativas e ações de TIC
5. Acompanhamento das contratações e orçamento de TIC
6. Acompanhamento das ações de capacitação de TIC
7. Avaliação de eficácia e adequação dos processos de gestão e gerenciamento dos serviços de TIC
8. Gerenciamento dos projetos de tecnologia da informação
9. Participação no Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário

Gestão de Infraestrutura e Tecnologia

1. Aquisição de Notebooks, Switches e Access Points Wi-Fi para Zonas Eleitorais

Com o contínuo objetivo de manter o parque tecnológico atualizado e implantar novas ferramentas, foram adquiridos Notebooks, Switches e Access Points Wi-Fi.

O principal benefício dessas aquisições é possibilitar o uso de um computador portátil para cada cartório eleitoral ter a flexibilidade de usá-lo em eventual necessidade de trabalho remoto. Quanto aos switches e Access Points Wi-Fi, estes serão responsáveis pela implementação da internet sem fio para todos os cartórios eleitorais, provendo melhoria na comunicação entre cartório e eleitores, além de prover internet durante as eleições, tendo em vista que este acesso é bloqueado na rede corporativa no fim de semana do pleito.

2. Links redundantes nos cartórios eleitorais

Com vistas a manter a disponibilidade dos serviços de TI nos cartórios eleitorais, foram adquiridos links redundantes de internet. Assim, cada cartório passa a ter dois links de dados de comunicação. Quando um fica indisponível outro assume, não gerando indisponibilidade para o cartório. Além disso, esse novo link vai possibilitar a implantação do Wi-fi nas Zonas Eleitorais. Até o momento, o link redundante está implantado em cerca de 80% dos locais contratados, com velocidade mínima de 50 Mbps e máxima de 100 Mbps.

3. Atualizações de Sistemas Operacionais

Manter o sistema operacional das estações de trabalho atualizado é fundamental para proteger a instituição contra ameaças cibernéticas. Ao contrário dos micros da sede, as estações dos cartórios eleitorais têm suas atualizações controladas pelo TSE e até então não era possível realizá-las por iniciativa do TRE-SC. Entretanto, em conjunto com o TSE, foi desenvolvida uma maneira de efetuar as atualizações, remotamente, evitando o deslocamento de técnicos a cada Zona Eleitoral, o que gera uma economia de custos para a instituição e agilidade no ambiente tecnológico.

4. Retorno de trabalho presencial

Com o retorno das atividades presenciais no final de 2021, a equipe técnica da CSIT foi amplamente demandada, seja pela readequação de layout ou configuração de novos equipamentos, gerando grande movimentação de equipamentos, tanto na sede quanto relacionado ao envio destes às Zonas Eleitorais. Além disso, a equipe de suporte foi bastante demandada para reconfiguração de equipamentos que estavam sendo utilizados remotamente e retornaram ao cartório ou unidade da sede.

5. Instalação de Imagem de sistema eleitoral de forma remota

Foi desenvolvida uma maneira de instalar imagens de sistema operacional remotamente. Até então, quando ocorria um problema no sistema eleitoral em um cartório, muitas vezes a única solução era a troca do equipamento. Isso demanda custo e tempo, pois o cartório envia o micro defeituoso para o TRE ao mesmo tempo que a equipe técnica configura um novo equipamento e envia à ZE. Com esse novo advento, facilmente conseguimos restabelecer o funcionamento da estação de trabalho em menos de 2h:30m, gerando menos indisponibilidade para o usuário e economia de custos para o TRE.

6. Aquisição de nobreaks para o CPD Sede

Com objetivo de manter a disponibilidade dos dados do CPD Sede, foram adquiridos 2 novos nobreaks para substituição dos equipamentos anteriores, de acordo com a política de manter os equipamentos de TI sempre atualizados.

7. Estudo sobre serviços na nuvem (SAAS)

Com o advento do trabalho remoto, buscou-se aprimorar o conhecimento sobre soluções na nuvem, tais como e-mail, armazenamento de dados, entre outros, para uma possível futura implantação no TRE-SC.

8. Solução de acesso seguro à rede do TRE para colaboradores da fábrica de software

Para prover acesso seguro a colaboradores externos do TRE-SC a nossa rede, foi desenvolvida uma solução de uma máquina virtual Linux em uma rede isolada acessada pela tecnologia JEC Desktop, semelhante ao JEConnect, ferramenta utilizada frequentemente nas eleições.

9. Avaliação de soluções para Gestão de Ativos de TI

Com objetivo de automatizar processos de TI, têm-se estudado ferramentas de detecção de vulnerabilidades, instalação de patches de segurança, instalação de aplicativos e de configurações centralizadas, sejam elas gratuitas ou disponíveis no mercado. O benefício esperado é uma melhor gestão para os ativos de TI.

Gestão de Informações e Segurança

1. Levantamento dos requisitos de segurança estabelecidos pelas normas do CNJ, quais sejam:

- Resolução CNJ nº 396/2021
- Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)
- Política de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (PSEC-PJ)
- Portaria CNJ nº 162/2021
- Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ)
- Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ)
- Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ)
- Manual de Referência - Proteção de Infraestruturas Críticas de TIC
- Manual de Referência - Prevenção e Mitigação de Ameaças Cibernéticas e Confiança Digital
- Manual de Referência - Gestão de Identidades

- Manual de Referência - Política de Educação e Cultura em Segurança Cibernética do Poder Judiciário

2. Elaboração e encaminhamento para aprovação de Normas Táticas estabelecidas pela Política de Segurança da Informação do TSE:

- Gestão de Ativos
- Controle de Acesso Físico e Lógico
- Gerenciamento de Vulnerabilidades
- Gestão e Monitoramento de Registros de Atividade (logs)

3. Participação em curso para Tratamento de Incidentes de Segurança para a equipe técnica envolvida com o tema. (6 participantes)

4. Avaliação de ferramentas para verificação de vulnerabilidades nos servidores. (Tenable / Openvas)

5. Levantamento da arquitetura de cibersegurança, a fim de planejar a contratação de ferramentas padronizadas na Justiça Eleitoral

6. Sinalização de interesse na contratação conjunta, via Ata de Registro de Preços, de ferramenta para cofre de senhas

7. Sinalização de interesse na contratação conjunta, via Ata de Registro de Preços, de solução de Antivírus com detecção de resposta estendida (XDR), para detectar ameaças mais rapidamente

8. Tratamento de Incidentes de Segurança ocorridos na rede corporativa de dados. (67 incidentes tratados no ano de 2021)

9. Ações preventivas para melhorar a segurança da informação, tais como:

- Atualização do ambiente (sistemas operacionais, bibliotecas de softwares, navegadores)
- Publicação de notícias de conscientização sobre segurança da informação;
- Configuração de ferramentas para monitoramento de métricas e logs do ambiente (Prometheus + Grafana; ELK)
- Primeiras etapas das adequações no ambiente para atendimento aos requisitos estabelecidos no Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário

10. Levantamento da arquitetura de cibersegurança a fim de responder ao questionário do Tribunal de Contas da União

Soluções e Tecnologia

Os projetos desenvolvidos foram voltados para o atendimento de demandas do público externo e soluções estratégicas internas para promover maior celeridade do desempenho das atividades das unidades orgânicas.

- Sistema Repositório Digital – Solução tecnológica para viabilizar a instituição do repositório digital unificado para armazenamento, preservação e disponibilização do acervo de documentos eletrônicos, conforme as diretrizes de gestão documental vigentes
- Implantação Sistema Infodip – Instituído pelo CNJ como ferramenta nacional para informações de óbitos e direitos políticos, foi implantado em conjunto com a Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral em substituição ao Sistema Integra
- Sistema de Gestão Orçamentária – Desenvolvidos e entregues novos módulos do sistema de gestão orçamentária, já em uso pela Secretaria de Administração e Orçamento, com objetivo de unificar as ferramentas de controle utilizadas
- Sistema de Execução Financeira – Desenvolvido e entregue o primeiro módulo para apoio à execução financeira, contemplando a gestão de contratos e funções correlatas;
- Implantação do DJE Nacional – Implantado o sistema DJE Nacional, desenvolvido pelo TSE e integrado com o sistema PJe, unificando assim para todos os Regionais a ferramenta de publicação de atos Judiciais e Administrativos
- Implantação do E-Social – Implantado o módulo de gestão de pessoas para integração com o e-Social e transmissão dos eventos relativos aos servidores da Instituição, conforme cronograma estabelecido pelo TSE

Automação de Processos de Negócio

Os seguintes processos de negócio foram objeto de automação nesse exercício:

- Assinatura digital e validação de documentos na Internet
- Pagamento de fornecedores
- Averbação de certificados
- Solicitação de Suporte a Eventos
- Solicitações de Conteúdo Digital

Além desses novos, foram realizadas diversas manutenções corretivas e evolutivas nos processos já automatizados em uso pelas unidades.

Sustentação e Evolução de Soluções Existentes

Dentre as demandas realizadas para sustentação das soluções tecnológicas, destacam-se:

- Evoluções e novas funcionalidades no sistema PAE
- Atualizações e Suporte ao sistema Atenas
- Correções no sistema Salus
- Nova versão do aplicativo Patrimônio
- Formataador de Documentos para o PJe
- Nova versão do sistema CORA
- Evolução da infraestrutura da Intranet e soluções correlatas
- Evolução do Painel de Monitoramento das Zonas Eleitorais

Gestão de Sistemas e Ativos Eleitorais

1. Sistema e-Voto

Projeto executado para disponibilizar ferramenta para execução de eleições na comunidade exclusivamente pela internet, podendo ser oferecida como uma alternativa mais econômica ao uso das urnas, conforme a realidade da instituição demandante;

2. Eleições Municipais 2022

Foram realizadas também atividades voltadas às Eleições Gerais de 2022, principalmente no que tange à priorização e ao planejamento das atividades.

Quanto aos sistemas eleitorais, foi iniciado o levantamento de requisitos do sistema Auge e realizadas importantes definições quanto às ferramentas de convocação e ao Portal do Mesário

Principais ações/programas/projetos – Área de Eleições

Os tópicos a seguir elencam os programas e projetos executados no ano de 2021 na área de eleições. Dada a sua escala e o seu alto impacto como insumo para as respectivas entregas, faz-se importante registrar também neste rol diversas operações ordinárias, realizadas pela Coordenadoria de Eleições desta Casa:

- atuação na nova eleição de Petrolândia em 2021 com planejamento e execução de diversas atividades desta eleição suplementar, com destaque para elaboração das minutas de resolução e do seu calendário eleitoral, contendo os principais marcos jurídicos; preparação e encaminhamento de materiais eleitorais e apoio ao cartório eleitoral na execução da logística das eleições. Suporte técnico aos processos de geração das mídias, preparação de urnas, configuração do ambiente de totalização, divulgação de resultados e diplomação dos eleitos

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

- retotalização das Eleições Municipais: suporte técnico e apoio aos cartórios eleitorais em diversos procedimentos, em razão de decisões judiciais (total de 26) que determinaram o reprocessamento, bem como na emissão de novos diplomas aos candidatos que tiveram alteração na situação eleitoral decorrente desses reprocessamentos
- elaboração de parte do planejamento operacional do TRE-SC das Eleições 2022, contendo as atividades de responsabilidade da Coordenadoria de Eleições, que representam cerca de 50% das atividades do Projeto Eleições. O cronograma contempla a descrição das atividades, o encaideamento dessas atividades com suas predecessoras e sucessoras, a duração, as datas e início e de fim, além das unidades responsáveis. O trabalho foi realizado tanto para o projeto da sede como para o das zonas eleitorais
- participação em todos os grupos de trabalho de inovação com vistas ao planejamento das Eleições 2022, com destaque para a coordenação do GT de segurança das eleições e para a coordenação do GT de convocação e capacitação dos mesários. Também pertinente mencionar a participação no GAT – Grupo de Apoio Técnico ao Comitê Gestor do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito do TRE-SC
- participação no planejamento do Projeto “Supercentral” e implementação das condições operacionais para viabilizar o compartilhamento do atendimento de eleitoras e eleitores de SC, entre todas as Zonas Eleitorais do Estado
- elaboração do mapeamento de atividades de eleição das unidades da Coordenadoria de Eleições, com a descrição sintética de “o que” e de “como fazer” as atividades mapeadas. Trabalho realizado com o objetivo de transformar o conhecimento organizacional tácito em explícito, documentando as ações necessárias para a realização de várias atividades de eleições
- realização de 4 (quatro) eleições comunitárias (Indústria Tupy, IFC Blumenau, Câmaras Mirins de Balneário Camboriú e Videira), abrangendo mais de 35 mil eleitores. Além de promover a exercitação dos equipamentos, esta ação promove a cidadania e a integração da Justiça Eleitoral catarinense com diversos segmentos da sociedade
- participação do 9º Simulado Nacional de Hardware do TSE (com o uso de 700 urnas): tratou-se de etapa importante na preparação do parque de urnas eletrônicas para o pleito de 2022, visto que permitiu o diagnóstico de problemas na integração entre sistemas e equipamentos, com foco na redução do índice intercorrências técnicas nas mesas receptoras de votos para o próximo pleito eleitoral
- execução do calendário de atualização do parque de urnas: recebimento, aceite e testes de 1.700 novas urnas modelo 2020 (e suas respectivas mídias), de fabricação da empresa Positivo e remanejamento de 5.450 urnas de diversos modelos com o TRE do Rio Grande do Sul, o que promoverá o incremento da vida útil média do parque de equipamentos e melhor desempenho dos sistemas da urna eletrônica nas Eleições 2022
- início da preparação das mídias a serem usadas nas urnas para as Eleições 2022: a ação consistiu na formatação de 15.400 memórias de resultado, promovendo a exercitação dos seus componentes eletrônicos e assegurando o seu perfeito funcionamento. Ainda, foi realizado o recolhimento de cerca de 7 mil memórias de resultado que serão substituídas por novas, empreitada que mobilizou 25 cartórios eleitorais
- participação no subgrupo técnico de estudo e pesquisa de ferramentas automatizadas para a convocação de eleitoras e eleitores para os trabalhos eleitorais, de iniciativa do TSE, a fim de subsidiar tomada de decisão quanto à adoção de solução em tempo hábil para as Eleições 2022. Tal participação contemplou a apresentação - para o grupo nacional coordenado pelo TSE - do sistema próprio do TRE-SC (Convoc) no benchmarking de ferramentas automatizadas para convocação aos trabalhos eleitorais, onde restou demonstrado ser um dos três sistemas, dentre os desenvolvidos pelos Regionais, a atender aos cartórios de forma mais efetiva que o atual Módulo de Convocação do Sistema ELO, desenvolvido pelo TSE
- suporte e ajustes operacionais demandados em virtude das constantes adequações promovidas nos sistemas de atendimento às eleitoras e aos eleitores (ELO e Título Net), da pandemia de covid-19, da LGPD e das alterações recentes no regimento do cadastro eleitoral
- análise e avaliação diárias de alterações de informações de diretórios partidários e seus membros, um processo em escala na ordem de milhares de anotações;
- suporte ao uso dos sistemas corporativos SGIP (Gerenciamento de Informações Partidárias), FILIA (Filiações Partidárias) e SAPF (apoio aos partidos políticos em formação), por meio dos sistemas de helpdesk e servicedesk do TRE-SC

Conformidade legal

A gestão de tecnologia da informação observa e aplica as normas e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU). Dentre as normas e diretrizes, podemos destacar:

- Resolução CNJ n. 370/2021 que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-Jud)
- Resolução CNJ n. 396/2021 que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)
- Lei n. 13.709/2018 dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- Resolução TSE n. 23.644/2021 que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral
- Resolução CNJ n. 182/2013 que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

Em função da complexidade e abrangência, as normas supracitadas se encontram em processo de implementação e / ou revisão conforme previsto nos respectivos planos de trabalho elaborados e encaminhados ao CNJ.

Contratações mais relevantes de TI

O montante de recursos aplicados em TI foi de R\$ 2.082.302,15 (dois milhões, oitenta e dois mil, trezentos e dois reais e quinze centavos), sendo as contratações mais relevantes:

OBJETO	VALOR – R\$
Aquisição de 170 (cento e setenta) microcomputadores portáteis tipo notebooks	977.160,00
Aquisição de 230 (duzentos e trinta) switch de rede gerenciável, de 24 e 48 portas gigabit	349.800,00
Aquisição de 150 (cento e cinquenta) pontos de acesso sem fio POE compatíveis com a infraestrutura tecnológica existente em produção no TRE-SC	194.550,00
Contratação de 100 relógios para registro de ponto	154.900,00
Contratação de serviços especializados e continuados de suporte a usuários de soluções de Tecnologia da Informação	109.905,71
Contratação de serviços de comunicação de dados redundante para as unidades administrativas do TRE-SC	91.919,98



FORÇA DE TRABALHO DE TI

- SERVIDORES/EMPREGADOS EFETIVOS DE TI 27
- SERVIDORES/EMPREGADOS EFETIVOS DE OUTRAS CARREIRAS 09
- SERVIDORES/EMPREGADOS EFETIVOS DE CARREIRA DE TI DE OUTROS ÓRGÃOS (REMOVIDOS PARA O TRESP) 00
- SERVIDORES/EMPREGADOS EFETIVOS DE OUTRAS CARREIRAS DE OUTROS ÓRGÃOS (REMOVIDOS PARA O TRESP) 00
- TERCEIRIZADOS 28
- ESTAGIÁRIOS 00

Plano de capacitação do pessoal de Tecnologia da Informação

Conforme previsto no plano de capacitação e desenvolvimento (PACD), foi realizado o curso de Tratamento de Incidentes Cibernéticos, com a capacitação (40hs) de 6 servidores. Foram realizados ainda, a partir da plataforma ALURA, os treinamentos na modalidade a distância abaixo relacionados pela equipe técnica de TIC:

Treinamento	
Fundamentos de Agilidade	Java Persistence API (JPA)
Liderança	Spring MVC
Mindset digital: Técnicas e habilidades para liderança remota	Test Driven Development (TDD)
Node.js e JWT: autenticação com tokens	Certificação Linux LPI Essentials
Node.js	Comunicação: Como se expressar bem e ser compreendido
OWASP Top 10: de Injections a Broken Access Control	Elasticsearch: Pesquisando e analisando os seus dados
Python 3	Oratória
Projetos ágeis com SCRUM	Redes de Comunicação de Dados
Acessibilidade web: introdução a designs inclusivos	Segurança de Redes
CSS Grid: Simplificando layouts	Dashboard com Power BI: Construindo relatórios
Flexbox: Posicione elementos na tela	Data Analytics
Engenharia de Requisitos	Data Science
Ferramentas para agilidade: Visão geral sobre controle de projetos e produtos	Data Visualization
Objectives and Key Results (OKR)	DAX e ETL com Power BI
JavaScript	Linguagem Natural
React	Machine Learning
Programação Java	Modelos preditivos em dados: detecção de fraude
Apache Maven	Regressão Linear

Ações previstas para os próximos exercícios:

Categoria	Grupo de Entregáveis	Ação / Iniciativa
ENTIC-JUD	Grupo 1: Colaboração e Inovação	AE01 - Fomentar o uso do Connect Jus, publicando ações realizadas pelo tribunal para disseminar a cultura e valor da área de TIC no órgão, divulgando as boas práticas de TIC e mostrando as principais entregas, avanços e realizações da área de TIC
		AE02 - Participar do Desenvolvimento Colaborativo da Justiça Eleitoral
	Grupo 2: Governança e Gestão de TIC	AE03 - Melhorar os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD) – Identificação
		AE04 - Melhorar os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD) – Implementação
		AE05 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Análise
		AE06 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Proposição
		AE07 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Coordenação
		AE08 - Compor o seu quadro permanente com servidores que exercerão atividades voltadas exclusivamente para a área de TICs em quantidade compatível com a demanda e sob orientação do referencial mínimo estabelecido – Avaliação
		AE09 - Compor o seu quadro permanente com servidores que exercerão atividades voltadas exclusivamente para a área de TICs em quantidade compatível com a demanda e sob orientação do referencial mínimo estabelecido – Proposição
		AE10 - Realizar a análise de rotatividade com objetivo de avaliar a eficácia dos instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TIC
		AE13 - Encaminhar ao CNJ os planos que constituem os produtos de Gestão do Judiciário previstos na ENTICJUD, de forma periódica
		AE14 - Elaborar propostas orçamentárias alinhadas ao PDTIC
		AE15 - Constituir Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação multidisciplinar – Revisão

		AE16 - Constituir Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – Revisão
		AE17 - Estruturar Escritório de Projetos de TIC
	Grupo 3: Segurança da Informação e Proteção de Dados	AE18 - Implementar a Gestão de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC
		AE19 - Manter o plano de Gestão de Riscos de Segurança de TIC
		AE20 - Implementar controles de segurança voltados à proteção de dados pessoais – Avaliação
		AE21 - Implementar controles de segurança voltados à proteção de dados pessoais – Implementação
		AE22 - Aperfeiçoar as estruturas de segurança da informação
		AE23 - Aperfeiçoar as estruturas de proteção de dados pessoais
	Grupo 4: Aquisições e Contratações	AE24 - Fomentar a aderência dos processos de aquisições de bens e contratação de serviços de TIC às determinações do CNJ
		AE25 - Disponibilizar junto ao repositório nacional artefatos de contratações
	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	AE26 - Executar ou contratar serviços de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação obedecendo os requisitos estabelecidos na ENTIC-JUD
		AE27 - Adoção de padrão nacional de credenciais de login único e interface de interação nos sistemas, em especial as diretrizes na Resolução n. 335/2020
		AE28 - Atender as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ n. 335/2020
		AE29 - Adoção de arquitetura e plataforma de serviços em nuvem
		AE30 - Inserção de cláusula que determine o depósito da documentação nos instrumentos contratuais de desenvolvimento de sistemas
		AE31 - Classificar os sistemas de informação estratégicos
		AE32 - Desenvolver novos sistemas atendendo os requisitos do Art. 33 da ENTIC-JUD
		AE33 - Gerenciar os ativos de infraestrutura por meio de Processo de Gestão dos Ativos de Infraestrutura Tecnológica
		AE34 - Manter documentos eletrônicos (armazenamento e descarte) com base na Recomendação CNJ n. 46/2013 e na LGPD
	Grupo 6: Atendimento e satisfação do usuário	AE35 - Elaborar, aplicar e divulgar pesquisas de satisfação
		AE36 - Aperfeiçoar os atendimentos, implantando estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento do Poder Judiciário de forma colaborativa visando à eficiência operacional interna e a humanização do atendimento de TIC
		AE37 - Padronizar meio de avaliação ou pesquisa de satisfação com o objetivo de aprimorar a percepção de utilidade das informações dos serviços, monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços prestados, baseado nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários

		AE38 - Adotar modelos de governança e práticas de gerenciamento de serviços de TIC que favoreçam a entrega de valor para a sociedade no qual a concepção, entrega e melhoria contínua de serviços ocorram de forma adaptável, rápida e transparente
	Grupo 7: Reconhecimento e Desenvolvimento das competências dos colaboradores	AE41 - Promover a Gestão por Competências nas áreas de TIC
		AE39 - Desenvolver ações de valorização e reconhecimento dos servidores da área de TIC
		AE40 - Desenvolver ações de qualificação de gestores e sucessão
		AE42 - Elaborar, implantar e promover a divulgação do Plano Anual de Capacitações de TIC
	Grupo 8: Iniciativas de transformação digital	AE43 - Instituir o Plano de Transformação Digital da JE
SISTEMAS	Imprescindível	IN01 - Desenvolver melhorias nos Sistemas Eleitorais (Auge, Sigma, Rotas, Monitoramento de Locais, Diplomas, Portal do Mesário)
		IN08 - Implantar Diário da Justiça Eletrônico Nacional (CNJ)
		IN09 - Implantar Sistema Serviço de Atendimento ao Cidadão (Ouvidoria)
		IN12 - Gerenciar Desenvolvimento de Software Externo (Fábrica de Software)
		IN13 - Implantar Sistema e-social
	Desejável	IN15 - Implantar Sistema de Cadastro de Autoridades (CORAU)
		IN17 - Reestruturar a arquitetura da informação do Portal Intranet
		IN18 - Desenvolver Sistema de Execução Financeira
		IN19 - Implantar Sistema para Avaliação de Competências (GEDES)
		IN20 - Desenvolver melhorias no Sistema Justifica
		IN21 - Desenvolver formulários eletrônicos e automatizar processos de trabalho
INFRAESTRUTURA	Imprescindível	IN22 - Prover infraestrutura de TI para teletrabalho (Contratar SaaS)
		IN23 - Implantar backbone redundante para os Cartórios Eleitorais
		IN24 - Readequar infraestrutura de comunicação de dados da Sede e Cartórios
		IN28 - Atualizar o software da central de serviços de TI
	Desejável	IN29 - Manter link de dados adequados às demandas dos cartórios
		IN30 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais
		IN31 - Manter parque tecnológico atualizado
		IN32 - Incrementar serviços de TI na nuvem
		IN34 - Planejar contratações de infraestrutura de TI

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

GOVERNANÇA E GESTÃO	Imprescindível	IN35 – Implementar as ações de segurança da informação previstos na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)
		IN36 – Revisar as Políticas e Normas de Segurança da Informação em consonância com a Política de Segurança da Informação (PSI) da Justiça Eleitoral (Resolução TSE n. 23.644/2021)
		IN37 - Implantar Portfolio de Projetos de Infraestrutura de TIC
		IN38 - Realizar o levantamento de governança, gestão e infraestrutura de TIC do CNJ
	Desejável	IN39 - Gerenciar Projetos de TIC
		IN40 - Revisar Processo de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas
		IN41 - Revisar Ferramentas de Gestão e Comunicação de Projetos de TIC
PESSOAS	Desejável	IN42 - Difundir conhecimento em TIC

Perspectivas

Para os próximos exercícios, vislumbram-se como principais desafios de TIC:

- revisão da estratégia de tecnologia da informação a partir da nova estratégia nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-Jud)
- prover infraestrutura de TI adequada ao teletrabalho de forma segura
- manter o ambiente seguro face as ameaças cibernéticas e a flexibilização necessária
- implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- ampliar a oferta dos serviços de TI em nuvem

Principais desafios

Em relação a 2022, vislumbram-se como principais desafios de TIC

- implementar os planos, controles, mecanismos e requisitos da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)
- execução das ações e iniciativas previstas no plano diretor de TIC já aprovado
- prover infraestrutura de TI adequada ao teletrabalho de forma segura
- manter o ambiente seguro face as ameaças cibernéticas e a flexibilização necessária
- implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- imprevisibilidade orçamentária e oscilação do dólar que devem dificultar a aquisição de bens de TI
- migração de serviços para ambiente em nuvem
- aprimorar a segurança cibernética implementando ações previstas na estratégia nacional de cibersegurança

APRESENTAÇÃO RESUMIDA DOS RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO E/OU DE OPERAÇÃO/ATIVIDADES DA UPC E DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS

Corregedoria Regional Eleitoral

O ano de 2021, por não ser destinado a realização de eleições, caracterizou-se pela retomada das atividades ordinárias ainda que em ambiente virtual, em razão da permanência da pandemia de covid-19.

Esse cenário exigiu que medidas inicialmente tidas como emergenciais fossem reavaliadas e consolidadas como oportunidades de otimização dos serviços e ampliação do acesso do eleitor à Justiça Eleitoral.

Manteve-se assim, o recebimento e tratamento – de maneira integralmente virtual de pedidos de alistamento, transferência, alteração de dados, regularização de direitos políticos e de situações eleitorais, bem como solicitações de certidões, alinhando-se ao objetivo estratégico OE1 - Garantia dos direitos de cidadania

Estabelecida a continuidade do atendimento virtual ao eleitor, consubstanciado na possibilidade de o eleitor acessar a totalidade dos serviços por meio digital, buscou-se assegurar que as informações disponibilizadas atendessem as premissas da linguagem cidadã, reformulando-se o site da Instituição de modo a tornar mais intuitiva a interação com a Justiça Eleitoral.

Também foram aprimorados os controles para garantir que os pedidos feitos pelos eleitores fossem tratados tempestivamente.

Supervisão e Processamento do Cadastro Eleitoral e da BPSDP

Em relação às atividades de supervisão e fiscalização dos trabalhos na gestão do cadastro eleitoral, aponta-se o acompanhamento de ocorrências de potenciais inconsistências em histórico de RAE/ASE, aos prazos para o processamento de lotes de RAE e à disponibilização de vagas para agendamento de atendimento pelos cartórios aos eleitores (no período em que realizada) – realizado com o auxílio de ferramentas informatizadas próprias.

Quanto às atividades de processamento de atualização da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, foram digitadas 3.270 ocorrências de suspensão de direitos políticos e 994 inativações de ocorrências da mesma natureza.

Orientação aos cartórios eleitorais acerca de dúvidas de natureza processual, procedimental e PJe

A orientação dos cartórios eleitorais a respeito de dúvidas de natureza processual e procedimental, tanto em processos oriundos do próprio juízo de primeiro grau, quanto no cumprimento de atos emanados desta Corte, alinha-se ao objetivo estratégico OE4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

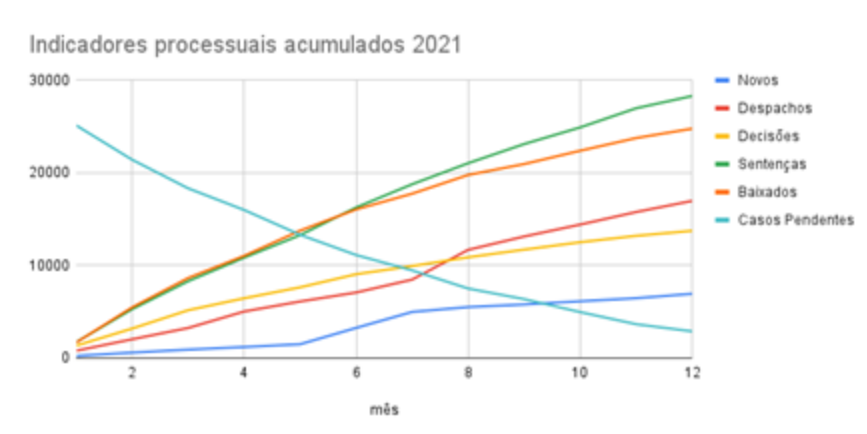
Foram expedidas 2250 orientações, sendo 1.250 por meio do SAC Eleitoral e 1000 pela Central de Serviços; 24 mensagens -circulares; 62 informes na intranet.

Nesse passo, entende-se que os objetivos estratégicos foram alcançados, vez que a realização de tais atividades permite o aprimoramento contínuo dos procedimentos cartorários, uma vez que a padronização e otimização de procedimentos garantem uma prestação jurisdicional mais célere.

Acompanhamento da produtividade dos cartórios eleitorais

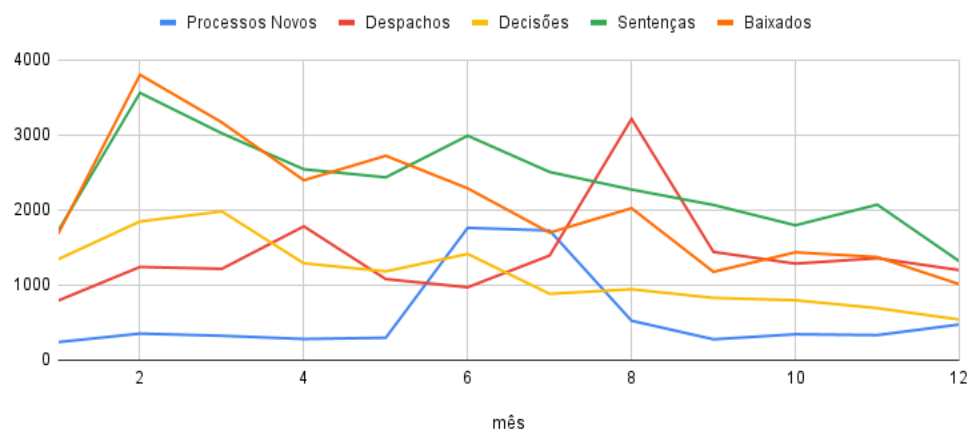
A celeridade no processamento das ações judiciais é uma das características da Justiça Eleitoral, sendo objeto do rigoroso acompanhamento por parte desta Unidade, de modo a que o OE4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional seja atendido.

Para tanto, a SCRE passou a publicar relatórios demonstrativos da produtividade de cada Unidade de 1º Grau.



A partir dessas publicações foi possível identificar Unidades cujo desempenho mostrou-se abaixo da média de cartórios com estruturas similares, resultando na determinação de medidas como o acompanhamento individualizado e a solicitação de apoio para normalização do processamento.

Processos Novos, Despachos, Decisões, Sentenças e Baixados 2021



LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO

O levantamento dos dados tem como base as informações extraídas do SADP e PJe ZE e ATENA, sendo as zonas eleitorais constantemente orientadas a manter as movimentações processuais atualizadas.

O 1º Grau de Jurisdição cumpriu todas as metas estabelecidas pelo CNJ.

Produtividade mês a mês dos Cartórios Eleitorais

PRODUTIVIDADE MÊS A MÊS DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS						
MÊS	NOVOS	DESPACHOS	DECISÕES	SENTENÇAS	BAIXADOS (TOTAL)	CASOS PENDENTES (TOTAL)
JANEIRO	240	793	1343	1720	1681	25140
FEVEREIRO	354	1242	1848	3561	3803	21428
MARÇO	325	1217	1981	3022	3167	18337
ABRIL	282	1783	1290	2543	2397	15999
MAIO	298	1080	1183	2436	2723	13316
JUNHO	1763	971	1415	2990	2289	11133
JULHO	1727	1394	884	2507	1699	9472
AGOSTO	525	3214	944	2273	2024	7514
SETEMBRO	278	1442	830	2068	1177	6371
OUTUBRO	345	1286	798	1797	1437	4971
NOVEMBRO	334	1358	693	2072	1373	3661
DEZEMBRO	475	1200	541	1318	1012	2888
TOTAL GERAL	6946	16980	13750	28307	24782	2888

METAS ATINGIDAS POR ESTE REGIONAL

Meta 1 – 100,43%

META 1

100,43%

Julgar mais processos que os distribuídos.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.



Meta 2 – 109,44%

META 2

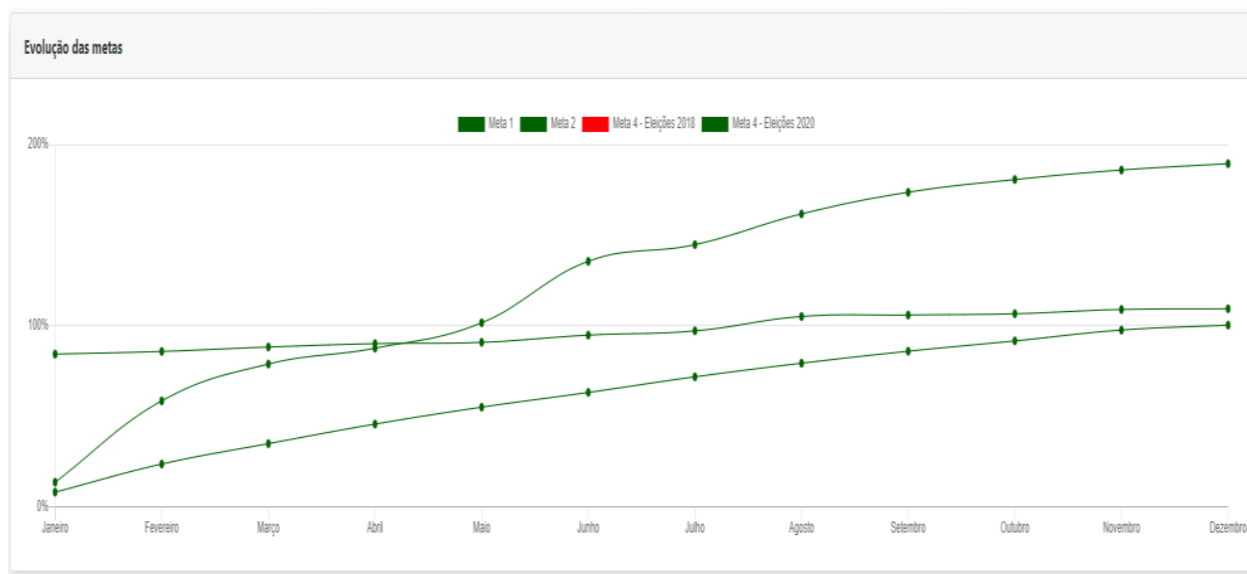
109,44%

Julgar processos mais antigos.

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019.



EVOLUÇÃO NO CUMPRIMENTO DAS METAS AO LONGO DO ANO DE 2021



GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	Leis	8.666/1993
		10.520/2002
		LC 123/2006
	Normativos Internos	Portaria P 93/2017
		Portaria P 94/2017
		Portaria P 67/2020
		Portaria P 136/2021

Especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

- Serviços de mão de obra terceirizada (limpeza e conservação, vigilância presencial, telefonista, copeiragem, operador de máquina reprográfica, operador de empilhadeira, conservação de urnas eletrônicas, motorista, jardinagem, jornalista, designer gráfico, produtor audiovisual, técnico de áudio e vídeo, analista de marketing digital/social media, manutenção predial, suporte a usuários de TI)
- Manutenção de equipamentos (elevadores, aparelhos de ar condicionado, central telefônica, empilhadeiras, portões, softwares e equipamentos de informática)
- Locação de imóveis
- Locação de equipamentos (outsourcing de impressão, grupo-gerador)
- Demais contratações contínuas (vigilância eletrônica, concessão de estágios, transporte rodoviário de cargas, coleta e destino final de resíduos infectados, acesso à internet, serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de comunicação de dados (backbone), fornecimento de passagens aéreas, seguro predial e de urnas, seguro de veículos, serviços postais, clipagem, cobertura fotográfica, gravação das sessões e eventos, serviço médico-hospitalar e laboratorial, serviços de operacionalização de sistema informatizado para que empresas credenciadas forneçam combustíveis e prestem serviços de manutenção de veículos, lavagem de toalhas, serviços gráficos, assinatura de TV a cabo, fornecimento de carimbos, crachás, água mineral, faixas e banners)

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

Contrato n. 017/2018: Prestação de serviço médico-hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento (plano de saúde) aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) e seus dependentes (abrangência nacional, acomodação em apartamento, coparticipação 0%).

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Valorização e integração dos servidores (OE2)
- Promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho (OE3)

A contratação envolve serviço de assistência à saúde aos servidores do TRE-SC e seus dependentes, de natureza continuada e essencial.

Contrato n. 066/2019: Prestação de serviços especializados e continuados de copeiragem e limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos, para os Edifícios Sede e Anexos I e II do TRE-SC.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

Os serviços especializados de copeiragem e limpeza e conservação consistem em atividade acessória da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e traduzem-se em uma necessidade continuada para o bom funcionamento das suas Unidades. Trata-se de atividade de suporte, sem alinhamento direto a nenhum objetivo estratégico. Constitui-se, no entanto, meio para o atendimento da estratégia da organização.

Os serviços de copeiragem e limpeza contribuem, indiretamente, para a melhoria das condições de trabalho dos juizes, servidores e colaboradores deste Órgão. Enquadram-se como serviços continuados e foram dimensionados a partir das informações e necessidades apresentadas pela Seção de Apoio Administrativo (SADM), com base no contrato de mesmo objeto em execução. Importante ressaltar que o TRE-SC não dispõe, em seu quadro de pessoal, de recursos humanos para o atendimento desses serviços.

Contrato n. 001/2019: Prestação de serviços de implantação, operação, manutenção e gerência da rede de comunicação multimídia do TRE-SC, abrangendo a Sede do Tribunal e seus respectivos Cartórios Eleitorais, as Centrais de Atendimento ao Eleitor e seus Anexos, formando o "backbone secundário" da Justiça Eleitoral Catarinense.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Manter enlace de dados adequados às demandas dos cartórios (AE 03)
- Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais (AE04)
- Manter parque tecnológico atualizado (AE06)
- Implantação de infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico (IN27)

Grande parte dos serviços prestados pelas unidades da Justiça Eleitoral são apoiados por sistemas computacionais, tais como PJE, ELO, PAE, CAND, ROTAS, SPCE, entre outros. O funcionamento desses sistemas depende majoritariamente da interligação de rede de longa distância entre os computadores dos usuários e os equipamentos servidores hospedados nos Datacenters do TRE-SC e do TSE, conexão esta estabelecida por meio de enlaces de dados.

Contrato n. 106/2016: Prestação de serviços especializados e continuados de suporte a usuários de TI, sendo composto, em linhas gerais, pelo serviço de suporte técnico aos usuários (service desk), pela manutenção de equipamentos e infraestrutura e pelo auxílio no controle de ativos de TI, assim como pela supervisão do atendimento.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação (OE9)
- Satisfação dos usuários de TIC (RE1)
- Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC (RE2)
- Migração do sistema operacional e centralização da autenticação dos usuários dos cartórios eleitorais (IN13)
- Substituição de nobreaks na sede do TRE-SC (IN16)
- Implantação de infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico (IN17)
- Manter parque tecnológico atualizado (AE06)

O TRE-SC possui em torno de 75% de seus serviços vinculados a sistemas exclusivos da justiça eleitoral, ou seja, desenvolvidos internamente, seja pela equipe do TSE ou do TRE-

SC. O modelo de execução dos serviços com a prestação de suporte em ambiente externo traria prejuízos à agilidade que se deseja para a prestação dos serviços de suporte aos usuários. Por esses fatores, optou-se pela implantação de solução onde a Contratada realize os serviços em ambiente interno e controlado pelos servidores do TRE-SC.

Contrato n. 009/2020: Locação de imóvel para abrigar o Depósito de Urnas, Depósito de Móveis, Almoxarifado do TRE-SC, reserva técnica de kits biométricos e espaço para testes de equipamentos.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Fortalecimento da Governança (OE1); Aperfeiçoamento da governança das contratações
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho (OE8); Adotar medidas para promover um ambiente físico saudável e seguro (AE8.1)

Garantir a manutenção da prestação dos serviços de guarda e distribuição das urnas, kits biométricos, dos equipamentos, dos demais bens móveis e dos materiais da Justiça Eleitoral. Local que possa abrigar seções do Tribunal que necessitam de maior espaço, em função de suas atividades, principalmente relacionadas a bens e materiais de maior porte ou quantidade, e que proporcione facilidade de manuseio interno, com o auxílio de empilhadeiras, carga e descarga de bens e materiais, localizado em área de fácil acesso tanto para saída em destino às cidades do interior, como também próximo da Capital. Otimização da logística e da gestão administrativa, pela centralização em um único endereço, tendo em vista a racionalização dos diversos recursos do TRE-SC. Redução de custos, tanto de gastos com locação de espaço, como de manutenção geral e serviços contratados.

Contrato n. 101/2018: Prestação de serviços de vigilância presencial, desarmada, para a sede do TRE-SC, Anexo I e Cartórios Eleitorais de São José/Arquivo.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral (OE3)

A contratação de serviços de segurança é necessária para proteger todo o patrimônio móvel e imóvel da sede do TRE-SC, garantindo um ambiente de trabalho seguro e preservando a incolumidade física dos servidores, colaboradores, autoridades e do público que se utilizam daquelas dependências.

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Contrato n. 025/2019: Prestação de serviços de agenciamento integrador de estágio, por meio de identificação de oportunidades de estágio, cadastramento de estudantes, ajustamento de suas condições de realização, acompanhamento administrativo e encaminhamento da negociação de seguros contra acidentes pessoais.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional (OE4)
- Aperfeiçoamento da gestão de pessoas (OE6)

A força de trabalho do Tribunal não é suficiente para atender toda a demanda, tanto na Sede como nos Cartórios Eleitorais. O elevado número de aposentadorias sem a possibilidade de provimento tem esvaziado algumas Unidades da Sede. Nos Cartórios, a realização de revisão biométrica torna necessária a ampliação do número de pessoas para prestarem o atendimento aos eleitores.

Contrato n. 031/2019: Prestação de serviços especializados suplementares nos ambientes de TI, composto pelo apoio nas áreas de Banco de Dados e Administração de Sistemas.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Satisfação dos usuários de TIC (RE1)
- Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC (RE2)
- Aprimoramento da segurança da informação (PI1)
- Revisar o acordo de nível de serviço (AE01)
- Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais (AE04)
- Manter parque tecnológico atualizado (AE06)
- Implantar ações de nivelamento de TIC do CNJ (AE10)
- Implantar processos dos modelos Cobit e ITIL (AE22)
- Implantação da infraestrutura e configuração dos equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico (INI27)
- Prover infraestrutura de TI para teletrabalho (INI36)
- Aprimorar a prestação de serviços da Justiça Eleitoral à população, uma vez que os serviços prestados são fortemente amparados pela TI, como por exemplo: emissão

de títulos eleitorais, cadastramento, coleta de dados biométricos, certidões negativas, consultas processuais e, principalmente, o processo eleitoral

- Manter a disponibilidade desses serviços essenciais, sua continuidade e funcionamento
- Proporcionar agilidade e aprimorar funcionamento da infraestrutura de TI

Contrato n. 115/2016: Prestação dos serviços de manutenção predial corretiva e preventiva em instalações hidrossanitárias, de alvenaria, elétrica e serviços gerais, com operação de sistema de recebimento de requisições de serviços, nos Edifícios Sede e Anexos I e II deste Tribunal (Florianópolis), no Depósito de Urnas, Depósito de Móveis e no Almoxarifado (São José), nos 105 (cento e cinco) Cartórios Eleitorais de todo o Estado de Santa Catarina e, eventualmente, nos demais imóveis que estiverem sendo utilizados pelo TRE-SC.

Considerando que se trata de atividade de suporte, não há alinhamento direto a nenhum objetivo, mas o mesmo constitui o meio para atingimento da estratégia de organização. Manutenção das instalações e equipamentos em condições de atendimento aos serviços e no intuito de sempre melhor atender demandas de manutenção inerentes a qualquer edificação utilizada pela Justiça Eleitoral.

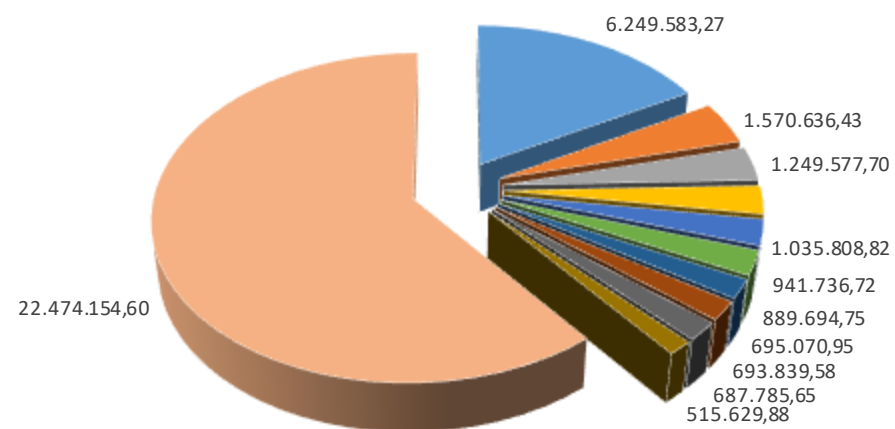
Contrato n. 073/2019: Prestação de serviços especializados e continuados de condução de veículos oficiais do TRE-SC, visando ao atendimento das necessidades de transporte de pessoas, materiais e equipamentos.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Incrementar ações para desenvolver o Programa de Qualidade de Vida (INI6.2)
- Promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho (SGP-OE3)

Os serviços de condução de veículos oficiais representam uma necessidade continuada para o bom funcionamento do TRE-SC e consistem na execução de atividades acessórias sob demanda originada pela totalidade das suas Unidades. Faz-se necessária em razão do reduzido quantitativo de Técnicos Judiciários da Área de Atividade de Serviços Gerais, Especialidade Transporte, que eventualmente exercem a atividade de condução de veículos, bem como do aumento da demanda.

Orçamento total - custeio e capital (R\$)

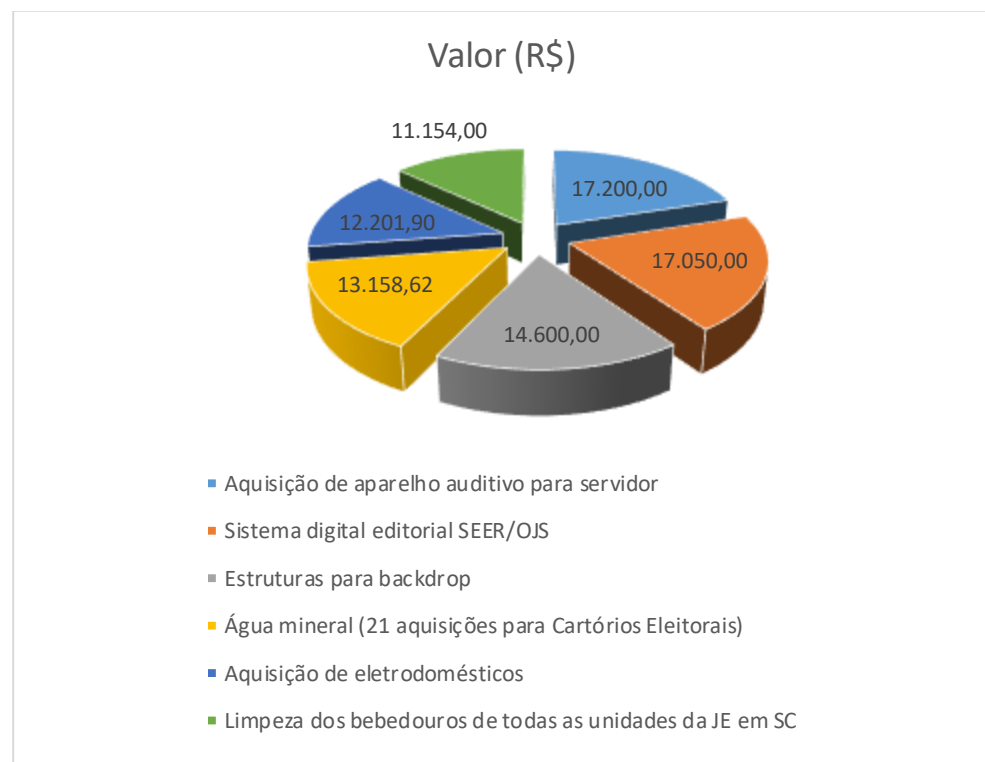


- Contrato n. 017/2018 (serv. médico-hospitalares)
- Contrato n. 001/2019 (rede de comunicação multimídia)
- Contrato n. 009/2020 (locação Depósito Multiuso)
- Contrato n. 025/2019 (concessão de estágios, por meio de agente de integração)
- Contrato n. 115/2016 (manutenção predial corretiva e preventiva)
- Demais contratações
- Contrato n. 066/2019 (limpeza e conservação e serviços de copeiragem)
- Contrato n. 106/2016 (suporte a usuários de TI)
- Contrato n. 101/2018 (vigilância presencial, desarmada)
- Contrato n. 031/2019 (serviços suplementares no ambiente de TI)
- Contrato n. 073/2019 (condutores de veículos oficiais)

Dispensa de licitação: art. 24, I e II

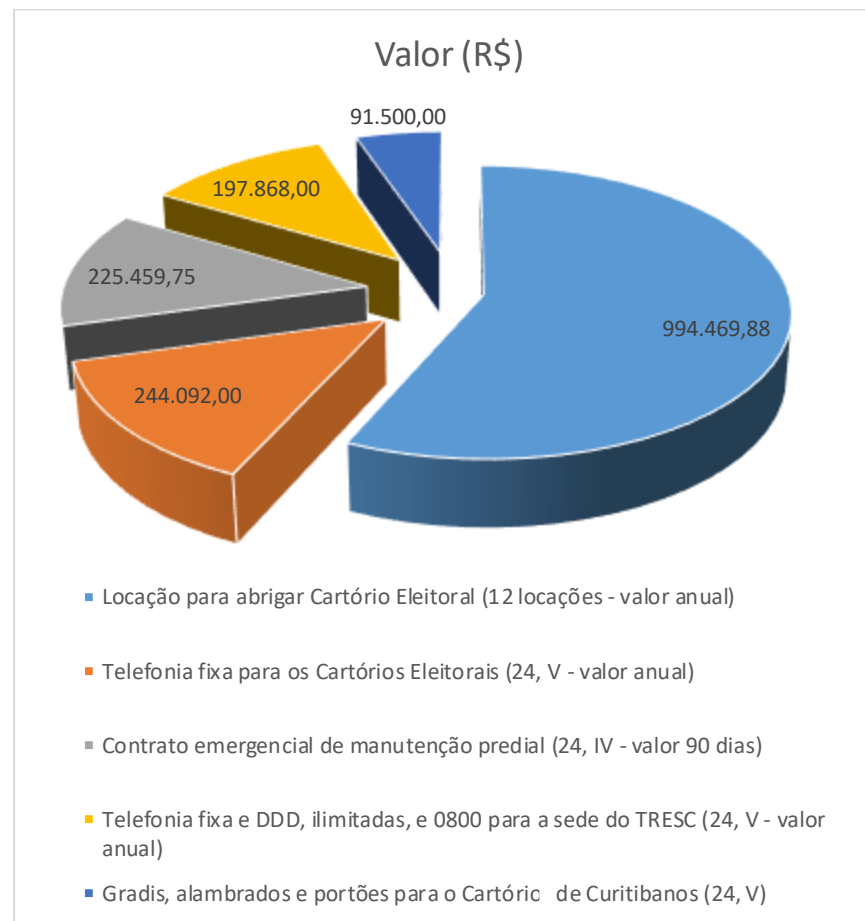
As despesas contratadas no exercício de 2021 por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, incisos I e II (dispensa pelo valor), somam R\$ 140.484,13.

No gráfico abaixo constam as 6 maiores contratações deste grupo em 2021, que juntas somam R\$ 85.364,52.



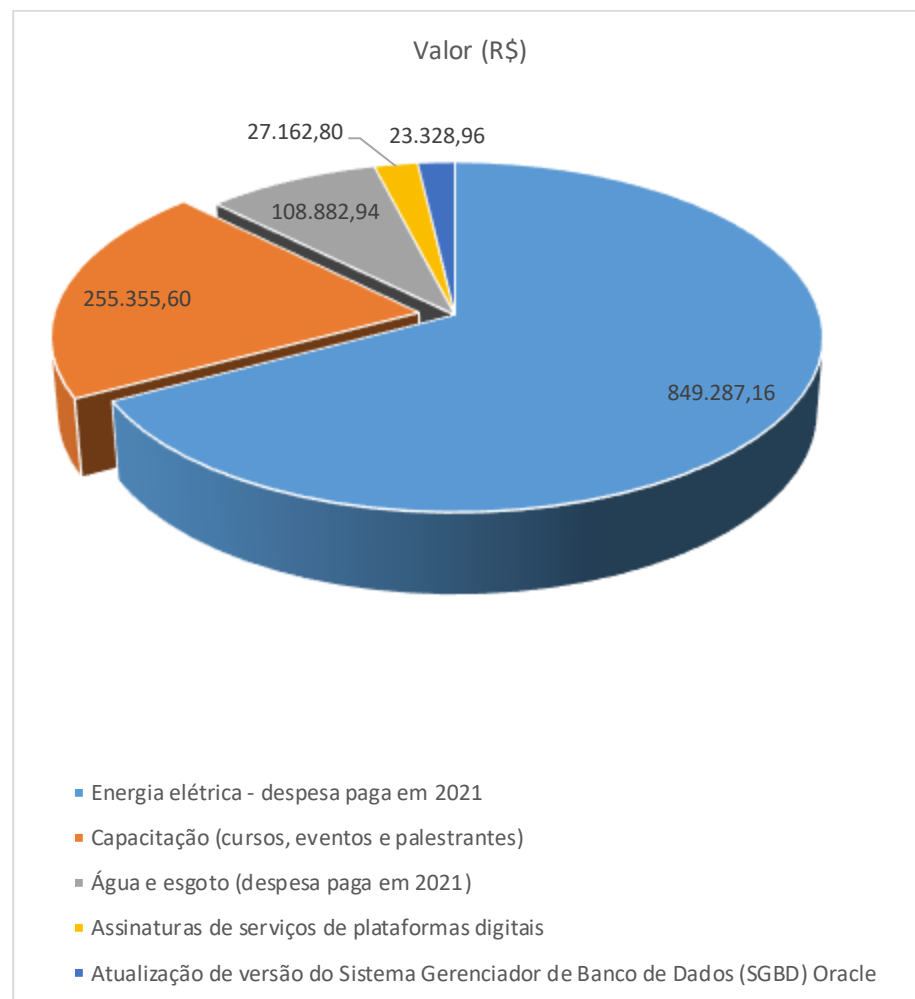
Outras dispensas de licitação (exceto art. 24, I e II)

Abaixo, as principais despesas contratadas no exercício de 2021 por dispensa de licitação, com fulcro em outros incisos do art. 24, que somam R\$ 1.753.389,63, consolidadas no gráfico abaixo:



Inexigibilidade de licitação: art. 25

No gráfico abaixo estão consolidadas as principais contratações realizadas no exercício de 2021 por inexigibilidade de licitação, que totalizam **R\$ 1.264.017,46**.



Desafio e ação futura na área de licitações e contratos

Desafio: aprimoramento da governança de aquisições;

Ação: Revisão dos processos formais de trabalho de planejamento e gestão das contratações.

Principais metas não alcançadas

O Índice de desempenho da gestão de contratações não foi atingido em razão do não atingimento da meta dos seguintes indicadores:

- Conformidade aos Prazos Previstos no Planejamento de Contratações

Em razão de suplementação orçamentária de investimentos, a qual foi liberada no mês de setembro, diversos pedidos foram formulados fora do prazo previsto no Plano de Aquisições de 2021.

- Licitações Desertas ou Fracassadas

Percebeu-se ao longo do ano de 2021 que a Pandemia mudou diversos mercados, gerou escassez e incertezas, além de causar o encarecimento de diversos produtos e serviços, o que contribuiu significativamente para o aumento das licitações desertas e fracassadas.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRE-SC

CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO
APLICÁVEL

Resolução CNJ n. 400/2021

Resolução TSE n. 23.474/2016

Plano de Logística Sustentável

Considerando o disposto na nova Resolução CNJ n. 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, e na Portaria P n. 83/2021, que institui o Plano Estratégico do TRE-SC para o ciclo 2021-2026, com base na série histórica dos resultados alcançados pelo Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina até o exercício 2020, a Administração do TRE-SC constituiu um Grupo de Trabalho por meio da Portaria DG n. 180/2021 para revisar, no prazo de 30 dias, o PLS para o exercício 2021, em consonância com os direcionadores estratégicos vigentes.

Após análise e consolidação dos documentos, especialmente com relação às novas ações, foram definidas as metas para o exercício 2021, sendo apreciadas pelas respectivas unidades gestoras. A elaboração do PLS para os exercícios subsequentes e respectivas metas, agora incorporadas ao corpo do documento, será atribuição da Unidade de Sustentabilidade, pendente de criação pelo TRE-SC.

Dessa forma, foi acostado às páginas 606 a 691, nos autos do Pae n. 18.346/2015, o PLS estabelecido para o exercício de 2021, aprovado segundo a decisão de págs. 270-274, nos autos do Pae n. 23.918/2021, onde constam as respectivas metas para os atuais indicadores vigentes.

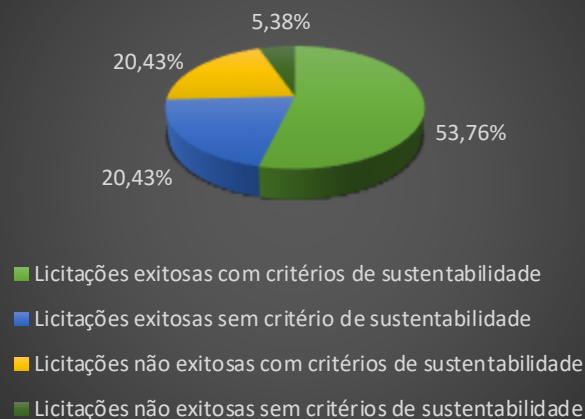
O GT revisou o atual Plano de Logística Sustentável do TRE-SC para o exercício 2021, com base na Resolução n. 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça. A referida resolução define os objetivos gerais e específicos do PLS, apresenta a metodologia utilizada para sua elaboração, implementação, monitoramento e avaliação. Contextualiza, ainda, a sua relação com o Plano Estratégico institucional e estabelece os indicadores de desempenho e as metas para diversos temas de relevante impacto no dia a dia da Administração.

Com a efetivação do Plano de Logística Sustentável, o TRE-SC reitera seu compromisso com o objetivo geral de garantir a promoção da sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, econômica e social.

O gráfico abaixo indica que o percentual de licitações exitosas onde foram estabelecidos critérios de sustentabilidade, assim entendidas como aquelas em que foi observado ao menos um critério de sustentabilidade foi de 53,76%, representando 50 licitações de um total de 69 realizadas no ano de 2021. Todavia, se se considerar o total de licitações exitosas e não exitosas em que foram estabelecidos critérios de sustentabilidade o percentual é de **74,19%** em 2021, superior aos **70,83%** do total de licitações realizadas em 2019, ano de referência correspondente.

Não foram listados neste documento todos os critérios de sustentabilidade definidos, em razão do seu tamanho. Entretanto, encontram-se publicados na página do TRE-SC na internet, no seguinte endereço: <https://adm.justicaeleitoral.jus.br/tre-sc/o-tre/sustentabilidade/licitacoes>

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS 2021



Quanto às ações para redução de consumo de recursos naturais, foram estabelecidas diversas no Plano de Logística Sustentável, sendo que a maioria é de ação continuada, sem prejuízo de sempre se buscar ampliar esse rol e torná-lo o mais eficiente possível. Todavia, cabe lembrar que em razão da Pandemia da Covid-19, muitas ações encontraram óbice, revelando outras tantas a merecer especial atenção, considerando a nova realidade que se desenhou com o trabalho remoto ou teletrabalho, onde diversos recursos foram economizados. De todo modo, entre outras ações previstas podemos destacar as seguintes, dentre as quais incluem-se ações para redução do consumo de recursos naturais e redução de resíduos poluentes:

- Reduzir o consumo de papel e de suprimentos de impressão
- Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional
- Avaliar a sistemática e distribuição de papel
- Incentivar o descarte em separado de papel para destinação exclusiva
- Firmar parceria com cooperativas para a reciclagem do papel
- Reaproveitar papéis descartados
- Contratar software como serviços (Software as a Service - SaaS), e-mail, arquivos, agenda, etc
- Manter o uso de copo descartável biodegradável
- Substituir o consumo de água engarrafada em recipientes plásticos por garrações de 20 litros, sistemas de filtragem ou bebedouros

- Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos
- Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão
- Promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas
- Elaborar relatório periódico de acompanhamento da quantidade de impressões por usuário/unidade
- Conscientizar o uso das impressões e redução de impressoras
- Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para a redução de consumo de energia
- Desligar luzes e equipamentos ao se ausentar do ambiente
- Fechar portas e janelas quando o ar condicionado estiver ligado
- Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação e iluminação naturais
- Manter o contrato de energia adequado à real demanda de energia elétrica.
- Adquirir materiais e equipamentos elétricos com melhores classificações de eficiência energética
- Elaborar cartilha de conscientização visando a economia de energia
- Avaliar a possibilidade de implantação de usina de energia solar
- Realizar levantamento e monitorar, semanalmente, a situação das instalações hidráulicas (para evidenciar consumos extraordinários) e propor alterações necessárias para redução do consumo de água potável
- Promover a implantação da coleta seletiva em consonância com a legislação pertinente
- Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos não recicláveis
- Coletar os materiais de consumo ou permanentes que estão em desuso nas unidades.
- Incentivar a correta separação de resíduos
- Orientar os servidores e terceirizados para a coleta de resíduos
- Efetuar parceria para descarte/coleta do lixo eletrônico com outras instituições públicas
- Fazer parceria com órgãos para a coleta de pilhas e baterias coletivamente
- Implementar o reaproveitamento de materiais oriundos de reformas e construções

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

- Adotar requisitos técnicos de construção sustentável nos projetos e contratações de obras e serviços de engenharia
- Promover a destinação correta dos resíduos de construção e demolição, de acordo com as diretrizes do CONAMA
- Usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza
- Usar conscientemente itens de higiene pessoal coletivo, por parte dos servidores e colaboradores
- Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro
- Incrementar vigilância eletrônica, em substituição à vigilância presencial
- Estimular contratações sustentáveis, ou seja, com a inserção de critérios de sustentabilidade na especificação do objeto ou nas obrigações da contratada
- Estabelecer parcerias com outros órgãos públicos para realização de compras e ações de sustentabilidade (REDES)
- Fomentar e estimular a concretização da capacitação em gestão de contratações sustentáveis
- Usar Manuais de Contratações Sustentáveis nas aquisições e contratações

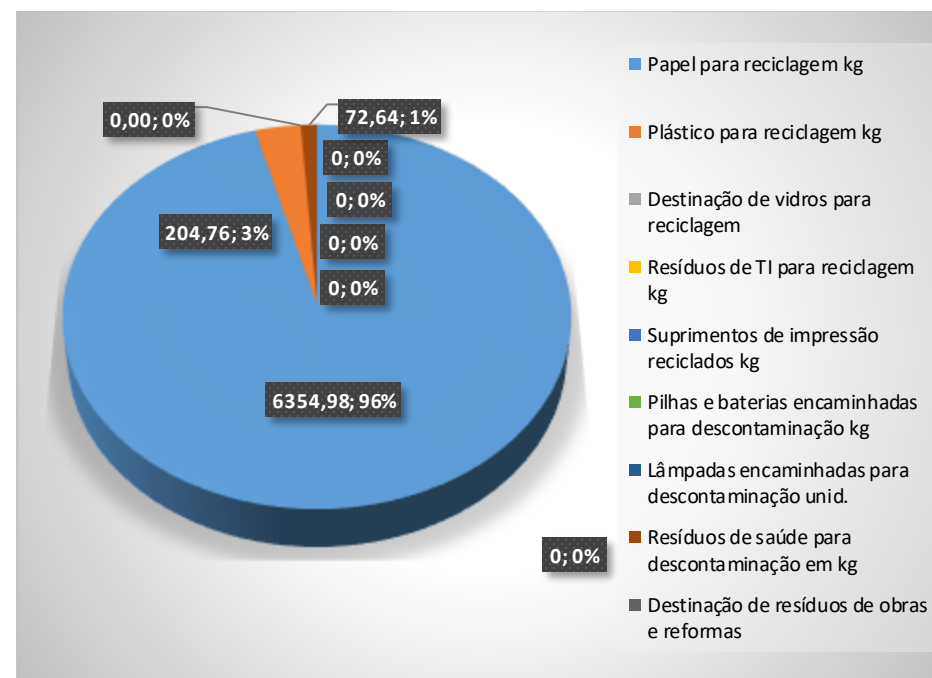
Gestão de Resíduos

No que tange à gestão de resíduos, o gráfico abaixo demonstra a quantidade e percentual representativo de todos os resíduos produzidos em 2021, conforme critérios e indicadores também estabelecidos no Plano de Logística Sustentável. Outras espécies de resíduos estão previstas no referido Plano, tais como metais e madeira. Todavia, não foram produzidos pelo TRE-SC naquele ano.

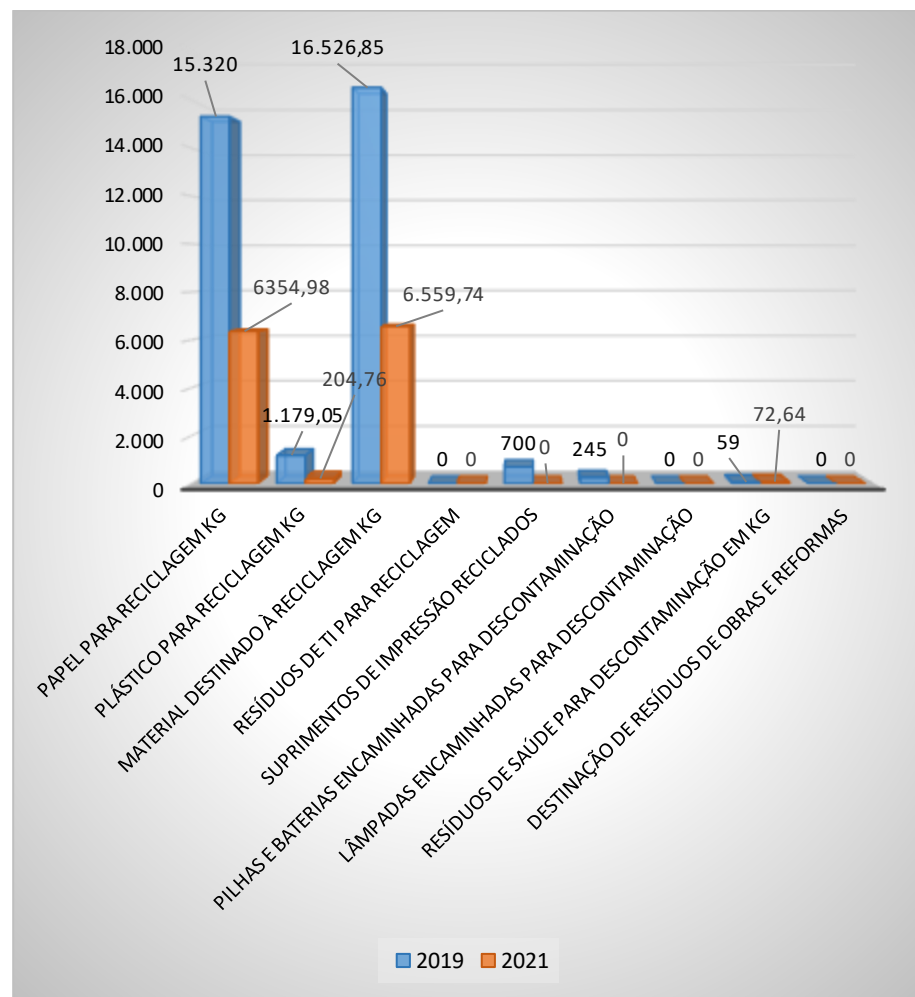
Ainda quanto à gestão de resíduos, de modo a se verificar as reduções alcançadas é preciso compará-las com o outro ano de referência. Tendo em vista que 2021 foi ano não eleitoral, seu ano de referência seria 2019, considerando sobretudo a sazonalidade das atividades da Justiça Eleitoral, conforme previsto no art. 25 da Resolução TSE n. 23.474/2016 e Glossário de antiga Resolução n. 201 do CNJ.

Em relação ao gráfico abaixo, de plano podemos notar a não geração de resíduos de TI para reciclagem, de suprimentos de impressão, de pilhas e baterias e de lâmpadas. Além disso, comparando-se com 2019 percebe-se uma grande redução no montante de papel para reciclagem, da ordem de 53,46%, bem como de plástico, no percentual de 81,82%, o que se deve em grande parte à adoção do teletrabalho, em razão da pandemia do Covid-19. Todavia, houve um aumento de resíduos de saúde no montante de 23,12%, o

que se deu sobretudo em razão do retorno do atendimento presencial no Setor de Saúde, com um maior consumo de material oriundo dos protocolos de segurança decorrentes da Pandemia da Covid-19. Não houve aferição da destinação de vidros para reciclagem, certamente devido à adoção crescente do regime de teletrabalho. No que tange à destinação de resíduos de obras e reformas, considerando que em nossos contratos de obras e reformas a empresa contratada fica encarregada de dar a destinação correta aos resíduos, não gera o descarte por parte do TRE-SC, conforme esclareceu a Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços.



Dessa forma, temos o seguinte gráfico comparativo do ano de 2021, em relação ao ano não eleitoral de referência de 2019:



De acordo com informação da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, devido ao trabalho remoto emergencial o consumo de suprimentos de impressão foi muito abaixo do convencional e não houve volume suficiente de resíduos para acionar a coleta.

O PLS está alinhado ao macrodesafio específico presente na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026. Por conta disso, o Plano Estratégico institucional do TRE-SC (Portaria P/TRE-SC n. 83/2021) definiu como um dos objetivos estratégicos a “promoção da sustentabilidade” (art. 3º, II, “c”).

Alcançar este objetivo estratégico é um desafio delineado para este ciclo e, para acompanhar a sua evolução, a Portaria DG/TRE-SC n. 163/2021 adotou o “Índice de Desempenho da Sustentabilidade - IDS”, definindo as metas a serem alcançadas nos exercícios 2021 e 2022.

O documento identifica as oportunidades a serem exploradas para o objetivo estratégico ao longo do ciclo, quais sejam:

- a realização de programas, projetos e ações institucionais
- a promoção de contratações e aquisições sustentáveis
- o estímulo à adoção de práticas de sustentabilidade ambiental
- a contribuição para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Agenda 2030) da ONU

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Dessa forma, o TRE-SC obteve o percentual de **45,8% de IDS** no ano de 2020, 14,7 p.p. inferiores a 2018, de acordo com o 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, revelando amplo espaço para crescimento e aprimoramento deste Tribunal nesta seara. Não foi trazido o IDS de 2021, considerando que o 6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário ainda não foi publicado pelo Conselho Nacional de Justiça no presente exercício.

Índice de desempenho de sustentabilidade											
Partes interessadas:		Presidência Direção-Geral Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) Secretaria de Administração e Orçamento (SAO)									
O que mede:		Indicador sintético resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ n. 201/2015. Os resultados, o método aplicado e os indicadores utilizados constam na publicação anual do “Balanço Socioambiental do Poder Judiciário”, produzido pelo DPJ/CNJ.									
Para que mede:		Aprimorar o desempenho da sustentabilidade									
Quem mede:		Secretaria de Administração e Orçamento (SAO)									
Quando mede:		Anualmente									
Como mede:		Glossário disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça. https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/Glossario_dos_Indicadores_de_desempenho.pdf									
Onde mede:		PLS-Jud, Resolução CNJ n. 201/2015, em https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-socioambiental/balanco-socioambiental/ Planilha eletrônica SIM – Sistema de Indicadores e Metas Procedimento Operacional Padrão mantido pela unidade									
Evolução ideal:		Quanto maior, melhor.									
Observações:		Indicador presente na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 Resultados disponibilizados anualmente pelo CNJ através do relatório Balanço Socioambiental do Poder Judiciário com informações referentes ao exercício anterior. NM – Não mensurável no período SUSP – indicador suspenso de medição no exercício									
SÉRIE HISTÓRICA / LINHA DE BASE (LB)											
2015		2016		2017		2018		2019		2020	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2021 (LB)		2022		2023		2024		2025		2026	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
58%		56%									

Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

Os mecanismos de controle e prevenção de falhas e inconsistências na área de gestão patrimonial têm como base o sistema de patrimônio ASIWEB, software utilizado para a área de patrimônio e almoxarifado no âmbito da Justiça Eleitoral.

Constantemente aperfeiçoado com novas versões, o sistema permite o gerenciamento e controle efetivo de todos os bens permanentes em Santa Catarina, distribuídos por 398 unidades de localização.

Os bens registrados sofrem constante atualização de valor, desde tangíveis como intangíveis. Além da depreciação e amortização mensal, o sistema disponibiliza a reavaliação por grupo de contas.

Qualquer divergência de material, lotação, descrição, marca, modelo, número serial, responsável, movimentação entre setores, valor, classificação contábil, entre outros, pode ser tratada com a emissão de diversos relatórios.

Os usuários possuem perfil de acesso restrito a módulos do programa. Se for preciso monitorar algum erro, há o recurso de relatórios/logs de auditoria, que evidenciam a hora, dia, funcionalidade e o responsável pela operação.

Outras ferramentas que auxiliam na gestão patrimonial, com dados de origem do sistema ASIWEB, são os formulários breves:

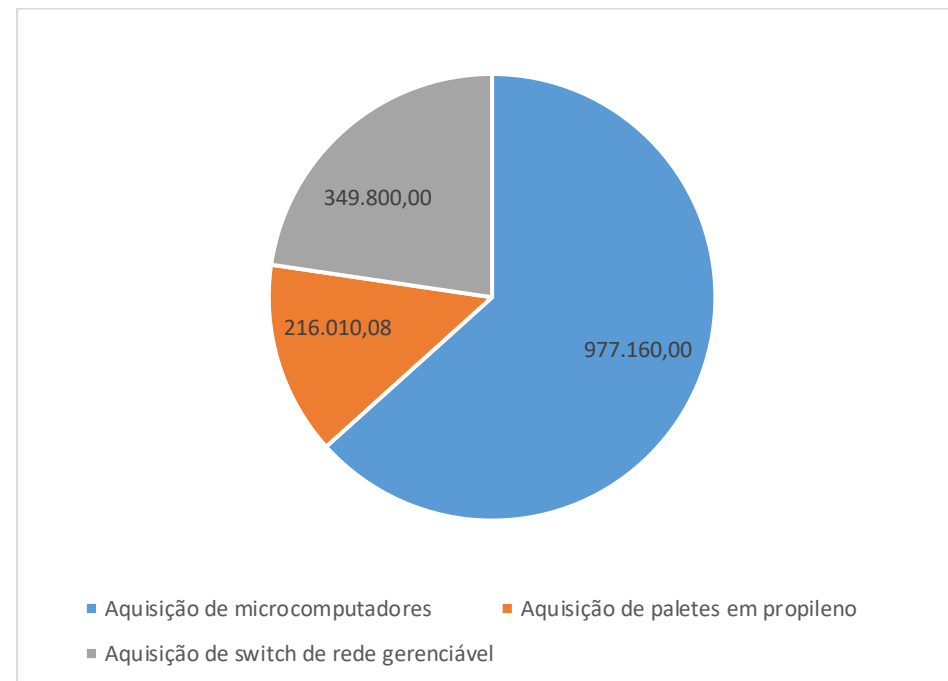
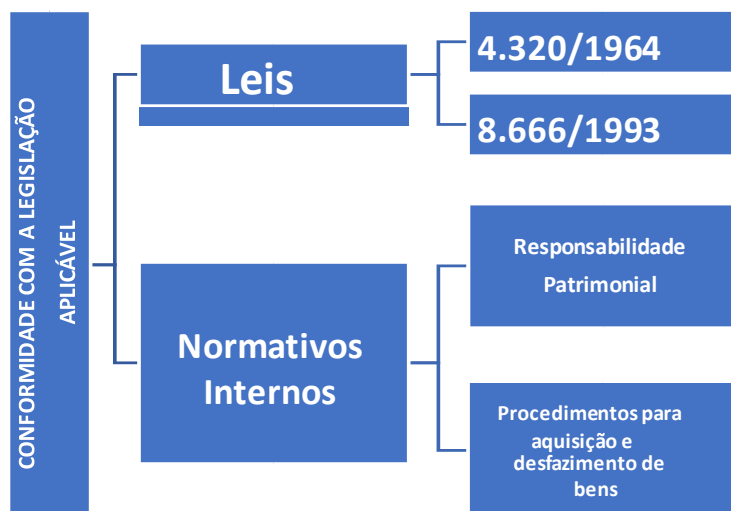
- Guia de Transferência de Bens Patrimoniais – destinada para a conferência e assinatura dos bens movimentados entre os setores
- Transferência de Bens Permanentes – envia um arquivo com a relação dos bens a serem conferidos pelo titular da Unidade
- Termo de Posse e Transferência de Bem Patrimonial – formulário que informa os bens permanentes em uso durante o trabalho remoto

Além disso, a área de patrimônio utiliza o sistema de acompanhamento do inventário e as leituras por aplicativo de celular como forma de aferir e inventariar anualmente o patrimônio do TRE-SC.

Principais despesas de capital

Os investimentos na área de TI refletem diretamente na melhoria de sua infraestrutura operacional e técnica, além de atender à crescente demanda na área de desenvolvimento de softwares voltados ao aprimoramento e à celeridade das ações e dos procedimentos executados pelo TRE-SC para implementar e alcançar seus objetivos estratégicos.

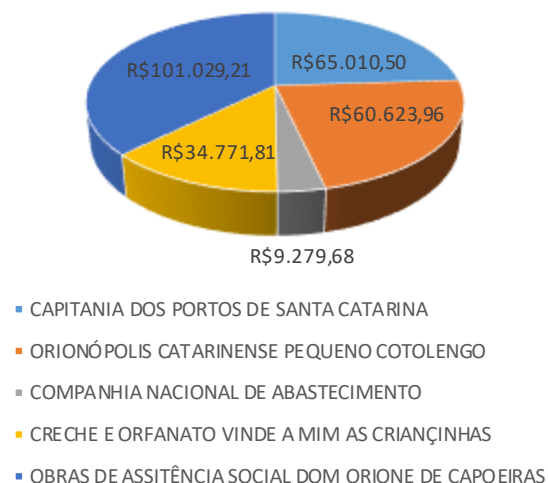
Considera-se demonstrado o custo-benefício dos investimentos e o impacto específico daqueles da área de TI nos objetivos estratégicos.



Desfazimento de Ativos

No ano de 2021 ocorreram cinco procedimentos de desfazimento de ativos no TRE/SC, nos meses de outubro, novembro e dezembro. Foi realizada a baixa patrimonial de 1.601 bens permanentes, que totalizou o valor líquido de R\$ 270.715,16.

DISTRIBUIÇÃO DE BENS DOADOS PELO TRESC EM 2021



Locações de imóveis e equipamentos

No que se refere aos cartórios eleitorais, cabe esclarecer que, há pouco mais de uma década, praticamente todas as unidades de primeiro grau da Justiça Eleitoral deste Estado encontravam-se instaladas nos fóruns da Justiça Estadual. Contudo, esse Poder passou a requisitar tais espaços para uso próprio, obrigando este Tribunal a buscar novas alternativas.

Há 24 imóveis de propriedade da União ocupados pela Justiça Eleitoral em Santa Catarina, abrigando a sede e respectivos anexos, assim com cartórios eleitorais. Da experiência dessa última década, pode-se observar que o investimento em estrutura imobiliária própria apresenta boa relação custo-benefício nos municípios que sediam mais de uma zona eleitoral, onde é possível organizar centrais de atendimento ao eleitor, instalando-se mais de um cartório em um só imóvel. Quanto aos demais, constatou-se que, dado o pequeno porte dos imóveis necessários, os custos de locação são baixos, se comparados ao investimento de uma construção. Em média, apurou-se que, para esses municípios, o custo de uma obra equivaleria a mais de 40 anos de locação de um imóvel.

O TRE-SC despendeu, no ano de 2021, o total de R\$ 4.226.613,40 (quatro milhões duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e treze reais e quarenta centavos) com locação de imóveis.

Acerca do tratamento das despesas com reformas, transformações e manutenções dos imóveis locados, a política adotada é o custeio direto pelos locadores, nas hipóteses em que os serviços importem aumento ou preservação do valor patrimonial, ficando a cargo deste Tribunal apenas as despesas decorrentes de danos ou defeitos acarretados pelo uso.

Mudanças e desmobilizações relevantes

No que se refere às mudanças e desmobilizações relevantes, foram feitas duas mudanças de cartórios eleitorais (Capital – 3 zonas eleitorais – e Imbituba).

Principais desafios e ações futuras

O principal desafio que se vislumbra na área de infraestrutura é a manutenção das instalações dos imóveis que sediam os cartórios eleitorais, especialmente em face das restrições orçamentárias decorrentes da Emenda Constitucional n. 95/2016.

Como estratégia para amenizar esses impactos, estuda-se a possibilidade de compartilhamento de imóveis com outros órgãos, especialmente aqueles em que o regime de teletrabalho se encontra consolidado, de modo a racionalizar as despesas de todas as entidades envolvidas.

Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Previsto no § 3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2021, Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 17, e parágrafo único do mesmo art. 17.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017,

foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

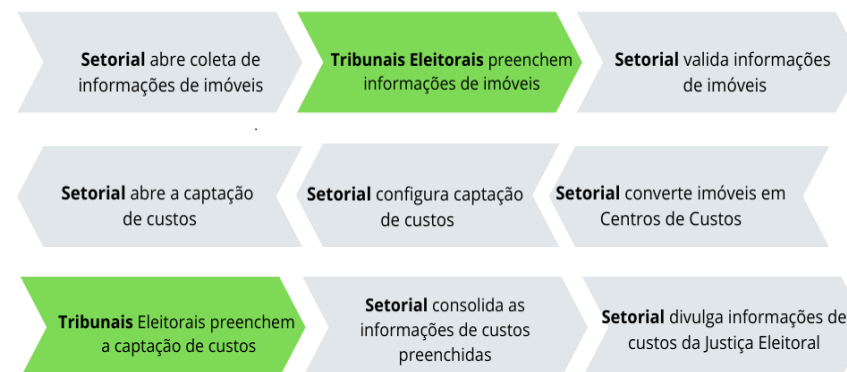
Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à demanda legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar no atendimento dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Principais desafios e ações futuras

O principal desafio que se vislumbra é a manutenção do nível de serviço do órgão face ao congelamento do teto de gastos decorrente da Emenda Constitucional 95, considerando-se, como ações de contingência, a renegociação de contratos e o estabelecimento de parcerias com outros órgãos.

Conforme registrado no relatório de gestão de 2020, confirmou-se a expectativa de impacto relevante da pandemia da Covid-19 na execução orçamentária e financeira, uma vez que o planejamento foi realizado em abril de 2020, com reflexo nos resultados apurados, principalmente em virtude da mudança da forma de trabalho (de presencial para remoto) com redução em despesas relacionadas a diárias, passagens e serviços de terceiros que não foram demandados ou suspensos. Com a sobra orçamentária do orçamento de custeios, foi possível suplementar o orçamento de investimentos no valor de R\$ 931.500,00 (novecentos e trinta e um mil e quinhentos reais). Essa suplementação foi utilizada para ampliação da infraestrutura de TI, tornando-a mais adaptável ao teletrabalho.

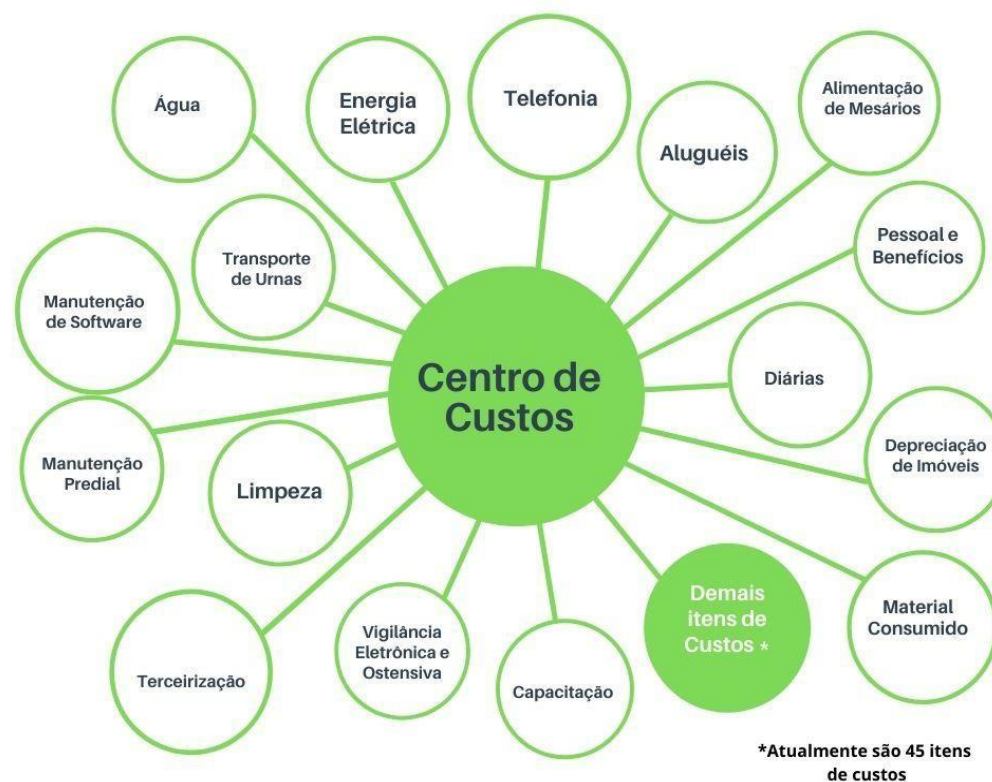
Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados .:



*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

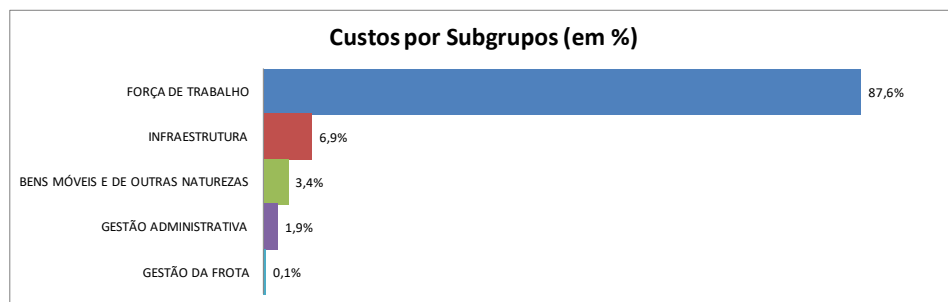
GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

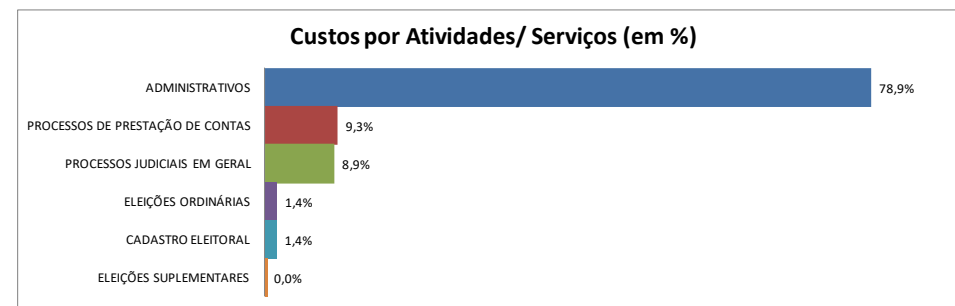
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no exercício de 2021, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



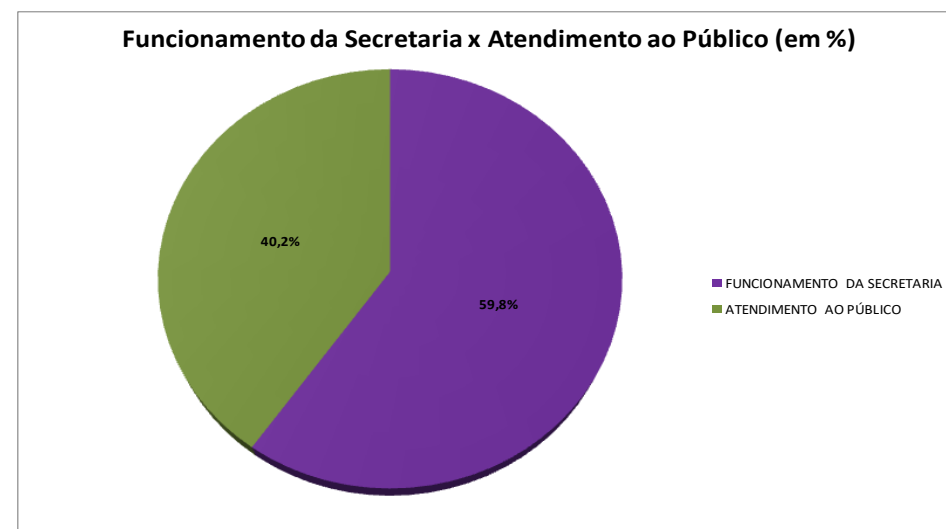
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem por objetivos potencializar as competências gerenciais e técnicas do seu quadro funcional de forma a modernizar seus modelos de gestão, fortalecer as relações humanas e garantir um ambiente de trabalho saudável.

A área de gestão de pessoas, por ser parte estratégica, planeja suas ações de forma a contribuir na efetivação da estratégia institucional e na realização da sua visão, adequando-se às exigências da sociedade atual, às transformações das relações de trabalho e aos avanços da tecnologia da informação e da comunicação.

Nesse norte, a Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-SC atua em consonância às diretrizes nacionais, com ações voltadas para o fortalecimento da governança e da gestão de pessoas, para o alcance dos propósitos estratégicos da Justiça Eleitoral Catarinense.

Riscos e Controles internos

Para minimizar os efeitos deletérios da crise gerada pelo novo coronavírus, um conjunto de ações foi implantado pela Administração no âmbito da Gestão de Pessoas. A partir do desenvolvimento de plano de riscos, cujo objetivo é fornecer o apoio necessário à Administração e às(os) servidoras(es) e seus familiares possivelmente impactados pela pandemia de COVID-19, uma série de medidas foram propostas como tratamento aos riscos, adicionalmente aos controles internos já existentes. Dentre essas medidas podem-se destacar:

- (I) Projeto Escuta do(a) Servidor(a), com a prestação de apoio emocional
- (II) Grupo Saúde e Qualidade de Vida, que consiste em um canal de comunicação específico do Programa Qualidade de Vida (PQV), via aplicativo WhatsApp, com compartilhamento de mensagens diárias contendo informações sobre bem-estar e saúde física, emocional e mental
- (III) Plano de retomada para as atividades presenciais, com a definição dos protocolos de segurança necessários para a retomada gradual e responsável das atividades presenciais, sendo o retorno planejado e realizado em 6 etapas

- (IV) Implantação do Núcleo de Apoio aos Cartórios Eleitorais – NACE (projeto piloto), que tem por objetivo prestar apoio remoto às zonas eleitorais que apresentem carência de pessoal e/ou grande volume acumulado de trabalho

Considerando a situação vivenciada, a Secretaria de Gestão de Pessoas se empenhou na prestação de auxílio aos Cartórios Eleitorais durante todo o exercício, com a designação de servidores(as) para auxiliar em atividades relacionadas à análise de prestação de contas de candidatos(as) e de partidos políticos, de forma presencial e remota, bem como por meio de forças-tarefa.

Além disso, foram realizados 5 (cinco) concursos de remoção, que resultaram na movimentação de 15 (quinze) técnicos e 7 (sete) analistas. Durante o exercício, o Tribunal preencheu 11 (onze) cargos efetivos, sendo 2 (dois) por meio de redistribuição e 9 (nove) por nomeação.

Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas – PESGP

O Planejamento Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas (PESGP), aprovado pela Portaria P n. 7/2018, de 10 de janeiro de 2018, representa o alinhamento da estratégia da unidade de pessoas ao Planejamento Estratégico do TRE-SC.

O normativo, alinhado à Política Nacional de Gestão de Pessoas, aglutinou uma série de projetos e iniciativas estratégicas planejadas e elaboradas com base em diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do TRE-SC acerca de planejamento, governança e gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

Tem como escopo definir os objetivos estratégicos, indicadores, metas e ações para o período 2017-2021, com o propósito de atingir a missão de promover o desenvolvimento organizacional e profissional para a prestação de serviço de excelência nas atividades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.



Índices do Planejamento Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas

Dentre os indicadores estratégicos, está o **Índice de maturidade em governança em gestão de pessoas (IE 1.1)**. Citado indicador, avalia o atendimento aos itens do IGOV Pessoas relacionados ao planejamento estratégico da SGP e visa a conhecer o estágio de maturidade da governança em gestão de pessoas no TRE-SC.

O Levantamento de Governança e Gestão Públicas de 2021 (Acórdão 2164/2021-TCU-Plenário), demonstra que o indicador *IGOV Pessoas* atingiu 58,7%, suplantando, dessa forma, a meta de 50% estabelecida no Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas do TRE-SC.

1.2 Resumo dos resultados da autoavaliação da organização

INDICADOR	VALOR
IGG (ÍNDICE INTEGRADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICAS)	57,3%
IGOV PUB (ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA)	53,7%
IGOVPESSOAS (ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS)	58,7%
IGESTPESSOAS (ÍNDICE DE CAPACIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS)	67,9%
IGOV TI (ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI)	61,0%
IGEST TI (ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE TI)	51,0%
IGOVCONTRAT (ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES)	81,7%
IGESTCONTRAT (ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE CONTRATAÇÕES)	70,4%
IGOVORÇAMENT (ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA)	64,1%
IGESTORÇAMENT (ÍNDICE DE CAPACIDADE EM ORÇAMENTÁRIA)	39,2%

Há também o **Índice de iniciativas estratégicas implementadas em gestão de pessoas (IE 1.2)** em relação às previstas no Programa Desenvolve durante o exercício. Das 22 (vinte e duas) iniciativas previstas, 16 (dezesseis) foram realizadas, quais sejam:

- coordenar o mapeamento dos processos nas unidades do TRE-SC
- implementar o Banco de Perfil Profissional
- mapear o quantitativo de servidores(as) (parcialmente)
- diminuir os claros de lotação nos Cartórios Eleitorais
- implementar a cultura de feedback
- promover ações para a melhoria de clima organizacional
- avaliar o grau de satisfação do(a) servidor(a) na sua respectiva lotação

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

- promover ações que visem a motivação e o bem-estar do(a) servidor(a) no trabalho
- promover ações que visem à proteção da saúde do(a) servidor(a)
- promover ações que visem à redução do índice de absenteísmo
- incentivar a participação dos(as) servidores(as) nas ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
- aprimorar os meios de comunicação com a SGP
- aprimorar as ações do Projeto de Escuta do(a) servidor(a)
- implementar políticas de autocomposição (mediação de conflitos interpessoais)
- implementar o teletrabalho
- garantir o cumprimento dos prazos relativos às atividades operacionais

Com relação ao **Índice de ações voltadas à valorização, reconhecimento e integração de servidores(as) (IE 2.1)**, houve a previsão de serem realizadas 6 (seis) ações com vistas a promover ações de forma integrada e contínua no ambiente de trabalho, favorecendo a melhoria das relações entre os(as) servidores(as) para garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados e o aumento de desempenho institucional. No ano de 2021, foram realizadas 20 (vinte) ações, superando, portanto, a meta prevista no Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas.

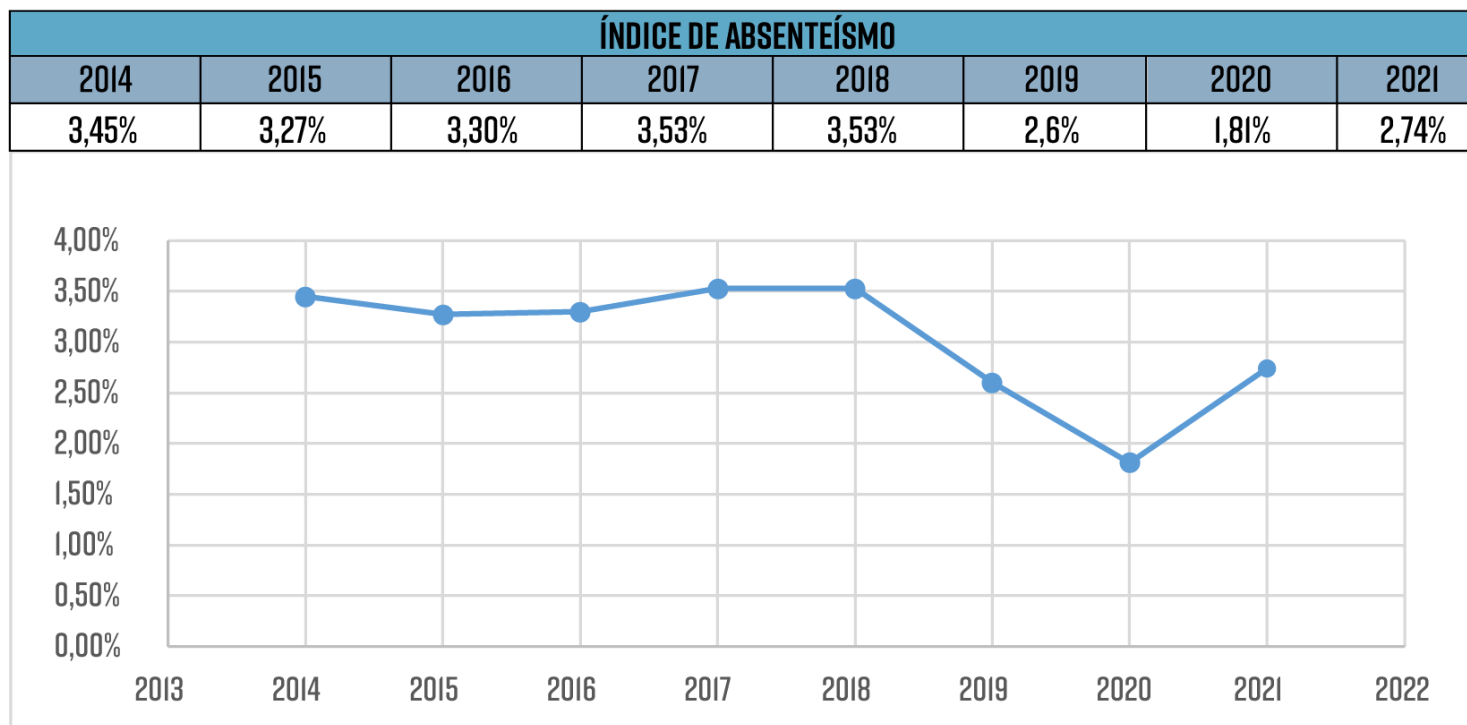
Quanto ao **Índice do clima organizacional (IE 2.2)**, em geral, a avaliação e percepção dos(as) servidores(as) foram positivas sobre os diferentes aspectos do ambiente organizacional, alcançando um percentual acima da meta esperada, com representação de 78,75%.

No que tange ao **Índice de participação dos(as) servidores(as) em ações de qualidade de vida no trabalho (IE 3.1)**, previa a participação de 35% nas ações dessa natureza. Em 2021, no entanto, devido à pandemia, não foi possível a medição da efetiva participação, já que as ações foram exclusivamente virtuais, por meio da divulgação de materiais na intranet, por e-mail e WhatsApp. É possível afirmar, contudo, que o grupo de WhatsApp “Saúde e Qualidade de Vida”, criado e mantido pela Seção de Saúde, conta atualmente com a participação voluntária de 296 (duzentos e noventa e seis) participantes, entre servidores(as) ativos(as), inativos(as) e alguns convidados (servidores(as) públicos(as) de outros Órgãos).

Quanto ao **Índice de satisfação com o programa de qualidade de vida no trabalho (IE 3.2)**, mensurado através de pesquisas de satisfação de campanhas realizadas. Em 2021, foram promovidas virtualmente as campanhas: Janeiro Branco – cuidando da saúde mental e emocional; Alimentação Saudável; Fevereiro Roxo e Laranja - de conscientização sobre o Alzheimer, lúpus e fibromialgia; Março Azul-Marinho - prevenção ao câncer colorretal; Sono e Saúde; Abril Azul - conscientização sobre o autismo; Vacina é Esperança – estímulo à vacinação contra a Covid-19; Maio Verde - prevenção ao glaucoma; Saúde em Movimento – estímulo à atividade física; Junho vermelho - doação de sangue; Acessibilidade e inclusão – um direito de todos; Agosto - Mês dos pais; Lazer e saúde; Todos contra o mosquito – combate ao Aedes aegypti; Setembro Amarelo - prevenção ao suicídio; Saúde bucal; Outubro rosa - prevenção ao câncer de mama; Homenagem ao Dia do(a) Servidor(a) Público e Dezembro Laranja – prevenção ao câncer de pele. Através de formulários Google, os(as) servidores(as) foram convidados(as) a opinar voluntariamente sobre as campanhas realizadas pela Seção de Saúde de janeiro a outubro de 2021, atribuindo-lhes notas de 1 a 5. Foram obtidas 198 respostas. Destas, 65% atribuíram às campanhas nota 5; 23% nota 4; 5% nota 3; 0,5% nota 2 e 0,5% nota 1. Considerando as notas de 5 a 3, temos um percentual de satisfação de 98% nas 18 campanhas de saúde realizadas. Outro dado que é importante mencionar é o número de visualizações contabilizadas pelo YouTube nos dois vídeos produzidos pelo Programa de Qualidade de Vida (PQV), em parceria com a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do Tribunal em 2021: o vídeo Outubro Rosa teve 613 visualizações, e o vídeo Dezembro Laranja teve 622 visualizações.

Em relação ao **Índice de proteção à saúde do(a) servidor(a) (IE 3.3)**, em 2021, foram realizados os Exames Médicos Periódicos e houve intensa campanha para vacinação da COVID-19. De 486 (quatrocentos e oitenta e seis) servidores(as), 59% concluíram os exames.

Por seu turno, o **Índice de absenteísmo motivado por doença dos(as) servidores(as) (IE 3.4)**, apesar de ter ficado dentro da meta máxima prevista, teve um aumento em relação ao ano anterior, motivado, provavelmente, pelo retorno gradual ao trabalho presencial que houve em 2021, já que o trabalho remoto emergencial a que foram submetidos(as) os(as) servidores(as), no período de março a dezembro de 2020, evitaram muitas licenças para tratamento de saúde (própria e de familiar) pela possibilidade da realização do trabalho em home-office, sem a necessidade de afastamento.



Em relação ao **Índice de ações voltadas à promoção da qualificação e do conhecimento organizacional (IE 4.1)**, houve o cumprimento da meta prevista, com realização de 100% das ações.

Quanto ao **Índice de servidores(as) ambientados(as) (IE 4.2)**, foi possível alcançar a meta de 100% prevista para o ano de 2021. As ambientações foram realizadas de maneira virtual/presencial com a participação das respectivas chefias.

Em relação ao **Índice de adequação da força de trabalho na Secretaria do Tribunal (IE 5.1)**, 74% das solicitações encaminhadas pelos(as) gestores(as) foram atendidas, superando a meta prevista para o exercício (55%).

O **Índice de claro de lotação no Cartórios Eleitorais (IE 5.2)** foi de aproximadamente 1%, ficando abaixo do limite máximo previsto em planejamento de 2021, que considerava aceitável o percentual máximo de 3%.

Em relação ao **Índice de satisfação de lotação dos(as) servidores(as) na Sede (IE 5.3)**, com base nos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional, verificou-se que 89,46% responderam estar satisfeitos com sua atual lotação, superando a meta de 60% prevista para o ano.

Quanto ao **Índice de lotação total (IE 5.4)**, a Administração procedeu a nomeações e redistribuições a fim de prover 100% das vagas autorizadas pelo TSE.

Dos índices relacionados ao aprimoramento dos processos de trabalho e registros funcionais, relativos ao **Processamento de horas extras (IE 6.1)**, **Designação de magistrados(as) eleitorais (IE 6.2)** e **Cumprimento da entrega da folha de pagamento (IE 6.3)**, apesar da exiguidade dos prazos, houve o cumprimento na integralidade de todos os indicadores.

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Em relação ao **Índice de unidades com competências mapeadas (IE 7.1)**, no ano de 2021 foi concluído o mapeamento das competências de todas as unidades, incluindo os Cartórios Eleitorais.

Quanto ao **Índice de servidores(as) com perfil profissional mapeado (IE 7.2)**, 94% dos(as) servidores(as) possuem perfil profissional mapeado, atendendo à meta estabelecida pela Secretaria.

E, por fim, no que se refere ao **Índice de execução do orçamento destinado às ações e programas mantidos pela SGP (IE 8.1)**, houve a execução de 100% do orçamento destinado ao Programa de Assistência à Saúde.

Núcleo de Apoio aos Cartórios Eleitorais - NACE

O Núcleo de Apoio aos Cartórios Eleitorais – NACE foi idealizado para atender as constantes demandas apresentadas pelas unidades cartorárias, com força de trabalho (pessoal) insuficiente.

Citado Núcleo, composto atualmente por servidores(as), em regra excedentes, possui competência para planejar, gerir e executar a atividade de auxílio aos Cartórios Eleitorais considerados críticos quanto aos processos eletrônicos, judiciais e administrativos no sistema Processo Judicial Eletrônico.

Essa nova unidade tem por objetivo agilizar a prestação jurisdicional do 1º grau, cumprir as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelos indicadores estratégicos do TRE-SC.

As principais demandas são: força de trabalho insuficiente (licenças e afastamentos legais); complexidade e excesso de atividades, em especial prestações de contas eleitorais; cumprimento de prazos estipulados pela Corregedoria Regional Eleitoral, indicação de apoio complementar em razão de correição interna, etc.

O projeto piloto do NACE contou com 8 (oito) servidores(as) em teletrabalho lotados(as) no núcleo e 21 (vinte e um) servidores(as) voluntários(as), que prestaram auxílio parcial para outras unidades cartorárias.

Desde o início do projeto piloto, em maio de 2021, 22 (vinte e duas) zonas eleitorais foram beneficiadas. Destaca-se também a parceria realizada com unidades da sede e de cartórios eleitorais, que disponibilizaram voluntários(as) para contribuir com as atividades do NACE, de forma parcial, concomitantemente com as atividades prestadas nas respectivas unidades.

Ressalta-se também que o teletrabalho no âmbito das zonas eleitorais teve vinculação obrigatória com o Núcleo de Apoio aos Cartórios Eleitorais – NACE, independentemente da(s) unidade(s) de realização das atividades coincidir(em) com a de lotação de origem do(a) servidor(a).

O NACE tem demonstrado um resultado muito positivo entre os cartórios eleitorais, tem recebido muitos elogios pelas zonas apoiadas e o resultado alcançado é visível.

Todos os(as) servidores(as) que prestam auxílio remoto fazem o registro diário de suas tarefas para controle do resultado, a fim de assegurar o cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho.

Grande parte do auxílio é feito de forma remota, resultando em otimização do trabalho, redução de custos de deslocamento e diárias, com resultado documentado em processo específico.

Considerando os benefícios alcançados, pretende-se para o ano 2022 regulamentar o assunto com as competências; criar a unidade orgânica; ampliar o número de servidores(as) à disposição do núcleo para atender as mais diversas atividades, especialmente do período eleitoral; e instituir política de treinamento específico e direcionado para os(as) servidores(as) do NACE.

Segue tabela com as unidades cartorárias beneficiadas com o apoio, bem como o período de auxílio:

ZE	PERÍODO	QUANTIDADE DE SERVIDOR (A)	TIPO DE APOIO
2ª - BIGUAÇU	8/9 A 7/10	1	VOLUNTÁRIO
4ª - BOM RETIRO	1º/9 A 10/9	1	EXCLUSIVO (NACE)
5ª - BRUSQUE	30/9 A 15/10 ; 7/10 A 15/10; 23/11 A 2/12; 6/12 A 10/12;	4	VOLUNTÁRIO
10ª - CRICIÚMA	13/9 A 16/12	1	EXCLUSIVO (NACE)
11ª - CURITIBANOS	13/9 A 17/9; 22/9 A 30/9; 30/9 A 3/12; 11/11 A 26/11; 3/12 A 16/12	5	EXCLUSIVO (NACE)/ VOLUNTÁRIO
15ª - INDAIAL	12/7 A 17/12; 26/7 A 14/8; 16/8 A 20/8; 14/9 A 28/9;	4	EXCLUSIVO (NACE)/ VOLUNTÁRIO
19ª - JOINVILLE	16/6 A 31/8	1	VOLUNTÁRIO
20ª - LAGUNA	20/5 A 4/6; 7/6 A 2/7; 19/7 A 10/9; 4/10 A 29/10; 19/7 A 31/7	2	EXCLUSIVO (NACE)/ VOLUNTÁRIO
24ª - PALHOÇA	17/5 A 22/6; 28/5 A 9/7; 22/7 A 31/8	2	EXCLUSIVOS (NACE)/ VOLUNTÁRIO
26ª - RIO DO SUL	20/10 A 1º/12; 22/10 A 19/11; 4/11 A 17/12	3	VOLUNTÁRIO
28ª - SÃO JOAQUIM	9/7 A 9/7	1	VOLUNTÁRIO
30ª - SÃO BENTO	18/5 A 18/6; 21/6 A 9/7; 22/7 A 31/8; 1º/9 A 10/9; 22/11 A 3/12; 6/12 A 16/12	2	EXCLUSIVO (NACE)
41ª - PALMITOS	8/12/21 A 24/2/2022	1	EXCLUSIVO (NACE)
47ª - TANGARÁ	19/7 A 30/7; 10/11 A 10/12	1	EXCLUSIVO/ VOLUNTÁRIO
52ª - ANITA GARIBALDI	23/8 A 3/9	1	VOLUNTÁRIO
56ª - BALNEÁRIO CAMBORIÚ	15/10 A 28/10; 3/11 A 10/12	2	EXCLUSIVO (NACE)
58ª - MARAVILHA	19/7 A 29/10	1	VOLUNTÁRIO
68ª - BALNEÁRIO PIÇARRAS	14/7 A 20/8; 1º/9 A 17/9; 27/9/21 A 31/3/22; 14/10 A 14/11; 16/11 A 13/12	5	EXCLUSIVO (NACE)/ VOLUNTÁRIO
83ª - MODELO	17/11/21 A 30/6/22	1	VOLUNTÁRIO
85ª - JOAÇABA	13/9 A 13/10; 25/10 A 29/10	1	VOLUNTÁRIO
95ª - JOINVILLE	15/6 A 24/9; 16/11 A 25/11	2	EXCLUSIVO (NACE)
100ª - FLORIANÓPOLIS	11/5 A 4/6; 11/5 A 10/6; 27/5 A 27/6; 13/7 A 16/7; 4/8 A 13/8; 16/8 A 2/11; 8/9 A 17/9; 4/10 A 12/11; 16/9 A 30/10; 30/11 A 16/12	8	EXCLUSIVO (NACE)/ VOLUNTÁRIOS

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Apoio Emocional, Projeto Escuta e Mediações de Conflito

Convém destacar aqui o trabalho realizado para acompanhamento dos efeitos emocionais provocados pelo isolamento social e o trabalho remoto decorrentes da pandemia.

As intervenções foram realizadas por meio do Projeto Escuta do(a) Servidor(a), que tem por objetivo auxiliar no fortalecimento da autoestima, promover sentimento de segurança e de prestar suporte emocional em momentos de crises, porém sem o viés psicológico, pois não há, no quadro de pessoal do TRE-SC, o cargo de Analista Judiciário – Apoio Especializado – Psicologia.

Esse acompanhamento foi realizado tanto por demanda espontânea dos(as) servidores(as), quanto por iniciativa da equipe envolvida, a partir da identificação de situações de sofrimento psíquico de algum servidor.

A seguir, apresenta-se o número total de entrevistas e reuniões realizadas com os(as) servidores(as) e unidades nos anos 2020 e 2021:

DESCRIÇÃO	Nº DE ENTREVISTAS E REUNIÕES REALIZADAS COM SERVIDORES(AS) E UNIDADES	
	2020	2021
ACOMPANHAMENTO DO CLIMA ORGANIZACIONAL	--	11
ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES(AS) COM DEFICIÊNCIA (ACESSIBILIDADE)	--	21
ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES(AS) E GESTORES(AS) DE UNIDADES QUE POSSUEM TELETRABALHADORES(AS)	--	38
AMBIENTAÇÃO NA NOVA UNIDADE	--	19
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	32	4
PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA	--	9
TOTAL	32	102

O apoio aos efeitos emocionais provocados pelo isolamento social e pelo trabalho remoto decorrentes da pandemia foi prestado por meio manutenção do grupo de WhatsApp “Saúde e Qualidade de Vida”, que levou materiais como vídeos, cartilhas e artigos com a temática da saúde mental, emocional e bem-estar; promoção de rodas de conversa mediadas por psiquiatra; promoção das campanhas Janeiro Branco, de cuidados com a saúde mental e emocional e Setembro Amarelo, de prevenção ao suicídio; orientação individual às(os) servidoras(es); estímulo, dentro das campanhas de saúde, ao compartilhamento de experiências pessoais dos(as) servidores(as) sobre as temáticas tratadas.

Ações de Saúde

O Programa de Assistência à Saúde (PAS) do TRE-SC compreende as assistências médica, hospitalar, laboratorial, odontológica, psicológica e nutricional, bem como campanhas e ações de saúde planejadas para a prevenção de doenças e para a promoção do bem-estar físico e psíquico do(a) servidor(a).

A assistência odontológica direta, prestada nas dependências da Seção de Saúde/SGP, por profissionais integrantes do quadro aos servidores(as), seus dependentes e às(os) magistradas(os), suspensa em março de 2020 em razão da pandemia, retornou em julho de 2021.

Atualmente, o quadro de Saúde do Tribunal é composto por um cargo de médico e três cargos de dentistas, sendo que uma das dentistas, por decisão administrativa da Presidência, vem desenvolvendo suas atividades no Programa de Qualidade de Vida.

Além da assistência direta, também está previsto no PAS a assistência indireta, a qual compreende o plano de saúde contratado pelo Tribunal, o ressarcimento de assistência odontológica particular e os ressarcimentos de planos de saúde particulares, de periódicos particulares e de procedimentos relativos às campanhas de saúde desenvolvidas pela Seção de Saúde/SGP.

Para o ano de 2021, foi disponibilizado para o PAS o total de R\$ 4.531.100,00, decorrente de verba individual para cada beneficiário no valor fixo de R\$ 249,40. O repasse desse valor individual é disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral exclusivamente para os(as) servidores(as) da Justiça Eleitoral, efetivos(as) e removidos(as), e a seus respectivos dependentes (legais e econômicos). Não há repasse de orçamento para magistrados(as), bem como para servidores(as) requisitados(as), cedidos(as) e em exercício provisório.

A maior parte desse orçamento é destinada ao pagamento do plano de saúde contratado pelo Tribunal, ao reembolso de despesas com plano de saúde e ao ressarcimento de

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

despesas odontológicas particulares. Parte dele é destinada também às campanhas de saúde promovidas pela Seção de Saúde/SGP e ao reembolso de consultas e exames periódicos, além do pagamento do serviço de assistência de saúde bucal e às despesas médicas decorrentes de acidente de trabalho.

Os valores gastos nas atividades relacionadas ao PAS no ano de 2021 estão demonstrados na tabela abaixo:

Demonstrativo - Despesas do Programa Assistência à Saúde

DESCRIÇÃO	VALORES (R\$)
ORÇAMENTO DISPONÍVEL	4.531.100,00
COTA TRE - UNIMED PRÉ-PAGAMENTO	3.637.954,17
DESPESAS PARTICULARES - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	211.417,60
DESPESAS PARTICULARES - CAMPANHAS DE SAÚDE	19.844,23
DESPESAS PARTICULARES - PLANO PRIVADO	77.703,87
DESPESAS PARTICULARES - PERIÓDICOS	10.900,00
PERIÓDICOS - UNIMED	16.662,63
ACIDENTE DE SERVIÇO	191,74
RATEIO DE CRÉDITOS DE DESPESAS MÉDICAS	555.462,46

O saldo orçamentário remanescente, que no ano de 2021 correspondeu a R\$ 555.462,46, foi ressarcido aos beneficiários de forma proporcional a sua permanência no PAS no exercício e observado o limite de gastos individuais, nos termos da Portaria P n. 86/2018, sendo que a pequena diferença apresentada no quadro acima se refere a reserva financeira para acerto de despesas dos beneficiários de um exercício para o outro.

No ano de 2021, foram realizados os exames periódicos médicos em 290 servidores(as).

Paralelamente ao PAS, tem-se o Programa de Qualidade de Vida (PQV), cujo objetivo é promover ações que visem à prevenção de doenças e à manutenção do estado de saúde físico e psíquico dos(as) servidores(as), contribuindo, dessa forma, para a redução dos índices de absenteísmo, bem como para o alcance de uma melhor qualidade de vida no trabalho.

As campanhas de saúde promovidas em 2021 pelo Programa Qualidade de Vida (PQV) foram: Retomada Responsável; Covid-19 – perto da informação, longe do vírus; Vacina é Esperança – de estímulo à vacinação contra Covid-19; Janeiro Branco – cuidando da saúde mental e emocional; Alimentação Saudável; Fevereiro Roxo e Laranja - conscientização sobre mal de Alzheimer, lúpus e fibromialgia; Março Azul-Marinho - prevenção ao câncer colorretal; Sono e Saúde; Abril Azul - autismo; Maio Verde - prevenção ao glaucoma; Saúde em Movimento; Junho vermelho - doação de sangue; Acessibilidade e inclusão; Agosto - Mês dos pais; Lazer e saúde; Todos contra o mosquito – combate ao Aedes aegypti; Setembro Amarelo - prevenção ao suicídio; Saúde bucal; Outubro rosa - prevenção ao câncer de mama; Homenagem ao Dia do(a) servidor(a) Público; e Dezembro Laranja – prevenção ao câncer de pele. Além disto, foram promovidas as campanhas de Exame Médico Periódico e de vacinação contra a gripe.

Plano de retomada das atividades/pandemia da Covid-19

A continuidade da pandemia da Covid-19, em 2021, teve uma considerável repercussão na área de Gestão de Pessoas, exigindo uma amplificação de sua atuação, que foi realizada pelo monitoramento constante:

- (I) da evolução da pandemia, com acompanhamento da situação no Estado de Santa Catarina para subsidiar tomadas de decisões;
- (II) do início e progresso da vacinação contra a COVID-19, com a divulgação contínua dos benefícios da vacina com vistas a incentivar o ato de vacinar, e mapeamento dos(as) servidores(as)/colaboradores(as) vacinados(as) no âmbito do TRE-SC;
- (III) do número de casos suspeitos e com diagnóstico positivo da doença entre servidores(as), colaboradores(as) e seus familiares. Além disso, a SGP participou ativamente da elaboração do Plano de Retomada das Atividades Presenciais no TRE-SC, nas seis etapas do retorno às atividades presenciais, e do Gabinete de Crise instituído pelo TRE-SC para traçar as ações estratégicas e os trabalhos em meio à pandemia.

A divulgação de informações sobre a Covid-19, sua prevenção e os benefícios da vacinação foram objetivos prioritários também em 2021. Foram mantidas as duas páginas especiais no Portal Saúde na intranet com informações para o enfrentamento da pandemia: *“Covid-19: Perto da Informação, Longe do Vírus”*, com foco na doença e *“Retomada Responsável”*, visando fornecer informações para o retorno aos trabalhos presenciais. O grupo WhatsApp *“PQV na Pandemia”*, foi renomeado para *“Saúde e Qualidade de Vida”*, dando maior enfoque às campanhas mensais de saúde, a retomada aos trabalhos presenciais e à campanha de vacinação contra a Covid-19 *“Vacina é Esperança”*.

Em 2021, houve a continuação de divulgação, quase que diariamente, de recomendações para redução do contágio ao novo coronavírus, nas páginas especiais da Intranet e no grupo de WhatsApp citados acima, além de publicações nos grupos institucionais de WhatsApp *“TRE Informa”* da Secretaria do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais, assim como pelo envio de e-mails a todos(as) os(as) servidores(as).

O Plano de Retomada das Atividades Presenciais no TRE-SC foi realizado em seis etapas, de forma gradual e controlada, sendo que cada etapa foi determinada pela Administração após manifestação técnica prévia da Seção de Saúde e deliberação do Gabinete de Crise. A primeira etapa ocorreu em 1º de junho e contou com o retorno de 25% dos(as) servidores(as) do Tribunal às atividades presenciais; a segunda etapa, em 2 de agosto, permitiu o retorno de no mínimo 25% e no máximo 50% dos(as)

servidores(as) da Sede; a terceira etapa, em 1º de setembro, aumentou o percentual na Sede para no mínimo 50% dos(as) servidores(as); a quarta etapa, em 4 de outubro, previu o retorno de no mínimo 50% dos(as) servidores(as) dos Cartórios Eleitorais, equiparando o percentual de retorno da Sede e dos Cartórios; na quinta etapa, em 3 de novembro, houve o retorno de no mínimo 75% de todos os(as) servidores(as) do Tribunal. Finalmente, a última fase ocorreu a partir de 1º de dezembro, quando foi determinado o retorno de 100% dos(as) servidores(as) às atividades presenciais, a exceção das gestantes, que, amparadas pela Lei n. 14.151, de 12.5.2021, permaneceram em atividades remotas.

Regime de teletrabalho

Teletrabalho é a modalidade de trabalho realizada de forma remota, com a utilização de recursos tecnológicos.

O instituto, no âmbito do Poder Judiciário, foi regulamentado em 2019, pela Resolução CNJ n. 227, de 15/6/2016. No Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, foi implementado em 2019, conforme Portaria P. n. 192/2019, revogada pela Portaria P. 152/2021.

Dentre as principais alterações trazidas pela novel regulamentação, citam-se:

- Ampliação do percentual de servidores(as) que podem atuar em regime de teletrabalho
- Vinculação obrigatória dos(as) servidores(as) lotados em Cartórios Eleitorais, que atuam em regime de teletrabalho, ao Núcleo de Apoio aos Cartórios Eleitorais - NACE
- Possibilidade de concessão de regime de teletrabalho parcial
- Análise mais complexa no processo de avaliação, avaliando-se a unidade interessada e os perfis da gestão envolvida e dos(as) servidores(as) indicados, quanto à verificação de adequação ao regime de teletrabalho, conforme as atividades desempenhadas e a situação laboral na localidade
- Atuação da Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional/SGP na cogestão do teletrabalho para os(as) servidores(as) lotados(as) nos Cartórios Eleitorais

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

No quadro abaixo, apresenta-se o quantitativo de servidores(as) que atuaram em regime de teletrabalho nos anos de 2019, 2020 e 2021:

LOTAÇÃO	ANO 2019		ANO 2020		ANO 2021	
	AJ	TJ	AJ	TJ	AJ	TJ
SECRETARIA DO TRIBUNAL	1	2	10	9	20	26
CARTÓRIOS ELEITORAIS	0	0	0	0	0	2

No ano de 2021, foram verificadas poucas dificuldades para a realização das atividades, destacando-se apenas problemas pontuais de instabilidade de rede de dados.

Merecem realce os benefícios e ganhos obtidos com a adoção do regime em questão, os quais revelaram o cumprimento dos objetivos previstos no art. 3º da Resolução CNJ nº 227/2016:

- aumento da produtividade e qualidade do trabalho desempenhado pelos(as) servidores(as) em teletrabalho e seus gestores
- aumento na motivação e comprometimento dos(as) servidores(as) em teletrabalho com os objetivos organizacionais, representado, em especial, pelas novas adesões ao regime
- aumento da qualidade de vida dos(as) servidores(as), evitando-se deslocamentos próprios do trabalho presencial, precipuamente em razão da necessidade de adoção de medidas de distanciamento social, em face da pandemia instalada
- medição do trabalho realizado, estimulando-se a formação de cultura de satisfação de metas e obtenção de resultados, tornando mais eficiente e efetiva a prestação dos serviços à sociedade

Registra-se, ainda, como resultado extremamente favorável à adoção do regime de teletrabalho a viabilização da permanência de força de trabalho de servidores(as) que, por razão de concessão de licenças para acompanhamento de cônjuge/companheiro(a), de remoções, etc, não mais prestariam serviços a este órgão por estarem em localidades diversas de onde trabalhariam, inclusive fora do território nacional. O regime de teletrabalho, por não estar diretamente ligado a local físico, mas a ambientes tecnológicos virtuais, permitiu a manutenção dessa força de trabalho, resultando em ganhos diretos para este Tribunal.

Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT

A SGP, com o Programa de Gestão por Competências, vem implementando e aprimorando os processos de trabalho, em especial a alocação e o remanejamento de servidores(as) com base em critérios técnicos; no dimensionamento da força de trabalho; na adequação do programa de desenvolvimento de servidores(as) e na reformulação da avaliação de desempenho.

O projeto, conduzido em âmbito nacional, visa à elaboração de modelo quantitativo, qualitativo e automatizado para gestão de dimensionamento da força de trabalho nos Tribunais e Cartórios Eleitorais, com o objetivo de racionalizar e maximizar o uso da força de trabalho disponível e prover informações para a formulação de estratégias de Gestão de Pessoas.

Neste Tribunal, foi realizado o ciclo-piloto com a Seção de Legislação da Coordenadoria de Pagamento e de Legislação/SGP, em caráter experimental, visando a customizar a ferramenta para que possa atender ao seu propósito com base na realidade do TRE-SC.

Para 2022, pretende-se dar prosseguimento à implantação do dimensionamento da força de trabalho nas demais unidades do Tribunal, incluindo os Cartórios Eleitorais.

Força de trabalho

O quadro de servidores(as) do TRE-SC é composto por Analistas Judiciários (área judiciária, administrativa, engenharia, contabilidade, análise de sistemas, biblioteconomia, odontologia, taquigrafia, arquivologia e medicina) e Técnicos Judiciários (área administrativa, segurança, transporte, digitação, operação de computadores e programação de sistemas), além dos(as) servidores(as) cedidos, removidos(as) e requisitados(as).

Atuam também na Justiça Eleitoral os(as) magistrados(as), promotores(as) e procuradores(as) eleitorais. Os(as) magistrados(as), como regra geral, são designados(as) entre aqueles(as) da Justiça Comum Estadual e os promotores/procuradores(as), são designados(as) pelo Ministério Público.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO EFETIVO



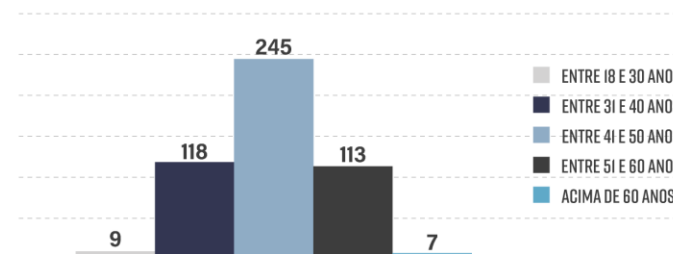
Composição do quadro efetivo



Cargos efetivos por lotação



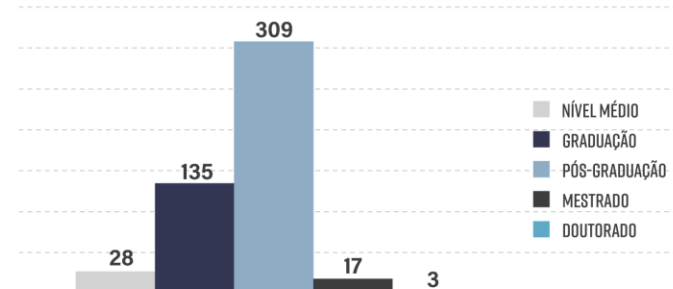
Distribuição por faixa etária (cargos efetivos)



21 COM DEFICIÊNCIA



Grau de escolaridade (cargos efetivos)



Dados numéricos

SERVIDORES	OCUPADOS	VAGOS	TOTAL
OCUPANTES DE CARGO EFETIVO	492	1	493
AUXILIARES ELEITORAIS (REQUISITADOS(AS))	142	-	142
EXERCÍCIO PROVISÓRIO	7	-	7
TOTAL	641	1	642

ÁREA FIM	OCUPADOS	VAGOS	TOTAL
MEMBROS	14	2	16
PROCURADORES(AS) ELEITORAIS	2	-	2
JUÍZES(AS) ELEITORAIS	99	-	99
PROMOTORES(AS) ELEITORAIS	99	-	99
TOTAL	212	4	216

LOTAÇÃO	CARGOS EFETIVOS POR LOTAÇÃO		
	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
SECRETARIA DO TRIBUNAL	289	-	289
CARTÓRIOS ELEITORAIS	203	1	204
TOTAL	492	1	493

CARGOS EFETIVOS POR IDADE	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
18 A 30 ANOS	9
31 A 40 ANOS	118
41 A 50 ANOS	245
51 A 60 ANOS	113
ACIMA DE 60 ANOS	7
TOTAL	492

CARGOS EFETIVOS POR GÊNERO	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
FEMININO (MULHERES)	227
MASCULINO (HOMENS)	265
TOTAL	492

SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
COM DEFICIÊNCIA	21
SEM DEFICIÊNCIA	472
TOTAL	493

GRAU DE ESCOLARIDADE	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
DOUTORADO	3
MESTRADO	17
PÓS-GRADUAÇÃO	309
GRADUAÇÃO	135
NÍVEL MÉDIO	28
TOTAL	492

Servidores(as) requisitados(as) ou em exercício provisório/cedidos(as)

No presente exercício, o TRE-SC conta com o apoio de 142 (cento e quarenta e dois) servidores(as) requisitados(as), formalmente designados na forma da Lei n. 6.999/1982 e da Resolução TSE n. 23.523/2017, todos(as) lotados(as) nos cartórios eleitorais (1º grau) e de 7 (sete) servidores(as) públicos federais em exercício provisório, amparados pela concessão de licença para acompanhamento de cônjuge, conforme prevê o art. 84 da Lei n. 8.112/1990.

Considerando a carência de pessoal da Justiça Eleitoral, novamente foi afirmado que a atividade desses(as) colaboradores(as) é de fundamental importância para a correta prestação dos serviços desenvolvidos pela Justiça Eleitoral, principalmente no 1º grau de jurisdição.

Nesse contexto, conforme a Resolução TSE n. 23.643/2021, houve a prorrogação, até julho de 2023, das requisições dos(as) servidores(as) cujo prazo máximo requisitório estava previsto para encerrar no mês de julho de 2021, tudo devidamente formalizado e amparado por decisão da Presidência nos autos do PAE n. 17.269/2021.

Dados dos cargos de natureza gerencial/Percentual por gênero

Em relação ao percentual de cargos gerenciais existentes no Tribunal, a Lei n. 11.416/2006 determina no art. 5º, § 1º, que 80% das funções comissionadas deverão ser exercidas por servidores(as) integrantes do quadro de pessoal do Poder Judiciário.

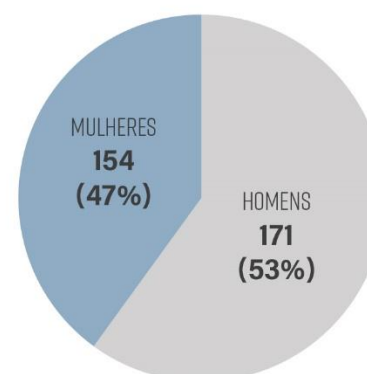
Para o percentual restante poderão ser designados(as) servidores(as) efetivos(as) de outras carreiras ou que sejam titulares de empregos públicos.

Nesse contexto, informa-se que no exercício de 2021 todos os cargos dessa natureza, incluindo os de Diretor-Geral, Secretários, Coordenadores, Assessores, Chefes de Seção e Chefes de Cartório Eleitoral estavam ocupados por servidores(as) de carreira da Justiça Eleitoral, sem exceção.

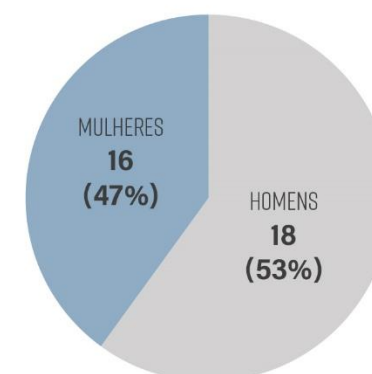
Assim, no quesito de percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores(as) ativos(as), pode-se notar que o TRE-SC tem observado a norma, uma vez que o percentual de servidores(as) de carreira deste Tribunal ocupantes de cargos e de funções comissionadas de natureza gerencial foi de 100% no exercício.

Em relação ao percentual de cargos gerenciais/diretivos ocupados por servidores(as) efetivos, apresenta-se a seguir o percentual de ocupação por gênero:

OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES
COMISSIONADAS POR GÊNERO



OCUPAÇÃO DOS CARGOS
COMISSIONADOS POR GÊNERO



Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Tem-se consciência de que a política de avaliação de desempenho possui um papel importante para o desenvolvimento de uma cultura voltada para resultados, já que o alinhamento de objetivos individuais e das equipes às metas da organização implica o maior envolvimento dos(as) servidores(as), que passam a se sentir pessoalmente responsáveis pelo desempenho da organização.

O instrumento de avaliação consiste em um processo para identificar, diagnosticar e analisar as entregas e o comportamento do(a) servidor(a) e os resultados orientam a Administração, identificando necessidades de treinamento, pontos de melhoria e/ou até de alteração de lotação do(a) servidor(a) em outra área mais compatível com as suas características e competências.

No âmbito da Justiça Eleitoral, o assunto é regulamentado pela Resolução TSE n. 22.582/2007, que dispõe sobre o desenvolvimento, nas carreiras, dos(as) servidores(as) ocupantes de cargos de provimento efetivos dos quadros de pessoal dos Tribunais Eleitorais.

No TRE-SC, atualmente, é utilizada a avaliação de desempenho modelo 180 graus, composta, obrigatoriamente, da auto-avaliação do(a) servidor(a) e da avaliação da chefia imediata, em relação aos fatores de:

- Assiduidade, que trata do comparecimento diário ao local de trabalho e observância dos horários estabelecidos
- Disciplina, que trata da observância e cumprimento das normas e regulamentos
- Iniciativa, que trata da capacidade para se antecipar aos fatos e empreender alternativas para a solução de problemas de trabalho
- Produtividade, que trata da atenção dispensada às atividades sob sua responsabilidade, pronto atendimento às solicitações de trabalho e envolvimento com as atividades da Unidade
- Responsabilidade, que trata do efetivo cumprimento das atribuições, observância de prazos determinados e o zelo demonstrado na guarda e conservação de documentos, informações, equipamentos, materiais e valores

Citada avaliação tem por finalidade verificar a aptidão para o exercício das atribuições do cargo efetivo, no período do estágio probatório; subsidiar a concessão de progressão

funcional e promoção; detectar necessidades de capacitação e desenvolvimento e identificar necessidades de adequação na lotação do(a) servidor(a).

Em 2021, foram avaliados(as) mais de 120 (cento e vinte) servidores(as), com apontamentos acerca de capacitações e das dificuldades encontradas quanto ao aspecto do desenvolvimento, sendo documentado no PAE n. 45.934/2021.

Em razão dos resultados dessas avaliações e das entrevistas com servidores(as), foi apresentado à Escola Judiciária Eleitoral, responsável pela capacitação, a relação de cursos necessários, conforme abaixo. Citados cursos foram incluídos no Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento para 2022.

- Processo Judicial Eletrônico
- Práticas cartorárias
- Acessibilidade, como foco em libras
- Acolhimento, Direitos, Atendimento e Cotidiano de Pessoas com Deficiência
- Atendimento ao eleitor/público
- Prestação de Contas Anual e de Campanhas
- Teletrabalho
- Desenvolvimento de habilidades interpessoais para o trabalho: Comunicação e Feedback (para não ocupantes de funções e/ou cargos de liderança)

Enfatiza-se que o bom desempenho da organização está intimamente ligado à valorização das pessoas que nela atuam, havendo trabalhado intensamente para propiciar a igualdade de oportunidade a todos os(as) servidores(as), seja por meio da mediação e gestão de conflitos, da escuta, da gestão por competência, do levantamento anual das necessidades de capacitação, das políticas de saúde e qualidade de vida no trabalho, do teletrabalho, da realocação de servidores(as) com disponibilização das vagas para inscrição e da promoção de ações para a melhoria do clima organizacional.

Workshop “Comunicação Interpessoal e Processos de Feedback para Líderes

Com o objetivo de desenvolver as competências profissionais dos(as) líderes, trabalhar a comunicação interna, motivar o corpo funcional e melhorar o clima organizacional, foi oferecido no ano de 2021 o Workshop “Comunicação Interpessoal e Processos de Feedback para Líderes” para 199 (cento e noventa e nove) servidores(as) ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança com natureza gerencial. Desses, apenas 9 (nove) não concluíram em razão de licenças-médicas, licenças-maternidade e/ou outros motivos.

Citada capacitação, realizada entre os meses de agosto a dezembro/2021, foi dividida em 10 (dez) turmas, contemplando a seguinte temática:

1º Encontro:

- O papel do líder no bom desempenho do liderado
- A importância do líder em processo de comunicação efetiva

2º Encontro:

- Comunicação verbal e não-verbal
- Comunicação clara, precisa, objetiva e não-violenta
- Consequências de uma comunicação pouco assertiva e muito assertiva
- Feedback
- Características de um bom feedback
- Momentos oportunos para dar feedbacks

3º Encontro:

- Planejamento do feedback
- Oferta do feedback: condução efetiva, cuidados necessários, observação e gestão dos comportamentos e reações dos liderados

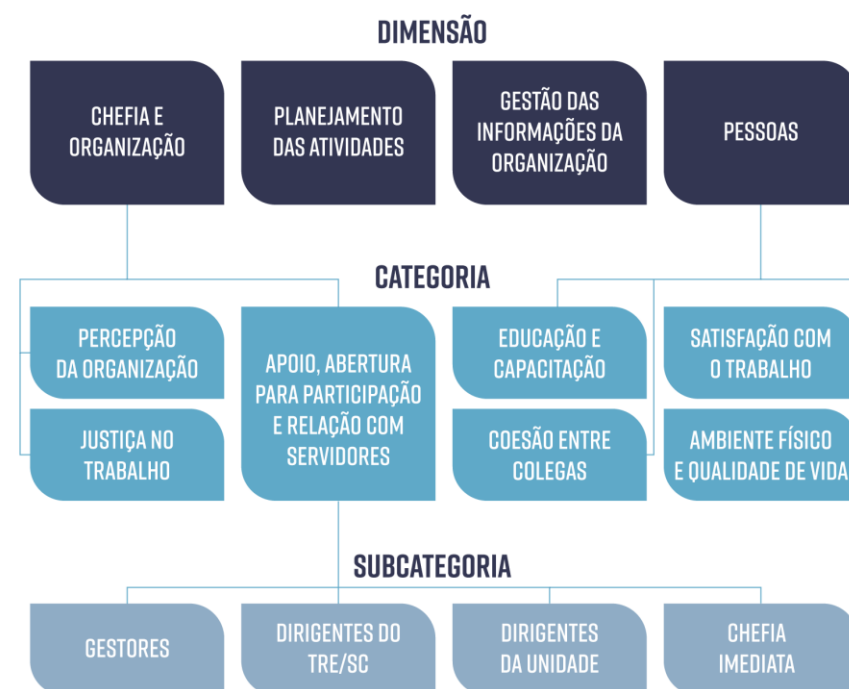
4º Encontro:

- Escuta do liderado em um processo de feedback
- Recebimento de feedback do liderado
- Orientação da construção do plano de ação
- Monitoramento do desempenho do liderado
- Avaliação do Workshop
- A importância do líder em processo de comunicação efetiva

Pesquisa de Clima Organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional do ano de 2021, apresentada nos autos do PAE n. 31.150/2021, contém informações e indicadores a respeito do grau de percepção dos(as) servidores(as) deste Tribunal em relação aos diferentes aspectos que compõem o ambiente organizacional e influenciam o comportamento do corpo funcional durante o trabalho.

Foram avaliadas as seguintes dimensões:



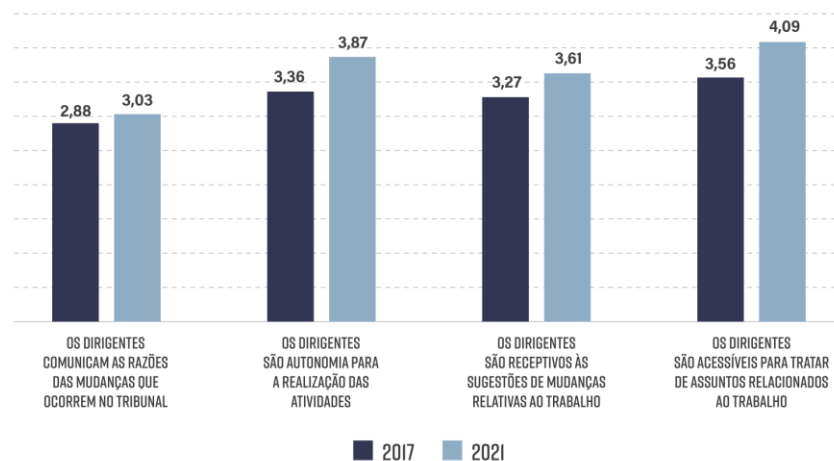
A pesquisa, realizada bianualmente, foi respondida por 337 (trezentos e trinta e sete) servidores, servidoras e auxiliares eleitorais (requisitados/as), representando 68% (sessenta e oito por cento) do público alvo (495 servidores).

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

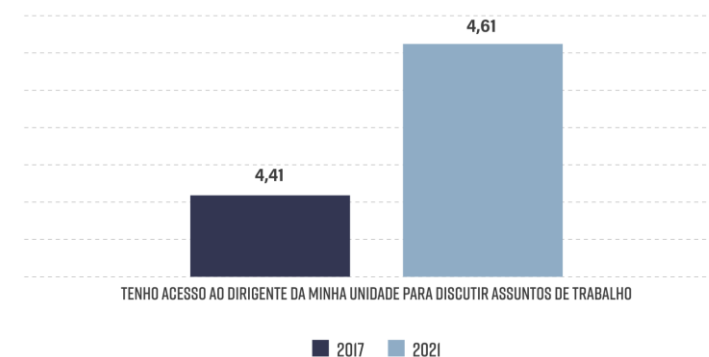
Em geral, a avaliação e a percepção dos(as) servidores(as) foram positivas, acerca da grande maioria das categorias avaliadas. Foram avaliados 54 (cinquenta e quatro) itens, com a utilização de escala do tipo *Likert*¹ de 5 (cinco) pontos.

A seguir, apresentam-se as comparações entre as médias dos itens da pesquisa de 2017 e 2021:

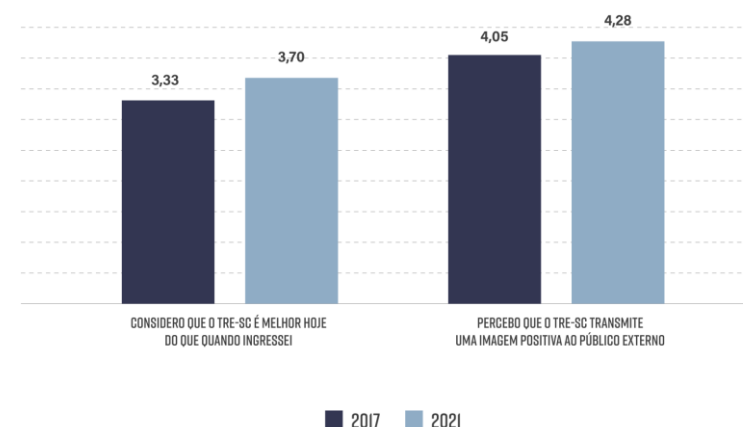
DIMENSÃO: CHEFIA E ORGANIZAÇÃO DIRIGENTES



DIMENSÃO: CHEFIA E ORGANIZAÇÃO DIRIGENTE DA UNIDADE



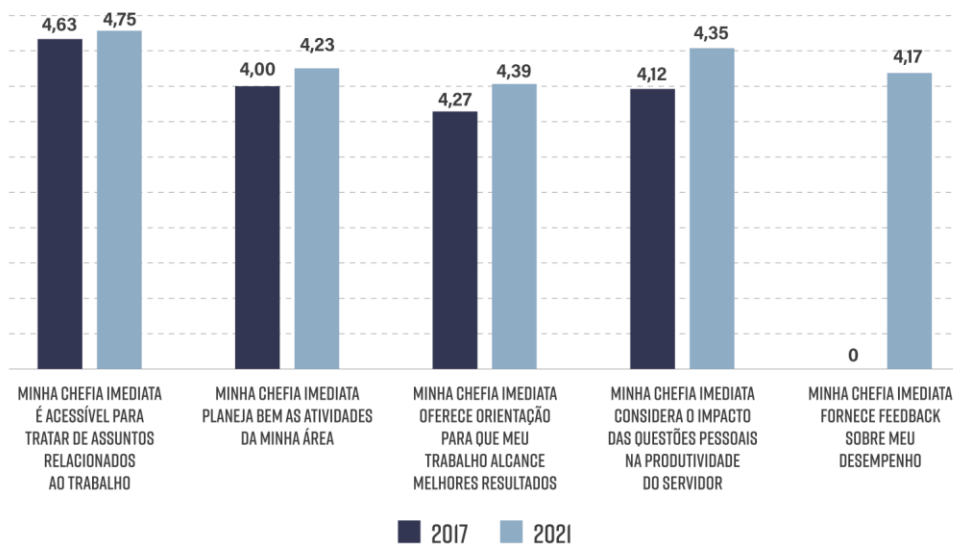
DIMENSÃO: CHEFIA E ORGANIZAÇÃO PERCEPÇÃO DA ORGANIZAÇÃO



¹ A escala do tipo *Likert* é composta por “itens que variam da total discordância até a total concordância sobre determinada afirmação”. Através dela, o(a) respondente expressa o grau de concordância e intensidade de sua resposta (Bermudes, Santana, Braga & Souza, 2016, p. 7).

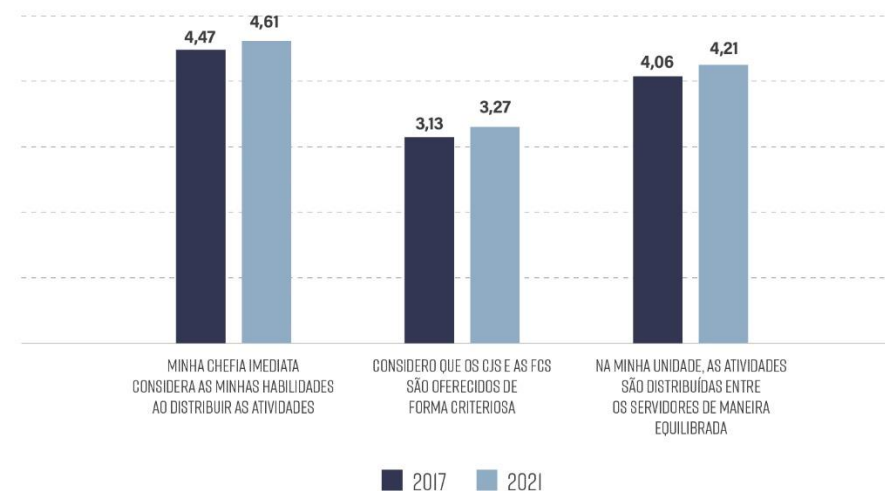
DIMENSÃO: CHEFIA E ORGANIZAÇÃO

CHEFIA IMEDIATA

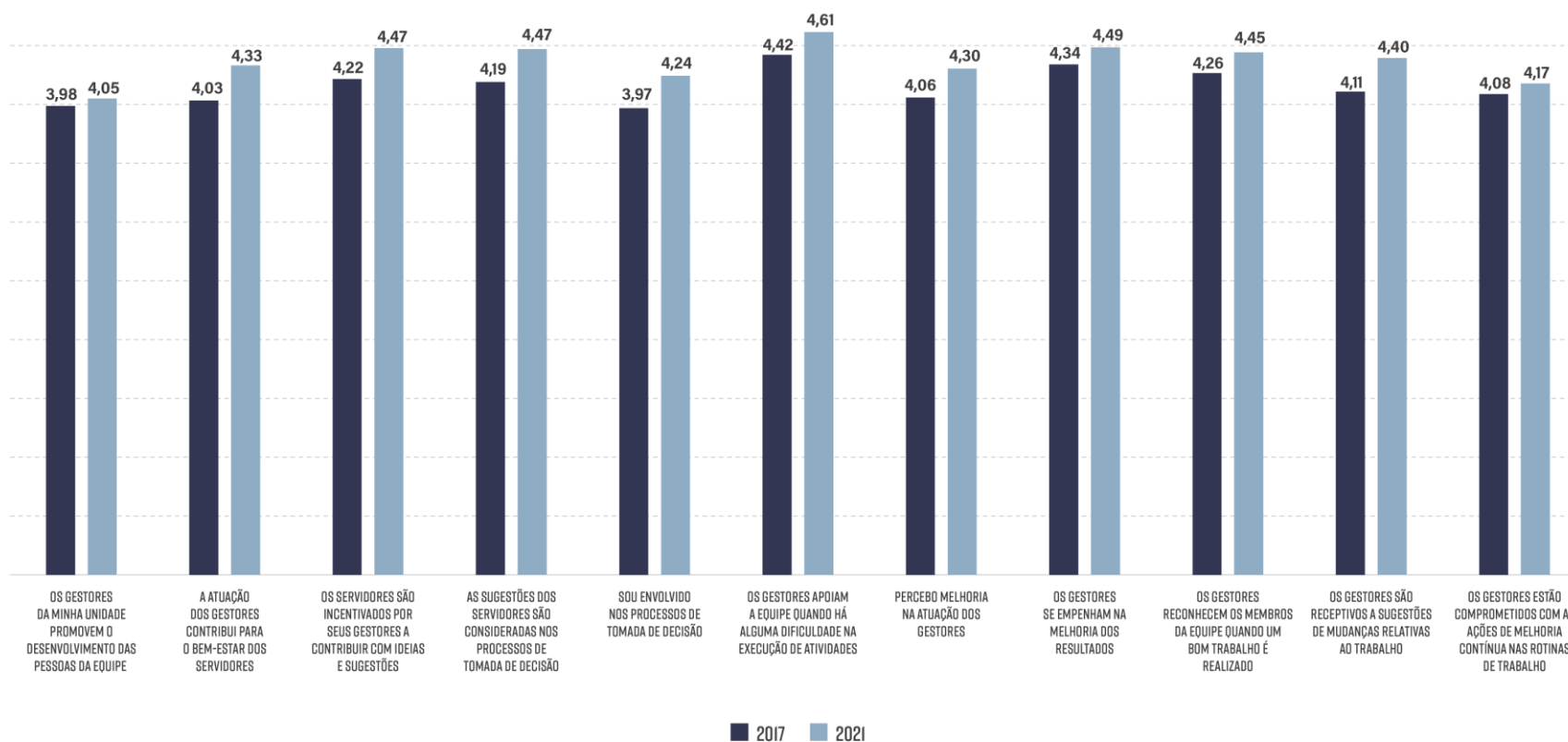


DIMENSÃO: CHEFIA E ORGANIZAÇÃO

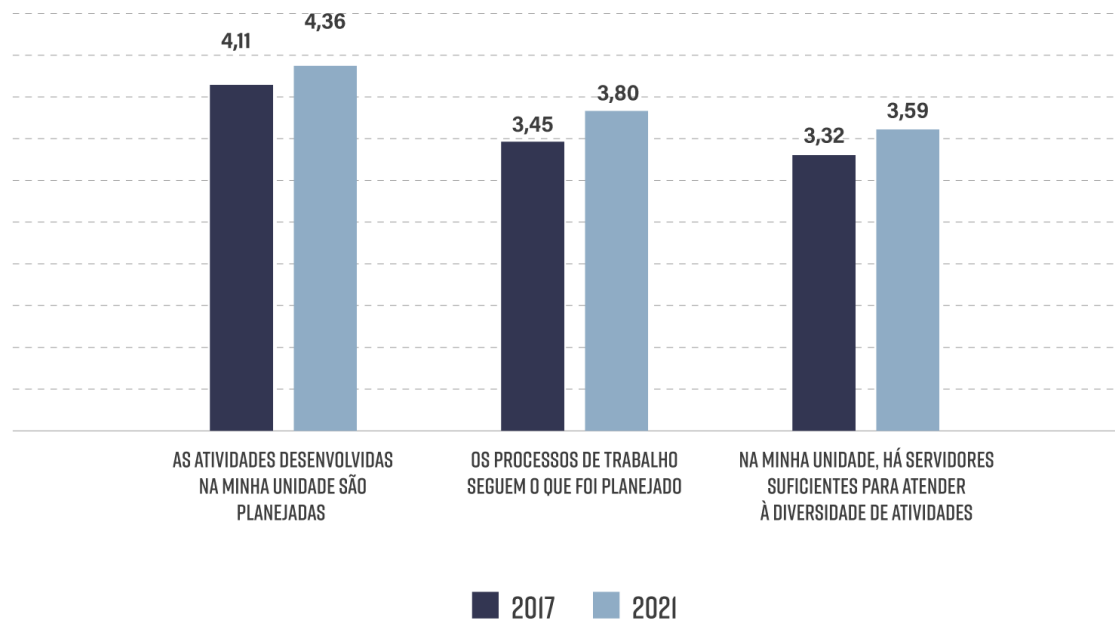
JUSTIÇA NO TRABALHO

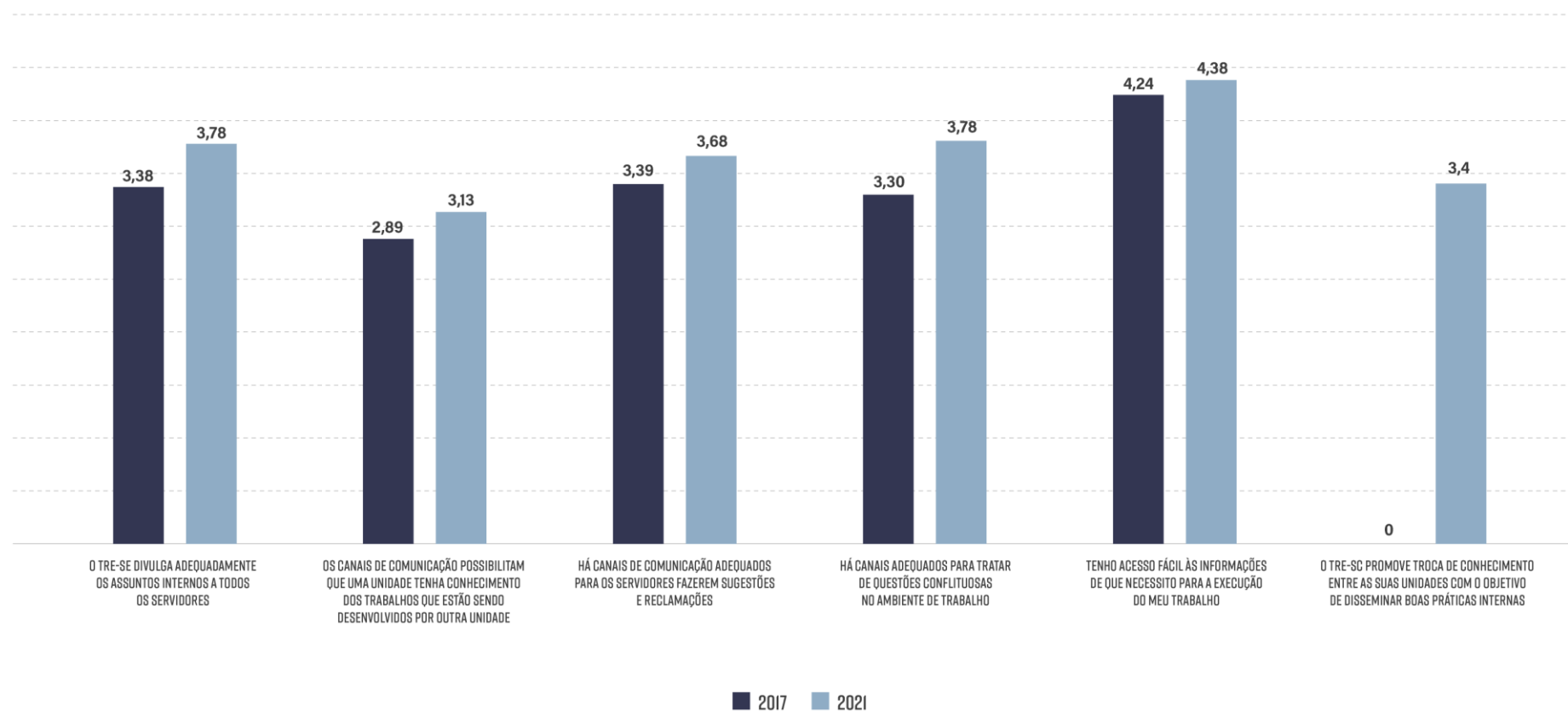


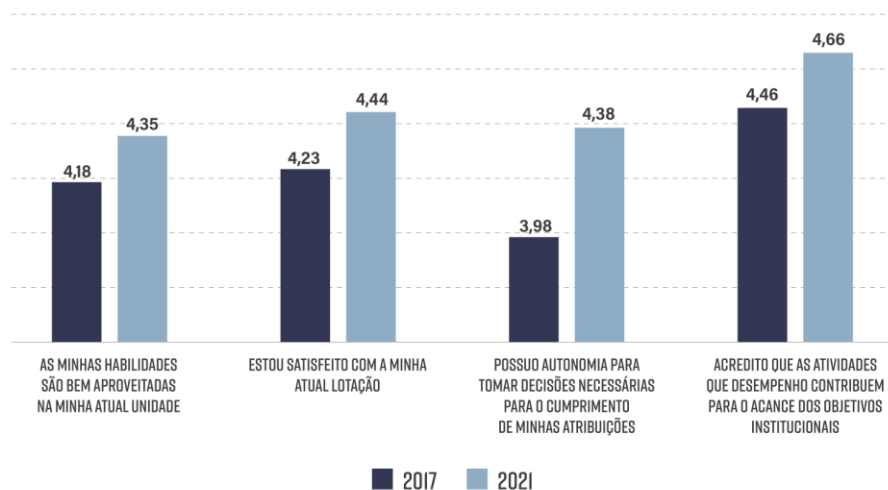
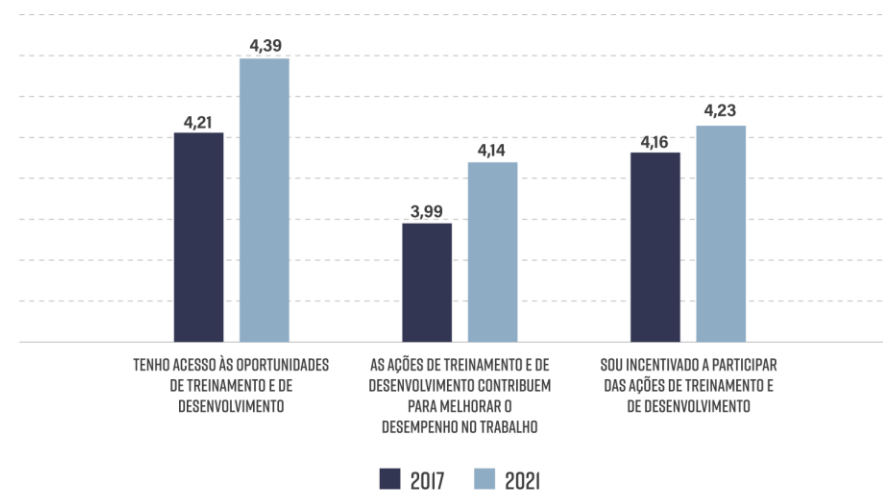
DIMENSÃO: CHEFIA E ORGANIZAÇÃO GESTORES



DIMENSÃO: PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

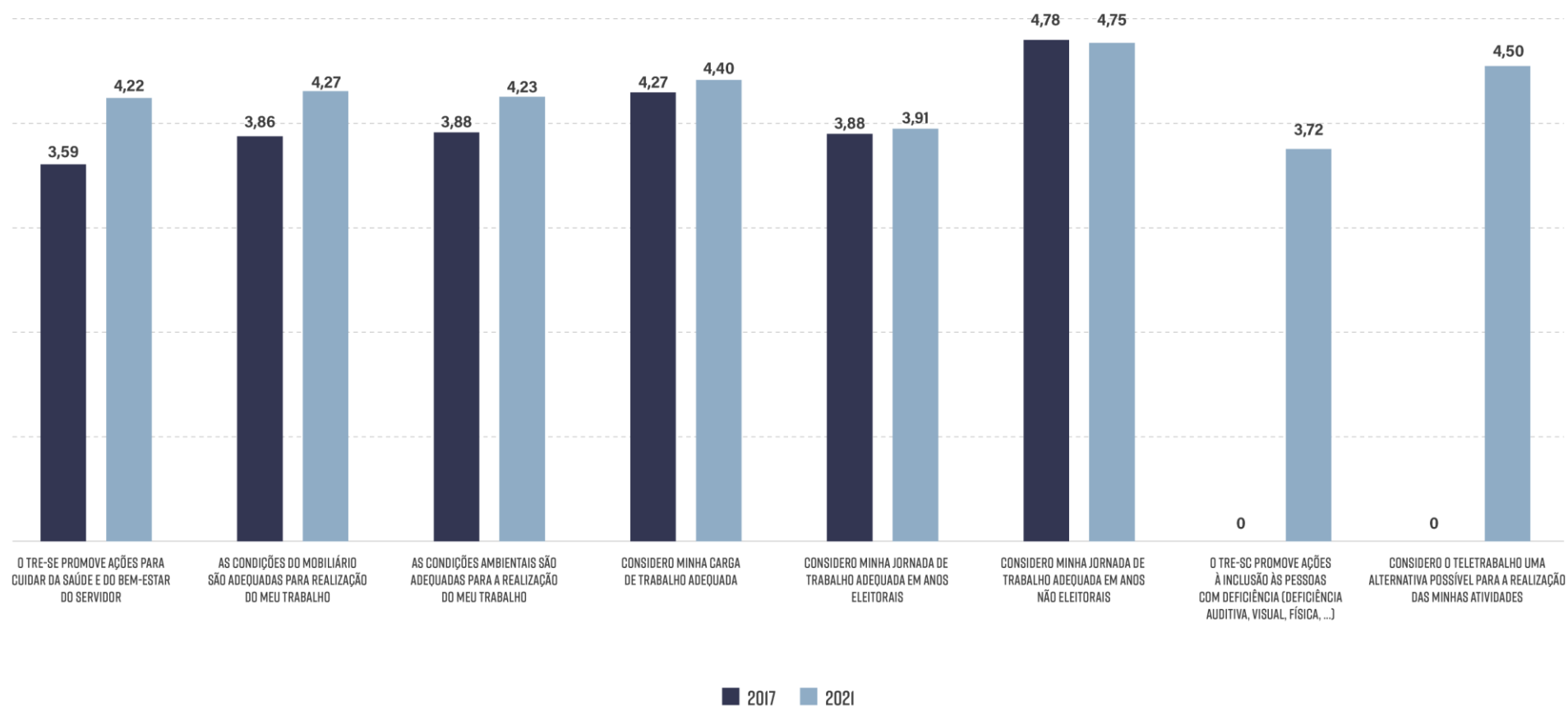


DIMENSÃO: GESTÃO DAS INFORMAÇÕES
DA ORGANIZAÇÃO

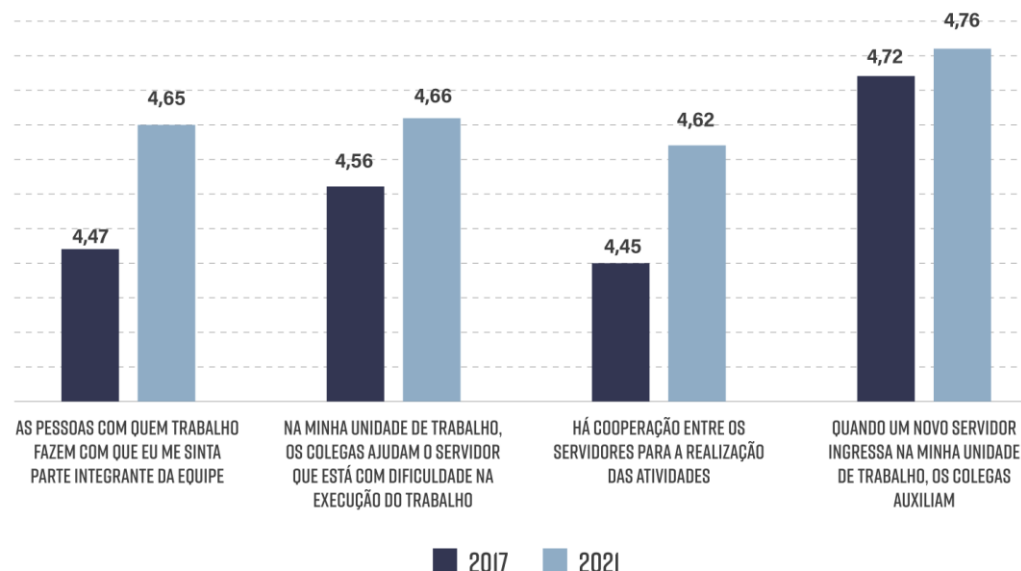
DIMENSÃO: PESSOAS
SATISFAÇÃO COM O TRABALHO**DIMENSÃO: PESSOAS**
EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

DIMENSÃO: PESSOAS

AMBIENTE FÍSICO E QUALIDADE DE VIDA



DIMENSÃO: PESSOAS COESÃO ENTRE COLEGAS



Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Apesar de todas as dificuldades trazidas pela pandemia da Covid-19, que impactaram significativamente na realização do trabalho presencial durante quase todo o ano de 2020 e 2021, o estímulo ao engajamento e à motivação dos(as) servidores(as) foi essencial para o bom andamento das atividades ordinárias e a realização do pleito. Com o implemento do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para as unidades de 1ª grau, pode-se otimizar a força de trabalho disponível de acordo com as necessidades que se apresentaram ao longo do ano, tanto para auxílio às demandas excedentes quanto para a reposição de pessoal em razão das licenças e afastamentos legais.

Além disso, no ano de 2021, em razão das nomeações ocorridas, decorrentes da autorização de provimento de cargos vagos pelo TSE, houve incremento na força de trabalho dos Cartórios Eleitorais, com redução considerável dos claros de lotação em comparação ao ano anterior.

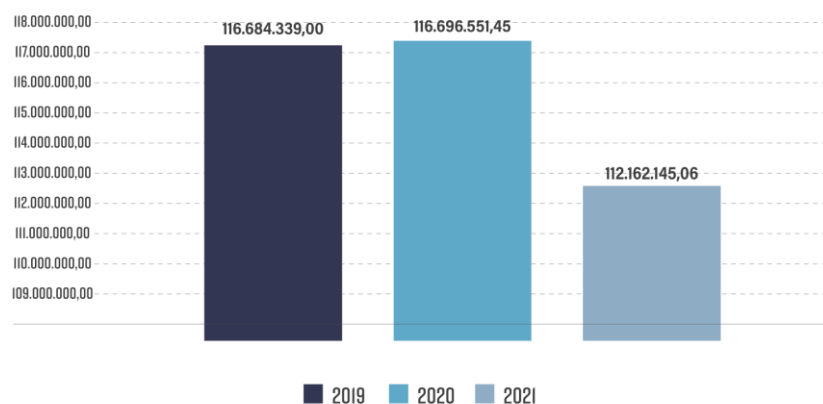
E para complementar, com a implantação do Núcleo de Apoio aos Cartórios Eleitorais (NACE), conforme mencionado anteriormente, foram supridas as principais demandas de trabalho represadas nas unidades cartorárias.

Detalhamento da despesa de pessoal

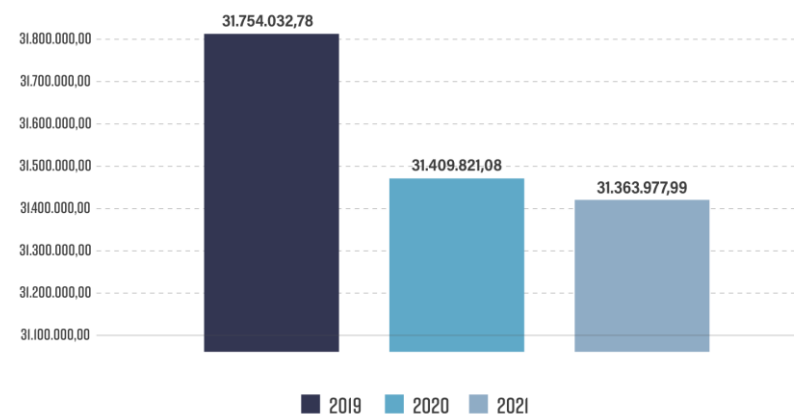
Do Demonstrativo das Despesas com Pessoal, verifica-se que o aumento no valor total dos(as) servidores(as) de carreira vinculados(as) ao órgão de origem teve acréscimo em virtude da posse de novos(as) servidores(as), aumento do plano de saúde e pagamento de exercício anterior.

A seguir, destacam-se em gráficos com as principais despesas:

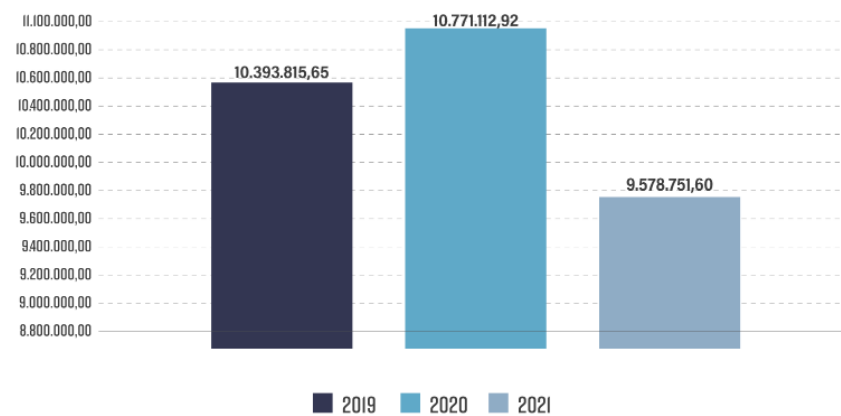
DESPESAS COM ATIVOS



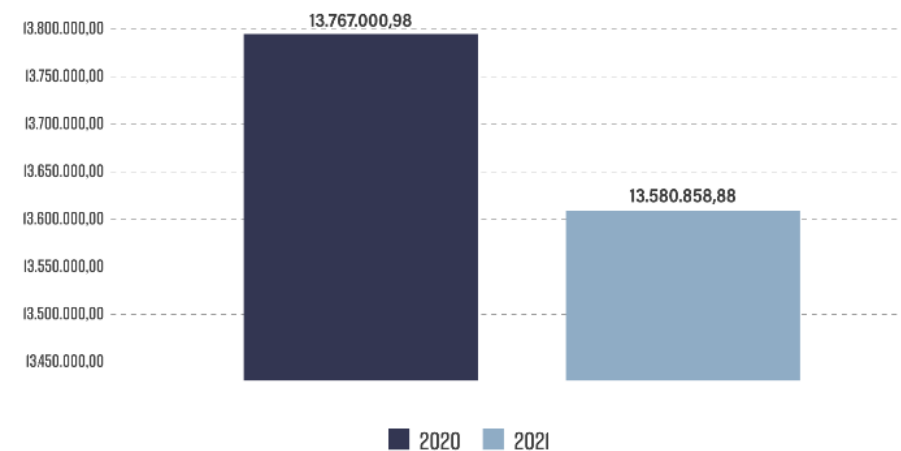
DESPESAS COM INATIVOS



DESPESAS COM PENSIONISTAS



DESPESAS COM AUTORIDADES ELEITORAIS

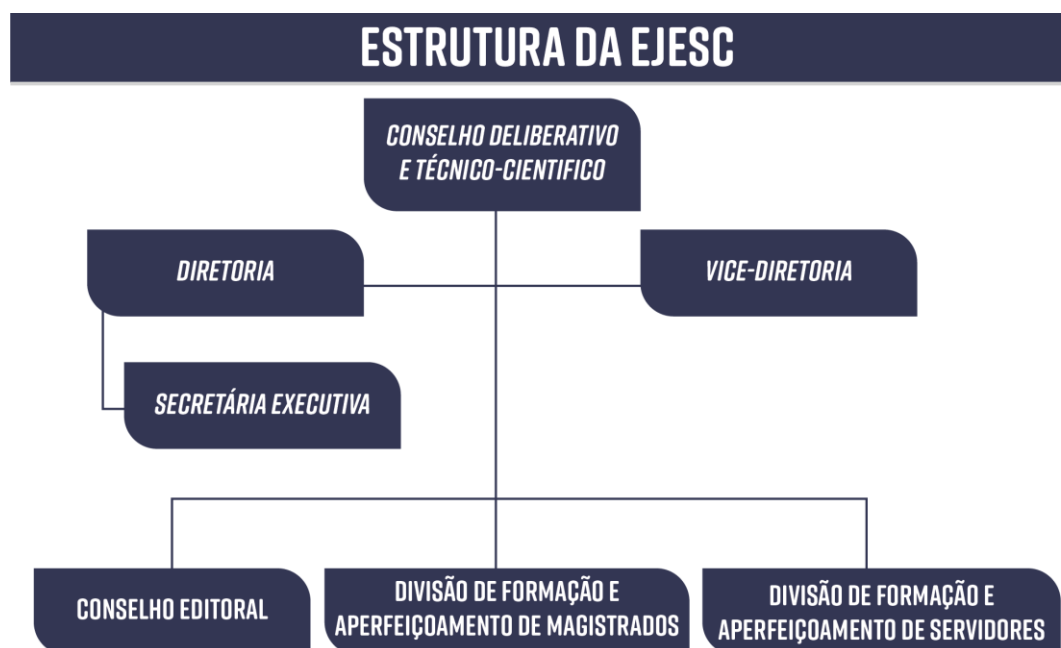


CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

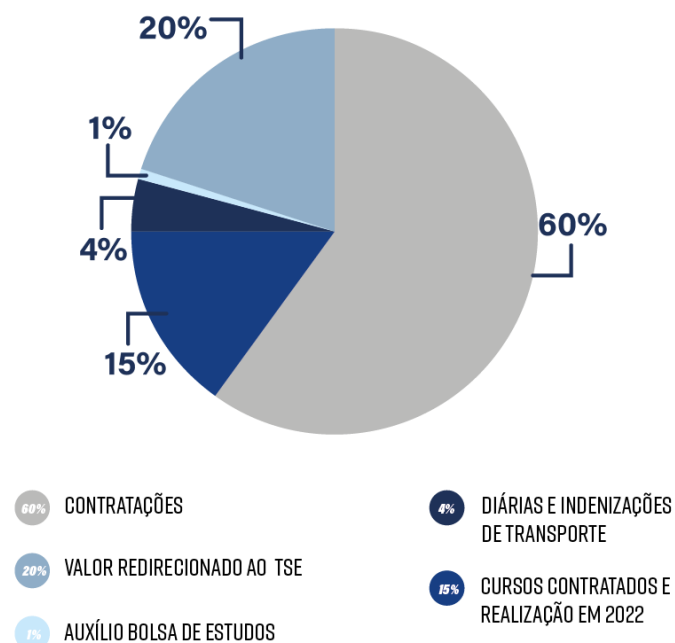
A capacitação de servidores integra o planejamento estratégico do Tribunal sob a perspectiva pessoas e recursos, inserida no aperfeiçoamento de gestão de pessoas. No âmbito do planejamento setorial, as capacitações estão contempladas na perspectiva de promover formação e aperfeiçoamento continuado de servidores por meio da Escola Judiciária Eleitoral.

A EJESC atua tanto na formação e atualização dos servidores e magistrados da Justiça Eleitoral Catarinense, primando pelo des envolvimento de ações de estímulo ao estudo, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral, assim como no desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social voltadas ao fortalecimento da cidadania.

A estrutura e o funcionamento da EJESC estão definidos pela Resolução TRE-SC n. 7.928/2015, que estabelece suas unidades e competências:



ORÇAMENTO



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO	R\$ 396.761,00
CONTRATAÇÕES	R\$ 238.816,37
CURSOS CONTRATADOS E REALIZAÇÃO EM 2022	R\$ 60.716,00
DIÁRIAS E INDENIZAÇÕES DE TRANSPORTE	R\$ 14.978,63
AUXÍLIO BOLSA DE ESTUDOS	R\$ 2.250,00
SALDO REDIRECIONADO PARA O TSE	R\$ 80.000,00
TOTAL GASTO EM 2021	R\$ 316.761,00

CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A capacitação de servidores integra o planejamento estratégico do Tribunal sob a perspectiva pessoas e recursos, inserida no aperfeiçoamento de gestão de pessoas. No âmbito do planejamento setorial, as capacitações estão contempladas na perspectiva de promover formação e aperfeiçoamento continuado de servidores.

O Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento/PACD 2021 foi desenvolvido com base no levantamento de necessidades de capacitação dos servidores e contou com a participação das unidades orgânicas do Tribunal.

A formação, capacitação e desenvolvimento de servidores busca ampliar o conhecimento, as habilidades e as atitudes dos mesmos para que possam realizar suas atividades funcionais aplicando o conhecimento de forma efetiva. O uso adequado de recursos humanos possibilita a disponibilização de melhores serviços à sociedade e agrega valor ao que é executado, voltando-se ao fim público com contribuição à otimização de resultados: fazer melhor e com menos dispêndio de recursos.

Neste ano houve o aprimoramento pedagógico do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento. No mês de novembro de 2020 iniciaram os trabalhos para elaborar o Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD) 2021.

Diante da restrição orçamentária já enfrentada em anos anteriores, foi instituída uma metodologia colaborativa, incluindo a participação dos gestores da Sede do TRE-SC e dos cartórios eleitorais de Santa Catarina que, após várias reuniões com os servidores, decidiram, por consenso que:

- a) fosse aplicado questionários com todas as unidades da Sede do TRE-SC, bem como para os cartórios eleitorais, considerando os eixos temáticos do PACD de anos anteriores, com o intuito de levantar um diagnóstico do que capacitar o corpo de servidores em 2021;
- b) os resultados dos questionários seriam encaminhados à Assessoria Especial de Planejamento Estratégico (AEPE), para classificação de prioridade, de acordo com os critérios do Escritório de Projetos do TRE-SC (Portaria P n. 194/2019), alinhando aos objetivos estratégicos institucionais;
- c) considerando a baixa verba prevista para capacitação para o ano de 2021 e a estimativa histórica do valor de cursos presenciais 16h para 40 participantes, seriam eleitos 17 cursos para serem contratados pela EJESC;
- d) seriam construídos pelos servidores da Assistência de Ensino a Distância da EJESC oito cursos, a serem disponibilizados aos servidores do TRE-SC;
- e) os cursos considerados obrigatórios, por exigência legal, não poderiam deixar de serem realizados.

Assim, após a aplicação dos questionários, a classificação de prioridades de acordo com objetivos estratégicos do TRE-SC e discussão em reuniões de alinhamento, foram selecionados dezessete cursos para serem contratados, após auferir preços compatíveis com o mercado.

Por fim, foram consultadas todas as unidades cujos cursos foram selecionados para este exercício, para saber qual seria o melhor mês para a sua realização, de modo a não atrapalhar o andamento dos trabalhos em suas unidades. Com base nessas informações, foi elaborado o calendário e publicado na Intranet deste Tribunal.

Para o ano de 2021, a Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos ACERA – contratou 31 cursos (externos), na qual 5 (cinco) deles, serão realizados no ano de 2022. Foram mais de 812 inscrições realizadas por servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. São, aproximadamente, 470 horas de capacitação/treinamento.

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Em razão da pandemia, a maioria dos cursos contratados foram realizados de forma virtual. Assim, durante o ano, foi providenciada a participação de servidores nos seguintes cursos/treinamentos:

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES			
CURSOS	CARGA HORÁRIA	SERVIDORES	CUSTO
15º PREGÃO WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO	30	6	R\$ 18.840,00
16º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS	26	1	R\$ 3.190,00
3º CONGRESSO NACIONAL SOBRE ATUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS	30	2	R\$ 3.980,00
AGENTES DE SEGURANÇA	32	4	R\$ 7.000,00
APOSENTADORIAS, PENSÕES E ABONO DE PERMANÊNCIA E RESPECTIVOS CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ATUALIZADO COM EC 103/2019	16	5	R\$ 7.500,00
AUDI 1 - ÊNFASE EM ÓRGÃOS PÚBLICOS	24	3	R\$ 7.500,00
AUDI 2 - ÊNFASE EM ÓRGÃO PÚBLICOS	24	4	R\$ 10.000,00
COMUNICAÇÃO E FEEDBACK DOS LÍDERES: CONSTRUINDO DESEMPENHO DE EXCELÊNCIA	9	190	R\$ 30.367,58
CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA COORDENAR OFICINA (PILOTO) SOBRE COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL E PROCESSOS DE FEEDBACK EM AVALIAÇÃO/GESTÃO DE DESEMPENHO	5	17	R\$ 4.200,00
CRIMES ELEITORAIS E CRIMES CONEXOS - PROCESSO PENAL ELEITORAL	20	120	R\$ 21.600,00
DESIGN INSTRUCIONAL CONTEMPORÂNEO	8	4	R\$ 1.900,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA APLICADA AO SIAFI	16	4	R\$ 5.840,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL DE FORMA INTEGRADA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	25	2	R\$ 3.794,00
GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO E REMUNERAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO INCLUINDO APOSENTADORIAS E PENSIONISTAS	16	3	R\$ 4.680,00
II SEMINÁRIO ON-LINE DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA	9	5	R\$ 1.980,00
LEGISLAÇÃO DE PESSOAL - IMPACTOS DA EC 103/2019 SOBRE OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO / CONTRIBUIÇÃO	15	1	R\$ 1.550,00
NOVA A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	18	10	R\$ 7.500,00
PALESTRA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	1	167	R\$ 2.000,00
PALESTRA: FELICIDADE E PRÁTICAS LABORAIS POSITIVAS	1	30	R\$ 1.600,00
PROJETOS EM BIM - BUILDING INFORMATION MODELING	16	5	R\$ 8.450,00
REDE 10	16	1	R\$ 1.800,00
SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	24	6	R\$ 9.540,00
SINDICÂNCIA, INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR, AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) E PROC. ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (LEI 8.112/1990), COM ÊNFASE NA PRÁTICA PROCESSUAL	16	24	R\$ 24.000,00
TESOURO GERENCIAL	24	2	R\$ 3.380,00
TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA	40	6	R\$ 5.760,00
ESTRATÉGIAS DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO	12	189	R\$ 38.000,00

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Finalizados os cursos contratados, após as devidas providências legais a Escola faz o encaminhamento, à Seção de Desenvolvimento Organizacional, dos certificados dos servidores capacitados para registro e averbação com fins de Adicional de Qualificação.

Os cursos e treinamentos realizados pelos servidores são avaliados por meio de um formulário disponibilizado no sistema BREVE, que geram relatórios que ficam à disposição na intranet.

A Escola, por meio da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos – ACERA, gerencia o uso de três salas da ferramenta Zoom para uso de treinamentos e palestras, assim como realiza os registros de alguns cursos na plataforma ENFAM (EDUCAENFAM) na qual possibilita inscrições e confirmações de presenças a distância e o envio do certificado.



No ano de 2021, a Assistência de Educação a Distância promoveu 14 ações de capacitação a distância, com um total de **225 horas** de treinamento, **930 participantes** e **770 aprovados**, conforme quadro a seguir:

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES A DISTÂNCIA

CURSO/TURMA	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES	APROVADOS
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - T1	20	161	137
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - T2	20	106	91
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - T3	20	152	126
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - T4	20	226	192
ACESSIBILIDADE	30	146	121
OFICINA DE CONTEUDISTAS	40	19	18
ELEIÇÃO DA COMUNIDADE - TÉCNICOS DE URNA T1	5	7	2
ELEIÇÃO DA COMUNIDADE - TÉCNICOS DE URNA T2	5	15	12
ELEIÇÃO DA COMUNIDADE - TÉCNICOS DE URNA T3	5	-	-
ELEIÇÃO DA COMUNIDADE - MESÁRIOS T1	5	3	3
ELEIÇÃO DA COMUNIDADE - MESÁRIOS T2	5	29	26
ELEIÇÃO DA COMUNIDADE - MESÁRIOS T3	5	-	-
ATENDIMENTO AO ELEITOR: NOVOS COLABORADORES	30	44	33
MULHERES NA POLÍTICA: APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	15	22	9
TOTAL	225	930	770

No primeiro semestre, foi produzido o curso sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, obrigatório para todos os servidores do Tribunal. Entre maio e agosto, foram quatro turmas capacitadas. O curso reuniu vídeos explicativos para cada uma das unidades, além de mapas mentais e exercícios de fixação.

Ainda no primeiro semestre, mais dois outros cursos foram produzidos. Um deles foi o Curso sobre Acessibilidade, que visava a sensibilizar os servidores para a questão das pessoas com deficiência, de forma a melhorar o entendimento sobre as diversas condições e suas especificidades. Foi produzido um vídeo de entrevistas de servidores com deficiência, explicando suas características e necessidades. Além disso, o curso reuniu diversos materiais interativos e links externos de forma a complementar o assunto. A capacitação foi muito elogiada pelos participantes, que a descreveram como oportuna, relevante, humana, sensível, com abordagem clara e objetiva.

Outro curso desenvolvido em 2021 foi a Oficina de Conteudistas, com o objetivo de capacitar servidores para ofertarem cursos em EAD para o Tribunal e outras instituições. Nesta capacitação, os participantes foram instados a desenvolver um planejamento prático de um curso que pretendem desenvolver. A Assistência de Educação a Distância atuou na tutoria desses servidores, acompanhando o processo de definição de objetivos, estruturação das unidades, desenvolvimento de conteúdo e definição de avaliações.

Foram produzidos vídeos, podcasts, textos e exercícios interativos a fim de levar os participantes a compreenderem as especificidades da didática para adultos, assim como as diversas possibilidades dentro de metodologias ativas em EAD. Os projetos desenvolvidos na capacitação apresentaram grande qualidade e há grandes possibilidades de aproveitamento pela EJESC em 2022. A tutoria trabalhou minuciosamente nos feedbacks das tarefas, à medida em que os projetos foram sendo construídos pelos participantes que avaliaram o curso de forma bastante positiva.

Ademais dos já citados, foram disponibilizados no ano de 2021 os cursos para a capacitação de Técnicos de Urna – Eleições da Comunidade e de Mesários – Eleições da Comunidade. Os participantes trabalharam nas eleições que contaram com o apoio do Tribunal em 2021: a Eleição de Tupy, em Joinville; eleições para vereadores mirins de Balneário Camboriú e de Videira; e as eleições para o Instituto Federal Catarinense, em Blumenau.

Durante todo o ano foram ofertados, também, os cursos de Atendimento ao Eleitor - Novos Colaboradores, e o curso Mulheres na Política – Aplicação de Recursos Públicos, que também atendeu ao público externo.

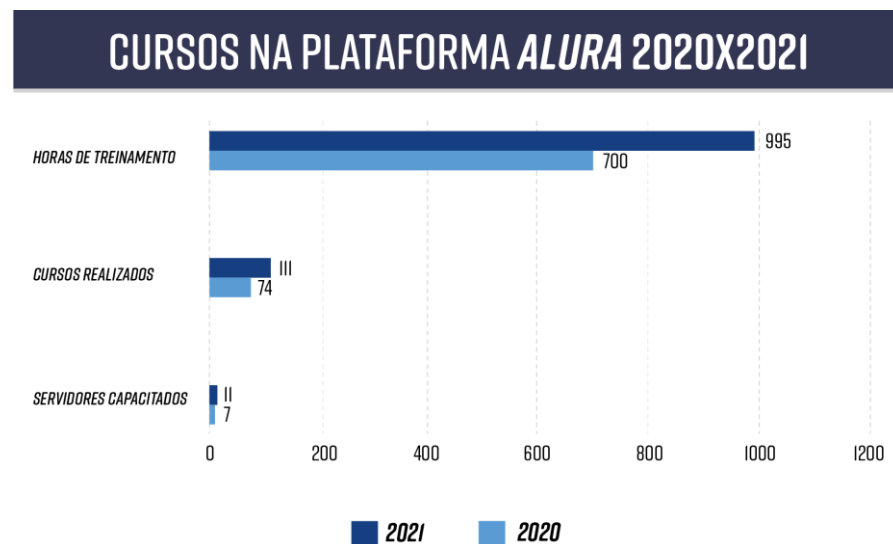
Atualização do ambiente MOODLE para versão mais atual

Durante o ano de 2021, a EJESC trabalhou na definição de nova identidade visual para o ambiente EAD a fim de torná-lo mais funcional e moderno. Juntamente com a Seção de Administração de Sistemas/SCS/STI atuou testando as versões de atualização do Moodle.

Plataforma ALURA

A Assistência de Educação a Distância da EJESC gerencia a Plataforma de Cursos ALURA, contratada em regime de 10 licenças rotativas que são disponibilizadas aos servidores definidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

No ano de 2021, 11 servidores participaram de 111 ações de treinamento, com 995 horas. Foram 106 diferentes cursos, de diversos assuntos. O gráfico a seguir detalha o crescimento das horas de treinamento, cursos realizados e servidores capacitados em comparação ao ano de 2020.



Compartilhamento de cursos com outros órgãos

Durante o ano de 2021, a EJESC continuou, a exemplo de anos anteriores, atuando na disseminação de conhecimento e cursos para outros TREs e instituições. O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão teve atendida sua solicitação de compartilhamento do curso de Atendimento ao Eleitor - Novos Colaboradores, a fim de ofertá-lo a seus servidores. Também foi compartilhado o curso EAD de Gestão Documental para capacitar profissionais e estagiários que atuam no Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, a pedido da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes.

Licenças capacitações

No ano de 2021, de março a dezembro, foram deferidas por esta Escola Judiciária, com instrução dos procedimentos administrativos e a verificação de requisitos previamente ao seu deferimento pela ACERA, 27 licenças para capacitação. Além dos requisitos, a ACERA providencia a publicação da Portaria e a juntada do comprovante de capacitação.

Divulgações

A Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos, atendendo a demandas de outras unidades, outras Escolas Judiciárias e, até mesmo, de outras instituições, realizou mais de 130 divulgações ao longo do ano entre Lives, treinamentos e cursos. A Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está entre os temas mais divulgados, seguido pela "Participação Feminina", seja no processo democrático, na liderança ou na política. Os meses com maiores publicações foram maio e junho de 2021.

Parceria do Saber

Em 2021 foi elaborada uma campanha do Programa Parceria do Saber: Instrutoria Interna em SC.

Construiu-se o Portal Parceria do Saber na página do TRE-SC, composto pelos seguintes materiais informativos: Resolução TRE-SC n. 8.023/2020, Portaria para cadastramento de instrutores, Portaria para o processo seletivo dos instrutores, Manual de vídeos aulas, Curso de conteudistas e de tutores EaD e o Formulário de cadastro de instrutores.

Também foi elaborado um Plano de Divulgação que abrangeu a criação de logomarca, a elaboração e divulgação de matérias com a participação dos servidores da EJESC, inclusive na elaboração e produção de vídeos, criação do site na página da EJESC e elaboração de “pílulas” sobre o Programa de Instrutoria Interna

O objetivo desta campanha foi estimular a participação dos servidores na concepção de cursos de interesse do TRE-SC. Os servidores que detêm o conhecimento técnico e a expertise nas áreas em que atuam. Para otimizar os resultados do processo de ensino-aprendizagem é importante a utilização de metodologias que proporcionem a interação em teoria e prática.

A capacitação nesse tema torna-se ainda mais necessária, vez que foi aprovada a Resolução TRE-SC n. 8.023/2020 que dispõe sobre a Instrutoria e regulamenta a Gratificação por Encargo de Curso no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Conformidade Legal

A Secretaria de Gestão de Pessoas apresentou proposta de alteração de normas internas, com o fim de assegurar sua conformidade à Lei n. 8.112/1990 e às demais regras aplicáveis à Gestão de Pessoas, observando o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, por esta Casa, e pelos órgãos de controle.

Além disso, mantém permanentemente atualizada na *intranet* do Tribunal a legislação relativa a direitos e deveres dos(as) servidores(as), publicando diversas notícias no exercício de 2021 para a sua ampla divulgação.

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Foram promovidos estudos em relação à atualização das normas, destacando-se, dentre eles, os seguintes Processos Administrativos Eletrônicos:

PROCESSO	OBJETO
PAE N. 38.091/2021	REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DE TELETRABALHO NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA (TRESC)
PAE N. 31.106/2021	VACINAÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19) COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
PAE N. 139.190/2016	SUSPENSÃO DE DESCONTO PREVIDENCIÁRIO SOBRE A RUBRICA ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO, AÇÕES DE TREINAMENTO
PAE N. 24.738/2021	RES. CNJ N. 401/2021 - DISPÕE SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE DIRETRIZES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO E DE SEUS SERVIÇOS AUXILIARES, E REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DE UNIDADES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.
PAE N. 28.634/2021	ALTERAÇÃO RESOLUÇÃO TSE N. 23.116/2009 - ASSISTÊNCIA ESCOLAR - REPERCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES DO AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR.
	INSTITUIÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC), NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA (TRESC), PARA O BIÊNIO 2021-2022, NA FORMA DO ANEXO.
PAE N. 9.565/2021	REGULAMENTAÇÃO - ESTABELECIMENTO DE REGRAS PARA A SELEÇÃO DOS MEMBROS NATOS DA REDE INTERNA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE QUE TRATA A RES. TRESC 8025/2021.
PAE N. 22.934/2021	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DA INOVAÇÃO NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA (TRESC) POR MEIO DA ADESAO AO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA JUSTIÇA ELEITORAL (LIODS-JE) DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE).
	INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA (TRESC).
PAE N. 50.733/2017	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO FIXAR A CORRETA INTERPRETAÇÃO SOBRE O QUE DECIDIDO PELO STF NO ÂMBITO DO RE 638115 - INCORPORAÇÃO "QUINTOS".
PAE N. 17.552/2021	OFÍCIO N. 22203/2021-TCU-SEPROC - CUMPRIMENTO - ACÓRDÃO TCU N. 565/2021- PLENÁRIO. IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NO PAGAMENTO DE PARCELA OPÇÃO DO ART. 193 DA LEI 8.112/1990 - APOSENTADOS E PENSIONISTAS.
PAE N. 41.500/2021	GOVERNANÇA DE AQUISIÇÕES - IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO POR VCOMPETÊNCIAS NA GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.

Registra-se que houve manifestação técnica em 17 (dezessete) processos de averbação; 6 (seis) processos de remoção; 3 (três) processos de redistribuição; 4 (quatro) processos de aposentadorias, 1 (um) processo de pensão, entre outros procedimentos, todos havendo seguido a legislação pertinente.

Foram respondidas 30 diligências oriundas da Advocacia-Geral da União, fornecendo elementos de fato e de direito para a defesa da União em ações em que o TRE-SC figurava como réu.

Menciona-se ainda que foram concluídos os procedimentos que tratam da concessão de Benefício Especial, emitindo 107 (cento e sete) Declarações de Benefício Especial aos(as) servidores(as), tendo sido todas publicadas no DJESC – Diário da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, permanecendo pendente o cálculo de 1 (um) servidor, tendo em vista a necessidade de apresentação, pelo requerente, da Relação de Remuneração de Contribuição do tempo registrado para fins desse cálculo.

Acrescenta-se, ainda, que foram elaboradas 44 (quarenta e quatro) folhas de pagamento (normal e suplementar) de servidores ativos, inativos e Pensionistas, 12 (doze) de autoridades eleitorais e 7 (sete) de serviço extraordinário de requisitados e removidos.

Por fim, as avaliações da conformidade legal nos processos de Gestão de Pessoas podem ser auferidas pelo controle e acompanhamento da entrega das declarações de bens e renda; dos registros de informações no Sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União; e pelo acompanhamento de concessões de benefícios e licenças.

Indicadores de Conformidade e Transparência

O TRE-SC, no exercício de 2021 observou as normas e o cumprimento dos seguintes tópicos:

- Declarações de bens e rendas: em 2021, todos os servidores e magistrados entregaram a declaração de bens e rendas ou autorizaram o acesso à base do TCU, conforme contido na Lei nº 8.730/1993
- Controle dos registros no Sistema e-Pessoal-TCU: os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadorias foram registrados no e-Pessoal, conforme orientações do TCU
- Controle na acumulação de cargos: todos(as) os(as) servidores(as) declaram anualmente se acumulam (ou não) cargos, empregos ou funções públicas
- Controle dos requisitos para ocupação de cargo ou função comissionada: todos(as) os(as) servidores(as) ocupantes de cargos em comissão ou de funções comissionadas declaram anualmente se incidem ou não em qualquer vedação para a ocupação dos referidos cargos/funções, em especial das diretrizes da Resolução CNJ n. 156/2012 (“Ficha Limpa”)

Registra-se, ainda, que as avaliações da conformidade legal nos processos de Gestão de Pessoas podem ser auferidas pelo controle e acompanhamento da entrega das declarações de bens e renda; dos registros de informações no Sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União; e pelo acompanhamento de concessões de benefícios e licenças.

Principais metas não alcançadas

- Mapear o quantitativo de servidores em todas as unidades administrativas
- Desenvolvimento, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral, de novo projeto de ambientação dos novos servidores

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade Legal

A gestão de tecnologia da informação observa e aplica as normas e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU). Dentre as normas e diretrizes, podemos destacar: a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-Jud), a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral. Em função da sua complexidade e abrangência, as normas supracitadas se encontram em processo de implementação e / ou revisão conforme previsto nos respectivos planos de trabalho elaborados e encaminhados ao CNJ.

Contratações mais relevantes de TI

O montante de recursos aplicados em TI foi de R\$ 2.082.302,15 (dois milhões, oitenta e dois mil, trezentos e dois reais e quinze centavos), sendo as contratações mais relevantes:

OBJETO	VALOR – R\$
Aquisição de 170 (cento e setenta) microcomputadores portáteis tipo notebooks	977.160,00
Aquisição de 230 (duzentos e trinta) switch de rede gerenciável, de 24 e 48 portas gigabit	349.800,00
Aquisição de 150 (cento e cinquenta) pontos de acesso sem fio POE compatíveis com a infraestrutura tecnológica existente em produção no TRE-SC	194.550,00
Contratação de 100 relógios para registro de ponto	154.900,00
Contratação de serviços especializados e continuados de suporte a usuários de soluções de Tecnologia da Informação	109.905,71
Contratação de serviços de comunicação de dados redundante para as unidades administrativas do TRE-SC	91.919,98

Ações previstas para os próximos exercícios

Categoria	Grupo de Entregáveis	Ação / Iniciativa
ENTIC-JUD	Grupo 1: Colaboração e Inovação	AE01 - Fomentar o uso do Connect Jus, publicando ações realizadas pelo tribunal para disseminar a cultura e valor da área de TIC no órgão, divulgando as boas práticas de TIC e mostrando as principais entregas, avanços e realizações da área de TIC
		AE02 - Participar do Desenvolvimento Colaborativo da Justiça Eleitoral
	Grupo 2: Governança e Gestão de TIC	AE03 - Melhorar os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD) – Identificação
		AE04 - Melhorar os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD) – Implementação
		AE05 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Análise
		AE06 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Proposição
		AE07 - Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC, implementando, pelo menos, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de dados, Desenvolvimento de soluções e aplicações, Infraestrutura e serviços – Coordenação
		AE08 - Compor o seu quadro permanente com servidores que exercerão atividades voltadas exclusivamente para a área de TIC sempre em quantidade compatível com a demanda e sob orientação do referencial mínimo estabelecido – Avaliação
		AE09 - Compor o seu quadro permanente com servidores que exercerão atividades voltadas exclusivamente para a área de TIC sempre em quantidade compatível com a demanda e sob orientação do referencial mínimo estabelecido – Proposição
		AE10 - Realizar a análise de rotatividade com objetivo de avaliar a eficácia dos instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TIC
		AE13 - Encaminhar ao CNJ os planos que constituem os produtos de Gestão do Judiciário previstos na ENTICJUD, de forma periódica
		AE14 - Elaborar propostas orçamentárias alinhadas ao PDTIC
		AE15 - Constituir Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação multidisciplinar – Revisão
		AE16 - Constituir Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – Revisão
		AE17 - Estruturar Escritório de Projetos de TIC

	Grupo 3: Segurança da Informação e Proteção de Dados	AE18 - Implementar a Gestão de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC
		AE19 - Manter o plano de Gestão de Riscos de Segurança de TIC
		AE20 - Implementar controles de segurança voltados à proteção de dados pessoais – Avaliação
		AE21 - Implementar controles de segurança voltados à proteção de dados pessoais – Implementação
		AE22 - Aperfeiçoar as estruturas de segurança da informação
		AE23 - Aperfeiçoar as estruturas de proteção de dados pessoais
	Grupo 4: Aquisições e Contratações	AE24 - Fomentar a aderência dos processos de aquisições de bens e contratação de serviços de TIC às determinações do CNJ
		AE25 - Disponibilizar junto ao repositório nacional artefatos de contratações
	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	AE26 - Executar ou contratar serviços de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação obedecendo os requisitos estabelecidos na ENTIC-JUD
		AE27 - Adoção de padrão nacional de credenciais de login único e interface de interação nos sistemas, em especial as diretrizes na Resolução n. 335/2020
		AE28 - Atender as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ no 335/2020
		AE29 - Adoção de arquitetura e plataforma de serviços em nuvem
		AE30 - Inserção de cláusula que determine o depósito da documentação nos instrumentos contratuais de desenvolvimento de sistemas
		AE31 - Classificar os sistemas de informação estratégicos
		AE32 - Desenvolver novos sistemas atendendo os requisitos do Art. 33 da ENTIC-JUD
		AE33 - Gerenciar os ativos de infraestrutura por meio de Processo de Gestão dos Ativos de Infraestrutura Tecnológica
		AE34 - Manter documentos eletrônicos (armazenamento e descarte) com base na Recomendação CNJ n. 46/2013 e na LGPD
	Grupo 6: Atendimento e satisfação do usuário	AE35 - Elaborar, aplicar e divulgar pesquisas de satisfação
		AE36 - Aperfeiçoar os atendimentos, implantando estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento do Poder Judiciário de forma colaborativa visando a eficiência operacional interna e a humanização do atendimento de TIC
		AE37 - Padronizar meio de avaliação ou pesquisa de satisfação com o objetivo de aprimorar a percepção de utilidade das informações dos serviços, monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços prestados, baseado nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários
		AE38 - Adotar modelos de governança e práticas de gerenciamento de serviços de TIC que favoreçam a entrega de valor para a sociedade no qual a concepção, entrega e melhoria contínua de serviços ocorram de forma adaptável, rápida e transparente

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

	Grupo 7: Reconhecimento e Desenvolvimento das competências dos colaboradores	AE41 - Promover a Gestão por Competências nas áreas de TIC
		AE39 - Desenvolver ações de valorização e reconhecimento dos servidores da área de TIC
		AE40 - Desenvolver ações de qualificação de gestores e sucessão
		AE42 - Elaborar, implantar e promover a divulgação do Plano Anual de Capacitações de TIC
	Grupo 8: Iniciativas de transformação digital	AE43 - Instituir o Plano de Transformação Digital da JE
SISTEMAS	Imprescindível	IN01 - Desenvolver melhorias nos Sistemas Eleitorais (Auge, Sigma, Rotas, Monitoramento de Locais, Diplomas, Portal do Mesário)
		IN08 - Implantar Diário da Justiça Eletrônico Nacional (CNJ)
		IN09 - Implantar Sistema Serviço de Atendimento ao Cidadão (Ouvidoria)
		IN12 - Gerenciar Desenvolvimento de Software Externo (Fábrica de Software)
		IN13 - Implantar Sistema e-social
	Desejável	IN15 - Implantar Sistema de Cadastro de Autoridades (CORAU)
		IN17 - Reestruturar a arquitetura da informação do Portal Intranet
		IN18 - Desenvolver Sistema de Execução Financeira
		IN19 - Implantar Sistema para Avaliação de Competências (GEDES)
		IN20 - Desenvolver melhorias no Sistema Justifica
		IN21 - Desenvolver formulários eletrônicos e automatizar processos de trabalho
INFRAESTRUTURA	Imprescindível	IN22 - Prover infraestrutura de TI para teletrabalho (Contratar SaaS)
		IN23 - Implantar backbone redundante para os Cartórios Eleitorais
		IN24 - Readequar infraestrutura de comunicação de dados da Sede e Cartórios
		IN28 - Atualizar o software da central de serviços de TI
	Desejável	IN29 - Manter link de dados adequados às demandas dos cartórios
		IN30 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais
		IN31 - Manter parque tecnológico atualizado
		IN32 - Incrementar serviços de TI na nuvem
		IN34 - Planejar contratações de infraestrutura de TI
GOVERNANÇA E GESTÃO	Imprescindível	IN35 - Implementar as ações de segurança da informação previstos na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)
		IN36 - Revisar as Políticas e Normas de Segurança da Informação em consonância com a Política de Segurança da Informação (PSI) da Justiça Eleitoral (Resolução TSE n. 23.644/2021)

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

GOVERNANÇA E GESTÃO	Imprescindível	IN37 - Implantar Portfolio de Projetos de Infraestrutura de TIC
		IN38 - Realizar o levantamento de governança, gestão e infraestrutura de TIC do CNJ
	Desejável	IN39 - Gerenciar Projetos de TIC
		IN40 - Revisar Processo de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas
		IN41 - Revisar Ferramentas de Gestão e Comunicação de Projetos de TIC
PESSOAS	Desejável	IN42 - Difundir conhecimento em TIC

Perspectivas

Para os próximos exercícios vislumbram-se como principais desafios de TIC:

- revisão da estratégia de tecnologia da informação a partir da nova estratégia nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-Jud)
- prover infraestrutura de TI adequada ao teletrabalho de forma segura
- manter o ambiente seguro face as ameaças cibernéticas e a flexibilização necessária
- implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- ampliar a oferta dos serviços de TI em nuvem

INDICADORES

Planejamento Estratégico Institucional

OEAC3 -Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados

Título do Indicador	Índice de Referência Exercício 2020	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2021	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional					
Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC –JUD (iGovTIC-JUD)	0,80 *	0,60	0,66	Anual	Fórmula própria do iGovTICJUD, conforme Guia da ENTIC-JUD Resolução CNJ n. 370/2021
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício. * A meta para 2021 foi adequada à nova ENTIC-JUD, 2021 à 2026, tendo como base o nível de maturidade APRIMORADO.					
Manter anualmente o índice de desempenho de TIC acima de 80% até 2022	75,68%	80%	46%	Anual	Número de indicadores táticos selecionados para área de gestão de tecnologia da informação e comunicação que alcançaram as metas definidas para o exercício
Análise Crítica: O índice de desempenho é derivado dos demais indicadores de TIC (KRs) considerando o alcance das metas estabelecidas. Os fatos abaixo foram determinantes para o desempenho abaixo do valor esperado: 1 - Solicitações recorrentes não atendidas pelo CNJ para criação de usuário a fim de publicar artefatos no portal Connect-Jus 2 - Contratações / Aquisições planejadas e não contratadas ou contratadas em valor muito acima do planejado (por exemplo: impressora, notebook, solução para teletrabalho e Monitoramento, detecção e investigação digital). Outros fatores: variação do câmbio; escassez mundial de eletrônicos (ocasionada pela pandemia, elevou o preço de alguns equipamentos); a não aquisição de impressoras, devido a estudos que verificaram a orientação do Ministério do Planejamento no sentido de que se dê preferência a contratação de serviços de impressão (outsourcing); e aquisição de notebooks a fim de facilitar o transporte/mobildade de equipamentos pelos usuários, tendo em vista o aumento da procura pelo teletrabalho 3 - Inexistência de unidade técnica de segurança cibernética para implementação da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) considerando sua abrangência e complexidade; 4 - Não disponibilidade de servidores com dedicação exclusiva à segurança cibernética 5 - O cumprimento do acordo de níveis de serviço (ANS) praticamente atingiu a meta (valor = 97,72% e meta 98%) mas não foi considerado					

Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação

(OE1) Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário

Título do Indicador	Índice de Referência Exercício 2020	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2021	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
KR1.1 - Aumentar em 20% o índice de satisfação dos usuários externos de TIC até 2022	N/M	+10%	N/M	Anual	Por meio de aplicação de pesquisa que contemple os serviços de infraestrutura, soluções e equipamentos de TIC
Análise Crítica: A aferição da satisfação dos usuários externos não foi concluída até o momento. A pesquisa de satisfação segue em implementação para posterior aplicação.					
KR1.2 - Atingir 80% no índice de satisfação dos usuários internos de TIC até 2022	N/M	70%	77,81%	Anual	Por meio de aplicação de pesquisa que contemple os serviços de infraestrutura, soluções e equipamentos de TIC bem como o acordo de níveis de serviços
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício					

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

KR1.3 - Manter o índice de satisfação dos usuários internos de TI com o serviço de atendimento (servicedesk) acima de 95%	98,34%	95%	98,8%	Anual	Por meio de aplicação de pesquisa
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício					

(OE2) Promover a Transformação Digital

Título do Indicador	Índice de Referência Exercício 2020	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2021	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Estratégia de TIC					
KR2.1 - Aumentar para 60% o índice de serviços digitais da Carta de Serviços até 2022	N/M	55%	100%	Anual	Aferição do Número de serviços digitais da Carta de Serviços / nº de serviços da Carta de Serviços
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício					

(OE3) Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores

Título do Indicador	Índice de Referência Exercício 2020	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2021	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
KR3.1 - Aumentar em 20% o percentual de servidores que recebem 3% como adicional de ações de treinamento (AQ) até 2022	37,83%	47,83%	35,13%	Anual	Por meio do sistema SGRH
Análise Crítica: Decorrente do cenário de trabalho emergencial remoto - que permaneceu vigente durante a quase totalidade do exercício transato para grande parte da equipe - e da crescente demanda por serviços de TI, o incremento nas ações de treinamento da equipe de TIC ficou aquém do esperado.					
KR3.2 - Aumentar em 20% o percentual de servidores que recebem adicional de cursos de pós-graduação (AQ) até 2022	51,35%	61,35%	54,05%	Anual	Por meio do sistema SGRH
Análise Crítica: Decorrente do cenário de trabalho emergencial remoto - que permaneceu vigente durante a quase totalidade do exercício transato para grande parte da equipe - e da crescente demanda por serviços de TI, o incremento na realização dos cursos de pós-graduação da equipe de TIC ficou aquém do esperado					

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

(OE4) Buscar a Inovação de Forma Colaborativa

Título do Indicador	Índice de Referência Exercício 2020	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2021	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Estratégia de TIC					
KR4.1 - Efetivar, além das publicações obrigatórias, 20 (vinte) publicações anuais no Connect-Jus até 2022	N/A	10	0	Anual	Contagem sequencial de publicações
Análise Crítica: As publicações não obrigatórias foram prejudicadas pela não disponibilização de acesso ao portal Connect-Jus pelo Conselho Nacional de Justiça.					
KR4.2 - Participar do desenvolvimento colaborativo de uma solução por ano até 2022	N/A	1	3	Anual	Por meio da base de dados de soluções corporativas
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício					

(OE5) Aperfeiçoar a Governança e a Gestão

Título do Indicador	Índice de Referência Exercício 2020	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2021	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional					
KR5.1 - Aumentar o iGovTIC-JUD de 0,60 para 0,65 até 2022	0,80*	0,60	0,66	Anual	Fórmula própria do iGovTICJUD, conforme Guia da ENTIC-JUD Resolução CNJ n. 370/2021
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício. * A meta para 2021 foi adequada à nova ENTIC-JUD, 2021 à 2026, tendo como base o nível de maturidade APRIMORADO.					
KR5.2 - Manter anualmente o índice de desempenho de TIC acima de 80% até 2022	75,68%	80%	73,41%	Anual	Média aritmética dos indicadores e metas de TIC contidos no sistema SIM
Análise Crítica: O índice de desempenho é derivado dos demais indicadores de TIC (KRs) considerando o alcance das metas estabelecidas. Os fatos abaixo foram determinantes para o desempenho abaixo do valor esperado: 1 - Solicitações recorrentes não atendidas pelo CNJ para criação de usuário a fim de publicar artefatos no portal Connect-Jus 2 - Contratações / Aquisições planejadas e não contratadas ou contratadas em valor muito acima do planejado (por exemplo: impressora, notebook, solução para teletrabalho e Monitoramento, detecção e investigação digital). Outros fatores: variação do câmbio; escassez mundial de eletrônicos (ocasionada pela pandemia, elevou o preço de alguns equipamentos); a não aquisição de impressoras, devido a estudos que verificaram a orientação do Ministério do Planejamento no sentido de que se dê preferência a contratação de serviços de impressão (outsourcing); e aquisição de notebooks a fim de facilitar o transporte/mobidade de equipamentos pelos usuários, tendo em vista o aumento da procura pelo teletrabalho 3 - Inexistência de unidade técnica de segurança cibernética para implementação da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) considerando sua abrangência e complexidade 4 - Não disponibilidade de servidores com dedicação exclusiva à segurança cibernética					

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

(OE6) Aprimorar as Aquisições e Contratações

Título do Indicador	Índice de Referência Exercício 2020	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2021	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional					
KR6.1 - Atingir anualmente 80% de acurácia nas contratações de TIC até 2022	88,34%	80%	33,43%	Anual	Média (valor total contratação / valor planejado para contratação) * 100 para cada contratação prevista no plano anual de contratações de TIC Obs: Considerar o plano anual de contratações atualizado após a aprovação do orçamento
Análise Crítica: O valor aferido ficou aquém do valor esperado em função das contratações planejadas e não contratadas ou contratadas em valor muito acima do planejado (por exemplo: impressora, notebook, solução para teletrabalho e Monitoramento, detecção e investigação digital). Outros fatores determinantes foram: variação do câmbio; escassez mundial de eletrônicos (ocasionada pela pandemia, elevou o preço de alguns equipamentos); a não aquisição de impressoras, devido a estudos que verificaram a orientação do Ministério do Planejamento no sentido de que se dê preferência a contratação de serviços de impressão (outsourcing); e aquisição de notebooks a fim de facilitar o transporte/mobidade de equipamentos pelos usuários, tendo em vista o aumento da procura pelo teletrabalho					

(OE7) Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados

Título do Indicador	Índice de Referência Exercício 2020	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2021	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional					
KR7.1 - Reduzir em 20% o número de infrações à LGPD derivadas de serviços de TI	N/A	- 20%	0 infrações	Anual	Número de reclamações registradas junto ao Encarregado, efetivamente identificadas como infrações à LGPD, associadas a problemas em serviços de TIC
Análise Crítica: Mesmo sem referência anterior, considera-se que o indicador medido atingiu a meta estabelecida para o exercício pela não registro de reclamações identificadas de infrações à LGPD					
KR7.2 - Atingir 100% de aderência à Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) até 2022	N/M	60%	30,81%	Anual	Aferição da implementação das práticas e ações estabelecidas pela ENSEC-PJ através de questionário formulado pelo TSE
Análise Crítica: Inexistência de unidade técnica de segurança cibernética para implementação da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) considerando sua abrangência e complexidade acrescido à grande demanda à área de TIC					
KR7.3 - Manter na estrutura organizacional unidade com 2 servidores com dedicação exclusiva à área de segurança da informação até 2022	0	2	0	Anual	Total de servidores lotados em unidades dedicadas exclusivamente à segurança de informação
Análise Crítica: Após realização de um levantamento baseado na normas, resoluções e desafios de segurança da informação dos órgãos de controle e TSE, foi apresentado à administração uma proposta de revisão da estrutura organizacional de TIC contemplando uma unidade com dedicação exclusiva à segurança cibernética. A avaliação e deliberação pela administração está em andamento					

(OE8) Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas

Título do Indicador	Índice de Referência Exercício 2020	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2021	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional					
KR8.1 - Manter a disponibilidade dos serviços essenciais de TIC acima de 95% até 2022	99,66%	95%	99,86%	Anual	Percentual de disponibilidade dos serviços essenciais em relação à janela de disponibilidade definida pelo TRE-SC através da ferramenta OpenNMS
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício					
KR8.2 - Manter o atendimento ao acordo de níveis de serviços de TI acima de 98% até 2022	98,52%	98%	97,72%	Anual	Por meio do sistema de ServiceDesk contemplando o atendimento ao tempo de resposta e ao tempo de solução dos incidentes e requisições de serviços
Análise Crítica: O atendimento ao acordo de níveis de serviços de TIC ficou muito próximo a meta no exercício. Considera-se alcançado					
KR1.1 - Aumentar em 20% o índice de satisfação dos usuários externos de TIC até 2022	N/M	+10%	N/M	Anual	Por meio de aplicação de pesquisa que contemple os serviços de infraestrutura, soluções e equipamentos de TIC
Análise Crítica: A aferição da satisfação dos usuários externos não foi concluída até o momento. A pesquisa de satisfação segue em implementação para posterior aplicação					

OUTRAS INFORMAÇÕES

IA3.4 - Índice de mesários voluntários convocados: 50,93%

IA3.5 - Índice de convocações através do Portal do Eleitor: 65,74%

Principais Realizações no ano de 2021

Coordenadoria de Soluções Corporativas

No que se refere às entregas de soluções corporativas, foram desenvolvidos os projetos priorizados pela Administração deste Tribunal, bem como aqueles advindos de demandas de órgãos de controle e Tribunais Superiores.

Ainda é importante frisar o cenário de trabalho emergencial remoto que permaneceu vigente durante a quase totalidade do exercício transato para grande parte da equipe.

Projetos entregues

Os projetos desenvolvidos foram voltados para o atendimento de demandas do público externo e soluções estratégicas internas para promover maior celeridade do desempenho das atividades das unidades orgânicas.

- Sistema e-Voto – Projeto executado para disponibilizar ferramenta para execução de eleições na comunidade exclusivamente pela internet, podendo ser oferecida como uma alternativa mais econômica ao uso das urnas, conforme a realidade da instituição demandante
- Sistema Repositório Digital – Solução tecnológica para viabilizar a instituição do repositório digital unificado para armazenamento, preservação e disponibilização do acervo de documentos eletrônicos, conforme as diretrizes de gestão documental vigentes
- Implantação Sistema Infodip – Instituído pelo CNJ como ferramenta nacional para informações de óbitos e direitos políticos, foi implantado em conjunto com a Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral em substituição ao Sistema Integra
- Sistema de Gestão Orçamentária – Desenvolvidos e entregues novos módulos do sistema de gestão orçamentária, já em uso pela Secretaria de Administração e Orçamento, com objetivo de unificar as ferramentas de controle utilizadas
- Sistema de Execução Financeira – Desenvolvido e entregue o primeiro módulo para apoio à execução financeira, contemplando a gestão de contratos e funções correlatas

- Implantação do DJE Nacional – Implantado o sistema DJE Nacional, desenvolvido pelo TSE e integrado com o sistema PJe, unificando assim para todos os Regionais a ferramenta de publicação de atos Judiciais e Administrativos
- Implantação do E-Social – Implantado o módulo de gestão de pessoas para integração com o e-Social e transmissão dos eventos relativos aos servidores da Instituição, conforme cronograma estabelecido pelo TSE

Eleições Municipais 2022

Foram realizadas também atividades voltadas às Eleições Gerais de 2022, principalmente no que tange à priorização e ao planejamento das atividades.

Quanto aos sistemas eleitorais, foi iniciado o levantamento de requisitos do sistema Auge e realizadas importantes definições quanto às ferramentas de convocação e ao Portal do Mesário.

Automação de Processos de Negócio

Os seguintes processos de negócio foram objeto de automação nesse exercício:

- Assinatura digital e validação de documentos na Internet
- Pagamento de fornecedores
- Averbação de certificados
- Solicitação de Suporte a Eventos
- Solicitações de Conteúdo Digital

Além desses novos, foram realizadas diversas manutenções corretivas e evolutivas nos processos já automatizados em uso pelas unidades.

Sustentação e Evolução de Soluções Existentes

Dentre as demandas realizadas para sustentação das soluções tecnológicas, destacam-se:

- Evoluções e novas funcionalidades no sistema PAE
- Atualizações e Suporte ao sistema Atenas
- Correções no sistema Salus
- Nova versão do aplicativo Patrimônio
- Formataador de Documentos para o PJe
- Nova versão do sistema CORA
- Evolução da infraestrutura da Intranet e soluções correlatas
- Evolução do Painel de Monitoramento das Zonas Eleitorais

REALIZAÇÕES DE GOVERNANÇA DE TI

Na área de Governança de TI, no levantamento realizado pelo CNJ, que auferiu o nível de governança dos Órgãos do Judiciário, o TRE-SC manteve o nível “aprimorado” que reflete a maturidade dos processos de governança e gestão de TI do TRE-SC.

Dentre as ações de governança de TI realizadas em 2020 podemos destacar:

- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) tendo como referencial básico a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)
- Avaliação de desempenho e conformidade de TIC
- Monitoramento, revisão e tratamento dos riscos de TIC
- Acompanhamento das iniciativas e ações de TIC
- Acompanhamento das contratações e orçamento de TIC
- Acompanhamento das ações de capacitação de TIC
- Avaliação de eficácia e adequação dos processos de gestão e gerenciamento dos serviços de TIC
- Gerenciamento dos projetos de tecnologia da informação
- Participação no Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário

Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura de TI

Em relação à infraestrutura de TI, além das atividades e demandas ordinárias desta coordenadoria, pode-se citar:

1. Aquisição de Notebooks, Switches e Access Points Wi-Fi para Zonas Eleitorais

Com o contínuo objetivo de manter o parque tecnológico atualizado e implantar novas ferramentas, foram adquiridos Notebooks, Switches e Access Points Wi-Fi.

O principal benefício dessas aquisições é possibilitar o uso de um computador portátil para cada cartório eleitoral ter a flexibilidade de usá-lo em eventual necessidade de trabalho remoto. Quanto aos switches e Access Points Wi-Fi, estes serão responsáveis pela implementação da internet sem fio para todos os cartórios eleitorais, provendo melhoria na comunicação entre cartório e eleitores, além de prover internet durante as eleições, tendo em vista que este acesso é bloqueado na rede corporativa no fim de semana do pleito.

2. Links redundantes nos cartórios eleitorais

Com vistas a manter a disponibilidade dos serviços de TI nos cartórios eleitorais, foram adquiridos links redundantes de internet. Assim, cada cartório passa a ter dois links de dados de comunicação. Quando um fica indisponível outro assume, não gerando indisponibilidade para o cartório. Além disso, esse novo link vai possibilitar a implantação do Wi-fi nas Zonas Eleitorais. Até o momento, o link redundante está implantado em cerca de 80% dos locais contratados, com velocidade mínima de 50 Mbps e máxima de 100 Mbps.

3. Atualizações de Sistemas Operacionais

Manter o sistema operacional das estações de trabalho atualizado é fundamental para proteger a instituição contra ameaças cibernéticas. Ao contrário dos micros da sede, as estações dos cartórios eleitorais têm suas atualizações controladas pelo TSE e até então não era possível realizá-las por iniciativa do TRE-SC. Entretanto, em conjunto com o TSE, foi desenvolvida uma maneira de efetuar as atualizações, remotamente, evitando o deslocamento de técnicos a cada Zona Eleitoral, o que gera uma economia de custos para a instituição e agilidade no ambiente tecnológico.

4. Retorno de trabalho presencial

Com o retorno das atividades presenciais no final de 2021, a equipe técnica da CSIT foi amplamente demandada, seja pela readequação de layout ou configuração de novos equipamentos, gerando grande movimentação de equipamentos, tanto na sede quanto relacionado ao envio destes às Zonas Eleitorais. Além disso, a equipe de suporte foi bastante demandada para reconfiguração de equipamentos que estavam sendo utilizados remotamente e retornaram ao cartório ou unidade da sede.

5. Instalação de Imagem de sistema eleitoral de forma remota

Foi desenvolvida uma maneira de instalar imagens de sistema operacional remotamente. Até então, quando ocorria um problema no sistema eleitoral em um cartório, muitas vezes a única solução era a troca do equipamento. Isso demanda custo e tempo, pois o cartório envia o micro defeituoso para o TRE ao mesmo tempo que a equipe técnica configura um novo equipamento e envia à ZE. Com esse novo advento, facilmente conseguimos restabelecer o funcionamento da estação de trabalho em menos de 2h:30m, gerando menos indisponibilidade para o usuário e economia de custos para o TRE.

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

6. Aquisição de nobreaks para o CPD Sede

Com objetivo de manter a disponibilidade dos dados do CPD Sede, foram adquiridos 2 novos nobreaks para substituição dos equipamentos anteriores, de acordo com a política de manter os equipamentos de TI sempre atualizados.

7. Estudo sobre serviços na nuvem (SAAS)

Com o advento do trabalho remoto, buscou-se aprimorar o conhecimento sobre soluções na nuvem, tais como e-mail, armazenamento de dados, entre outros, para uma possível futura implantação no TRE-SC.

8. Solução de acesso seguro à rede do TRE para colaboradores da fábrica de software

Para prover acesso seguro a colaboradores externos do TRE-SC a nossa rede, foi desenvolvida uma solução de uma máquina virtual Linux em uma rede isolada acessada pela tecnologia JEC Desktop, semelhante ao JEConnect, ferramenta utilizada frequentemente nas eleições.

9. Avaliação de soluções para Gestão de Ativos de TI

Com objetivo de automatizar processos de TI, têm-se estudado ferramentas de detecção de vulnerabilidades, instalação de patches de segurança, instalação de aplicativos e de configurações centralizadas, sejam elas gratuitas ou disponíveis no mercado. O benefício esperado é uma melhor gestão para os ativos de TI.

Principais Ações de Segurança da Informação

Na área de segurança da informação, destacamos as seguintes realizações no ano de 2021:

1. Levantamento dos requisitos de segurança estabelecidos pelas normas do CNJ, quais sejam:

- Resolução CNJ nº 396/2021
- Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)
- Política de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (PSEC-PJ)
- Portaria CNJ nº 162/2021
- Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ)
- Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ)
- Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ)
- Manual de Referência - Proteção de Infraestruturas Críticas de TIC

- Manual de Referência - Prevenção e Mitigação de Ameaças Cibernéticas e Confiança Digital
- Manual de Referência - Gestão de Identidades
- Manual de Referência - Política de Educação e Cultura em Segurança Cibernética do Poder Judiciário

2. Elaboração e encaminhamento para aprovação de Normas Táticas estabelecidas pela Política de Segurança da Informação do TSE:

- Gestão de Ativos
- Controle de Acesso Físico e Lógico
- Gerenciamento de Vulnerabilidades
- Gestão e Monitoramento de Registros de Atividade (logs)

3. Participação em curso para Tratamento de Incidentes de Segurança para a equipe técnica envolvida com o tema. (6 participantes)

4. Avaliação de ferramentas para verificação de vulnerabilidades nos servidores. (Tenable / Openvas)

5. Levantamento da arquitetura de cibersegurança, a fim de planejar a contratação de ferramentas padronizadas na Justiça Eleitoral

6. Sinalização de interesse na contratação conjunta, via Ata de Registro de Preços, de ferramenta para cofre de senhas

7. Sinalização de interesse na contratação conjunta, via Ata de Registro de Preços, de solução de Antivírus com detecção de resposta estendida (XDR), para detectar ameaças mais rapidamente

8. Tratamento de Incidentes de Segurança ocorridos na rede corporativa de dados. (67 incidentes tratados no ano de 2021)

9. Ações preventivas para melhorar a segurança da informação, tais como:

- Atualização do ambiente (sistemas operacionais, bibliotecas de softwares, navegadores)
- Publicação de notícias de conscientização sobre segurança da informação
- Configuração de ferramentas para monitoramento de métricas e logs do ambiente (Prometheus + Grafana; ELK)

▪ Primeiras etapas das adequações no ambiente para atendimento aos requisitos estabelecidos no Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário

10. Levantamento da arquitetura de cibersegurança a fim de responder ao questionário do Tribunal de Contas da União

Principais desafios

Em relação a 2022, vislumbram-se como principais desafios de TIC:

- implementar os planos, controles, mecanismos e requisitos da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)
- execução das ações e iniciativas previstas no plano diretor de TIC já aprovado
- prover infraestrutura de TI adequada ao teletrabalho de forma segura
- manter o ambiente seguro face as ameaças cibernéticas e a flexibilização necessária
- implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- imprevisibilidade orçamentária e oscilação do dólar que devem dificultar a aquisição de bens de TI
- migração de serviços para ambiente em nuvem
- aprimorar a segurança cibernética, implementando ações previstas na estratégia nacional de cibersegurança

PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E DE CORREIÇÃO ADOTADAS PELA UPC PARA A GARANTIA DA LEGALIDADE, LEGITIMIDADE, ECONOMICIDADE E TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

GESTÃO DE PESSOAS

Apontamentos dos Órgãos de Controle

As folhas de pagamento elaboradas no exercício de 2021 totalizaram 63 folhas. Referidas folhas foram disponibilizadas mensalmente no portal do TCU, com o objetivo de fiscalizar os pagamentos e apontar indícios de irregularidades. Dessa fiscalização, informa-se que foram apresentados apenas 3 (três) indícios de pagamento:

- O primeiro apontou o pagamento a ex-beneficiária de pensão após o seu óbito. Esse indício apontado decorreu da ausência de comunicação pelo herdeiro. Contudo, após ciência do óbito, foi autuado o PAE 15.387/2021, a fim de efetivar a reposição ao erário dos valores pagos indevidamente. Tal indício encontra-se com status “em monitoramento” pelo Tribunal de Contas da União
- O segundo, solicita esclarecimento se o valor de VPNI (Quintos/Décimos) sofreu algum reajuste desde o primeiro pagamento à servidora. Foi informado que o indício não procede, bem como prestados os esclarecimentos necessários. Referido indício encontra-se com o status “aguardando análise interna” pela Corte de Contas
- O último, indicou o recolhimento do auxílio-creche em mais de uma fonte pagadora ao servidor em exercício provisório neste Tribunal. Foi informado que referido indício não procede, inclusive, foram registradas as informações necessárias, contudo, até a presente data não foram analisadas pelo Tribunal de Contas da União

Destaca-se que todos os esclarecimentos foram atendidos nos prazos determinados pelo Órgão de Controle Externo.

Cumprido, ainda, informar que, em 20.7.2021 foi recebido o Ofício 38977/2021-TCU-SEPROC noticiando que, conforme decisão do Tribunal de Contas da União nos autos do processo administrativo TC 006.651/2021-6, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, em 16.6.2021, determinou-se que atos de pessoal do sistema Sisac registrados tacitamente com entrada no TCU há menos de 9,5 anos deveriam ser recadastrados pelo Gestor de Pessoal no sistema e-Pessoal no prazo de 60 dias.

O ofício informava também que, “a fim de facilitar o controle dos atos a serem recadastrados, o reenvio dos referidos atos será controlado pelo Módulo Indícios do

sistema e-Pessoal, que contará com a relação dos atos do sistema Sisac que se encontram na situação determinada pelo mencionado Acórdão”.

Em atenção a esta determinação, acessou-se o módulo de indícios do sistema e-Pessoal onde foram encontrados 15 atos de aposentadoria e pensão registrados no sistema e-Pessoal com a obrigação de encaminhamento pelo sistema e-Pessoal até o dia 13.9.2021. Nesse sentido, esclarece-se que foi atendida, no prazo assinalado pela Corte de Contas, a elaboração dos formulários de concessão de aposentadoria/pensão no sistema e-Pessoal de todos os 15 processos.

Além desse expediente, foram recebidos diversos ofícios do TCU determinando alteração de atos de aposentadoria de servidores em razão de novo entendimento do TCU quanto à possibilidade de incorporação da parcela “opção” nos proventos dos(as) servidores(as) e da decisão final do STF no Tema de Repercussão Geral n. 638.115, relacionado à incorporação e atualização da parcela denominada “quintos”. Destaca-se que todos os procedimentos foram realizados nos prazos determinados pelo Órgão de Controle Externo.

Relatório de Instância ou área de correição

No ano de 2021, houve a instauração de 2 (duas) investigações preliminares (PAE n. 23.290/2021 e 43.610/2021), 1 (um) Processo Administrativo Disciplinar (PAE n. 13.169/2021), sendo concluídos no próprio exercício.

Pontos Fortes

- Instituição dos procedimentos para a identificação, análise e tratamento de ocupações críticas no âmbito do TRE-SC
- Implementação do Programa de Gestão por Competências
- Concessão de regime de teletrabalho a 46 (quarenta e seis) servidores(as) no âmbito da Secretaria TRE-SC e a 2 (dois/duas) servidores(as) no âmbito dos Cartórios Eleitorais

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

- Implementação do Núcleo de Apoio aos Cartórios Eleitorais – NACE (PAE n. 7.620/2021), cujo objetivo principal é equacionar, mediante apoio remoto, a demanda de auxílio técnico e qualificado às Zonas Eleitorais carentes de força de trabalho, com a atuação exclusiva de 8 (oito) servidores(as) e 21 (vinte e um/a) voluntários(as) em 2021
- Aumento da produtividade em razão da implementação do trabalho remoto emergencial à totalidade dos(as) servidores(as), considerando a situação emergencial causada pela pandemia da COVID-19
- Ocupação de cargos comissionados exclusivamente por servidores(as) do quadro de pessoal do órgão
- Qualificação dos(as) servidores(as)
- Cumprimento dos prazos para a retribuição da remuneração mensal e dos benefícios;
- Publicação de todas as informações exigidas pelos Órgãos de controle, em especial do Conselho Nacional de Justiça, no Portal Transparência na Internet
- Gerenciamento dos recursos destinados ao Programa de Assistência à Saúde, de forma a proteger os(as) servidores(as) e beneficiários(as)
- Implementação do Engaja TRE, com a alocação eficiente dos(as) servidores(as) nas forças-tarefas, de forma antecipada e planejada
- Dedicação e comprometimento do quadro funcional diante do cenário atual (Pandemia – COVID 19)

Pontos Fracos

- Alta rotatividade de servidores(as) em algumas unidades administrativas, em especial, em determinados Cartórios Eleitorais
- Carência de pessoal efetivo, em especial nos Cartórios Eleitorais, com a necessidade de compor a força de trabalho com a requisição de servidores(as) junto a outros Órgãos da Administração
- Ausência de equipe multidisciplinar de saúde, em especial de psicólogo e de assistente social, para a resolução de conflitos interpessoais relacionados com o trabalho, assim como de conflitos pessoais dos(as) servidores(as), com a consequente redução dos índices de absenteísmo

Ameaças

- Restrições orçamentárias para reposição do quadro de pessoal
- Desvalorização das carreiras do Poder Judiciário da União, com a ausência de recomposição das perdas salariais pela inflação
- Congelamento dos benefícios dos(as) servidores(as) (auxílio alimentação, verba destinada ao programa de saúde, etc)
- Possibilidade de aposentadoria de servidores(as) no exercício de 2022, alguns com atuação direta em áreas estratégicas
- Cenário de enfrentamento e agravamento da crise decorrente da pandemia da Covid-19 e do surgimento de novas variantes

Principais entregas

- Concurso de Remoção Interna
- Provimento de cargos por meio de redistribuição
- Nomeação de candidatos(as) por meio de aproveitamento do Concurso Público do TRT/12ª região
- Projeto piloto do Núcleo de Apoio aos Cartórios Eleitorais (NACE)
- Gestão dos riscos decorrentes da pandemia da Covid-19 no âmbito da Gestão de Pessoas
- Capacitação em processos e sistemas
- Avaliações de Desempenho
- Programa de Estágio
- Ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
- Vacinação contra a gripe e outras doenças passíveis de imunização
- Disponibilização de assistência médica e odontológica às(aos) servidoras(es) e seus dependentes
- Realização dos exames periódicos de saúde
- Garantia dos direitos e benefícios às(aos) servidoras(es)
- Pagamentos às(aos) servidoras(es) ativas(os), inativas(os), pensionistas, requisitados(as), removidos(as) e autoridades eleitorais, correspondente à elaboração de 63 folhas de pagamento

Principais desafios futuros

As problemáticas da Secretaria de Gestão de Pessoas referem-se à busca de soluções para o quadro de pessoal cada vez mais reduzido frente ao aumento das demandas de trabalho, à motivação dos(as) servidores(as); à prestação de serviço de excelência e à resolução de conflitos.

Constata-se, neste contexto, a necessidade de aprimorar seus sistemas informatizados, de forma a propiciar aos executores das atividades maior celeridade, menos riscos e resultado para administração pública.

Para 2022, um dos grandes desafios será a manutenção do Programa de Gestão por Competências, instituído pela Portaria 162/2018, a implementação do Dimensionamento da Força de Trabalho em todas as unidades da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais, e a estruturação e regulamentação do Núcleo de Apoio aos Cartórios Eleitorais (NACE).

Outros desafios são: a implementação no ano 2022/2023 da metodologia de avaliação de desempenho por competências (modelo 360º) e o dimensionamento da força de trabalho das demais unidades administrativas do TRE-SC.

A manutenção/implantação desses projetos trará grande ganho para a Administração na medida em que servirá de subsídio para a tomada de decisão e servirá como base técnica para a proposição de mudanças estruturais avaliadas como necessárias pela Administração.

Gestão de Administração e Orçamento

A conformidade e a confiabilidade da gestão orçamentária, financeira e contábil estão fundamentadas nas informações extraídas dos sistemas gerenciais utilizados pela Justiça Eleitoral (SIAFI, SIGEPRO, SGRH, entre outros), corroboradas pelas declarações dos demais gestores responsáveis.

Assim sendo, declara-se que os padrões de gestão deste Tribunal atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

RESUMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA UPC (SALDOS DAS PRINCIPAIS CONTAS E/OU GRUPOS DE CONTAS, RESULTADOS, RECEITAS E DESPESAS) E DA EVOLUÇÃO NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E EM COMPARAÇÃO COM O ÚLTIMO EXERCÍCIO

Gestão orçamentária e financeira

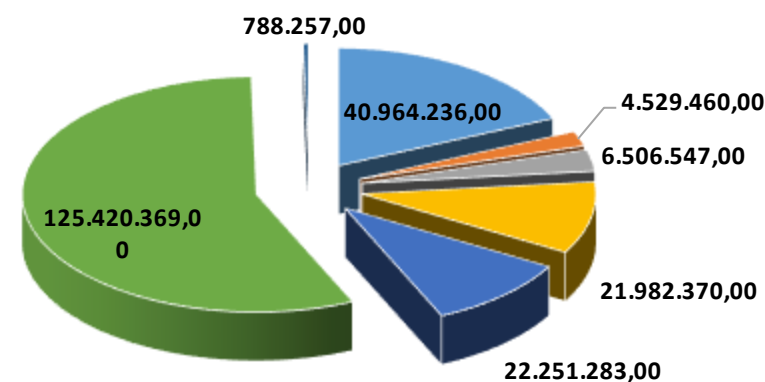
A proposta orçamentária para o exercício orçamentário/financeiro de 2021, elaborada em março de 2020, obedeceu ao limite orçamentário estabelecido pelo Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão à Justiça Eleitoral. No entanto, foi verificada uma economia orçamentária no orçamento de custeios no valor de R\$ 1.911.500,00, o que possibilitou a suplementação de R\$ 931.500,00 no orçamento de investimentos e o envio ao TSE de R\$ 1.693.000,00. O valor suplementado no orçamento de investimentos foi utilizado, para a atualização do parque de informática deste Tribunal, aquisição de mobiliário e equipamentos de escritório. Em virtude desta alteração orçamentária, o índice de aderência ao previamente orçado resultou no percentual de **80%**.

Da análise da execução orçamentária/financeira das Ações Orçamentárias e por Elemento de Despesa, verifica-se que as despesas decorrentes do pagamento das remunerações de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas Cíveis, de serviço extraordinário em função de eleição suplementar no município de Petrolândia/SC, dos Benefícios Assistenciais e Assistência Médica e Odontológica aos servidores Ativos, Inativos e Pensionistas Cíveis e Obrigações Patronais sobre a remuneração de Pessoal Ativo, no montante de **R\$ 199.738.225,00 (cento e noventa e nove milhões, setecentos e trinta e oito mil, duzentos e vinte e cinco reais)**, representaram 89,79% das despesas liquidadas em 2021.

Com relação à execução orçamentária/financeira do orçamento de custeios por Elemento de Despesa, verifica-se que na Natureza da Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no montante liquidado em 2021 de **R\$ 14.760.658,89 (quatorze milhões, setecentos e sessenta mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos)**, estão concentrados os gastos desse orçamento. Destaca-se que, nesse Elemento de Despesa, estão registradas as despesas com a manutenção do Órgão, dentre elas as despesas com locação de imóveis, serviços de limpeza e conservação, serviços de vigilância, conexão de internet entre a sede do TRE-SC e os cartórios eleitorais e manutenção predial.

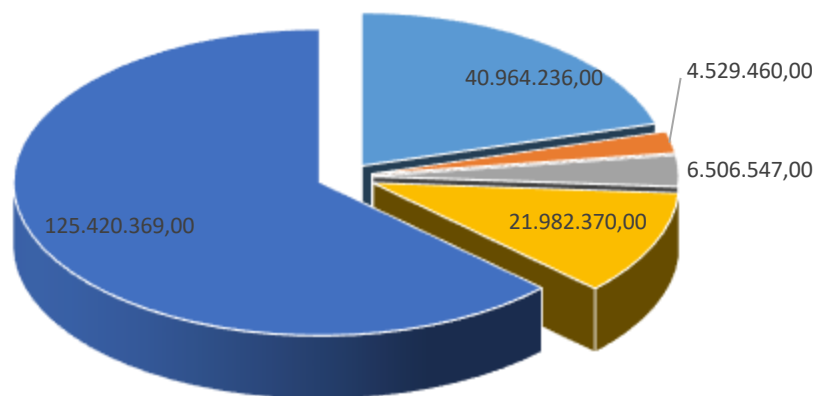
Programas de Trabalho Despesas Liquidadas - R\$

- Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional
- Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - No Estado de Santa Catarina
- Benefícios Obrigatórios aos Servidores - No Estado de Santa Catarina
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional
- Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral – No Estado de Santa Catarina
- Pagamento de pessoal ativo da União - No Estado de Santa Catarina
- Gestão do Processo Eleitoral / Pleitos Eleitorais - Nacional



Gastos com Pessoal Despesas Pagas - R\$

- Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional
- Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - No Estado de Santa Catarina
- Benefícios Obrigatórios aos Servidores - No Estado de Santa Catarina
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional
- Pagamento de pessoal ativo da União - No Estado de Santa Catarina



Como principal desafio, tem-se a manutenção das atividades da Justiça Eleitoral catarinense frente à limitação orçamentária dos últimos anos, buscando preservar a excelência dos serviços prestados por esta Corte à sociedade catarinense, adequando a disponibilidade orçamentária à manutenção do Órgão e à implantação de projetos que tragam benefícios reais, destacando o que visa a segurança da informação da Justiça Eleitoral.

Cabe ressaltar que o orçamento para o ano de 2022 está adequado para atender às necessidades de manutenção do Órgão, à modernização do parque de informática e à realização de contratações que busquem a segurança da informação da Justiça Eleitoral, sendo que para o atendimento deste objetivo foram previstos R\$ 5.336.511,00 (cinco milhões, trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e onze reais).

O orçamento previsto para o exercício de 2022, para atender ao pagamento de despesas de custeio e investimento, é de R\$ 36.021.447,00 (trinta e seis milhões, vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e sete reais), sendo que, deste montante, R\$ 30.381.129,37 (trinta milhões, trezentos e oitenta e um mil, cento e vinte e nove reais e trinta e sete centavos) são para o pagamento de despesas de custeio e R\$ 5.640.317,63 (cinco milhões, seiscentos e quarenta mil, trezentos e dezessete reais e sessenta e três centavos) são para o pagamento de despesas decorrentes da aquisição de bens permanentes.

Evolução da Execução Orçamentária da Despesa por Função (R\$)

Descrição da Função	Função	Empenhado				Liquidado				Pago			
		2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021
Previdência Social	09	32.497.206,00	42.347.848,00	42.396.820,00	41.718.834,00	32.467.206,00	42.147.848,00	42.196.820,00	40.964.236,00	32.467.206,00	42.147.848,00	42.196.820,00	40.964.236,00
Judiciária	02	194.684.686,00	177.497.361,00	195.998.354,00	185.898.325,00	192.302.688,00	176.089.933,00	186.001.526,00	181.487.623,00	191.498.034,00	175.857.258,00	185.714.557,00	181.197.694,00
TOTAL		227.181.892,00	219.845.209,00	238.395.174,00	227.617.159,00	224.769.894,00	218.237.781,00	228.198.346,00	222.451.859,00	223.965.240,00	218.005.106,00	227.911.377,00	222.161.930,00

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Detalhamento das Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo ND	Grupo ND	Natureza da despesa	Natureza da despesa	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a pagar não processados
1	Pessoal	319001	Aposentadorias	31.548.977,99	31.363.977,99	31.363.977,99	185.000,00
1	Pessoal	319003	Pensões Civis	9.763.751,60	9.578.751,60	9.578.751,60	185.000,00
1	Pessoal	319007	Contribuição à Entidades Fechadas de Previdência	676.902,92	676.902,92	676.902,92	-
1	Pessoal	319011	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	123.745.055,11	123.580.690,14	123.580.690,14	164.364,97
1	Pessoal	319016	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	2.252.595,00	1.445.830,00	1.445.830,00	806.765,00
1	Pessoal	319092	Despesas de Exercícios Anteriores	688.293,60	73.695,74	73.695,74	614.597,86
1	Pessoal	319113	Obrigações Patronais (Operação Infra-Orçamentária)	22.266.186,84	21.977.467,16	21.977.467,16	288.719,68
1	Pessoal	319192	Despesas de Exercícios Anteriores (Operação Infra-Orçamentária)	104.903,16	4.903,16	4.903,16	100.000,00
3	Custeio	339008	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor	1.108.397,68	1.065.743,56	1.065.743,56	42.654,12
3	Custeio	339014	Diárias - Pessoal Civil	243.946,57	243.946,57	243.946,57	-
3	Custeio	339030	Material de Consumo	994.264,29	764.057,35	763.757,35	230.206,94
3	Custeio	339033	Passagens e Despesas com Locomoção	45.920,50	45.420,50	45.420,50	500,00
3	Custeio	339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.457.573,89	1.454.573,32	1.365.543,34	3.000,57
3	Custeio	339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.507.751,84	14.760.658,89	14.675.067,69	747.092,95
3	Custeio	339040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	3.970.523,84	3.876.305,16	3.761.297,34	94.218,68
3	Custeio	339046	Auxílio-Alimentação	5.450.391,73	5.440.391,73	5.440.391,73	10.000,00
3	Custeio	339047	Obrigações Tributárias e Contributivas	258.661,22	251.985,36	251.985,36	6.675,86
3	Custeio	339048	Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física	2.660,00	2.660,00	2.660,00	-
3	Custeio	339092	Despesas de Exercícios Anteriores	36.074,90	31.074,90	31.074,90	5.000,00
3	Custeio	339093	Indenizações e Restituições	4.692.286,11	4.682.158,74	4.682.158,74	10.127,37
3	Custeio	339147	Obrigações Tributárias e Contributivas (Operação Infra-Orçamentária)	8.675,21	8.015,21	8.015,21	660,00
4	Investimento	449040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	250.463,09	111.645,79	111.645,79	138.817,30
4	Investimento	449052	Equipamentos e Material Permanente	2.533.564,91	1.001.666,21	1.001.666,21	1.531.898,70
Total				227.607.822,00	222.442.522,00	222.152.593,00	5.165.300,00

PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS, CONTAS OU GRUPOS DE CONTAS, SALDOS E OCORRÊNCIAS RELATIVOS À ATUAÇÃO E À SITUAÇÃO FINANCEIRA DA UPC NO EXERCÍCIO

A Seção de Contabilidade da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade é responsável pelas atividades de conformidade de gestão dos atos e fatos contábeis do TRE-SC, bem como pela conferência e publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Órgão, cálculo dos reajustes/repactuações de contratos de prestação de serviços/locações e acompanhamento das demonstrações contábeis/financeiras do TRE-SC.

- Seção composta por 3 servidores de carreira, com formação/experiência na área contábil/administrativa. (1 Analista Judiciário - Área Administrativa - Contador, 1 Analista Judiciário - Área Administrativa, e 1 Técnico Judiciário - Área Administrativa)
- Responsável pela Seção/Chefe Titular: Marcos David Fermino, CRC/SC - 024.866/O-9 - matrícula funcional 106305, Analista Judiciário - Área Administrativa - Contador.

Demais Servidores:

- Claudio Roberto Januário - Técnico Judiciário - Área Administrativa
- Vilson Raimundo Rezzadori - Analista Judiciário - Área Administrativa

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n. 4.320/1964

1. Principais diretrizes contábeis

1.1. Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Portaria n. 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

O Decreto n. 6.976/2009 atribuiu à STN a competência para promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

A Portaria STN n. 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, determinando que a Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

No exercício financeiro de 2016, o PCASP já estava integralmente implantado no âmbito da Justiça Eleitoral.

1.2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 foram elaboradas em conformidade com a Lei n. 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e de acordo com o Manual SIAFI de Procedimentos para Elaboração de Demonstrações Contábeis.

I - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2021 é demonstrado pela igualdade entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 227.617.160,55 (duzentos e vinte e sete milhões, seiscentos e dezessete mil, cento e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos) e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 227.617.160,55 (duzentos e vinte e sete milhões, seiscentos e dezessete mil, cento e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos), apresentando um resultado nulo, sem déficit ou superávit.

II - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2021 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$ 22.560.456,48) com os extraorçamentários (R\$ 7.278.503,23) que foi de R\$ 232.883.959,71 (duzentos e trinta e dois milhões, oitocentos e oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), e dos dispêndios orçamentários (R\$ 227.617.160,55) e extraorçamentários (R\$ 6.896.899,44) que foi de R\$ 234.514.059,99 (duzentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e quatorze mil, cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos). Do confronto dos valores de ingresso e dispêndio restou um resultado negativo de R\$ 1.630.100,28 (um milhão, seiscentos e trinta mil, cem reais, vinte e oito centavos), o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie transferido para o exercício seguinte (R\$ 6.612.154,60) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 8.242.254,88).

III - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial e financeira do órgão público em uma determinada data. No balanço patrimonial, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da entidade.

Estão assim distribuídos os grupos de contas do Balanço Patrimonial:

a) Ativo Circulante

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (composto pelos adiantamentos de férias concedidos), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Estoques (Material de consumo que se encontra no estoque do almoxarifado, os quais são registrados pelo custo de aquisição e baixados pelo custo médio ponderado).

b) Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, deduzidos pela Depreciação e Amortização.

c) Passivo Circulante

O Passivo Circulante inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (composto por impostos a recolher) e Demais Obrigações a Curto Prazo.

d) Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante não apresentou nenhum saldo ao final do exercício de 2021.

e) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos do órgão depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2021 demonstra o total do Ativo de R\$ 84.691.509,31 e o total do Passivo de R\$ 291.488,22, apresentando o Resultado Acumulado de R\$ 84.400.021,09, o qual está constituído pelo Resultado do Exercício de R\$ 21.011.923,56 (déficit), pelos Resultados de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 95.397.072,76 e pelo valor de Ajuste de Exercícios Anteriores no montante de 10.014.871,89 (positivo). O valor de ajuste de exercícios anteriores decorre da implantação dos procedimentos de reavaliação das urnas eletrônicas e da depreciação desses itens. A implantação do referido procedimento seguiu as instruções recebidas da Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Orientação n. 12/2019.

IV - Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas. A DVP do exercício de 2021 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 238.016.325,45 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 259.028.249,01, gerando como resultado patrimonial do período um déficit de R\$ 21.011.923,56 (vinte e um milhões, onze mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos).

Analizando-se a demonstração das variações patrimoniais do ano de 2021 e comparando com o resultado de 2020, o qual foi um superávit de R\$ 2.628.801,62, pode ser observado que houve uma redução no resultado da ordem de 799,30%. Cabe salientar que o resultado do exercício de 2021 foi fortemente influenciado pela baixa de bens, em especial os imóveis, em decorrência da devolução de imóveis à União, no montante de R\$ 20.138.626,51 (vinte milhões, cento e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos). Os imóveis devolvidos estavam localizados em São José, o qual servia como Depósito de Urnas, e em São Carlos, o qual abrigava a sede do Cartório Eleitoral.

Déficit é o resultado apurado ao final do exercício que aponta saldo negativo (no caso de positivo, superávit) no confronto entre a soma de todas as receitas e de todas as despesas empenhadas, indicando que as receitas orçamentárias foram menores do que as despesas orçamentárias. Difere do déficit financeiro, pois não significa necessariamente que o Poder Público gastou, de fato, mais dinheiro do que dispunha, mas sim que autorizou, no ano, mais gastos do que os recursos que se encontravam disponíveis no exercício.

Quando se refere apenas ao confronto entre receitas correntes e despesas correntes, é chamado de déficit ou superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 3º, Lei n. 4.320/1964).

V - Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes. A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2021 foi negativa, no montante de R\$ 1.630.100,28.

Com relação às informações sobre o setor de contabilidade, o art. 23 da Res. TRE-SC n. 7.930/2015 assim dispõe:

“Art. 23. À Seção de Análise Contábil cumpre:

I - exercer a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial em face dos princípios constitucionais e da legislação aplicável;

II - orientar e executar as atividades relacionadas à análise da documentação comprobatória da execução orçamentária e financeira da despesa;

[...]

V - propor a impugnação de qualquer ato relativo à realização da despesa que incida em vedação de natureza legal ou regulamentar, promovendo a inscrição em Diversos Responsáveis, à conta dos gestores, até a apuração dos fatos;

VI - efetuar a conferência dos relatórios periódicos de movimentação dos bens móveis e do material no almoxarifado do Tribunal, bem como dos respectivos inventários, inclusive dos bens imóveis, com os registros efetivados no Sistema de Administração Financeira da União - SIAFI e no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIU;

VII - conferir e analisar contas, balancetes, balanços e demonstrativos contábeis do Tribunal, propondo medidas de saneamento de posições ou situações anormais, ociosas ou passíveis de aperfeiçoamento;

VIII - verificar a correção e o atendimento às normas legais do Relatório de Gestão Fiscal elaborado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças;

IX - validar os registros contábeis efetuados pelas Unidades Gestoras Executoras do Tribunal no SIAFI, em confronto com os documentos originários, solicitando os ajustes cabíveis;

XI - efetuar a conformidade contábil no exercício da fiscalização dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa do Tribunal, informando às unidades gestoras executoras eventuais restrições;

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

[...]

XIII - acompanhar o cumprimento das metas previstas nos Planos Plurianual e Anual, a execução do orçamento e dos programas de trabalho a cargo do Tribunal, observadas a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;

[...].”

O teor da Res. TRE-SC n. 7.930/2015 pode ser acessado por meio do link <http://apps.tre-sc.jus.br/site/legislacao/normas-administrativas/resolucao-TRE-SC/2015/res-TRE-SC-7930-2015-regulamento-interno/index.html>

Em relação à Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil, o TRE-SC não foi objeto de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público.

Os balanços, demonstrações e notas explicativas podem acessadas por meio do link <https://www.tre-sc.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/orcamento-financas-e-pagamentos/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>

NOTAS EXPLICATIVAS

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Anteriormente à edição das normas, o Imobilizado da Contabilidade Pública ficava registrado pelo seu valor de aquisição, não sofrendo nenhuma alteração no decorrer de sua vida útil.

E, ainda, os bens registrados no balanço patrimonial da Contabilidade Pública consignavam valores insignificantes, como por exemplo, R\$ 0,01 (centavo de real). Esse fato foi recorrente nas oportunidades em que houve conversão de moeda, como aconteceu em 1994, com a implantação do Plano Real no Brasil, oportunidade em que os bens antigos que já apresentavam valores baixos ficaram registrados por esse valor mínimo. Por isso, a Contabilidade Pública apresentava as mais diversas distorções. Aplicando-se a depreciação, esse fato não mais acontecerá, pois passa a ser possível evidenciar que as demonstrações contábeis do Órgão apresentarão valores reais do Ativo Imobilizado, que poderão auxiliar os dirigentes das instituições na tomada de decisão.

Estimar a vida útil de um bem às vezes é difícil, mas é importante que esses períodos contábeis sejam o mais aproximado possível, pois neles serão alocadas as despesas apuradas da depreciação.

O problema crítico na determinação das quotas de depreciação é o estabelecimento da vida útil, devido à infinidade de fatores que influenciam a durabilidade do bem, especialmente no caso de máquinas e equipamentos. Pode-se dizer que, na escolha do melhor método, cada órgão deve avaliar aquele que mais vantagem lhe ofereça, pois tudo depende do tipo de bens que ele dispõe.

Existem vários métodos para calcular a depreciação, sendo os mais tradicionais: método das quotas constantes ou em linha reta; método da soma dos dígitos dos anos; método de unidades produzidas; método de horas de trabalho e método da taxa dobrada.

No momento em que o Ativo Imobilizado estiver totalmente depreciado e alguns desses bens ainda apresentarem condições de uso, eles deverão ser novamente reavaliados, registrados pelo valor de reavaliação para, então, iniciar-se novamente a depreciação, conforme estimativa de sua nova vida útil.

Método de depreciação utilizado

O método utilizado pelo Tribunal é o das quotas constantes ou em linha reta, conforme instruções recebidas da Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Orientação n. 01/2010.

“O método das quotas constantes é o mais utilizado, pois seus cálculos são os mais simples possíveis, e pode ser aplicado ao total de bens de uma mesma espécie. Esse método consiste em dividir o valor do bem pelo número de anos de sua provável duração e considerar cada uma dessas parcelas como depreciação de um ano” (FRANCO, 1981, p. 178).

A partir da reavaliação dos bens e da definição do tempo de vida útil restante, iniciou-se novo período de aplicação de depreciação dos bens. Cabe destacar que, referente ao item veículo automotor (subitem 52), a reavaliação deu-se com base nos índices/valores pesquisados por meio da tabela FIPE (www.fipe.org.br), conforme sugestão contida na orientação o SOF/TSE. No tocante à reavaliação das urnas eletrônicas, o procedimento foi efetuado de forma unificada pelo TSE, com padrões idênticos de valores e de definição de vida útil para todos os Tribunais Regionais Eleitorais.

Por fim, cabe salientar que todos os procedimentos supramencionados obedeceram ao disposto na Orientação SOF/TSE n. 1/2010, bem como nas Resoluções CFC n. 1.136/2008 e n. 1.137/2008.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 27/01/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	227.617.160,55	238.395.174,33
Ordinárias	-	-	Ordinárias	178.303.095,55	189.031.807,16
Vinculadas	-	-	Vinculadas	49.314.065,00	49.363.367,17
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.531.100,00	4.304.467,10
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	41.718.834,00	41.184.107,07
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.064.131,00	3.874.793,00
Transferências Financeiras Recebidas	225.805.456,48	237.048.395,83	Transferências Financeiras Concedidas	1.690.159,37	1.962.632,13
Resultantes da Execução Orçamentária	224.949.323,18	235.967.437,06	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	224.949.323,18	235.967.437,06	Independentes da Execução Orçamentária	1.690.159,37	1.962.632,13
Independentes da Execução Orçamentária	656.133,30	1.080.958,77	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.690.159,37	1.962.632,13
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	647.824,58	1.047.718,53	Aporte ao RPPS	-	-
Demais Transferências Recebidas	3.078,43	16.558,02	Aporte ao RGPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.230,29	16.682,22			
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	7.278.503,23	12.549.570,61	Pagamentos Extraorçamentários	5.206.740,07	1.249.462,59
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	289.929,24	287.067,89	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	287.027,89	226.347,88
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	5.165.299,43	10.196.828,39	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.776.486,59	889.474,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	136.894,57	131.892,95	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	139.744,57	131.892,95
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.686.379,99	1.933.781,38	Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.481,02	1.747,24
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.529,34	4.389,49	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	3.481,02	1.747,24
Arrecadação de Outra Unidade	1.681.850,65	1.929.391,89			
Saldo do Exercício Anterior	8.242.254,88	251.557,49	Saldo para o Exercício Seguinte	6.612.154,60	8.242.254,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.242.254,88	251.557,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.612.154,60	8.242.254,88
TOTAL	241.126.214,59	249.849.523,93	TOTAL	241.126.214,59	249.849.523,93



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 27/01/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 27/01/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	227.617.160,55	227.617.160,55
TOTAL	-	-	227.617.160,55	227.617.160,55
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	3.235.540,00	-	-3.235.540,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	3.235.540,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	221.550.574,00	223.854.614,00	224.833.132,55	221.338.549,12	221.048.619,88	-978.518,55
Pessoal e Encargos Sociais	185.815.371,00	190.466.209,00	191.046.666,22	188.702.218,71	188.702.218,71	-580.457,22
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	35.735.203,00	33.388.405,00	33.786.466,33	32.636.330,41	32.346.401,17	-398.061,33
DESPESAS DE CAPITAL	1.852.528,00	2.784.028,00	2.784.028,00	1.113.312,00	1.113.312,00	-
Investimentos	1.852.528,00	2.784.028,00	2.784.028,00	1.113.312,00	1.113.312,00	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	223.403.102,00	226.638.642,00	227.617.160,55	222.451.861,12	222.161.931,88	-978.518,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	223.403.102,00	226.638.642,00	227.617.160,55	222.451.861,12	222.161.931,88	-978.518,55
TOTAL	223.403.102,00	226.638.642,00	227.617.160,55	222.451.861,12	222.161.931,88	-978.518,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 21/01/2022	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.837,40	9.163.870,09	4.000.862,81	4.000.862,81	5.175.084,68	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.274.381,86	647.824,58	647.824,58	3.626.557,28	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.837,40	4.889.488,23	3.353.038,23	3.353.038,23	1.548.527,40	760,00
DESPESAS DE CAPITAL	40.399,96	1.032.958,30	775.623,78	775.623,78	297.734,48	-
Investimentos	40.399,96	1.032.958,30	775.623,78	775.623,78	297.734,48	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	53.237,36	10.196.828,39	4.776.486,59	4.776.486,59	5.472.819,16	760,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	285.360,52	285.320,52	-	40,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	285.360,52	285.320,52	-	40,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.707,37	1.707,37	-	-
Investimentos	-	1.707,37	1.707,37	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	287.067,89	287.027,89	-	40,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMISSION 27/01/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	238.016.325,45	240.349.019,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.608,62	49,72
Impostos	-	-
Taxas	3.608,62	49,72
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	17,80
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	17,80
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.616,69	1.411,97
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	5.616,69	1.411,97
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	228.170.790,94	238.033.163,68
Transferências Intragovernamentais	225.605.456,48	237.048.395,83
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.565.334,46	984.767,85
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	8.163.683,86	386.463,76
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	8.159.154,52	375.747,09
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.529,34	10.716,67
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.672.625,34	1.927.912,56
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMISSÃO 27/01/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.672.625,34	1.927.912,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	259.028.249,01	237.720.217,87
Pessoal e Encargos	155.137.213,50	151.354.166,30
Remuneração a Pessoal	126.039.779,87	123.804.168,43
Encargos Patronais	22.665.228,42	21.366.151,96
Benefícios a Pessoal	6.432.205,21	6.183.845,91
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	45.526.327,98	46.713.498,35
Aposentadorias e Reformas	32.066.087,47	31.405.843,91
Pensões	8.847.327,35	10.849.155,95
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.612.913,16	4.458.498,49
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	29.580.749,25	33.474.748,63
Uso de Material de Consumo	842.374,61	2.475.133,56
Serviços	23.850.992,91	26.469.677,03
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.887.381,73	4.529.938,04
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	0,10
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	0,10
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.990.773,37	3.261.595,46
Transferências Intragovernamentais	1.690.159,37	1.962.632,13
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5.300.614,00	1.298.963,33
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	21.484.631,21	2.569.907,05
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	21.484.631,21	2.569.907,05



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMISSÃO 27/01/2022	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	198.977,90	217.833,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	86.695,18	115.363,75
Contribuições	112.282,72	102.470,03
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	109.575,80	128.468,20
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.375,00	16.875,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	106.200,80	111.593,20
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-21.011.923,56	2.628.801,62
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMISSÃO 27/01/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	260.542,87	10.868.036,09
INGRESSOS	227.428.731,04	239.114.070,16
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	227.428.731,04	239.114.070,16
Ingressos Extraorçamentários	136.894,57	131.892,95
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.529,34	4.389,49
Transferências Financeiras Recebidas	225.605.456,48	237.048.395,83
Arrecadação de Outra Unidade	1.681.850,65	1.929.391,89
DESEMBOLSOS	-227.168.188,17	-228.246.034,07
Pessoal e Demais Despesas	-203.343.955,04	-205.448.973,05
Legislativo	-	-
Judiciário	-162.376.237,88	-163.200.405,78
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-40.964.236,14	-42.246.820,03
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCICIO 2021	PERIODO Anual
EMISSAO 27/01/2022	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2021	2020
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-3.481,02	-1.747,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-21.994.329,19	-20.702.535,94
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-21.994.329,19	-20.702.535,94
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-1.829.903,94	-2.094.525,08
Dispêndios Extraorçamentários	-139.744,57	-131.892,95
Transferências Financeiras Concedidas	-1.690.159,37	-1.962.632,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.890.643,15	-2.877.338,70
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.890.643,15	-2.877.338,70
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.720.652,30	-2.625.562,83
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-169.990,85	-251.775,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.630.100,28	7.990.697,39
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.242.254,88	251.557,49
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.612.154,60	8.242.254,88



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina